

v.11 N.1
REVISTA

RCH

CIÊNCIAS HUMANAS

ISSN 2179-1120

2018 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ

PRÁTICAS SOCIAIS E SUAS INTERFACES



UNITAU
Universidade de Taubaté



Revista Ciências Humanas
Educação e Desenvolvimento Humano
da Universidade de Taubaté

Volume 11 n 1, Edição 20
1º Semestre/2018



UNITAU
Universidade de Taubaté

UNITAU - Universidade de Taubaté
Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano
da Universidade de Taubaté

Reitor: Isnard de Albuquerque Camara Neto
Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação: Marco Antônio Furlan

EQUIPE EDITORIAL

EDITORA CHEFE

Dra Edna Maria Querido de Oliveira Chamon
Universidade de Taubaté, Brasil

EDITORAS EXECUTIVAS:

Alexandra Magna Rodrigues
Universidade de Taubaté, Brasil

Leticia Maria Pinto da Costa
Universidade de Taubaté, Brasil

Maria Auxiliadora Ávila dos Santos Sá
Universidade de Taubaté, Brasil

COLABORAÇÃO:

Suzana Lopes Salgado Ribeiro
Universidade de Taubaté, Brasil

CONSELHO EDITORIAL:

Carlos Alberto Máximo Pimenta

Universidade Federal de Itajubá, Brasil

Cidoval Moraes de Souza

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Clarilza Prado de Sousa

Fundação Carlos Chagas, FCC, Brasil

Gladis Camarini

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil

José Rogério Lopes

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Maria Antonia Garcia de Léon Alvarez

Universidade Complutense de Madrid, Espanha

Maria Lúcia Martinelli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Roberto Tadeu Iaochite

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

Secretaria dos cursos de mestrado

Tel: +55 (12) 3624-1657 - E-mail: prppg@unitau.br

ISSN: 2179-1120

Data da publicação: Junho de 2018

Classificação no Qualis da CAPES: B2

Capa e Diagramação: Agência Surta

Foto da Capa: ACOM/UNITAU

UNITAU - Universidade de Taubaté
Departamento de Pró-reitoria de Pesquisa e
Pós-graduação

E-mail: revista@rchunitau.com.br

Site: <http://www.rchunitau.com.br>

Telefone: +55 (12) 3624-1657

Rua Visconde do Rio Branco, 210, Centro,
12100-000, Taubaté, SP, BR.

CONSELHO CONSULTIVO:

Adilson Silva Mello

Universidade Federal de Itajubá, Brasil

Marcia Maria Dias Reis Pacheco

Universidade de Taubaté, Brasil

Maria Aparecida Campos Diniz de Castro

Universidade de Taubaté, Brasil

Maria Fatima Melo Toledo

Universidade de Taubaté, Brasil

Maria Regina de Ávila Moreira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Maria Thereza Oliveira Azevedo

Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão

Universidade de Taubaté, Brasil

Patricia Tovar

John Jay College Of Criminal Justice, New York, USA

Renato Rocha

Universidade de Taubaté, Brasil

Roseli Albino dos Santos

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, BRASIL

SELVINO ASSMANN

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, BRASIL

VERA MARIA ANTONIETA TORDINO BRANDÃO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, BRASIL

SUELENE REGINA DONOLA MENDONÇA

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, BRASIL

SALVADOR ANTONIO MIRELES SANDOVAL

MARCIA DOS SANTOS MACEDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, BRASIL

MABEL MASCARENHAS TORRES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, BRASIL

LUCÍLIA REGINA DE SOUZA MACHADO

CENTRO UNIVERSITÁRIO UMA, BRASIL

DRA. ANA LÚCIA MANRIQUE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, BRASIL

ANDRE LUIZ DA SILVA

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, BRASIL

ANTÔNIO AUGUSTO NETO MENDES

UNIVERSIDADE DE AVEIRO, PORTUGAL

CARLOS ALBERTO MÁXIMO PIMENTA

Universidade Federal de Itajubá, Brasil

Cecília Pescatore Alves

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Cidoval Moraes de Souza

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Enio José da Costa Brito

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Gilmar Ribeiro dos Santos

Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

Jacinta Sidegum Renner

Universidade Feevale, Brasil

Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima

Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Brasil

José Carlos de Oliveira

Universidade Feevale, Brasil

José Geraldo da Rocha

Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Brasil

José Rogério Lopes

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Roberto Borges

CEFET, Brasil

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
PRÁTICAS SOCIAIS E SUAS INTERFACES	7
A INTERDISCIPLINARIDADE DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SERGE MOSCOVICI	8
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MÚSICA: FORMAÇÃO X EDUCAÇÃO	19
ENVELHECIMENTO ATIVO E CONDIÇÕES DE VIDA EM CIDADES DO INTERIOR PAULISTA: UM OLHAR PARA OS INDICADORES DO SISAP/IDOSO	32
A INSERÇÃO DE IDOSOS NO MERCADO DE TRABALHO DE FOZ DO IGUAÇU.....	47
DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	62
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DO JOGO XADREZ NO ÂMBITO ESCOLAR.....	72
A COOPERAÇÃO COMO CATEGORIA IDEOLÓGICA NA FORMAÇÃO DO LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA CONDUÇÃO DE ATITUDES AGRESSIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	81
GESTÃO DE FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR (ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO)	94
ARQUITETURA DA SANTA CASA DE CARAGUATATUBA/SP	111
DESENVOLVIMENTO E ALIANÇA: UMA ANÁLISE DO PROJETO DE INCENTIVOS À CONSERVAÇÃO DAS PASTAGENS NATURAIS.....	118
BRAÇO FORTE NA OCUPAÇÃO DA MARÉ E A “MÃO AMIGA” A SERVIÇO DO CAPITAL: O PARADIGMA DA SEGURANÇA PÚBLICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	133
INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ERA MULTIPOLAR: O PAPEL DO FORO DE SÃO PAULO NA CONSTRUÇÃO DAS DEMOCRACIAS POPULARES NA AMÉRICA DO SUL	157

Práticas Sociais e suas Interfaces

EDITORIAL

Esta primeira edição de 2018 da Revista de Ciências Humanas da Universidade de Taubaté, editada pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano, chega até você com uma gama de artigos enviados por pesquisadores de diversas localidades brasileiras, vinculados a renomadas instituições como a USP (Universidade de São Paulo), a PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), a Universidade Unigranrio, a UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), A Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), a UFC (Universidade Federal do Paraná), a UMC (Universidade de Mogi das Cruzes), a Univap (Universidade do Vale do Paraíba) e o UDC (Centro Universitário Dinâmico das Cataratas).

Abrimos a edição com dois deles, que abordam aspectos da Teoria das Representações Sociais: *Interdisciplinaridade do conceito de Representações Sociais de Serge Moscovici*, de Renato Lobo e Mariza Werneck, e *Representações Sociais da música: formação x educação*, de Alessandro Vasconcelos e Leticia Costa. Embora com objetivos distintos, ambos mostram a importância dessa teoria para compreender fenômenos sociais da atualidade.

Reflexões sobre a qualidade de vida de idosos, faixa da população cada vez mais crescente na sociedade, também foram tema de dois artigos desta edição: *Envelhecimento ativo e condições de vida em cidades do interior paulista: um olhar para os indicadores do SISAP/idoso*, de Fernanda Aquino, Leda Nardi e Marluce Leão, e *A inserção de idosos no mercado de trabalho de Foz do Iguaçu*, de Giuliano Derrosso e Mariana Oliveira.

Diretrizes da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, de José Geraldo da Rocha e Alessandra de Souza Santos, abre a sequência de textos, cujo tema é a Educação e o universo escolar.

O segundo artigo da esfera educacional, de autoria de Daniel Fernandes Silva e Estaner Claro Romão, discute *Algumas contribuições do jogo xadrez no âmbito escolar*, com foco no ensino da matemática, mostrando ações efetivas nesse sentido.

Já o artigo de Paloma Cathilyne Justen e Alvorí Ahlert, *A cooperação como categoria ideológica na formação do licenciado em Educação Física na condução de atitudes agressivas no Ensino Fundamental*, relata uma significativa diminuição das atitudes agressivas durante as aulas de Educação Física a partir do trabalho da cooperação como atitude permanente durante as aulas.

Ainda tendo como foco a Educação, o artigo *Gestão de fatores que contribuem para o desenvolvimento sustentável em uma instituição federal de ensino superior (ensino, pesquisa, extensão e gestão)*, mostra o desenvolvimento sustentável dentro de uma IFES, em suas diversas frentes de atuação.

Esta edição traz também dois textos que permeiam questões arquitetônicas e de meio ambiente: Em *Arquitetura da Santa Casa de Caraguatatuba/SP*, Maria Carolina de Camargo faz uma leitura das relações existentes entre a arquitetura do hospital e a semiótica de Charles S. Peirce; e em *Desenvolvimento e aliança: uma análise do projeto de incentivos à conservação das pastagens naturais*, Lucas Woltmann Figueiró faz uma análise detalhada das fases do projeto em questão.

Encerrando esta edição, como uma análise de políticas local e regional, os textos *Braço forte na ocupação da maré e a “mão amiga” a serviço do capital: o paradigma da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro*, de Rafael Silva dos Santos, e *Integração regional na era multipolar: o papel do Foro de São Paulo na construção das democracias populares na América do Sul*, de Anselmo Alves de Souza e Cabral, trazem importantes reflexões: o primeiro, argumenta que a criminologia deve ser analisada numa perspectiva de luta de classes; o segundo, mostra a relevância do Foro de São Paulo para o processo de integração regional.

Mantemos, dessa forma, a diversidade de temas e de abordagens dentro de uma perspectiva interdisciplinar que é a proposta da Revista. Esperamos que o leitor encontre, nos textos que compõem esta edição, material para reflexão e para o avanço de suas pesquisas.

Agradecemos aos autores que nos confiaram seus textos e aos avaliadores, cujo trabalho dedicado nos permite manter uma publicação de qualidade.

Abraços e boa leitura,

Profa. Dra. Edna Maria Querido de Oliveira Chamon
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação
e Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté

Práticas Sociais e suas Interfaces

A interdisciplinaridade do conceito de Representações Sociais de Serge Moscovici *The interdisciplinarity of the concept of Social Representations of Serge Moscovici*

Renato Fernandes Lobo¹, Mariza Martins Furquim Werneck²

¹ Graduado em História pela USP, Mestre em Desenvolvimento Humano pela Unitau e Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. - lobo@ibest.com.br

² Graduada em Ciências Sociais pela PUC/SP (1981), mestrado (1992) e doutorado (2002) em Ciências Sociais (área de concentração Antropologia) pela PUC/SP, com bolsa Capes PHD-sanduiche de dois anos na EHESS e Pós Doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales(2009-2010).

Recebido em 10 de julho de 2017; Aceito em 07 de junho de 2018.

Resumo

O presente artigo aborda a Teoria das Representações Sociais, estabelecida por Serge Moscovici, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, buscando critérios para o uso dessa teoria em pesquisas históricas, através do diálogo entre a obra de Moscovici com importantes linhas teóricas da historiografia. Busca-se também uma forma de aproximar os conceitos de Representação Social e Ideologia, pois tal aproximação permite identificar as relações de poder existentes na criação e na disseminação das representações. Para evidenciar o modo como as representações sociais podem transmitir ideologias é analisado o papel da mídia e o modo como esta exerce pressão sobre a dinâmica das representações predominantes no chamado senso comum.

Palavras-chave: Representações Sociais. História. Ideologia. Mídia.

Abstract

This paper refers the Theory of Social Representations, established by Serge Moscovici, from an interdisciplinary perspective, seeking standards for the use of this theory in historical research, contextualizing the dialogue between Moscovici's work and important theoretical lines of historiography. It is also sought a way to approach the concepts of Social Representation and Ideology, since this approach allows us to identify the power relations existing in the creation and dissemination of representations. To demonstrate how social representations can convey ideologies is analyzed the role of the media and how it exerts pressure on the dynamics of the predominant representations in the so-called common sense.

Keywords: Social Representations. History. Ideology. Media.

INTRODUÇÃO

A teoria das representações sociais foi desenvolvida por Serge Moscovici (2011), com o objetivo de compreender a construção de um conhecimento dinâmico e mutante na esfera do senso comum. A grande inspiração de Moscovici foi teoria das representações coletivas de Durkheim, que se caracterizam justamente pela tendência de serem eternizadas, ou seja, algo distante do dinamismo das representações buscadas por Moscovici.

É importante ressaltar que Durkheim estabeleceu sua teoria sobre representações a partir da observação de sociedades arcaicas. Desse modo, a principal função das representações coletivas durkheimianas seria manter a coesão social dessas sociedades, através da imposição de modelos fixos, para delinear o comportamento individual, segundo Moscovici:

Do ponto de vista de Durkheim, as representações coletivas abrangiam uma cadeia completa de formas intelectuais que incluíam ciência, religião, mito, modalidades de tempo e espaço, etc. De fato, qualquer tipo de ideia, emoção ou crença, que ocorresse dentro de uma comunidade, estava incluído. Isso representa um problema sério, pois, pelo fato de querer incluir demais, inclui-se muito pouco: querer compreender tudo é perder tudo. A intuição, assim como a experiência, sugere que é impossível cobrir um raio de conhecimento e crenças tão amplo. Conhecimento e crença são, em primeiro lugar, demasiado heterogêneos, e, além disso não podem ser definidos por algumas poucas características gerais (2011, p. 45-46).

Já o conceito de representações sociais de Moscovici, além de valorizar o movimento e a transformação do conhecimento, também rompe com o pensamento de Durkheim por ressaltar o papel do indivíduo, afastando-se da ideia positivista de um sujeito e de um objeto puro, pois “as representações sociais são um conceito e um fenômeno que pertencem ao intersubjetivo. Elas representam não só o objeto, mas também o sujeito que as representa” (GUARESCHI, 2000, p.38).

Os indivíduos enquanto sujeitos sociais interagem com a realidade e apreendem ao seu modo o pensamento coletivo, ao mesmo tempo que representam e expressam esse conhecimento. Dessa forma, é correto destacar que as representações sociais valorizam a diversidade sobre a origem das representações.

Desse modo, as representações sociais estabelecem o elo entre o indivíduo e a sociedade, pois elas estão presentes “na cabeça das pessoas, mas não é a representação de uma única pessoa; para ser social ela necessita ‘perpassar’ pela sociedade, existir a certo nível de generalização” (IBIDEM, p. 36).

Por isso, conceito de representações sociais busca entender o pensamento de uma sociedade dinâmica, onde as transformações ocorrem de maneira acelerada, em decorrência do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, conforme Moscovici afirma:

As representações sociais que me interessam não são nem as das sociedades primitivas, nem as suas sobreviventes, no subsolo de nossa cultura, dos tempos pré-históricos. Elas são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornar tradições imutáveis (2011, p. 48).

Identificar as representações sociais de uma sociedade permite mapear e visualizar o modo como o pensamento é disseminado e está organizado socialmente, mesmo que essa organização seja efêmera, devido ao próprio dinamismo das trocas simbólicas de uma sociedade de massas.

Para Medeiros, (2005) a teoria de Moscovici, trouxe para o campo científico o pensamento do homem comum, sem considerar tal pensamento como algo pré-lógico, primitivo, ou supersticioso. Nesse sentido, é possível perceber certa semelhança com o que Lévi-Strauss (1976) realizou no campo da antropologia, ao restituir o valor do pensamento selvagem.

A forma como o mundo é representado influencia de forma preponderante o modo como o indivíduo entende e constrói sua realidade concreta, pois as representações acabam possibilitando, ou não, a apreensão de determinados elementos concreto. Nas palavras de Moscovici: “Eu simplesmente percebo que, no que se refere à realidade, essas representações são tudo o que nós temos, aquilo a que nossos sistemas perceptivos, como cognitivos, estão ajustados” (2011, p. 32).

Cabe destacar, que da mesma forma que as representações influenciam o modo como a realidade é apreendida, acabam servindo como uma preparação de práticas concretas, pois “nenhuma mente está livre dos efeitos dos condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem e cultura” (IBIDEM, p.35).

Nessa perspectiva é correto afirmar que “as representações sociais estão assentadas em valores e princípios morais nos quais a sociedade, os grupos e os indivíduos se guiam para construir e reconstruírem os sentidos das suas ações” (MORIGI, 2004, p. 11).

Outro ponto importante que deve ser destacado é o fato de as representações sociais servirem para adaptar o conhecimento científico, como foi evidenciado no primeiro trabalho de Moscovici (1978), no qual estudou a representação social da psicanálise. Inclusive, é nesse trabalho que Moscovici aponta o modo como as representações se tornam sociais, postulando três conceitos: a dispersão da informação; a focalização; a pressão à inferência. Esses três mecanismos foram sintetizados por Greca da seguinte forma:

1- A dispersão da informação: Trata-se da diferença entre a informação advinda dos atores sociais e a informação necessária para atingir o ponto de vista objetivo. Este debate é o que provoca ambigüidade e propicia um surgimento de um processo de reconstrução social.

2- A focalização: Diz respeito ao fato de como o grupo social enxerga o objeto, ou seja, dentre os vários pontos de análise que um objeto pode ter, quais causam interesse e quais causam desinteresse para o grupo em questão.

3- A pressão a inferência: O objeto em questão deve levar os atores sociais a tomarem uma posição e reagir frente ao mesmo é o momento em que surgem condutas e discursos coerentes sobre um objeto do qual não se possui um conhecimento suficiente. (2009, p. 67).

A dimensão social pode ser percebida de maneira nítida à medida que as representações são construídas sempre a partir de um determinado contexto social, no qual ocorre a tomada de posição e o estabelecimento de modelos de conduta a partir dos diversos pontos de vista dos grupos sociais, que surgem a partir de informações que são muitas vezes dispersadas de maneira desigual.

Além de serem sociais, as representações estabelecem um elo com o indivíduo, que reorganiza esse processo no âmbito de sua subjetividade ao tentar tornar familiar algo do universo consensual ainda não familiarizado. Isso ocorre através de dois processos, a ancoragem e a objetivação.

A ancoragem ocorre a partir da apropriação de ideias novas através da redução em categorias comuns, já familiarizadas no contexto social do indivíduo. Esse processo “tem o objetivo de operar e integrar de forma cognitiva o objeto representado dentro de um sistema pré-definido, integrando esses novos elementos de saber numa rede de categorias familiares” (CHAMON, 2005, Apud GRECA, 2009, p. 73). Por isso, é correto afirmar que:

A ancoragem induz uma ação visando ao entendimento, mas sua pretensão de validade postulada é frágil e intercambiável. A representação torna-se assim, para todos, um meio de interpretar os comportamentos, de classificar as coisas e as pessoas em uma escala de valores e nomeá-las. Tem a ver, portanto, com a identificação de pertencimentos sociais, dos posicionamentos recíprocos (percepção mútua de Si e do Outro) nas relações sociais (XAVIER, 2002, p. 27).

O processo de objetivação realiza a familiarização e a construção da representação, tornando concreto o novo conceito apreendido. Tal processo está inserido no campo da cognição. O ato de objetivar é transformar uma ideia em uma imagem.

As representações sociais integram o indivíduo à sociedade, contemplando tanto os aspectos psicológicos quanto sociais. Isso ocorre porque ao estudar as representações de um objeto existem sempre “alguém buscando a compreensão de algo, e este alguém é sempre social” (FONSECA, 2007, p. 24), deste modo, pode-se entender que “toda representação é a interpretação de algo existente, é o olhar social para um conceito disponível na sociedade” (MOSCOVICI, 2011, p. 27).

Deste modo, a teoria de Serge Moscovici possibilita tratar de questões simbólicas sem desconsiderar o dinamismo que existe entre a difusão de ideias e a sua absorção pelo sujeito, que participa da construção das mesmas de maneira ativa ou receptiva, variando de acordo com sua consciência.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E HISTÓRIA

Um tema importante de ser abordado é a compatibilidade da teoria das representações sociais, formulada por Moscovici (2011), com o estudo do passado. Em outras palavras, estudos historiográficos poderiam se valer dessa teoria? A resposta para essa pergunta é positiva, mas dentro de uma perspectiva que se afasta de uma visão positivista da história.

A visão positivista, do século XIX, preocupava-se em buscar a mesma objetividade das ciências exatas e biológicas nas ciências humanas, inclusive na história. Através da organização de um *corpus* documental, caberia ao historiador analisá-lo à luz dos métodos científicos da observação, procurando extrair leis que explicassem o comportamento social, como fazem os biólogos com seu objeto de estudo, pretendendo, assim, contar os fatos como realmente ocorreram e não analisá-los à luz de outras evidências, mas deixar que o documento falasse por si, sem a interferência do pesquisador, cuja subjetividade comprometeria a produção do conhecimento científico.

Contudo, no século XX, a ideia de objetividade em Ciências Sociais foi severamente criticada e a corrente historiográfica positivista foi superada pela “revolução francesa dos Annales”, que deu origem a novas abordagens, novos olhares sobre os velhos documentos, fazendo uso interdisciplinar das áreas da Antropologia, Economia, Psicologia, entre outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. Na década de 1960, quando Moscovici lança a teoria das representações sociais, com o livro *La Psychanalyse, son image, son public*, ainda prevalecia na psicologia o paradigma da linha behaviorista, ainda vinculando a cientificidade à experimentação.

Nesse sentido, a pesquisa de Moscovici marca uma ruptura com essa tradição, pois seu foco está nos fenômenos marcados pela subjetividade, que só podem ser captados indiretamente. Desta forma, teve que se apoiar em metodologias inovadoras para a época, pois dependiam, em grande medida, da interpretação do pesquisador.

O mesmo ocorreu no campo das Ciências Sociais, especialmente no campo da História, que era marcada por pesquisas a partir de uma determinada leitura sobre o marxismo, principalmente no que se refere ao conceito de ideologia, que era entendido como um conjunto de ideias que formam uma “falsa consciência” e que ajudam a legitimar o poder político da classe dominante sobre as demais classes da sociedade (CHAUÍ; FRANCO, 1978). Essa visão marxista foi a mais empregada nas análises sociológicas e históricas até os anos 1970, sempre que se discutia o poder, as assimetrias e os conflitos sociais. A primazia do econômico sobre as demais esferas da realidade também afastava dos teóricos marxistas qualquer ideia de representação social.

Nessa perspectiva, as representações sempre são tratadas como criações condicionadas pela estrutura econômica, pois que a infraestrutura determinaria necessariamente a superestrutura, ou que a existência é o que determina a consciência e não ao contrário, é criticada por Moscovici, que afirma que tal ideia:

Supõe que temos a possibilidade de atingir de fora o metal puro da existência humana, mas sob a condição de lhe retirar a ganga de representações e de crenças que a envolvem internamente. Assim, se verificaria a proposição que, da forma como os homens vivem, podemos deduzir o modo como estes homens pensam e sentem (MOSCOVICI, 2011, p. 18).

Para Rouanet (1978), com a inflexão que sofreu o marxismo nos anos 1960, tornou-se possível afrouxar o determinismo da relação entre infraestrutura e superestrutura, a partir do seu conceito de ideologia, que aparece, então, como um sistema socialmente necessário de representações, no qual a estrutura permanece inconsciente a seus protagonistas, e que expressa, sob a forma do imaginário, a relação vivida entre os homens e o mundo, pois é através da ideologia que os homens expressam como as condições de existência são vivenciadas e não as próprias condições de existência.

A partir dessa nova leitura sobre a teoria marxista, é possível realizar uma aproximação entre os conceitos de Ideologia e Representação Social, pois ambos têm como foco o sujeito, o modo como o indivíduo representa e vive sua realidade concreta.

Além das transformações ocorridas no marxismo, é importante destacar a chamada História das Mentalidades, corrente historiográfica formulada por historiadores franceses que, liderados por Marc Bloch (1993) e Lucien Febvre (2009), se reuniam em torno da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, que abraçou o conceito de representação, colocando sobre ele o foco do simbólico e da memória. Novos objetos foram estudados à luz deste referencial: as atitudes perante a morte, os rituais e crenças, as formas de sociabilidade etc.

Nesse profícuo movimento ocorreu a integração entre os saberes das Ciências Sociais, História e Psicologia, por exemplo, em 1924, na obra do próprio de Marc Bloch, *Os Reis Taumaturgos* (BLOCH, 1993), destaca-se a natureza profunda dos fenômenos sociais, pois a cultura, nesse caso, não era consequência das esferas política ou econômica, mas tinha a sua lógica própria, uma lógica profunda, apreendida somente na longa duração.

Da mesma forma, segundo Burke (1992), Jacques Le Goff trabalha há mais de trinta anos no que pode ser descrito como antropologia cultural do período medieval, indo da análise estrutural das lendas ao estudo dos gestos simbólicos da vida social.

É conhecida também a grande influência do antropólogo Levy-Bruhl sobre Lucien Febvre e sua obra sobre o problema da descrença no século XVI, a partir do estudo da mentalidade do homem quinhentista, em *O problema da incredulidade no século XVI* (FEBVRE, 2009).

Segundo Vainfas (1997), um dos refúgios da história das mentalidades é a chamada história cultural, que seria teoricamente mais consistente que a história das mentalidades porque pretende estudar o simbólico sem abrir mão da própria disciplina histórica, tentando corrigir os exageros e imprecisões teóricas dos anos 70.

Um dos principais expoentes desta corrente é o historiador francês Roger Chartier, que no final dos anos 1980, reforça o conceito de representações, a partir da constatação da existência de uma crise geral das Ciências Sociais (CHARTIER, 1991).

Conforme Vainfas (1997), Chartier considera impossível estabelecer relações exclusivas entre formas culturais específicas e grupos sociais particulares, mas acredita em práticas culturais compartilhadas por vários grupos. Ele enfatiza que aquilo que os historiadores aceitam como estruturas objetivas, devem ser vistas como culturalmente construídas.

Desta forma, pode-se considerar que é possível o diálogo interdisciplinar entre a teoria das representações sociais, originária da Psicologia Social, a História e as Ciências Sociais, mas para isso é importante determinar quais seriam as correntes de pensamento que permitem essa aproximação em cada campo do conhecimento.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLOGIA

Para relacionar Representações Sociais e Ideologia, é necessário delimitar de qual conceito de ideologia se está falando, pois existem inúmeras definições, segundo Guareschi (2000). Existem quatro eixos de significados para o termo ideologia: (1) a ideologia no sentido positivo, que remete a um conjunto de ideias, pensamentos, valores de um determinado grupo; (2) a ideologia no sentido negativo, que seria um conjunto de mitificações, de ideias enganadoras, que distorcem a realidade para beneficiar um determinado grupo; (3) a ideologia em sentido concreto, a ideologia se materializa em instituições como escola, igreja e família; (4) a ideologia em sentido dinâmico, que é vista como “a produção, reprodução e transformação das experiências vitais, na construção de subjetividades” (GUARESCHI, 2000, p. 42).

Combinando esses quatro eixos (positivo; negativo, concreto e dinâmico) é possível estabelecer quatro vertentes ideológicas, que poderiam ser expressas da seguinte maneira: positiva/concreta; positiva/dinâmica; negativa/concreta; negativa/dinâmica.

Analisando essas vertentes ideológicas é possível perceber que a teoria de Moscovici (2011) afasta-se das concepções ideológicas concretas, que tendem a se tornar fixas, sejam de maneira positiva ou negativa, entretanto, vale frisar, que afastar não significa negar, pois embora as representações sejam flutuantes e mutantes, podemos encontrar em seu interior “astros duradouros e mais permanentes” (IBIDEM, p. 44).

Com relação às vertentes dinâmicas existe uma aproximação entre ideologia e representações sociais, independentemente de serem vertentes ideológicas positivas ou negativas, pois “ao estudarmos uma representação social não nos fixamos imediatamente no caráter de positividade ou negatividade. Essa é uma questão posterior que, no caso, só interessa a quem estuda a ideologia” (IBIDEM, p. 44).

Dessa maneira, é possível a partir de uma perspectiva ideológica dinâmica estabelecer uma ponte entre os conceitos de representação social e ideologia, sendo ela positiva ou negativa. Essa postura aproxima-se do conceito ideológico de Gramsci, que rejeitou a noção negativa de ideologia, relacionada à dominação e alienação, pois “propõe uma distinção entre ideologias arbitrárias (espontâneas) e ideologias orgânicas (ideologias de classe), elegendo essas últimas como seu objeto de estudo” (XAVIER, 2002, p. 33).

Na abordagem *gramsciana*, são estabelecidos quatro níveis de ideologia, que partem de um maior grau de articulação intelectual para o menor, que em ordem decrescente seriam: o nível da filosofia; o nível da religião; o nível do senso comum; e o nível do folclore. “Aos três últimos níveis, pode-se associar aquilo que Althusser chama de ideologia em geral; essa última, por sua vez, talvez corresponda ao que aqui estamos chamando de representações sociais” (IBIDEM, p. 34).

Outra possível aproximação entre Gramsci e Moscovici é o conceito de intelectuais, pois, para Gramsci “não pode haver distinção absoluta entre intelectuais e não intelectuais, uma vez que o senso comum também desenvolve suas teorias” (IBIDEM, p. 34). Desta maneira Gramsci atribui valor ao conhecimento produzido a partir da esfera do senso comum, que é justamente o meio onde surgem as representações sociais, conforme postula Moscovici (2011).

Segundo Medeiros (2005), a Teoria das Representações Sociais de Moscovici trouxe para o campo do conhecimento científico, o pensamento comum, sem o analisar como “primitivo”, pré-lógico” ou supersticioso, como fizeram teóricos anteriores.

Dessa forma, tanto Gramsci quanto Moscovici rompem o paradigma do iluminismo e do marxismo clássico, já que ambas as correntes desvalorizam o pensamento espontâneo por razões distintas. Para os marxistas, “o conhecimento espontâneo precisava ser purificado de suas irracionalidades ideológicas, religiosas e substituído por uma visão científica do ser humano, da história e da natureza, ou seja, pela visão marxista e materialista” (IBIDEM, p.54). Já os iluministas tratam o pensamento comum como algo contaminado pela ignorância e superstições, algo que deveria ser substituído pelo pensamento científico racional.

O ponto comum entre as teorias de Gramsci e Moscovici está no reconhecimento do conhecimento das pessoas comuns, ainda que esse conhecimento não seja articulado, já que para Gramsci:

Todos os seres humanos teriam uma prática filosófica que interpreta o mundo, ainda que frequentemente de forma não sistemática e não crítica. Percebe-se, aqui, a estreita semelhança com a definição de representações sociais como teorias implícitas, espontaneamente elaboradas no cotidiano (XAVIER, 2002, p. 34).

Em uma perspectiva ideológica negativa, na qual um grupo através do domínio dos meios de comunicação tenta difundir um discurso para justificar certos privilégios, existe uma aproximação direta com o conceito de hegemonia de Gramsci, mas essa perspectiva estaria de acordo com a teoria de Moscovici? A resposta dessa pergunta é afirmativa, pois:

A “origem” de uma representação pode já ser por demais longínqua a ponto de estar relacionada com um “conflito histórico” ou de ter alguma “funcionalidade social”, mas que a mesma representação em dado momento (histórico ou conjuntural) pode ser posta a serviço da prática hegemônica (seja em prol da mudança ou da manutenção do status quo) (XAVIER, 2002, p. 39).

O próprio Moscovici ao estudar as representações da psicanálise pela imprensa liberal francesa e pela imprensa comunista soviética encontrou adjetivos bem diversos sobre o tema, constatando que através da linguagem se criavam diferentes conotações para determinadas realidades que eram colocadas como superiores, ou inferiores, conforme os interesses dos grupos, “nesses casos mostram-se as relações entre as estratégias da ideologia e os significados de palavras, onde uma ideologia tenta transformar-se numa representação social, numa parte da cultura” (MOSCOVICI, 1988, p. 379, apud GUARESCHI, 2000, p. 44).

A hegemonia de uma ideologia ocorre a partir do domínio dos meios de comunicação, pois tende a influenciar a criação de representações pela massa ao oferecer “uma visão de mundo supostamente mais coerente e sistemática, que não só influencia a massa da população, mas também serve como princípio de organização das instituições sociais” (XAVIER, 2002, p. 34).

Em uma perspectiva interdisciplinar, na qual os conceitos de representações sociais, ideologia e hegemonia estão integrados, teríamos o seguinte esquema teórico:



Fonte: XAVIER, 2002, p. 47

Relacionar os conceitos gramscianos de ideologia e de hegemonia com a as representações sociais moscovicianas pode promover uma visão mais precisa sobre o modo como as representações subjetivas, formadas no interior de grupos específicos, são influenciadas pelos instrumentos de poder, em especial no que se refere a mídia.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Um dos primeiros estudos sobre representações sociais de Moscovici foi elaborado a partir da análise da psicanálise em jornais, na qual valeu-se da comparação de diversos tipos de periódicos de grande circulação, que tinham orientações marxistas e católicas. Nessa pesquisa, Moscovici estabeleceu três formas comunicacionais que reproduzem e mantêm as representações sociais: a propaganda, propagação e difusão (MOSCOVICI, 1978).

A propaganda teria como objetivo o controle sobre a opinião das pessoas, aparecendo em ambientes políticos, onde existe o confronto de grupos. A propagação serve como uma ferramenta de regulação de

crenças e posturas de um grupo frente a questionamentos externos. Por fim, a difusão é capaz de unir um grande número de pessoas em torno de um saber comum, é a expressão de um conhecimento capaz de repercutir entre os mais variados grupos.

Percebe-se que este tipo de comunicação é, em grande parte, difundido em sentido único. As mensagens são produzidas por um grupo de indivíduos e transmitidas para outro grupo em circunstâncias espaciais e temporais muito diferentes da encontrada pelo emissor. Assim, nota-se que os receptores não fazem parte do intercâmbio comunicativo, mas apenas são integrantes de um processo estruturado de transmissão simbólica (GRECA, 2009, p. 30).

Nessa perspectiva, a imprensa é produtora de representações que se tornam sociais através de sua difusão. “As instâncias institucionais, os meios de comunicação midiáticos ou informais intervêm na sua elaboração, por meio de processos de influência social” (CABECINHAS, 2004, p. 126).

Por isso, é correto afirmar que “todo órgão de imprensa é, simultaneamente, receptor de mensagens e emissor de mensagens. No intervalo de tempo que separa a recepção da emissão, a informação é tratada e condicionada” (KIENTZ, 1973, p. 77).

Desse modo, identificar as representações disseminadas pelos meios de comunicação ao longo da história possibilita a visualização dos símbolos que nortearam as práticas sociais de um determinado período, por exemplo. Isso pode ser feito observando o modo como jornais antigos representam eventos cotidianos, pois o jornal acima de tudo pode ser considerado:

O produto da circulação de conhecimento e de ideias de grupos que estão em contacto mais ou menos próximo. Cada grupo cria as suas próprias versões e partilha-as com os outros. Estas são representações *emancipadas*, com certo grau de autonomia, tendo uma função complementar uma vez que resultam da partilha de um conjunto de interpretações e de símbolos (CABECINHAS, 2004, p.126).

Conforme Greca (2009), a comunicação, sob o prisma da representação social, é o fenômeno pelo qual um indivíduo influencia ou esclarece outro que, por sua vez, pode efetivamente fazer o mesmo em relação ao primeiro. Assim, estudar as representações sociais elaboradas e disseminadas pela mídia possibilitam analisar a forma como são construídas “as estruturas, os processos internos e as dinâmicas da lógica da produção e criação dos sentidos que dão sustentação a determinadas formas de conceber o mundo” (MORIGI, 2004, p. 11).

Por isso, é correto afirmar que as representações sociais criadas e estabelecidas pela mídia interferem nos modos de interação social. “Dentro do campo das representações sociais pode-se notar que os estudos da comunicação de massa possuem um papel primordial para as análises que revelam as formações das representações nos mais diversos grupos sociais” (GRECA, 2009, p. 34).

De acordo com Habermas (1984, apud BARATA, 2005), a sociabilidade promovida pelos meios de comunicação, como jornais e panfletos, ajudou a tirar da esfera privada e levar para as ruas, a política, tornando-a parte da esfera pública, dessa maneira se aproximando do que Moscovici (2011) chama de senso comum, mas ressaltando que esse espaço é marcado pelo controle, ainda que permita a crítica do público. Em uma sociedade de massas capitalista os meios de comunicação são fundamentais, pois “como facilmente se verifica não tem o homem, em geral, conhecimento direto do mundo e dos fatos. Esses conhecimentos ele obtém através dos meios de comunicação de massa, que formam assim uma ‘espécie de pseudo ambiente entre o homem e o mundo objetivo real’” (LAGO, 1971, p. 50).

Gramsci (1958) teorizou que a sociedade civil – uma das esferas do Estado, ao lado da sociedade

política, onde se concentra o poder repressivo da classe dirigente (governo, tribunais, exército, polícia) – é constituída pelas associações ditas privadas (igrejas, escolas, sindicatos, clubes, meios de comunicação), nas quais a classe dirigente busca obter o consentimento dos governados, através da difusão de uma ideologia unificadora, destinada a funcionar como cimento da coesão social. Nesse contexto, os meios de comunicação são os veículos mais importantes para o exercício da função dirigente de um grupo hegemônico, pois pode funcionar como partido político, no sentido de aglutinar uma concepção de mundo dispersa e facilitar sua absorção.

Por muitas razões fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (SODRÉ, 1999, p. 1).

A partir da pressão exercida pelos meios de comunicação sobre as pessoas, é correto afirmar que as representações sociais, embora sendo formadas pelos próprios indivíduos no interior de suas coletividades específicas, acabam sofrendo forte influência da mídia, que, ao disseminar ideologias, acaba fornecendo o material sobre o qual as representações sociais são criadas. Para perceber tal processo é necessária uma abordagem ampla, envolvendo conceitos de diversas áreas das Ciências Humanas.

REFERÊNCIAS

- BARATA, A. M. Sociabilidade maçônica e independência do Brasil (1820-1822). In JANCSÓ, I (org.) **Independência: História e Historiografia**, São Paulo, Hucitec, 2005.
- BLOCH, M. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BURKE, P. **A escola dos Annales**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CABECINHAS, R. “Representações Sociais, relações intergrupais e cognição social” In: **Paidéia**, 2004, 14 (28), 125 – 137.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CHARTIER, R. “O mundo como representação” In: **Estudos Avançados**, vol.5, no.11, São Paulo Jan./Abr.1991.
- CHAUÍ, M; FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- FEBVRE, L. **O problema da incredulidade no século XVI. A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FONSECA, R. **A representação social da mídia e da liderança por líderes e potenciais líderes**. Taubaté: Dissertação de Mestrado, UNITAU, 2007.
- GRAMSCI, A. **El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce**. Buenos Aires: Lautaro, 1958.
- GRECA, A. **A representação social da mídia e da comunidade do entorno sobre a Petrobrás/REVAP**. Taubaté: Dissertação de Mestrado, UNITAU, 2009.
- GUARESCHI, P. A. “Representações Sociais e Ideologia” In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000.
- KIENTZ, A. **Comunicação de Massa: Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- LAGO, B. **Comunicação, Educação e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1971.
- LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**, São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- MEDEIROS, M. M. **Informação e representações sociais: um estudo exploratório com familiares de portadores de sofrimento mental**. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas

Gerais, 2005.

MORIGI, V. J. “Teoria Social e comunicação: Representações sociais, produção de sentido e construção dos imaginários midiáticos”. **Revista Eletrônica E-Compos**. Edição 1. Dezembro de 2004. Disponível na Internet: <http://www.compos.org.br/e-compos> .

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Trad. por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROUANET, S. P. **Imaginário e Dominação**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**, 4 ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VAINFAS, R. “Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista” In: Laura de Mello e Souza. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 5, p. 221-274.

VALA, J. “Representações Sociais: Para Uma Psicologia Social do Pensamento Social”. In: VALA, Jorge e MONTEIRO, Maria Benecedita (Org.). **Psicologia Social**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

WERNECK, I. E.: Quando os jovens viram notícia de jornal? Uma análise das representações sociais na mídia In: **Revista Iberoamericana de Educación**, nº 36/12, 2005.

XAVIER, R. “Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?” In: **Psicologia e Sociedade**; 14 (2): 18-47; jul./dez.2002.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MÚSICA: formação x educação *SOCIAL REPRESENTATIONS OF MUSIC: training x education*

Alessandro Vasconcelos¹, Letícia Maria Pinto da Costa²

¹ UNITAU - maximusdicaissa@hotmail.com

² UNITAU

Recebido em 27 de março de 2018; Aceito em 15 de abril de 2018.

Resumo

Este trabalho investiga como os alunos representam o curso superior de música e qual o critério usado no processo de escolha pela licenciatura nessa área. Para tanto, foi realizado um grupo focal com 12 sujeitos compostos por estudantes do primeiro ao sexto semestre do curso de música de uma faculdade em uma cidade do vale do Paraíba paulista. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de questões abertas. As análises embasadas pela teoria das Representações Sociais demonstraram que os licenciandos em todos os semestres do curso colocam o ensino superior de música como um curso prático, voltado a formação instrumental ou cancional, sendo que a música como atividade educacional interdisciplinar é praticamente desconhecida por eles.

Palavras chave: Educação Musical; Desenvolvimento Humano; Licenciatura; Música.

Abstract

This work investigates how the students represent the graduated of music and the insight used in the process of choice for the degree in this area. For this, a focal group was held with 12 subjects composed of students from the first to the sixth semester of the music course of a college in a city of the Vale of Paraíba Paulista. A roadmap for open questions was used as a data collection tool. The analyses based on the theory of Social representation demonstrated that the licensors in all course long put the music graduated as a practical course, focused on instrumental or cancional formation, and that the music as activity Educational interdisciplinary is practically unknown to them.

Keywords: Musical education; Human development; Degree; Music.

INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil, a formação de professores de música é realizada em cursos específicos de licenciatura na área. De acordo com a edição de 2017 do Guia do Estudante¹, há mais de 600 cursos de música oferecidos no país. Em geral, as graduações em música centram-se em uma das seguintes áreas: licenciatura, composição e regência e, principalmente, instrumento, no caso dos bacharelados. No vale do Paraíba paulista existem 7 IES², que oferecem cursos de graduação em música, sendo 6 cursos de licenciatura em música e 1 curso de bacharelado em instrumento, e, dentre as 6 licenciaturas, apenas 1 é presencial.

O curso de bacharelado em música visa formar músicos profissionais com uma sólida formação artística, humanística e científica nas habilitações de Práticas Interpretativas (que incluem formação em Instrumento, Canto e Regência) e de Composição, potencializando suas capacidades musicais, críticas e criativas para que possam desenvolver as condições necessárias à releitura de obras musicais compostas ou para gênese de obras musicais originais. O curso de licenciatura em música habilita o profissional docente para atuar no magistério de Música no Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano) e no Ensino Médio. O campo de trabalho para o graduado em licenciatura em música também oferece oportunidade na área de Iniciação Musical. O educador musical desenvolve atividades no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, voltadas para a formação humana por meio da Música. Nessa perspectiva, ele pode realizar projetos interdisciplinares, utilizando a linguagem musical como meio de promoção do desenvolvimento cognitivo, cultural e social do estudante.

A educação musical está regulamentada pela Lei 11.769 de 18 de agosto de 2008, que colocou a música como componente obrigatório da educação básica. Atualmente o mercado encontra-se aquecido para professores de música nos níveis da educação infantil, ensinos fundamental e médio, além disso, universidades, conservatórios e escolas específicas de música também recrutam este profissional.

A MÚSICA COMO OBJETO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici nasceu em 1961 com a publicação de *Psychanalyse: son image et son public* e se diferencia por sugerir a existência de um pensamento social resultante das experiências, das crenças e das trocas de informações presentes na vida cotidiana. Moscovici (1961) inaugurou uma nova postura epistemológica, ao afirmar que a absorção da ciência pelo senso comum não é, como geralmente se defendia, uma vulgarização do saber científico, mas ao contrário, trata-se de um tipo de conhecimento adaptado a outras necessidades, obedecendo a outros critérios e contextos específicos.

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa. (MOSCOVICI, 2007, p. 43)

Sua análise foi desenvolvida a partir da confiança de que a sociedade atual, mais técnica e complexa, necessitaria de um outro conceito, menos genérico que as Representações Coletivas de Durkheim, para acompanhar, explicar e tentar entender como ocorre a construção do pensamento e do conhecimento so-

1 O Guia do Estudante é uma família de publicações da Editora Abril. Essas publicações incluem apostilas de disciplinas no currículo brasileiro, revistas sobre vestibulares incluindo o ENEM e a FUVEST, e o resumo sobre atualidades. O Guia do Estudante também publica avaliações dos cursos superiores oferecidos no Brasil, e anualmente premia universidades públicas e privadas

2 No ano de 2018 o único curso de bacharelado da região pesquisada foi fechado

cial. Segundo Jodelet (1989), as RS são fenômenos complexos sempre ativos e agindo na vida social. Em sua riqueza fenomênica assinalam-se elementos diversos, os quais são às vezes estudados de maneira isolada: elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens. Mas esses elementos são sempre organizados como uma espécie de saber que diz alguma coisa sobre o estado da realidade.

É esse conjunto significativo que, relacionada à ação, encontra-se no centro da investigação científica. Ela assume a tarefa de descrevê-la, analisá-la, explicar suas dimensões, formas, processos e funcionamento. Durkheim foi o primeiro a identificar esses objetos, como produções mentais, sociais, em um estudo da “ideação coletiva”. Moscovici (1961) aperfeiçoou a análise, insistindo na singularidade dos fenômenos representacionais nas sociedades contemporâneas que se caracterizam pela intensidade e fluidez das trocas e comunicações, pelo desenvolvimento da ciência e mobilidade social.

Na opinião de Moscovici há três formas pelas quais uma representação pode tornar-se social. As representações podem ser partilhadas por todos os membros de um grupo altamente estruturado (um partido, uma nação etc.) sem terem sido produzidas pelo grupo. Estas representações hegemônicas prevalecem implicitamente em todas as práticas simbólicas e parecem ser uniformes e coercivas. Outras representações são o produto da circulação de conhecimento e de ideias de grupos que estão em contato mais ou menos próximo. Cada grupo cria as suas próprias versões e compartilha com outros grupos. Estas são representações emancipadas, com certo grau de autonomia, tendo uma função complementar uma vez que resultam da partilha de um conjunto de interpretações e de símbolos. Por último, existem as representações que são geradas no decurso de um conflito ou controvérsia social e que não são partilhadas pela sociedade no conjunto. Estas representações controversas devem ser consideradas no contexto de uma oposição ou luta entre grupos (MOSCOVICI, 1961).

A música é um fenômeno de comunicação social, são as trocas de mensagens linguísticas e não linguísticas entre os sujeitos e grupos. Há RS toda vez em que os membros de um determinado grupo social têm uma concepção das condutas “normais” ou das respostas “corretas” de seus pares. Esses membros esperam um tipo de resposta ao que eles julgam corretas, de acordo com uma concepção pré-estabelecida.

A abordagem das RS investiga e assimila os processos e produtos do senso comum, ou seja, dos sentidos comuns aos sujeitos pertencentes a um determinado grupo. Desta perspectiva, a abordagem das RS apoia-se nas teorias sobre o processo de conhecer, nas quais as pessoas são ativas produtoras de seus saberes e conhecimentos, e torna-se de grande utilidade na determinação das “concepções prévias” apresentadas pelos alunos na constituição de suas teorias, e como acontece o processo de escolha pelo curso a partir dessa abordagem.

EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL

A música perpassa a História do Brasil com muita persistência abrangendo períodos de atividades e inatividades. Hoje, após 40 anos de exclusão, podemos assistir o renascimento da música no currículo da Educação brasileira, como cita a publicação no Diário Oficial da União: A Lei 11.769 determina a obrigatoriedade da música na escola. O presidente Lula sancionou no dia 18 de agosto de 2008, a Lei Nº 11.769, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica. A aprovação da Lei foi sem dúvida uma grande conquista para a área de educação musical no País. Segundo a Publicação do Diário Oficial, desafios esperam o Ensino Musical na Educação Brasileira, um caminho que sempre foi trilhado e que mais uma vez, irá ser adaptado no currículo educacional deixando um marco na História da Educação Musical no Brasil.

Em janeiro de 1847 surgiu a primeira Lei estabelecendo conteúdo para a formação musical: Princípios básicos de solfejo; Voz; Instrumentos de cordas; Instrumentos de sopro e Harmonia. Assim, o Brasil começa a fornecer diploma de formação musical. Em 1851 D. Pedro II aprova a Lei 630, que estabelece o conteúdo de ensino de música para as escolas primárias e secundárias Brasil, Mello (1947). Depois de um notável esplendor artístico e cultural a Educação Musical estagnou do segundo Império até a República. Teixeira (2014) ainda nos conta que em 1912, João Gomes Júnior cria o método analítico, trabalho pioneiro na área musical baseado no sistema de movimentos e improvisação. João Gomes também introduziu na Educação Brasileira o canto orfeônico ou canto coral livre, uma prática coletiva que não exigia de seus integrantes o conhecimento musical, e as vozes não eram distribuídas com um rigor técnico. Na década de 1920, Anísio Teixeira (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova), propôs reformas no sistema educacional. Com a chegada da Era Vargas, Anísio Teixeira tem, então, a oportunidade de colocar seu projeto em prática trazendo grandes mudanças na educação que “ajudaria” a música a atingir novamente, notável esplendor, como no período colonial.

Em 18 de abril de 1931, o presidente Getúlio Vargas assina o Decreto 19.890 instituindo o Canto Orfeônico, tornando-o disciplina obrigatória no currículo escolar. Já em 1932, secretário de Educação, Anísio Teixeira funda a Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA), convida Villa-Lobos para o cargo de diretor, educador, maestro e pesquisador musical com vasta experiência e conhecimento da música brasileira, fruto de muitas viagens pelo Brasil que possibilitou “colher” material nativo e folclórico.

Teixeira (2014) assevera que para suprir a nova demanda de professores capacitados para atuarem na área musical, o SEMA cria um curso destinado à formação de professores especializados. O curso tinha por objetivo estudar a música nos seus aspectos técnicos, sociais e artísticos e era composto de um currículo extenso: Canto Orfeônico; Regência; Orientação Prática; Análise Harmônica; Teoria Aplicada; Solfejo; Ditado Rítmico; Técnica Vocal e Fisiologia da Voz; História da Música; Estética Musical; Etnologia e Folclore. Foi pela contribuição do maestro Villa-Lobos que o Canto Orfeônico se converteu no maior movimento de Educação Musical em massa ocorrido no Brasil, possibilitando um concerto no Rio de Janeiro envolvendo mais de doze mil vozes cujo participantes eram alunos do curso primário, secundário e de trabalhadores.

Sua ligação com o Governo Getúlio Vargas deixa uma Educação Musical com marca nacionalista, e uma essência moral e cívica. Em 1935, Villa-Lobos, lançou o Guia Prático, publicação extensiva para música coral. O canto Orfeônico esteve presente nas escolas brasileiras até o final da década de 1960, desaparecendo gradativamente do currículo escolar. Em 1971 com a promulgação da Lei 5692, o ensino das artes foi agrupado instituindo a chamada polivalência na disciplina de Educação Artística, referindo-se a ideia de um único professor trabalhar as ramificações artísticas: Artes Visuais, Teatro, Música e Dança. Alguns meses antes da promulgação da LDB, o Governo João Goulart em 21/08/1961, assinou o Decreto n.51.

Os chamados cursos de licenciatura curta, muito comum na década de 70 (ditadura militar), não foram suficientes para preparar o professor, resultando numa formação precária que, aliados a uma política tecnicista (Pedagogia Tecnicista), percebe-se a predominância do ensino das artes visuais e o desaparecimento gradual das artes coletivas como o teatro, a dança e a música, do currículo escolar. A promulgação da nova LDB nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, advindo de uma Pedagogia Tecnicista, é baseada, agora, no princípio do direito universal: “Educação para todos” (Pedagogia Humanista). Proporcionando autonomia às Instituições Escolares, a nova LDB diminui a centralização do poder educacional no MEC, respeitando a diversidade cultural e o regionalismo. Nesse contexto a música fará parte do currículo de Artes como apreciação ou entretenimento.

Um bom planejamento precisa garantir a cada modalidade artística no mínimo duas aulas semanais, em seqüência, a cada ano [...]Por exemplo, se Artes Visuais e Teatro forem eleitos respectivamente na primeira e segunda série, as demais formas de arte poderão ser abordadas em alguns projetos interdisciplinares, em visitas a espetáculos, apresentações ou apreciação de reproduções e vídeos, pôsteres, etc. A mesma escola trabalhará com Dança e música nas terceiras e quarta séries, invertendo a opção pelos projetos interdisciplinares. (BRASIL, 1998, p. 108)

Teixeira (2014) comenta que embora na nova LDB a música seja mencionada na área de Artes, como nas outras leis, fica claro que a música é um elemento para ser desenvolvido em projetos interdisciplinares de forma apreciativa ou até mesmo de outras formas, mas não como ensino da música na educação. Apesar da música ser parte do conteúdo de Artes, ela é exercida por um profissional especialista, mas como forma de entretenimento, ou comemorações festivas.

Quarenta anos se passaram sem que a Educação Musical aparecesse nos currículos da educação brasileira, mas finalmente em 2008, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é alterada para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na Educação básica: a Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. De acordo com o parágrafo 6º, a música passa a ser conteúdo a ser estudado, mas não com o objetivo de formar músicos, embora os conhecimentos da área sejam extremamente importantes.

Com o veto do 2º Artigo da lei 11.769, paira uma grande dúvida sobre a educação musical brasileira, foi retirada a obrigatoriedade de ser especialista e formado na área musical para poder lecionar, o que coloca uma grande dúvida na qualidade da educação musical que está sendo oferecida no país, já que esta lei é direcionada aos estudantes da Educação básica, com a música sendo direcionada para a área da educação, muito mais que na área artística. O que está sendo motivos de vários estudos e debates entre os educadores musicais.

Analisando a história da educação musical, vemos que o ensino da música sempre foi voltado ao âmbito artístico, e, mesmo quando se uniu a música na área educacional, ela foi usada como atividade de entretenimento e comemoração.

METODOLOGIA

A amostra desta pesquisa foi não-probabilística, composta por alunos que cursam a licenciatura em música de uma faculdade de um município do vale do Paraíba paulista. A amostra não-probabilística foi composta por 12 alunos: dois alunos de cada semestre do curso, sendo que o curso é composto de seis semestres³, totalizando assim, 12 sujeitos. A IES pesquisada possui 135 alunos devidamente matriculados no curso de licenciatura em música. Além da distribuição ao longo do curso, o critério de escolha foi uma seleção de licenciandos que começaram a estudar teoria, apreciação e percepção musical apenas após ingressarem na faculdade, ou seja, não tinham um conhecimento profundo na área musical.

Visando abordar questões em maior profundidade, pela interação grupal, cada grupo focal não pode ser excessivamente grande, mas também não pode ser excessivamente pequeno, ficando sua dimensão preferencialmente entre seis a 12 pessoas. Em geral, para projetos de pesquisa, o ideal é não trabalhar com mais de dez participantes. Grupos maiores

3 Até a data do grupo focal o curso de licenciatura em música na IES pesquisada possuía 3 anos de duração dividido em 6 semestres, a partir do ano de 2018, o mesmo curso passou a ter a duração de 4 anos, divididos em 8 semestres.

limitam a participação, as oportunidades de trocas de idéias e elaborações, o aprofundamento no tratamento do tema e também os registros. (GATTI, 2005, p.22)

É importante destacar que a faculdade de música escolhida não inclui em seu vestibular a prova de conhecimentos específicos em música. As questões foram elaboradas em tópicos que abrangeram o processo de escolha pela faculdade de licenciatura em música.

O grupo focal é conduzido por um moderador, que deve propor várias questões para os participantes. Estas questões compõem um roteiro previamente testado, preparado a partir dos objetivos do estudo. Ao moderador cabe encorajar os participantes a expressarem livremente seus sentimentos, opiniões e pareceres sobre a questão em estudo. (WESTPLTAL, BÓGUS, FARIA, 1996, p. 473)

Além disso, os tópicos componentes do roteiro foram organizados de acordo com orientações apresentadas na obra de Gatti (2005). Assim, esses tópicos foram elaborados em formato de questões ou temas de acordo com a seguinte ordem: sensibilização e abertura, desenvolvimento, questão-chave e, por fim, encerramento.

Por ser uma técnica de levantamento de dados que se produz pela dinâmica interacional de um grupo de pessoas, com um facilitador, seu emprego exige alguns cuidados metodológicos e certa formação do facilitador trabalhos com grupos. O foco no assunto em pauta deve ser mantido, porém criando-se um clima abeto às discussões, o mais possível livre de ameaças palpáveis. Os participantes precisam sentir confiança para expressar suas opiniões e enveredar pelos ângulos que quiserem, em uma participação ativa. (GATTI, 2005, p.12)

Com a questão chave: O que levou vocês a escolher cursar licenciatura em música? procurou-se manter o foco no objetivo sobre o processo de escolha dos alunos para com o curso de licenciatura em música dentro de um debate focado, aberto com a participação ativa de todos os participantes.

EDUCAÇÃO MUSICAL E FORMAÇÃO MUSICAL: LICENCIATURA X BACHARELADO

Um dos principais desafios na educação musical brasileira é lidar com a diferença entre os conceitos de educação musical e de formação musical, ou seja, no primeiro caso, a música como processo interdisciplinar educativo, no segundo, a música de performance com vistas à formação de músicos profissionais.

Em virtude da promulgação da Lei Federal 11.769 de 18 de agosto de 2008, que define a obrigatoriedade do ensino da música nas escolas de educação básica, inúmeras discussões, debates, propostas teórico-metodológicas, projetos e iniciativas locais referentes ao retorno da música nos contextos escolares têm surgido no meio escolar. Todas estas questões estão pautadas pelos profissionais do meio acadêmico da música, nas associações de classe, de cursos de pós-graduação do país, de congressos na área, na tentativa de elucidar os aspectos em que a Lei é omissa: quais as medidas que devem ser tomadas para que a lei seja cumprida? Quais profissionais devem ministrar essas aulas?

Uma outra situação é o veto ao artigo 2º da Lei Federal 11.769/08: “o ensino da música será ministra-

do por professores com formação específica na área”, que reivindicava o professor especialista em música para ministrar este tipo de ensino, que era a razão da criação das licenciaturas em música, conforme estava disposto.

Na justificativa do veto, há o argumento de que a música deve ser considerada uma prática social e que profissionais que atuam na área, que mostrem uma reconhecida competência, mesmo não possuindo formação acadêmica, estão aptos a lecionar música nas escolas. De acordo com essa discussão, Penna (2002) pergunta: Para que uma licenciatura em música?

É importante observar que a escola, ao mesmo tempo que tenta inovar, tende a manter a sua cultura tradicional intacta no campo da educação musical, não trabalhando a música no campo educacional, deixando-a na maioria das vezes como uma atividade complementar, voltada ao ensino de um instrumento ou coral (canto).

Observamos que, por um lado, a escola se abre a inovações e, por outro, tende a conservar sua cultura escolar defendida, na maioria das vezes, pelos próprios professores que resistem a mudanças. Por que não considerar o ensino de música na escola um campo que se escreve na Educação? Tradicionalmente, por estas razões históricos-sociais, concebe-se o ensino da música, aquele voltado ao aprendizado de um instrumento ou canto. (ESPERIDIÃO, 2012, p.72)

Essa questão tem criado um problema: alunos sem uma formação musical anterior, ao procurar uma faculdade de música, ainda não sabem, de forma clara, diferenciar uma licenciatura de um bacharelado, ou seja, não sabem os objetivos de cada curso⁴. Isto acontece pelo fato que existem IES que oferecem a licenciatura em música, sem ter uma prova de conhecimentos específicos em seu vestibular.

Este estudo apontou esta questão, lançando como primeira pergunta: o que levou os participantes a escolherem o curso de licenciatura em música?

Oito dos 12 sujeitos, ou seja, a maioria não conhecia o conceito de licenciatura antes de entrar no curso: pensavam que o curso escolhido seria voltado muito mais para a prática de algum instrumento, sem disciplinas de cunho pedagógico. Ou seja, a maioria via o curso como um conservatório ou um curso de bacharelado em instrumento.

O Sujeito 9 (5º semestre) destaca esse ponto:

Sujeito 9 (5º semestre): primeiro, que sempre fui apaixonada por música, e a faculdade seria a oportunidade de fazer aulas. Aí chegou um momento que eu já tinha feito magistério e senti a necessidade de fazer algo que eu realmente gostasse e fiquei sabendo da faculdade de música. Em um primeiro momento não sabia que era licenciatura, quando vi que era licenciatura, e como já tinha feito magistério, achei interessante que poderia integrar as duas coisas.

4

O bacharelado é um curso voltado à formação de músicos instrumentistas, e a licenciatura, voltada ao ensino e à educação.

Um aspecto relevante é que a IES pesquisada não menciona na propaganda colocada nas mídias de rádio, televisão e de panfletagem do curso a palavra “licenciatura” e sim apenas música. Este foi um elemento importante nas falas dos sujeitos quanto à escolha desta graduação. Ao ver na propaganda da instituição a palavra música sem o complemento licenciatura, afirmaram imaginar que o curso seria voltado para a prática, ou seja, um curso onde eles aprenderiam a tocar um instrumento ou aprenderiam o canto. Assim, a maioria dos sujeitos respondeu que não sabia que era licenciatura.

O sujeito 8 (4º semestre) comenta exatamente esse ponto:

Sujeito 8 (4º semestre): Acho que a maioria foi assim, viu!? Acho que todos foram assim, eles viram lá: faculdade de música, mas não sabiam que era licenciatura, não sabiam qual era a diferença de ser uma licenciatura. Depois que estão aqui dentro, vamos continuar.

O sujeito 10 (5º semestre) confirma a fala do sujeito 8 (4º semestre).

Sujeito 10 (5º semestre): Desde criança eu gostei da parte musical. Não tive muitas oportunidades de estudar música por trabalhar em outra área. Quando vi no site a palavra música, quis entrar com o intuito de aprender, não sabia que era licenciatura, mas depois que entramos no barco.

Sujeito 8 (4º semestre): Aqui mesmo você pode contar quantos sabiam, a maioria não sabia.

Sobre a falta do termo licenciatura na propaganda da escola, opinaram que este seria um fator de desistência nas turmas, pelo fato de que a maioria representa o termo graduação em música como um curso prático, sem matérias de cunho pedagógico, base de um curso de licenciatura.

Sujeito 10 (5º semestre): Eu já sabia a diferença, mas pela propaganda do curso estar escrito apenas música, eu pensei que seria um bacharelado ou um conservatório. Tanto é que quando começamos, a nossa turma tinha uns 80 alunos, e uma semana depois das aulas começarem, a turma diminuiu muito.

Sujeito 1 (1º semestre): Sim, houve desistência depois que começamos o curso, pois viram que não era igual a um conservatório.

O sujeito 5 (3º semestre) faz uma ressalva sobre o sentido da representação da palavra música visto na propaganda, uma representação voltada à prática e não à pedagogia, ao ensinar música.

Sujeito 5 (3º semestre): Depois que os alunos percebem que não tem aula de instrumento, e nem muitas aulas práticas, eles acabam desistindo.

Ao serem questionados se tinham conhecimento que um curso de bacharelado também abrange uma grande parte teórica, todos responderam que sabiam, mas afirmaram que em um bacharelado não teria os aspectos pedagógicos presentes na formação de professores. Isso mostra, mais uma vez, que a representação da palavra música está, para a maioria dos sujeitos, ligada à dimensão performática instrumentista e não à pedagógica.

Nas afirmações abaixo é possível perceber essa concepção dos sujeitos:

Sujeito 12 (6º semestre): Mas não tem a teoria da sala de aula.

Sujeito 10 (5º semestre): Não teria a parte pedagógica.

Sujeito 11 (6º semestre): Aprender todas aquelas leis? Não quero.

Jodelet (1989), conforme visto anteriormente, nos diz que as RS são fenômenos complexos sempre ativos e agindo na vida social. Em sua riqueza fenomênica assinalam-se elementos diversos, os quais são às vezes estudados de maneira isolada: elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens. Esses elementos são sempre organizados como uma espécie de saber que diz alguma coisa sobre o estado da realidade. No caso estudado, vemos que os alunos trazem à tona uma RS quando observam a palavra música relacionada ao universo acadêmico: estudar música para a maioria está enraizado na crença da performance, na crença de tocar um instrumento, ou cantar, ou seja, de se tornar um artista.

Por outro lado, quatro sujeitos afirmaram terem escolhido o curso justamente por ser licenciatura. O sujeito 1(1º semestre) fala de sua vontade de trabalhar com música.

Sujeito 1 (1º semestre): Eu sabia que era licenciatura e na minha família tem algumas pessoas que trabalham com música. Eu sempre gostei e não me via fazendo outra coisa que não seja direcionada a música.

O relato do sujeito 3 (2º semestre)⁵ mostra a consciência e o objetivo de unir o interesse pela música ligada à história e assim poder trabalhar relacionando as duas áreas, em uma perspectiva interdisciplinar.

Sujeito 3 (2º semestre): Em primeiro lugar porque gosto muito de música, e em segundo porque é uma licenciatura. Eu vi que era licenciatura e como já fiz uma licenciatura em história, vi a oportunidade de eliminar algumas matérias, vim na expectativa, não de aprender a tocar um instrumento, mas sim de trabalhar com música em algum momento. Tenho consciência que preciso me aprofundar também fora da licenciatura por não ter um conhecimento prévio nesta área. Por trabalhar em pesquisa e não na educação, vi a oportunidade de em algum momento juntar o conhecimento das duas licenciaturas.

O relato do sujeito 11(6º semestre) mostra que o conhecimento e a vontade de cursar a licenciatura vem da sua influência familiar ou da busca pela aprovação da família

Sujeito 11 (6º semestre): Eu estava fazendo contabilidade, fiz o técnico em contabilidade também porque achava que estudar música era um pouco coisa de vagabundo. Mas eu mudei um pouco a cabeça da minha família e saí da contabilidade e fui para a música. Quando eu soube que era licenciatura eu gostei da ideia, minha família é de professores, então sabia que estaria voltada para a área pedagógica. Só discordo quando falam que a licenciatura é menos assustadora, mas discordo hoje, pois quando entrei eu achava isso também. Hoje eu penso que seria legal ter o bacharelado para depois fazer a licenciatura, eu que tive a oportunidade de estudar por fora, percebo que as pessoas que não têm conhecimento de música antes de entrar na faculdade acabam segurando os outros. Para muitos os papéis estão invertidos devemos primeiro saber o conteúdo para depois ensiná-lo, aqueles que entram sem conhecimento terão que aprender muitas coisas teóricas na faculdade, e terão dificuldades na hora de trabalhar no ensino.

5

O Sujeito 3 (2º semestre) já possui uma licenciatura em história

Ele lança, ainda, uma crítica ao modelo atual do ensino da música: como ensinar música sem dominar o conteúdo? Segundo sua visão, a faculdade de licenciatura não oferece uma profundidade teórico-musical como o bacharelado. Para ele, isso levanta a questão de que, mesmo cursando uma licenciatura, é interessante manter estudos técnicos paralelos para o aprofundamento teórico e técnico da música.

Seu relato é corroborado pelos sujeitos 7 e 9:

Sujeito 7 (4º semestre): O ideal seria ter uma prática antes e a licenciatura ser um complemento, e isto não é um critério que a faculdade exige, aqui se você quiser fazer, mesmo sem saber nada de música, você vai fazer. Então sem conhecimento prévio, 3 anos são muito pouco e por isso vou buscar fazer o caminho inverso, depois que me formar vou querer fazer um curso técnico no conservatório.

Sujeito 9 (5º semestre): Eu acho que só a faculdade não basta, pois para quem não viu música antes da faculdade é tudo muito complexo, e para eu entrar em uma sala de aula preciso dominar o conhecimento. Então hoje eu curso um conservatório para me dar mais base além da faculdade e mesmo sabendo que vai demorar para eu ter uma base para entrar em uma sala de aula, é algo que eu gosto muito e quero tentar fazer, mas a minha preocupação é ainda que não ficou claro o que o MEC quer na sala de aula, se é apenas uma musicalização básica ou uma aula de música de verdade. Estou perdida nesse assunto.

É essencial destacar aqui mais uma vez que a IES pesquisada não possui em seu vestibular a prova de conhecimentos específicos em música, o que colabora para a formação de classes bem heterogêneas. Para o sujeito 6 (3º semestre), o curso de licenciatura seria menos exigente tecnicamente e teoricamente no âmbito musical do que um curso de bacharelado, ou seja, segundo suas palavras, a licenciatura “assusta” menos:

Sujeito 6 (3º semestre): Bom, eu entrei sabendo que era licenciatura, não é a minha primeira formação e eu não fiz antes porque não via viabilidade para trabalhar com isso. Não fui para o bacharelado por que não me sentia preparada e porque sei que no bacharelado existe uma outra estrutura, a licenciatura assustou menos, abrange menos coisas e é menos tempo também.

Nesse caso, para o sujeito 6, sua ancoragem é de que o curso de licenciatura seria na prática mais fácil do que um curso de bacharelado, assim em seu senso, ele escolhe o primeiro, pois acredita que não possui um aprofundamento técnico e teórico musical apto ao curso de bacharelado. Sua ancoragem liga a licenciatura a um curso menos assustador e menos exigente na prática instrumental.

Por outro lado, alguns sujeitos colocaram que o fato de a licenciatura ter o objetivo pedagógico na educação básica, ou seja, não está direcionada para um público que busca o aprendizado musical como preferência, é um fator que intimida.

Na afirmação do sujeito 1(1º semestre) emerge a impressão marcada pelo sentimento de receio:

Sujeito 1 (1º semestre): A licenciatura ainda me assusta um pouco, não me imagino entrando em uma sala de aula e tendo que explicar alguma coisa, isso me assusta.

O sujeito 10 (5º semestre) complementa a fala do sujeito 1 (1º semestre) qualificando o motivo que assusta:

Sujeito 10 (5º semestre): Este susto vem do despreparo, com a juventude de hoje, que está de uma forma que nem os pais conseguem controlar.

O fato de a licenciatura ajudar a lecionar música em outros contextos que não na educação básica também veio à tona na pesquisa, sendo que os sujeitos mais experientes com o trabalho musical concordaram que este é um ponto favorável.

O sujeito 10 (5º semestre) mostra sua experiência com a aplicabilidade do conhecimento pedagógico adquirido na licenciatura

Sujeito 10 (5º semestre): Dentro do que eu venho aplicando, tem me ajudado bastante, principalmente na parte pedagógica. Com a parte pedagógica a gente consegue nortear melhor.

O sujeito 7 (4º semestre) confirma que a licenciatura é uma ajuda para a didática em outros contextos de ensino, mas afirma também que não é uma necessidade.

Sujeito 7: Ajuda, mas não é necessário.

Assim como mostra Moscovici (1961), existem três formas pelas quais uma representação pode tornar-se social. As representações podem ser partilhadas por todos os membros de um grupo altamente estruturado (um partido, uma nação etc.) sem terem sido produzidas pelo grupo. Estas representações hegemônicas prevalecem implicitamente em todas as práticas simbólicas e parecem ser uniformes e coercivas.

Outras representações são o produto da circulação de conhecimento e de ideias de grupos que estão em contato mais ou menos próximo. Cada grupo cria as suas próprias versões e compartilha com outros grupos. Estas são representações emancipadas, com certo grau de autonomia, tendo uma função complementar uma vez que resultam da partilha de um conjunto de interpretações e de símbolos.

Por último, existem as representações que são geradas no decurso de um conflito ou controvérsia social e que não são partilhadas pela sociedade no conjunto. Estas representações controversas devem ser consideradas no contexto de uma oposição ou luta entre grupos.

Antes de entrarem na faculdade existem dois grupos; o primeiro representa a palavra música como um curso de aprendizagem artística no campo da performance, e um outro grupo, menor, que possui um conhecimento mais aprofundado e já sabe que a música além do aporte da prática instrumental e vocal, também possui o aporte voltado para a educação.

Ao adentrarem na faculdade de música, esses dois grupos que eram opostos, passam a partilhar os mesmo símbolos e conhecimentos, passando do terceiro grupo citado por Moscovici, ou seja, um grupo oposto, para um grupo mais homogêneo, que compartilham as mesmas práticas simbólicas e teóricas.

As RS dos alunos da graduação em música, em sua maioria, ainda são voltadas para a performance, ou seja, a maioria dos graduandos ainda pensam o estudo acadêmico em música voltado apenas para a formação de músicos e não para a educação interdisciplinar, e esta representação por sua vez, prejudica a continuidade dos indivíduos no curso de licenciatura, quando não se tem uma descrição exata do curso nas

propagandas da IES⁶.

O grupo que conhece as diferenças entre o bacharelado e a licenciatura, não possui um comportamento de desistência que esteja ligado às suas RS, isso demonstra que um saber confiável relacionado aos objetivos de cada curso, está diretamente ligado com a motivação que determina a continuidade ou a desistência dos indivíduos que buscam adentrar em uma formação superior em música.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente no Brasil o ensino da música, na maior parte de sua aplicação, foi focado na prática do canto e de instrumentos. No século XXI, após 40 anos, de estagnação, o governo federal por meio da promulgação da Lei Federal 11.769 de 18 de agosto de 2008, definiu a obrigatoriedade da educação musical nas escolas de educação básica.

O ensino superior da música no Brasil é dividido em licenciatura, composição e regência e, principalmente, instrumento, no caso dos bacharelados. Como já foi dito, na perspectiva da licenciatura, o profissional pode além de ministrar aulas na educação básica, realizar projetos interdisciplinares, utilizando a linguagem musical como meio de promoção do desenvolvimento cognitivo, cultural e social do estudante.

Com a promulgação da Lei 11.769, o mercado de trabalho para professores de música nos níveis da educação infantil, ensinos fundamental e médio voltou a ser bastante ativo, além disso, universidades, conservatórios e escolas específicas de música também voltaram a recrutar este profissional. O veto ao artigo 2º da Lei Federal 11.769/08 que reivindicava o professor especialista em música para ministrar este tipo de ensino, que era a razão da criação das licenciaturas em música causou uma grande interrogação no meio musical-educativo.

Por meio da experiência do autor como professor da única IES que oferece a licenciatura em música em regime presencial na região do vale do Paraíba paulista problematizou-se: qual o critério que os alunos utilizam ao optarem por um curso de licenciatura em música. A pesquisa foi embasada na teoria das Representações Sociais, formulada por Serge Moscovici no ano de 1961.

Atento ao fato de que a instituição escolhida não oferece provas específicas em seu vestibular, verificou-se que, ao ver apenas a palavra música na propaganda midiática da instituição, a maioria dos sujeitos representam o curso de uma forma prática, ou seja, eles representam como um conservatório ou um bacharelado, cursos ligados a performance e a formação artística do músico. Apenas os sujeitos que já cursaram uma outra faculdade mostraram saber o que era, e qual era o objetivo da licenciatura em música. Como no Brasil o ensino da música é historicamente ligado a performance e a formação artística, e as RS da música para a maioria dos indivíduos, principalmente aqueles que não tem um conhecimento musical básico, está ligada a essa característica, as ancoragens na prática e no desenvolvimento artístico para os candidatos leigos ocasionam a formação de dois grupos representativos dentro da faculdade; um com alunos que sabem os objetivos interdisciplinares e educativos da licenciatura e outro que não conhece esses objetivos, pois pela falta de conhecimento mais aprofundado, as suas ancoragens estão ligadas ao processo histórico do ensino da música no Brasil,

Nesse sentido, a escolha dos indivíduos pelo curso de licenciatura em música está diretamente ligada às RS construídas ao longo do tempo sobre este tema. Lane, apud Martins (2007) se posiciona, trazendo o caráter histórico e dialético da formação de grupos. A partir dessa perspectiva, o fato de o próprio grupo ser uma experiência histórica que se constrói num determinado espaço e tempo, fruto das relações que vão

⁶ É importante dizer, aliás, que muitas instituições têm usado essa estratégia para conquistar mais alunos no curso de música, não descrevendo o curso como uma licenciatura. Apesar de realmente atingirem esse objetivo, no decorrer dos semestres muitos alunos desistem dos cursos.

ocorrendo no cotidiano e ao mesmo tempo que traz para a experiência presente vários aspectos gerais da sociedade expressas nas contradições que emergem no grupo, articulando aspectos pessoais, características grupais, vivência subjetiva e realidade objetiva.

O que podemos detectar nessas representações, como reguladoras de comportamentos, conceitos e normas de um grupo social, sobre um determinado objeto, neste caso, a música ligada ao ensino superior, é que ainda paira uma grande interrogação sobre os objetivos da formação do professor de educação musical, e mesmo do ponto de vista dos graduandos, existem muitas dúvidas de como atuar nesse campo de trabalho. É preciso estratégias para aprofundar e fortalecer a formação de educadores na área de música, aproximando os conteúdos do bacharelado e da licenciatura exigindo também os conhecimentos específicos no vestibular, para que o candidato saiba com veemência o que busca ao escolher a música como profissão, tanto na área de performance quanto na área da educação. Também precisamos instruir as IES que oferecem esse curso a especificar e explicar bem a diferença de uma licenciatura, a importância das matérias pedagógicas para o desenvolvimento do educador e também aprofundar as disciplinas que ligam a música aos contextos sociológicos, filosóficos e interdisciplinares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.769 de 18 de agosto de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º de agosto de 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Lei no. 90394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Ministério da Educação: 2014

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.

ESPERIDIÃO, N. **Educação musical e formação de professores – suíte e variações sobre o tema**. São Paulo: Globus, 2012

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

JODELET, D.: **Représentations Sociales: un domaine en expansion**. In D. Jodelet (Ed.) *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993

MARTINS, S.T.F.M. **Psicologia Social e Processo Grupal: a coerência entre fazer, pensar e sentir em Sílvia Lane**. In: *Psicologia & Sociedade*; vol. 19, Edição Especial n. 2, setembro.2007, p. 76-80, Botucatu, São Paulo, Brasil

MELLO, G. **A música no Brasil desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1947.

MOSCOVICI, S. **La Psychanalyse, son image et son public**. Paris: Press Universitary de France, 1961

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

PENNA, M. **Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa**. *Revista da Abem*, n. 7, p. 7-19, setembro, 2002

WESTPLTAL M. F., BÓGUS C.M., FARIA M.M. **Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil**. In: *Boletim de la Oficina Sanitária Panamericana*. São Paulo v.120, n.6, 1995.

Acesso à internet

<http://guiadoestudante.abril.com.br/> acesso em 8 de maio de 2017

<http://mec.gov.br/> acesso em 8 de maio de 2017

<https://www.webartigos.com/artigos/marcos-historico-da-educacao-musical-no-brasil/118434> acesso em 4 de agosto de 2017

ENVELHECIMENTO ATIVO E CONDIÇÕES DE VIDA EM CIDADES DO INTERIOR
PAULISTA: um olhar para os indicadores do sisap/idoso
*ACTIVE AGING AND LIVING CONDITIONS IN CITIES OF THE PAULISTA INTERIOR: a look at the sisap
/ old indicators*

Fernanda F Zanin De Oliveira Aquino¹, Leda Nardi¹, Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leao¹

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano - Universidade de Taubaté. - fernan-
dazaquino@gmail.com

Recebido em 15 de agosto de 2017; Aceito em 30 de maio de 2018.

Resumo

Este artigo aborda as condições de vida da pessoa idosa nos municípios de Lorena e São Luiz do Paraitinga, situados na região do Vale do Paraíba Paulista. Apresenta as características de cada um dos municípios, evidenciando aspectos do desenvolvimento socioeconômico. Como a longevidade é um fenômeno de destaque nos últimos anos em diferentes áreas de pesquisa, há carência de estudos sobre as necessidades apresentadas pelo novo perfil de pessoas idosas, população cada vez mais crescente na sociedade. O objetivo desta pesquisa foi caracterizar as condições de vida de idosos de dois municípios paulistas e discuti-las em relação às políticas sociais vigentes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada em outubro de 2016, que utilizou como fonte as informações mais recentes do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso (SISAP-Idoso), uma base de dados secundários, que conjuga informações oficiais sobre essa população, inclusive as condições de vida do idoso e suas relações com a família e com a sociedade. Os dados foram extraídos por dimensão, sistematizados por município e, posteriormente, comparados, para fins de análise. No levantamento realizado, verificou-se que, em ambos os municípios, os idosos apresentam condições de vida semelhantes em relação aos índices pesquisados.

Palavras chave: Idosos. Envelhecimento ativo. Condições de vida urbana.

Abstract

This article deals with the living conditions of the elderly in the municipalities of Lorena and São Luiz do Paraitinga, located in the Vale do Paraíba Paulista region. It presents the characteristics of each of the municipalities, highlighting aspects of socioeconomic development. As longevity has been a prominent phenomenon in recent years in different areas of research, there is a lack of studies on the needs presented by the new profile of older people, an increasingly growing population in society. The objective of this research was to characterize the living conditions of the elderly of two paulista municipalities and to discuss them in relation to the current social policies. This is a bibliographic research, carried out in October 2016, which used as a source the most recent information from the "Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso (SISAP-Idoso)" (System of Health Indicators and Follow-up of Policies of the Elderly (SISAP-Idoso) "Aged"), a secondary database, which combines official information on this population, including the living conditions of the elderly and their relations with the family and society. Data were extracted by SISAP dimension, systematized by municipality and then compared for analysis purposes. In the survey carried out, it was verified that in both municipalities, the elderly present similar living conditions in relation to the indexes surveyed.

Keywords: Elderly. Active aging. Urban living conditions.

INTRODUÇÃO

A longevidade é um fenômeno de destaque nos últimos anos em diferentes áreas de pesquisa, entre elas as Ciências Sociais, que permitem reflexões sobre as necessidades apresentadas pelo novo perfil de pessoas idosas, como população cada vez mais crescente na sociedade.

Nesse cenário, a Organização Mundial da Saúde (OMS) adota o conceito de Envelhecimento Ativo definido como “o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OMS, 2005). Tudo indica que esse conceito torna mais abrangente a ideia de envelhecimento saudável, considerando que outros aspectos, além dos cuidados com a saúde, influenciam no modo de envelhecer, referindo-se, inclusive, à participação contínua do idoso nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis.

A morte prematura do parceiro, o acesso insuficiente a cuidados físicos e de saúde a preços razoáveis, a exclusão da participação na sociedade, a falta de habitação, a perda de autonomia, a institucionalização, a falta de contatos sociais e a solidão são, todos eles, fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos idosos. Estes podem também defrontar-se com um ambiente social e físico restrito, que, quando aliado a capacidades pessoais diminuídas e ambientes físicos e sociais restritos, os pode impedir de tirar partido de oportunidades à sua disposição e combater as ameaças que os afetam. (PNUD, 2014, p. 71)

Nessa linha de raciocínio, Santos (2009) lembra os fatores socioeconômicos como determinantes nas condições de vida, como o padrão de moradia (tipo e condições da residência), densidade habitacional, estrutura da residência, acesso a serviços essenciais (energia elétrica, água encanada), saneamento (destino dos dejetos sanitários e do lixo) e condições econômicas. Esse autor justifica esse ponto, citando que:

Pensar os fatores socioeconômicos como elementos constituintes das condições de vida possibilita uma visão mais ampliada da realidade concreta dos indivíduos, pois permite ir além das questões econômicas, pensar e descrever a face material da realidade (que envolve as condições materiais de vida no que se refere à moradia e saneamento) e a disponibilidade e utilização de bens e serviços, (como serviços de saúde, segurança, energia elétrica, comunicação, escolaridade, condições de trabalho, cultura e lazer) (SANTOS, 2009, p. 26).

Observa-se que os estudos sobre os idosos brasileiros ainda são escassos, se desconhece muito sobre como vivem, dada a heterogeneidade de vivências de velhice e as dimensões continentais do país. Conhecer e ampliar essa realidade do envelhecimento populacional, portanto, mostra-se importante, especialmente para pleitear melhorias nas condições de vida e de acesso às políticas sociais e públicas. Os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ratificam a mudança demográfica pela qual vem passando o país nas últimas décadas.

Os resultados dos Censos Demográficos mostram que as taxas de fecundidade total no Brasil vêm decrescendo, passando de mais de 6,0 filhos por mulher, em 1960, para 1,90 filhos, em 2010, situando-se, portanto, abaixo do nível de reposição da população que é de 2,1 filhos por mulher. Esta redução dos níveis de fecundidade nos últimos 50 anos é

considerada a principal razão para a queda do ritmo de crescimento da população brasileira e fator primordial na mudança da estrutura etária populacional do País, a qual se apresenta mais envelhecida, em virtude da redução da quantidade de crianças e do aumento proporcional de idosos no seu conjunto (IBGE, 2010).

Ademais, nesse processo de envelhecimento da população, constata-se a ocorrência de diferentes fenômenos sociais, como o convívio entre diferentes gerações e a ineficiência das políticas públicas direcionadas aos idosos, aqui entendidos como:

[...] indivíduos assim denominados em um dado contexto sociocultural, em virtude das diferenças que exibem em aparência, força, funcionalidade, produtividade e desempenho de papéis sociais primários em comparação com adultos não idosos. (NERI, 2013, p.18-19)

As preocupações políticas com os idosos são recentes, datam da década de 1970. No Brasil, as movimentações nesse sentido são do início da década de 1980, entretanto a maior atenção lhes foi dada no início do século XXI. Não obstante se tenha alavancado o *status* político do idoso, segundo Couto (2005), observa-se ainda uma postura de preconceito e inferiorização para com esse, denominada de ageísmo, por tratar-se de discriminação em relação à idade. É possível supor que essa postura se deva à falta de conhecimentos sobre esse segmento da população, já que o processo de envelhecimento é um fenômeno social ainda com pouca visibilidade. A lógica vigente ainda é a das sociedades industrializadas, que tendem a desvalorizar seus idosos, tratando-os como um peso social, como se velhice fosse doença, uma vez que persiste a ideia de que não são mais produtivos têm um baixo poder de consumo. Sobre isso, Bosi (1984, p. 80) alerta: “[...] não se deve confundir senilidade, que é um fenômeno patológico, com senescência, que é um estado normal do ciclo de vida [...] a senilidade é um efeito da senescência ou um produto artificial da sociedade que rejeita os velhos”.

Nota-se, na afirmação dessa autora, que o tratamento dispensado aos idosos dentro da nossa sociedade é uma questão cultural, já que, em outras comunidades menos capitalizadas, os idosos ocupam lugar de destaque, sendo reconhecidos como os guardiões do saber e dos conhecimentos de vida, portanto os responsáveis pela continuidade da comunidade em questão.

Os estudos apontam que as vivências do idoso nessa fase da vida humana são marcadas pelos fatos vividos por ele, portanto cada indivíduo que alcança a velhice apresenta um histórico de desenvolvimento único. Assim, as mudanças observadas no processo do envelhecimento não são apenas biológicas, mas atreladas a aspectos sociais e culturais. Tal ideia é corroborada por Bosi (1994, p. 77):

Além de ser um destino do indivíduo, a velhice é uma categoria social. Tem um estatuto contingente, pois cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem. A sociedade industrial é maléfica para a velhice. Nas sociedades mais estáveis um octogenário pode começar a construção de uma casa, a plantação de uma horta, pode preparar os canteiros e semear um jardim. Seu filho continuará a obra.

Sobre a importância social dispensada aos idosos, da mesma forma que Ariés (1981), ao narrar a história da infância em variadas sociedades, demonstra os diferentes tratamentos recebidos pelas crianças em cada contexto, pode-se pensar que o idoso também está suscetível às atenções a ele ofertas de acordo com

seu contexto: em sociedades nas quais a produtividade é determinante do valor do indivíduo, o idoso é desvalorizado; naquelas em que o valor do indivíduo reside no conhecimento que ele acumulou ao longo da vida, o idoso é exaltado.

Ocorre que a sociedade ocidental contemporânea dedica-se a desenvolver tecnologias capazes de prolongar a vida, valorizando a juventude como se fosse eterna. Assim, as pessoas não querem morrer jovens, mas também não querem envelhecer, como se fosse possível fugir desse inexorável fenômeno humano que é o envelhecimento ou a senescência, enquanto “um processo universal, determinado geneticamente para os indivíduos da espécie, motivo pelo qual é também chamado de envelhecimento normal” (NERI, 2013, p. 20).

Do ponto de vista das ciências jurídicas, a questão do envelhecimento também ganha espaço. Observa-se que a área do Direito considera relevante o estudo sobre as condições de vida do idoso, no que tange aos dados que envolvem instâncias como a Família e o Estado e aos aspectos legais que norteiam a dinâmica relacional da pessoa idosa com essas instâncias.

O idoso é um ser humano composto de corpo e alma, somados a um valor intrínseco, que o diferencia enquanto pessoa “humana”, sendo-lhe assegurados por lei todos os direitos fundamentais a ela inerentes, sem prejuízo da proteção integral, em relação a todas as oportunidades e facilidades que preservem sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, conforme Art. 2º do *Estatuto do Idoso* (BRASIL, 2003).

No entendimento de Pontes (2012, p. 41), esse Estatuto, “ao invés de declarar que o idoso tem direitos, garante que ele os goze, revelando-se uma legítima preocupação de que o texto legal se torne sem efetividade”. Nos termos Lei nº 10.741, de 01º de outubro de 2003, o art. 1 refere ser toda pessoa “com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2003.) Nesse sentido, a partir dos 60 (sessenta) anos de idade, o cidadão é titular de direitos fundamentais em razão de sua individualidade e particularidades próprias da pessoa idosa, dentro do critério de igualdade formal.

Por direitos fundamentais, devem-se entender aqueles sem os quais a pessoa humana não tem condições de desenvolver uma vida digna compatível com a sua condição natural de homem. Tais direitos são indissociáveis da pessoa, inalienáveis, intransmissíveis, imprescritíveis e irrenunciáveis. O respeito a eles é a base de um Estado Democrático de Direito, revelando-se como limite ao arbítrio do poder estatal que deve adotar ora posições passivas para não atingi-los, ora uma postura ativa para que tais direitos sejam realmente efetivados e implementados (PONTES, 2012, p. 41).

Sousa (2004, p. 8), entre um conjunto de autores, reitera que a sociedade brasileira deve assegurar os direitos desse segmento populacional, “de maneira que o idoso deve ser sempre reintegrado ao convívio familiar, social e comunitário em decorrência de sua maturidade, por suas experiências profissionais e pessoais”. Sobre isso, lembra-se que o artigo 230 da *Constituição Federal* preconiza que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

No *Estatuto do Idoso*, o artigo 3º complementa o texto constitucional, detalhando propriamente de que forma as instâncias sociais (família, sociedade e Estado) devem atuar de modo a garantir, com absoluta propriedade, a efetivação do referido direito à vida, contemplando questões relacionadas à educação, à cultura, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, entre outras, incluindo a convivência familiar e comunitária. Em seu

parágrafo único, esse artigo aponta que, entre as garantias de prioridade, constam: atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população; preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas; priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência; capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos (BRASIL, 2003).

Segundo Sousa (2004), na seara da proteção integral, vários dispositivos da Constituição Federal reportam-se aos idosos; o constitucionalizado no artigo 3º, inc. IV, apontando como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, preconizado, no artigo 1º, inc. II e III, que aborda respectivamente a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Sobre a dignidade da pessoa humana, Sousa (2006, p.71) lembra ser uma questão “fundamental no respeito à vida, aos direitos pessoais, aos direitos sociais e econômicos, educacionais, bem como às liberdades públicas em geral, valores esses que devem ser extensivos aos idosos”. Portanto, consoante entendimento maior, a proteção ao idoso deve ser ampla, eficiente, impositiva e especial.

Mediante o exposto, este artigo aborda alguns aspectos das condições de vida de idosos de dois municípios brasileiros, que embora geograficamente próximos, apresentam características distintas de desenvolvimento. A partir de indicadores oficiais, propôs-se a caracterizar quem são esses sujeitos, seus direitos e os deveres das instâncias sociais, enquanto garantidores de condições de vida adequadas daqueles que se encontram na velhice.

OBJETIVO

Caracterizar as condições de vida de idosos de dois municípios paulistas e discuti-las em relação às políticas sociais vigentes.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada por meio de materiais já elaborados e publicados, para delinear as condições de uma população específica (GIL, 2008). Utiliza como fonte os dados do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso (SISAP-Idoso), criado pelo Ministério da Saúde em ação conjunta com a Área Técnica da Saúde da Pessoa Idosa do Ministério da Saúde e do Laboratório de Informação em Saúde (LIS), do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (ICICT), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Trata-se de uma base de dados secundários, que conjuga informações relacionadas às condições de vida do idoso e suas relações com a família e sociedade.

A metodologia desenvolvida pelo SISAP-Idoso envolve quatro dimensões de informações, subdivididas em áreas. A dimensão escolhida para exploração foi a dos “Determinantes de Saúde”, que abrange os aspectos contextuais e ambientais, os socioeconômicos e a fragilidade social, os demográficos e os comportamentais. Vale ressaltar que apenas os determinantes comportamentais não foram aqui objeto de exploração. Esta dimensão permite identificar a proporção de idosos que moram sozinhos e traçar um perfil como apresentado adiante. Salienta-se que os índices referem-se aos dados mais recentes disponíveis na fonte pesquisada, consultados em outubro de 2016, nos municípios de São Luiz do Paraitinga e de Lorena, selecionados em virtude de as autoras neles residirem. Lorena conta com uma economia baseada na indústria e na prestação de serviços, enquanto São Luiz do Paraitinga baseia sua economia em atividades agrárias e turísticas.

Os dados extraídos por dimensão foram sistematizados por município e, posteriormente, foram comparados, para fins de análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

São Luiz do Paraitinga é um município situado no Vale do Paraíba Paulista que, graças às suas particularidades culturais, recebeu o título de estância turística. Desde então, o turismo vem se consolidando como uma alternativa econômica à sua população, que conta com pouco mais de 10 mil habitantes.

Lorena é uma cidade do estado de São Paulo localizada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Estrategicamente localizada entre os principais centros consumidores do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), Lorena conta com a infraestrutura necessária para o suprimento de importantes matérias primas, bem como para o escoamento de produtos para o exterior. O município destaca-se por contar com três universidades que, consideradas com ensino de excelência, são fatores atrativos para a presença de novas indústrias. A economia da cidade caracteriza-se fortemente pelo ramo de serviços, acompanhado pelos ramos do comércio e da indústria. Sua população estimada é de aproximadamente 87.000 habitantes.

Com base nas informações acessadas no *site* do SISAP-Idoso, constata-se que, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, o município de São Luiz do Paraitinga tem uma população de 1600 idosos, sendo 801 (15,05%) do sexo masculino e 800 (15,75%), do feminino (SISAP – Idoso, 2010), demonstrando equilíbrio na distribuição demográfica relacionada ao gênero dos idosos, o que pode ser associado às baixas taxas de criminalidade nesse município, elemento que protege os jovens do sexo masculino, permitindo-lhes chegar à velhice.

As agressões (homicídios) representaram parcela significativa das mortes entre os jovens e adultos jovens. Para o conjunto de óbitos de homens de 15 a 19 anos de idade, os homicídios foram causas de 57,4% das mortes. Entre os adultos jovens de 20 a 29 anos, do mesmo sexo, a proporção atingiu 53,8%, no ano de 2008. Para as mulheres dos grupos etários abordados, a principal causa externa foi o acidente de trânsito, sendo observados, respectivamente, 41,8% e 40,0 % das mortes por causas externas neste segmento da população. Os homicídios foram causas de 1/3 das mortes de mulheres da faixa etária de 20 a 29 anos. (IBGE - Saúde, 2010, s/p.)

Quanto a Lorena, o município abriga uma população de 10.380 idosos, 4271 do sexo masculino e 6109, do sexo feminino, compondo um percentual de 12,58% da população total da cidade. Dessa população idosa, 10,72% são homens e 14,31% mulheres (SISAP – Idoso 2010), demonstrando que Lorena acompanha o cenário da região, que evidencia uma população idosa constituída em sua maioria por mulheres, representando um processo de transformação quanto ao perfil etário da população. Considerando que essa transformação etária não acontece de forma isolada, ou seja, é circunscrita a um contexto de aspectos sociais, políticos, econômicos e educacionais, mostra-se necessário aprofundar uma investigação desse indicador.

A razão de sexo é um indicador que aponta o equilíbrio dos sexos numa população na medida em que há uma divisão proporcional entre homens e mulheres. Expressa o número de pessoas do sexo masculino para cada grupo de 100 pessoas do sexo feminino. Em 2009, havia, para cada 100 mulheres, 94,8 homens. Esta razão vem declinando ao longo do tempo em virtude da sobremortalidade masculina. (IBGE – Aspectos demográficos, 2010, s/p)

Camarano (2014) declara que é preciso conhecer as características específicas desse público, quais são, de fato, os números, quanto representa da população, o que representa na sociedade, quais são suas influências nos diversos contextos, suas necessidades, enfim, deve existir um esforço profundo para se apropriar e compreender o fenômeno em questão e buscar formas de responder a ele.

Em São Luiz do Paraitinga, os idosos compõem um percentual de 15,39% da população total do município, que, em 2010, era de 10.397 habitantes, percentual que deve ser atingido no Brasil somente no ano de 2020, ou seja, dez anos antes esse município já atingiu o percentual estimado de envelhecimento da população total no país. Há que se ressaltar o fato de que esse envelhecimento populacional acelerado dificulta o planejamento de ações para minimizar as perdas causadas pelo processo biológico natural de envelhecer. Além disso, esse processo sugere que está ocorrendo um planejamento familiar para o controle de natalidade e que os cuidados com a saúde aumentaram, favorecendo a longevidade. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas às necessidades desse segmento populacional devem ser criadas e/ou melhoradas e asseguradas.

De acordo com o *Estatuto do Idoso*, no Art. 37, todo idoso tem direito à moradia digna. Constatou-se que entre os idosos luizenses, 86,69% vivem em domicílios com coleta de lixo adequada, enquanto em Lorena este percentual é de 97,77%, demonstrando uma maior eficácia deste serviço público no segundo município. Já 61,25% dos idosos vivem em residências com água encanada em São Luiz do Paraitinga, percentual novamente inferior ao de Lorena, que é de 96,78%, o que pode indicar, igualmente, maior eficiência do poder público no segundo município; 67,34% dos idosos de São Luiz do Paraitinga vivem em domicílios com rede de esgoto, enquanto em Lorena o percentual é de 97,41%; 54,60% dos idosos vivem em domicílios considerados adequados em São Luiz do Paraitinga, enquanto em Lorena a porcentagem é de 85,76%. Considera-se adequado o domicílio de propriedade privada e moradia permanente, com no máximo dois habitantes por dormitório (SISAP – Idoso, 2010). Lembra-se que essa declaração ao Censo do IBGE é fornecida espontaneamente pelo idoso, que pode ser seletivo na informação. Esses índices demonstram que São Luiz do Paraitinga ainda tem muito a investir para que sua população, especialmente a idosa, viva em condições adequadas de moradia, já que pouco mais da metade dos idosos declararam viver em condições consideradas dignas, de acordo com o *Estatuto do Idoso*, enquanto Lorena já está mais próxima de uma realidade ideal, com índices mais elevados.

Assim, cinco dimensões foram consideradas fundamentais para a melhoria dos domicílios situados nessas localidades: (1) acesso à água potável (em quantidade suficiente para uso familiar e a um preço acessível); (2) acesso ao saneamento básico (existência de banheiro privativo ou compartilhado com um número razoável de pessoas); (3) segurança da posse, que garanta proteção do Estado contra desalojamento forçado; (4) durabilidade da construção (em local não perigoso e com estrutura permanente e adequada); e (5) área suficiente para viver (não mais que duas pessoas compartilhando o mesmo dormitório). (IBGE – Domicílios, 2010, s/p)

As políticas atuais aconselham a permanência dos idosos junto a suas famílias, mesmo que estas não estejam aptas a cuidar deles, uma vez que a sociedade não se preparou para este avançado envelhecimento populacional.

Acontece que, hoje, as famílias, sobretudo as mulheres, carecem de apoio institucional para oferecerem condições favoráveis para que os/as idosos/as tenham uma assistência à altura do merecido. E, provavelmente, essa situação tenderá a piorar enquanto o cuidado aos/às idosos/as não for considerado uma questão pública, de responsabilidade não apenas das famílias, mas também do Estado e da sociedade como um todo. (KUCHEMANN, 2012, p. 177)

Nesse sentido, é possível afirmar que o poder público de Lorena investe esforço para atender às condições adequadas de moradia, visto que:

O direito à moradia adequada não significa apenas que a estrutura da habitação deve ser adequada... Por exemplo, deve haver acesso à água potável, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, saneamento e instalações para lavagem, meios para o armazenamento de alimentos, eliminação de resíduos, drenagem e serviços de emergência. (BRASIL, 2013, p. 29)

Os indicadores apontam que o poder público empreende esforços paulatinamente para sanar a necessidade de moradias dignas, diminuindo o percentual de pessoas que residem em moradias inadequadas nos últimos anos, como aponta os dados levantados pelo censo (IBGE, 2010).

Observou-se que 17,53% dos idosos de São Luiz do Paraitinga moram sozinhos, sendo que 18,92% dos homens moram sozinhos e 16,15% das mulheres moram sozinhas (SISAP – Idoso, 2010), contrariando os dados constatados no Brasil de modo mais amplo, indicando que as mulheres tendem a morar sozinhas, após divórcios ou viuvez.

A pobreza na velhice tem uma forte dimensão de gênero. A expectativa de vida das mulheres é maior do que a dos homens, pelo que as mulheres são passíveis de viver mais tempo em situação de pobreza do que os homens. As mulheres têm maior probabilidade de perder o seu parceiro, e menor probabilidade de voltar a casar. (PNUD, 2014, p. 71)

Morar sozinho pode ser uma opção do idoso, o que não necessariamente reflete um distanciamento da família, já que as relações podem permanecer, com qualidade e frequência. Essa é uma tendência mundial, Bandeira *et al.*, (2010, p. 111) assinalam que cresce a cada dia o número de pessoas que optam por morar sozinhas, corroborando a ideia atual de variações nos formatos das estruturas familiares, que não mais se restringe à família tradicional de pai, mãe, filhos e, por vezes, os idosos da família.

Se, em 1998, 8,4% dos brasileiros não dividiam o teto com ninguém, esse índice aumentou para 11,6%, em 2008. Entre esses moradores solitários, cabe destacar a alta proporção de pessoas acima de 60 anos, sobretudo mulheres. Segundo Camarano (2003), em 2000, 13,5% das mulheres idosas viviam sozinhas. Essa proporção cresce com a idade, atingindo aproximadamente 18% entre as com idade superior a 75 anos

e é mais alta entre as mulheres separadas, seguidas das viúvas. Viver só pode ser um estágio temporário do ciclo de vida e pode estar refletindo preferências. (KUCHEMANN, 2012, p. 173)

Lorena apresenta um índice de 15,77% de idosos do município que moram sozinhos, sendo 13,11% deles homens e 17,63%, mulheres (SISAP – Idoso 2010). Esse quadro remete aos estudos sobre a velhice, acerca das configurações familiares e sociais.

Foi a partir dos anos de 1970 que as questões da família e da sociedade passaram a fazer parte do repertório de estudos sobre a velhice no Brasil. Este fato coincide com o movimento das pessoas idosas, principalmente as mulheres para fora dos domicílios. Nesse momento, a visão binária de família (extensa e patriarcal x nuclear e conjugal) começou a ceder espaço para a ideia de pluralidade das composições familiares. (ALVES, 2007, p. 125)

A categorização da composição domiciliar dos idosos brasileiros, conforme aponta Alves (2007), evidencia um recorte de gênero nos dados da população brasileira idosa: entre os homens é comum a co-residência com a esposa (71%) e, pelo menos, um filho ou filha (51%); já entre as mulheres, a moradia tende a ser compartilhada com filhos e/ou filhas (57%). Nesse sentido, os dados corroboram o fato de que existem mais idosos que idosas morando sozinhos.

Conforme esclarecido pelo SISAP-Idoso (2010), para calcular o índice de envelhecimento da população, utiliza-se o número de idosos com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas com menos de 15 anos residentes no município em análise. Em São Luiz do Paraitinga, segundo o censo de 2010, o índice foi de 75,22, o que demonstra um processo avançado de envelhecimento da população desse município. Em relação ao gênero, o índice de envelhecimento da população masculina é de 73,14, enquanto o da feminina é de 77,42 (SISAP-Idoso, 2010). Uma hipótese para esse elevado índice de envelhecimento da população luizense é o fato de existirem poucas oportunidades de trabalho e estudo para a população mais jovem, que compõe o índice, fazendo com que os jovens deixem o município em busca de melhores oportunidades, enquanto os idosos lá permanecem, fato que implica na circulação da economia local menor que a de Lorena.

Entre as principais consequências econômicas do envelhecimento populacional, têm-se as mudanças no mercado de trabalho (redução do crescimento ou até declínio da oferta de trabalhadores e aumento da participação de idosos no mercado de trabalho), seu impacto no crescimento econômico, as alterações nos padrões de consumo (pessoas mais velhas tendem a gastar uma parte maior de suas rendas em moradia, saúde e energia) e no comportamento de poupança dos indivíduos (como as pessoas deixam de poupar ao se aposentar, as economias com alta participação da população idosa podem experimentar alteração na taxa de poupança) (WORLD ECONOMIC AND SOCIAL SURVEY, 2007, *apud* ZANON *et al.*, 2013, p. S46).

Quanto ao índice de envelhecimento da população, o município de Lorena, segundo o censo de 2010, apresenta 57,36, indicando um processo avançado de envelhecimento da população desse município. Em relação ao gênero, o índice de envelhecimento da população masculina é de 46,10, enquanto o da feminina é de 69,17 (SISAP-Idoso, 2010). Esses índices acompanham as condições vivenciadas em nível nacional.

Em que pese o índice de população total dos dois municípios focalizados, constata-se que os indica-

dores relacionados aos idosos que vivem em situação de pobreza são próximos, pois são 11,35% os idosos de São Luiz do Paraitinga que vivem nessa condição, ou seja, com renda *per capita* de até ½ salário mínimo, habitando domicílios particulares. Entre esses, 10,22% são do sexo masculino e 12,49%, do feminino (SISAP-Idoso, 2010).

[...] é possível observar que a renda do idoso tem caráter mais permanente do que a de outros grupos etários, seja pela sua composição (na maior parte aposentadorias e pensões), seja pela poupança efetuada durante sua vida. (ZANON *et al.*, 2013, p. S47)

Em Lorena, são 13,35% os idosos que vivem em situação de pobreza, habitando domicílios particulares, sendo 7,94% deles do sexo masculino e 13,47% do feminino (SISAP-Idoso, 2010).

[...] A renda per capita domiciliar é de igual importância, decrescendo a declaração de incapacidade à medida que aumenta a renda. Uma possível explicação para essa diferenciação reside no fato de que maiores níveis de renda permitem aquisição de melhores serviços de acompanhamento, equipamentos de apoio e uma inserção social mais ativa. (IBGE-Idosos, 2010, s/p)

Sobre esta questão, Neri (2007) afirma que a perspectiva de queda da renda do trabalho nas fases finais da vida torna necessária a poupança, uma vez que se objetiva manter o patamar de consumo na velhice. Nesse sentido, a família atua como uma unidade de tomada de decisão quanto ao consumo e à poupança, implicando em um processo de socialização de renda dentro dos domicílios.

Considerando os fluxos de renda *per capita* dos idosos com mais de 60 anos, observamos as seguintes participações relativas: trabalho (39%), Previdência (49%), aluguéis (7%) e outras rendas (6%) que incluiriam a renda financeira. De acordo com a pesquisa SESC/FPA, a aposentadoria por idade (28%), a aposentadoria por tempo de serviço (26%), a pensão por morte (16%), o trabalho (15%) e a aposentadoria por invalidez (10%) são as principais fontes de renda na velhice. (NERI, 2007, p.96)

São 65,67% os idosos luizenses responsáveis pelo domicílio onde vivem, sendo que 80,15% desses do sexo masculino desempenham este papel para 51,18% das idosas (SISAP-Idoso, 2010). Esses dados podem ser interpretados como reflexo da baixa oferta de postos de trabalho no município, deixando a população em idade ativa desempregada e dependente da renda dos idosos, que é estável, por se tratar de um benefício do Estado.

O elevado número de idosos chefes de família mostra que eles assumem, cada vez mais, o papel de colaborar com a renda familiar, de forma que as transferências entre gerações tornam-se bidirecionais. Isto porque diversos eventos, como as crises econômicas ocorridas recentemente, o desemprego (principalmente entre os jovens) e a instabilidade das uniões, têm tornado muitos filhos adultos dependentes de seus pais (GUIMARÃES, 2006, *apud* ZANON *et al.*, 2013, p. S48).

Essa perspectiva é consoante ao disposto no Relatório do Desenvolvimento Humano elaborado pela Organização das Nações Unidas de que “as pessoas mais velhas também são as principais cuidadoras dos seus parceiros e netos, e cada vez mais dos seus pais também”. (PNUD, 2014, p. 72).

Somente 10,09% dos idosos de São Luiz não são responsáveis pelo domicílio onde vivem, sendo que, desses, 9,50% são do sexo masculino e 10,68%, do feminino, o que demonstra um nível baixo de dependência dos idosos luizenses, pois a maioria deles se mantém responsável pelo domicílio onde vive. Em Lorena, destaca-se que 63,56% dos idosos são os responsáveis pelo domicílio onde vivem, sendo 81,23% deles do sexo masculino os que desempenham este papel e 51,15% as idosas que o desempenham. Somente 15,19% dos idosos do município não são responsáveis pelo domicílio onde vivem, sendo que, desses, 10,10% são do sexo masculino e 18,75% são do sexo feminino (SISAP-Idoso, 2010). Tais condições são também evidenciadas em outros estudos.

A realidade do idoso enquanto chefe de família no Brasil faz com que o filho adulto (quando termina o casamento ou fica desempregado) acabe voltando para a casa dos pais. A família faz a mediação entre o mercado e os indivíduos, pois distribui rendimentos entre seus membros, quer participem ou não de sua geração, assim como faz a intermediação entre o Estado e o indivíduo, redistribuindo, direta ou indiretamente, os benefícios recebidos. Este idoso, cada vez mais, está redistribuindo sua aposentadoria ou pensão entre os seus familiares (pessoas que vivem com ele e que não estão conseguindo se sustentar). (AREOSA, 2008, p. 1)

De acordo com SISAP-Idoso, no cálculo do Índice Municipal de Vulnerabilidade Sociofamiliar (IVSF), considera-se o risco de vulnerabilidade sociofamiliar ao qual os idosos residentes no município estão sujeitos. O índice é composto de cinco dimensões: D1 – características individuais adstritas (idade, cor/raça, sexo); D2 – características socioeconômicas individuais (sabe ler e escrever, nível de escolaridade, renda); D3 – arranjo doméstico (mora sozinho, não tem cônjuge, não tem cuidador, não é responsável pelo domicílio nem cônjuge do responsável); D4 – situação socioeconômica do domicílio (renda per-capita, bens no imóvel, domicílio inadequado); D5 – características municipais (IDH, GINI, enfermeiro por habitante, cobertura da ESF). O IVSF tem variação de 0 a 1, em que 1 seria o máximo de vulnerabilidade possível pela metodologia desenvolvida. São Luiz do Paraitinga apresenta índice de 0,45 e Lorena, por sua vez, de 0,42 (SISAP-Idoso, 2010), verificando-se, portanto, não ser muito alta a vulnerabilidade sociofamiliar dos municípios em questão. Cabe citar que este índice não se limita às questões financeiras; avalia também relacionamento, saúde, autonomia, pois compreende-se que a vulnerabilidade vai além dos aspectos financeiros. “[...] o IVSF retrata as características do domicílio, a escolaridade, a ocupação, a renda per capita e a quantidade de crianças, adolescentes e idosos.” (SCHUMANN; MOURA, s/d, p. 2112)

No índice intitulado “Razão de Apoio aos Pais”, foi encontrado o valor 28,70, em São Luiz do Paraitinga, enquanto, em Lorena, de 34,09 (SISAP – Idoso, 2010). Esse índice é a medida que se usa para expressar a demanda familiar de apoio a seus membros idosos, configurando-se um indicador mais preciso para observar o contingente de pessoas idosas com 80 anos ou mais, importante pela maior incidência de problemas de saúde que ocorrem a partir dessa idade. É mais preciso no estudo do grupo etário das pessoas que, com maior frequência, cuidam desses idosos, portanto, quando se refere às mulheres, o índice é de 11,45, em São Luiz do Paraitinga, e de 27,09, em Lorena, sendo mais preciso devido à maior proporção de mulheres que cuidam de idosos na sociedade. A Razão de Apoio Feminino aos pais expressa a demanda familiar de apoio feminino aos idosos, considerando-se o contingente populacional de 80 anos ou mais que vivem com mulheres entre 50 e 64 anos de idade que podem exercer o papel de cuidador (SISAP-Idoso, 2010).

Apesar do aumento da taxa de atividade das mulheres, essas permanecem como as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma

sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas.
(IBGE – Mulheres, 2010, s/p)

Esses dados alinham-se aos índices apresentados na pesquisa realizada por um grupo de estudiosos, que apresenta os seguintes dados referentes à condição nacional.

As esposas são apontadas como aquelas que mais dão atenção aos seus maridos idosos (58%), e os filhos e filhas aqueles que mais cuidam de suas mães idosas (36%). Este dado demonstra a extrema relevância que o laço conjugal tem para os idosos e, no caso particular das mulheres, a importância dos filhos. [...] O casamento e os filhos são a garantia de atenção na velhice. Essa garantia parece ser mais sólida quando esposa e/ou filhos residem no mesmo domicílio que o(a) idoso(a). (ALVES, 2007, p. 127)

Em São Luiz do Paraitinga, a proporção de idosos com 85 anos, ou mais, é de 4,23%, sendo que a proporção de idosos do sexo masculino com 85 anos ou mais é de 3,27% e a de idosos do sexo feminino é de 5,18%. Em Lorena, a proporção de idosos com 85 anos ou mais é de 6,59%, sendo que a proporção de idosos do sexo masculino com 85 anos ou mais é de 5,07% e a de idosos do sexo feminino é de 7,66% (SISAP-Idoso, 2010). Tais dados evidenciam a necessidade de reorganização das diversas instâncias para as quais são atribuídas responsabilidades de amparo ao idoso, ou seja, a *Família*, o *Estado* e a *sociedade*.

É certo que, a partir dos 80 anos, as condições de saúde se deterioram com maior velocidade, prejudicando a independência do idoso. Portanto, observar o índice de idosos nessa faixa etária, considerados idosos longevos, mostra-se necessário para a produção de políticas públicas que apoiem essa população e seus cuidadores, pois, se esses são cuidados por filhos, a tendência é que esses filhos também já sejam idosos, configurando duas gerações de idosos numa mesma casa.

A questão do envelhecimento ativo envolve não apenas o suporte financeiro, uma vez que as relações sociais constituem aspectos fundamentais para o bem-estar dos seres humanos. Pesquisas como a de Inouye *et al.* (2010) apontam que o suporte familiar é considerado significativo fator de proteção para a qualidade de vida do idoso. “A família é um sistema complexo composto por vários subsistemas de relações interpessoais, como esposa e marido, pais e filhos, irmãos e irmãs, avós e netos. (INOUYE *et al.*, 2010, p. 590). A autora afirma ainda que o valor atribuído ao suporte familiar se dá independentemente do tipo de composição ou do número de interações que ocorrem, e sim a partir da qualidade das relações e vínculos que se estabelecem.

Ao se comparar os dados de São Luiz do Paraitinga e os de Lorena, constata-se que o percentual de idosos do primeiro município é maior e há um maior equilíbrio entre os gêneros, mas em ambos ocorre o fenômeno de crescimento desse segmento da população.

Os dados relativos à moradia digna demonstram que, em Lorena, os idosos dispõem de melhores condições de habitação, pois os índices referentes a saneamento básico apontam que o poder público de Lorena tem maiores realizações nesse quesito.

O índice de idosos morando sozinhos em São Luiz do Paraitinga é maior que o dos idosos de Lorena, permitindo pensar que a população jovem, em idade economicamente ativa, deixa o município em busca de oportunidades de estudo e de emprego, o que não ocorre com tanta frequência entre os habitantes de Lorena, já que o município se inscreve em uma região industrial, oferecendo melhores condições de estudo e mais ofertas de trabalho para a população economicamente ativa, o que permite aos mais jovens perma-

necer próximos aos seus familiares idosos. Essa hipótese pode ser confirmada pela análise do índice de envelhecimento da população, que, conforme já esclarecido, considera o número de pessoas acima de 60 anos para cada grupo de 100 pessoas com menos de 15 anos residentes no mesmo local. Em São Luiz do Paraitinga, o índice pode ser considerado muito alto, 75,22 – enquanto em Lorena, o número é de 57,36, indicando um envelhecimento menor de sua população.

O percentual de idosos vivendo em situação de pobreza é maior em Lorena do que em São Luiz do Paraitinga. No segundo município, identifica-se um desequilíbrio menor entre homens e mulheres vivendo em situação de pobreza do que no primeiro município, onde o índice de homens nessa situação é muito menor que o de mulheres vivendo nas mesmas condições. Isso pode ser explicado, por exemplo, pela intensa migração da população mais jovem, que deixa de residir com os idosos e não entra na conta referente ao índice de pobreza, que considera a renda *per capita*, ou seja, os idosos de São Luiz do Paraitinga vivem com seus salários mínimos, mas não precisam reparti-lo com outros membros da família, assegurando-lhes uma vida acima da linha da pobreza.

Em ambos os municípios, os resultados são semelhantes quanto aos indicadores de responsabilidade pelo domicílio onde vivem. Mais de 60% dos idosos de São Luiz do Paraitinga e de Lorena são responsáveis pelos seus domicílios. Em princípio, isso demonstra autonomia na gestão de suas vidas, uma marca do envelhecimento ativo e uma velhice bem sucedida. Entretanto, esse quadro pode ocultar indicadores de vulnerabilidade, que uma investigação acurada pode desvelar.

Por fim, no Índice de Vulnerabilidade sociofamiliar, também são identificados resultados semelhantes em ambos os municípios, já que São Luiz do Paraitinga apresenta como resultado o valor 0,45 e Lorena 0,42 (SISAP-Idoso, 2010), sendo Lorena mais próxima do ideal, caracterizando-se um município com melhores condições de moradia, segurança, renda, entre outras, enquanto reflexos de políticas desenvolvidas pelos setores públicos ou privados.

A despeito da importância dessas informações oficiais, nos dois municípios, assim como o restante do país, é preciso ouvir diretamente os idosos para conhecer e oferecer-lhes condições apropriadas de vida e desenvolvimento, suprindo suas necessidades no que lhes cabem enquanto Estado, como bem alerta o relatório do PNUD: “Identificar e orientar os grupos vulneráveis, reduzir a desigualdade e dar resposta à vulnerabilidade estrutural são ações essenciais para sustentar o desenvolvimento ao longo da vida do indivíduo e ao longo de gerações”. (PNUD, 2014, p. 134).

CONCLUSÃO

O levantamento realizado demonstra que, em ambos os municípios, os idosos vivenciam condições de vida semelhantes, embora os índices pesquisados apresentem melhores condições, ora em um, ora em outro.

Considera-se que a equalização de condições de vida se faz necessária, pois o longo histórico de desigualdades no país criou vários fossos sociais que prejudicam o desenvolvimento saudável da sociedade. Escolher os idosos como público alvo da atenção de programas de melhorias de condições pode, inclusive, melhorar as condições das gerações futuras, pois, poupando-se ainda que minimamente os recursos financeiros familiares para os cuidados dos mais idosos, favorece um horizonte de mais acesso futuro a esses recursos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. M. Os idosos, as redes de relações sociais e as relações familiares. In: NERI, A. L. (Org.) **Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. Fundação Perseu Abramo – Edições SESC, SP, 2007.
- AREOSA, S. V. C. BULLA, L. C. **Novas configurações familiares a partir do idoso como provedor**. In: III Mostra de pesquisa e pós-graduação PUCRS. Rio Grande do Sul, 2008.
- ÀRIES, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos. 1981.
- BANDEIRA, L; MELO, H. P; PINHEIRO, L. S. Mulheres em dados: o que informa a PNAD/ IBGE, 2008. In: **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, julho, 2010, p. 107- 119.
- BERQUÓ, E. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: NERI, A. L., DEBERT, G. G (orgs). **Velhice e sociedade**. Campinas-SP: Papyrus, 1999.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 30 set. 2016.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o **Estatuto do Idoso** e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 30 set. 2016.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/promocao-e-defesa/publicacoes-2013/pdfs/direito-a-moradia-adequada>>. Acesso em: 09 out. 2016.
- BRASIL. Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso (SISAP –Idoso). Disponível em: <<http://sisapidoso.icict.fiocruz.br/consulta-por-municipio>> . Acesso em: 07 out. 2016.
- CAMARANO, A. A. **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014.
- COUTO, M. C. P. P. **Fatores de Risco e de Proteção na Promoção de Resiliência no Envelhecimento** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande Do Sul - Instituto de Psicologia - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Porto Alegre, 2005.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 27: Síntese de Indicadores Sociais Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2010**. Rio de Janeiro, 2010.
- INOUE, K. BARHAM, E. J., PEDRAZZANI, E. S.; PAVARINI, S. C. I. Percepções de Suporte Familiar e Qualidade de Vida entre Idosos Segundo a Vulnerabilidade Social. **Revista Psicologia: Reflexão e crítica**. v. 23, n. 3. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v23n3/19.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016
- KUCHEMANN, B.A. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 27 Número 1 - Janeiro/Abril 2012.
- MENDES, M.R.S.S.B. et al. **A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração**. **Revista Acta Paul Enferm**. São Paulo. V. 18, n. 4, 422-426, 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321002005000400011&script=sci_abstract&tlng=eses>. Acesso em: 09 out. 2016.
- NERI, A.L.; Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. **Neuropsicologia do envelhecimento** [recurso eletrônico]: uma abordagem multidimensional – Leandro F. Malloy-Diniz; Daniel Fuentes, Ramon M. Cosenza – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2013.
- NERI, M. C. Renda, consumo e aposentadoria: evidências, atitudes e percepções. In: NERI, A. L. (Org.) **Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. Fundação Perseu Abramo – Edições SESC, SP, 2007.

OMS/WHO (2005). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde/ World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Sustentar o progresso humano**: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. New York, 2014.

PONTES, P. A. G. *In*: PINHEIRO, Naide Maria. (Coord.) **Estatuto do Idoso Comentado**. Campinas: Servanda, 2012.

SANTOS, D.L. **Condições de vida, acesso e utilização dos serviços de saúde do município de Camaquã, RS**: contribuições ao estudo dos determinantes sociais da saúde. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande Do Sul – Escola de Enfermagem. Porto Alegre, 2009.

SCHUMANN, L.R.M.A.; MOURA, L.B.A. Índices sintéticos de vulnerabilidade: uma revisão integrativa de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 7, p. 2105-2120, 2015.

SOUSA, A. M. V. de. O idoso na família e na sociedade. *In*: NASCIMENTO, G. A. F.; RAMPAZZO, L. (Org.) **Biodireito, ética e cidadania**. Taubaté: Cabral, 2003.

_____ **Tutela Jurídica do Idoso: a assistência e a convivência familiar**. Campinas: Alínea, 2004.

_____ O idoso na legislação brasileira. *In*: NUNES JUNIOR, Flávio Martins; NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira. (Org.) **O Direito e a Ética na Sociedade Contemporânea**. Campinas: Alínea, 2006.

ZANON, R.R.; MORETTO, A.C.; RODRIGUES, R.L. Envelhecimento populacional e mudanças no padrão de consumo e na estrutura produtiva brasileira. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 30, Sup., p. S45-S67, 2013.

A Inserção de Idosos no Mercado de Trabalho de Foz do Iguaçu *The Insertion of Elderly Person in the Labor Market of Foz do Iguaçu*

Giuliano Derrosso¹, Mariana Oliveira

¹ Doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Mestre em Administração e graduado em Psicologia e Administração. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC) - gderrosso@yahoo.com.br

Recebido em 13 de fevereiro de 2018; Aceito em 12 de junho de 2018.

Resumo

O Brasil, atualmente, está em processo de envelhecimento populacional, Foz do Iguaçu – PR segue a mesma tendência. Essa transição demográfica influencia diretamente o mercado de trabalho, pois com maior perspectiva de vida, muitos idosos continuarão a trabalhar. Com o objetivo de analisar a inserção dos idosos que atuam no mercado de trabalho da cidade de Foz do Iguaçu, esta pesquisa, através de entrevistas semiestruturadas, buscou conhecer a perspectiva das empresas e dos colaboradores idosos a respeito do trabalho na terceira idade. Tanto para os colaboradores com 60 anos de idade ou mais, quanto para os gestores, os funcionários da terceira idade estão suprindo as necessidades laborais e, em vários casos, superam em qualidade e responsabilidade o trabalho dos mais jovens. Os indivíduos idosos que se mantêm trabalhando o fazem, principalmente, por necessidade de complemento de renda e para manter-se ativo e em sociedade. Demonstram suas experiências acumuladas em um trabalho visto como exemplar pelos gestores. Ser idoso não é sinônimo de incapacidade. Envelhecer é algo natural e inserir ou manter idosos no ambiente de trabalho também passou a ser.

Palavras-chave: Diversidade; Envelhecimento demográfico; Trabalho.

Abstract

Brazil is currently in population aging process, Foz do Iguaçu - PR follows the same trend. This demographic transition influences the labor market, because with a greater life expectancy, many older people will continue to work. The objective of analyzing the insertion of the elderly who work in the labor market in the city of Foz do Iguaçu, this research, by means of semi-structured interviews, sought to know the companies' perspective and elderly employees concerning in the elderly's work. Both for employees 60 years old and older, and for managers, senior employees are meeting the labor needs and, in many cases, surpass in quality and accountability the work of the youngest. The elderly who keep working do so mainly because of the need to income supplement and to remain active and in society. They demonstrate their accumulated experiences in a job seen as exemplary by the managers. Being old is not synonymous with disability. Getting old is something natural and insert or keep seniors in the work environment also happened to be.

Keywords: Diversity; Demographic Aging; Labor.

INTRODUÇÃO

O Brasil encontra-se em processo de transição demográfica, a qual aponta mudança na estrutura etária de sua população. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o número de crianças e jovens brasileiros decresce, em contrapartida, é a parcela idosa da população brasileira que mais aumenta, caracterizando um envelhecimento demográfico.

O mercado de trabalho de Foz do Iguaçu, de acordo com o último censo feito pelo IBGE, contava com 5.630 idosos ocupados em 2010, indicando que das 123.643 pessoas que estavam trabalhando na cidade na época, 4,5% eram pessoas acima dos 60 anos. No ano de 2010 a porcentagem de idosos em Foz do Iguaçu era de 8%, para o total de 256.088 habitantes. A estimativa do IBGE para o ano de 2016 foi de 263.915 habitantes, o que, de acordo com a tendência do envelhecimento demográfico, significa que a porcentagem de idosos na cidade também aumentou.

Com o aumento da expectativa de vida, os mais velhos tendem a permanecer e almejar um lugar no mercado de trabalho. Muitos idosos preferem manter-se trabalhando, pois, chegar à aposentadoria, muitas vezes, é um ponto negativo para eles. Aposentar-se significa grandes perdas, seja pela necessidade de manter sua renda e a de sua família, seja pelo fato de não ter se preparado para tal momento, substituindo sua rotina por outros afazeres (FRANÇA; STEPANSKY, 2016; PAZ, 2002). Entretanto, há na sociedade um estereótipo para o idoso, mas ele não se percebe como idoso por suas características físicas mudadas pelo tempo, mas sim pela discriminação e rejeição advindas desta sociedade, principalmente pelo modelo de mão-de-obra exigido e tido como produtivo e ideal: pessoas jovens e vigorosas (PAZ, 2002).

Então, faz-se necessário que as empresas revejam o estilo de suas práticas administrativas e reconheçam as diferenças da força de trabalho, oferecendo treinamentos e formas de benefícios que abranjam toda a diversidade de seu pessoal, sem discriminação (ROBBINS, 2005).

Considerando o atual processo de envelhecimento da população, ao realizar esta pesquisa foi possível analisar a inserção de idosos no mercado de trabalho da cidade de Foz do Iguaçu que revelou os motivos que essa parcela crescente da população tem para não querer viver o ócio de não trabalhar, assim como revelou os motivos das empresas em manter sua equipe produtiva diversificada contratando ou mantendo idosos. Desta forma o presente trabalho buscou responder: como ocorre a inserção dos idosos no mercado de trabalho da cidade de Foz do Iguaçu – PR?

Sendo assim, este trabalho objetiva: analisar a inserção dos idosos que atuam no mercado de trabalho da cidade de Foz do Iguaçu – PR. Para isso os objetivos específicos descritos a seguir tiveram a finalidade de dar base ao objetivo geral: conhecer a perspectiva da empresa frente à atuação dos idosos no trabalho; compreender a percepção dos idosos, que estão inseridos no mercado de trabalho, a respeito do trabalho na terceira idade; e identificar as características do trabalho dos idosos da cidade de Foz do Iguaçu.

REVISÃO DE LITERATURA

RECURSOS HUMANOS E DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

A área de Recursos Humanos de uma empresa detém, hoje em dia, uma grande responsabilidade, pois, é a área que se relaciona diretamente com as pessoas da organização que são consideradas parceiras da empresa e não mais apenas recursos corporativos - muitas vezes o fator humano é o responsável pela vantagem competitiva de uma organização (RIBEIRO, 2006).

A inclusão de pessoas na empresa se dá por meio de recrutamento e seleção de pessoal. Recrutamento é atividade de atrair candidatos para as vagas que existem disponíveis nas organizações, já a seleção é a escolha do mais adequado entre todos os candidatos às vagas (MARRAS, 2016). O desafio é escolher de forma justa e sem segregar os candidatos por características pessoais que não dizem respeito à carreira profissional da pessoa, é esse o primeiro embate de uma gestão sem preconceitos (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010).

Diversidade é a multiplicidade e variedade de características dos indivíduos que irão coexistir em uma organização, que no passado era predominantemente masculina e branca e atualmente possui diferentes gêneros, religiões, idades, costumes, nacionalidades, deficiências, classes sociais, enfim, grupos de maioria e minoria (DESSLER, 2014; FLEURY, 2000). As características pessoais mais perceptíveis, de acordo com Robbins, Judge e Sobral (2010), são as demográficas e é através delas que se percebe a heterogeneização do mercado de trabalho no decorrer dos anos. Como exemplo tem-se o segundo semestre do século XX que foi marcado pelo aumento de mulheres empregadas, que nos anos 1970 chegaram a 30% da população economicamente ativa e em 2010 passou a ser 45%, já na metade do século XXI ocorrerá a mudança da idade da força de trabalho, que ficará mais velha.

A diversificação humana pode trazer vários benefícios às organizações, tais como: soluções mais criativas, inovadoras e originais; melhora a imagem da empresa; há possibilidade de que o clima de trabalho estimule o desenvolvimento das pessoas e que a empresa atue como agente de mudanças sociais (CHIAVENATO, 2010; ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010). As vantagens de se ter uma equipe diversificada serão percebidas na empresa quando os gestores administrarem adequadamente as dificuldades e as diferenças, reconhecendo que as pessoas aprendem de maneiras e em níveis diferentes. Os gestores devem se posicionar de forma a reter os funcionários e estimular maior produtividade, não tratando todos de maneira igual, mas sim, identificando as diferentes necessidades (BOHLANDER; SNELL; SHERMAN, 2009; ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010).

Entretanto, de acordo com Lacombe (2012), há aspectos da diversidade que podem representar dificuldades na gestão do ambiente organizacional, como por exemplo: atribuição de estereótipos; prejulgamentos (preconceito) com base em características ou maneiras pessoais; e exclusão de indivíduos baseando-se no grupo ao qual ele se identifica, caracterizando assim, ato de discriminação.

Hodiernamente, reconhecer as diferenças entre as pessoas é muito importante para o bom funcionamento de uma empresa, o que não se deve alimentar é a discriminação que exclui pessoas das oportunidades de trabalho e no ambiente organizacional por causa da idade elevada, gênero, etnia, tatuagens, entre outras variáveis que caracterizam cada indivíduo (DESSLER, 2014).

No Brasil existem leis que proíbem as práticas discriminatórias. A Consolidação das Leis do Trabalho tem dispositivos que abordam o tema, a Constituição Federal Brasileira, de 1988, expressa a proibição de discriminação contra a raça, religião, gênero, etnia, idade, estado civil, entre muitas outras características. Há, também, leis específicas para prevenir o ato discriminatório, como a Lei n. 9.029/ 95 que, também, proíbe a prática de discriminação e garante o acesso e a manutenção do trabalho “por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros” (DESSLER, 2014; MORAES, 2012).

Para coibir ações discriminatórias nas relações do ambiente organizacional podem ser realizadas ações afirmativas, que são programas que promovem a igualdade de oportunidade. As empresas que adotam ações afirmativas de forma voluntária devem adaptar-se e corrigir práticas discriminatórias anteriores. (DESSLER, 2014; MORAES, 2012).

Ao adotar ações afirmativas as organizações devem ter especial cautela, pois, como o defendido por Thomas (1990), as ações afirmativas devem ser intervenções de transição que vigorariam até as injustiças serem resolvidas pelos gestores, pois, quando levadas além, as ações afirmativas são percebidas como conflitantes com a meritocracia, não sendo uma ferramenta para se utilizar a longo prazo.

Gerenciar a diversidade não significa controlar ou reprimir as diferenças, mas sim, permitir que cada trabalhador realize seu potencial de maneira livre, sem padrões e barreiras. Dessa forma a diversidade possibilitará às organizações, que com ela souberem trabalhar, administrar as incertezas e complexidades do ambiente (DESSLER, 2014; THOMAS, 1990).

SIGNIFICADO DO TRABALHO

O trabalho ocupa um papel fundamental na vida das pessoas e seu significado é composto por muitos aspectos. O trabalho mais que garantir o sustento para o indivíduo, cria sentidos à sua existência e contribui para a formação de sua personalidade e identidade, ele é tão presente e intrínseco nos indivíduos que, muitas vezes, seu trabalho passa a ser sua identidade (BORGES; TAMAYO, 2001; LACOMBE, 2011; MORIN; TONELLI; PLIOPAS, 2007).

Borges e Tamayo (2001), embasados em estudos próprios, propõem um modelo apontando as principais facetas do significado do trabalho que estão definidas no Quadro 1.

QUADRO 1. FACETAS DO SIGNIFICADO DO TRABALHO

Facetas	Definição
Centralidade do Trabalho	Importância atribuída ao trabalho em comparação à importância atribuída a outros campos da vida, como: família, comunidade, lazer e religião.
Atributos Valorativos	São os valores do trabalho, que definem como o trabalho deve ser.
Atributos Descritivos	Consistem na concepção do trabalho como ele realmente é.
Hierarquia dos Atributos	É a classificação da importância dos atributos valorativos e descritivos para cada indivíduo.

Fonte: Adaptada de Borges e Tamayo (2001).

Já a pesquisa de Morin, Tonelli e Pliopas (2007) aborda os sentidos do trabalho para os indivíduos e expõe os temas mais recorrentes que foram reunidos em três dimensões principais que estão caracterizadas no Quadro 2.

QUADRO 2. DIMENSÕES DO TRABALHO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Dimensões	Características
Individual	Para um trabalho ter sentido ele precisa dar prazer a quem o exerce, gerando <i>satisfação pessoal</i> . O dinheiro recebido pelo trabalho é muito importante pois está ligado à <i>autonomia e sobrevivência</i> dos indivíduos. A perspectiva de evoluir hierarquicamente dá sentido ao trabalho, por isso <i>aprendizagem e crescimento</i> fazem parte da dimensão individual. O sentimento de <i>identidade</i> acontece quando o trabalhador se identifica e se orgulha de seu trabalho.
Organizacional	Tem sentido um trabalho que tem <i>utilidade</i> , quando o trabalho serve a algum propósito (seja simples ou não). Os <i>relacionamentos</i> são muito importantes, principalmente quando há reconhecimento pelo trabalho feito.
Social	Trabalhar gera o sentimento de pertencer a uma comunidade e a remuneração permite que haja <i>interação na sociedade</i> . O trabalho faz sentido quando o trabalhador sente que fez alguma <i>contribuição para a sociedade</i> .

Fonte: Adaptada de Morin, Tonelli e Pliopas (2007).

Independente do papel que ocupa na vida das pessoas, em determinado momento há uma ruptura com o trabalho que é o início da aposentadoria. Porém, muitos idosos continuam trabalhando, pois, ou não têm motivos para parar de trabalhar ou porque aposentadoria não é suficiente para o sustento ou, ainda, porque não houve preparação para o rompimento com o trabalho, não tendo afazeres para preencher o tempo livre (BITENCOURT et al., 2011; FRANÇA; STEPANSKY, 2016).

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

A estrutura etária do Brasil passou e passa por uma grande modificação. A expectativa de vida do brasileiro, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), aumentou 25,4 anos em meio século, de 48 anos de expectativa média de vida em 1960 para 73,4 anos em 2010.

À semelhança do país, Foz do Iguaçu apresenta um envelhecimento populacional crescente indicado pelo IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, este índice utiliza os parâmetros de saúde/longevidade, educação e renda. De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), a dimensão que mais contribuiu para o IDHM de Foz do Iguaçu foi a longevidade, que aumentou de 69,17 anos em 1991, para 76,46 anos em 2010, como representado nos gráficos da Figura 1, comparando as pirâmides etárias de 1991 e 2010, percebe-se que a base da pirâmide, que é a população jovem, se estreita e o topo, que é a população idosa, começa a alargar.

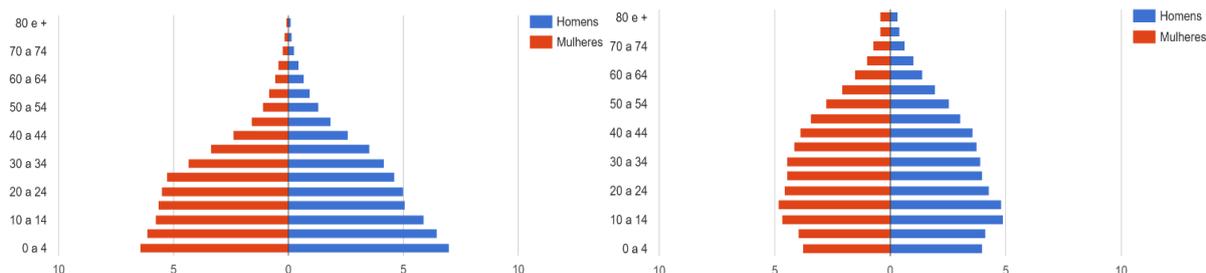


Figura 1: Pirâmides etárias de Foz do Iguaçu em 1991 e em 2010 - Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013). Adaptado de PNUD, Ipea e FJP

Não só no Brasil, mas, também, na maioria dos países do mundo a população de idosos está aumentando mais rápido que qualquer outra faixa etária e a permanência desse crescente nicho da população no mercado de trabalho mostra-se um ponto importante a ser estudado (CAMARANO, 2004; 2016; OMS, 2005). No Brasil, conforme o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/ 2003), define-se idoso como a pessoa com 60 anos de idade ou mais (BRASIL, 2003).

INSERÇÃO DO IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO

A Previdência Social - e contida nela a aposentadoria - é um dos direitos assegurados aos trabalhadores pela Constituição Federal de 1988. O recebimento da aposentadoria se dá pela idade do indivíduo (60 anos para mulheres, 65 anos para homens e 55 anos e 60 anos respectivamente para mulheres e homens trabalhadores rurais), por tempo de contribuição, por aposentadoria especial ou por invalidez. Embora, o recebimento da aposentadoria tenha o propósito de atender aos trabalhadores que estiverem em situação de risco ou daqueles que chegaram à idade de se aposentar, ela passou a ser fonte de renda aos idosos (CAMARANO; FERNANDES, 2016).

Com o rápido envelhecimento da população brasileira surgiu a necessidade de mudanças, uma das decisões tomadas foi a reforma na previdência, a fim de garantir a sustentabilidade do sistema. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 287/ 2016 apresenta o estabelecimento de idade mínima para aposentadoria sem distinção de gênero ou grupo. A idade foi fixada, inicialmente, em 65 anos. Esta PEC também prevê o aumento da expectativa de vida, estimando que a idade mínima de aposentadoria cresça de acordo com o comportamento da longevidade populacional (CONSTANZI; ANSILIERO, 2017; ZYLBERSTAJN et al., 2017).

Com a apresentação da PEC 287/ 2016 levantou-se a importância do trabalho dos idosos, porém, tal prática será um desafio a ser enfrentado, já que muitos empregadores impõem barreiras, por preconceito, à entrada e permanência da população mais velha no mercado (CAMARANO, 2016).

A relação “trabalho x velhice” parece complicada em uma sociedade cuja percepção de bom desempenho organizacional se baseia, principalmente, em produtividade. Nessa concepção a mão de obra valorizada é jovem e robusta, o que não significa que ao chegar em idades mais avançadas o idoso estará incapaz e doente. Assim, há muitas pessoas idosas que manifestam vontade de permanecer trabalhando ou de iniciar novas atividades laborais. O idoso tem direito, assegurado nas Leis n. 8.842/ 94 e n. 10.741/ 2003 – Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso respectivamente – de permanecer ou voltar ao mercado de trabalho, mesmo já aposentado, desde que respeitadas as condições próprias da idade (PAZ, 2002; SIQUEIRA; ALMEIDA, 2011).

Os idosos demonstram o desejo de continuar no mercado de trabalho, já que, muitas vezes, essa é a única alternativa de autonomia, independência e manutenção das relações sociais para eles. Há, também, indivíduos que já se aposentaram e têm o desejo de retornarem ao trabalho, pois, o valor que recebem de aposentadoria é insuficiente para suas subsistências (BITENCOURT et al., 2011; MORIN; TONELLI; PLIOPAS, 2007).

Considerando, então, o envelhecimento demográfico e o desejo dessa parte da população de permanecer no mercado organizacional, caberá às empresas absorver esse nicho da força de trabalho como alternativa à escassez da mão de obra que surgirá com a diminuição da população economicamente ativa (DESSLER, 2014; PRICEWATERHOUSECOOPERS [PWC]; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS [FGV], 2013).

Muitos gestores têm uma expectativa distorcida do desempenho e da qualidade do trabalho de pessoas com maior idade e idosos. A capacidade e criatividade não decaem com o passar do tempo, só se percebe grande diferença caso o idoso tenha muitos anos, e esse declínio, quando ocorre, varia de acordo com a função que o idoso exercia (CAMARANO, 2016; LACOMBE, 2011). Porém, há alguns empasses que são percebidos pelas empresas, como: dificuldade de adaptação com mudanças ocorridas na organização, pouca flexibilidade, dificuldade de atualização com as exigências do mercado, alguns são avessos às tecnologias e outros têm dificuldade de reconhecer um superior quando esse é mais novo (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010; PWC; FGV, 2013).

Existem, também, vantagens em se ter pessoas idosas no quadro de funcionários. Geralmente as características percebidas como positivas são: experiência acumulada e conhecimento útil para o dia a dia, sentido de ética e compromisso, baixo absenteísmo por motivos evitáveis, maior lealdade e confiabilidade, organização, cooperatividade, qualidade do trabalho, os trabalhadores mais velhos trazem diferentes pontos de vista para dentro das equipes de trabalho, facilidade em disseminar a cultura organizacional para os profissionais mais jovens, maior estabilidade no emprego, entre outros (LACOMBE, 2011; ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010; PWC; FGV, 2013).

Os desafios são vários, mas para uma boa dinâmica de mercado de trabalho voltado ao nicho dos idosos, as empresas deverão apostar em bons gestores com habilidades para promover bons programas de gestão da diversidade, olhando para a adaptação dos espaços, treinamentos e convivência da equipe como um todo (FELIX, 2010; ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010).

MÉTODOS

O presente estudo recorreu a uma pesquisa qualitativa de abordagem exploratória descritiva e foi realizada na forma de estudo de campo para alcançar os objetivos propostos. Os dados para este trabalho foram coletados em pesquisas bibliográficas e documentais, mas, principalmente, em entrevistas com perguntas semiestruturadas aplicadas aos sujeitos de interesse da pesquisa.

Para qualificar a primeira população de estudo foram definidas quatro características, são elas: I) possuir 60 anos de idade ou mais; II) estar trabalhando formalmente; III) ser funcionário (não proprietário da empresa); e IV) atuar no comércio ou no turismo da cidade de Foz do Iguaçu – PR.

Para a segunda população de estudo a qualificação necessária foi apenas uma: ser o responsável pelo setor de RH nas empresas cuja primeira população de estudo seja parte integrante da equipe de trabalho.

Foi utilizada a amostra por conveniência que, segundo MaDaniel e Gates (2003), é o pesquisador que a seleciona conforme for apropriado para ele. Essa técnica de amostragem foi a escolhida uma vez que

foi necessário autorização dos gestores das empresas para a realização das entrevistas com funcionários e gerentes de RH. Assim, os locais convenientes foram aqueles em que os funcionários se enquadraram nos itens de qualificação da população de estudo e que, também, houve o aceite por parte do proprietário para a pesquisa ser realizada.

Para este trabalho foram entrevistados oito sujeitos qualificados para a primeira população e seis sujeitos qualificados para a segunda população de estudo que foram caracterizados no Quadro 3 e cujas respostas serão abordadas neste artigo.

Optou-se por realizar as entrevistas em empresas de diferentes portes e diferentes segmentos para verificar se, em ambientes variados, a percepção sobre o trabalho iria divergir ou convergir. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes e posteriormente transcritas.

QUADRO 3. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA

Ramo	Descrição do Local	Total de Colaboradores (Total de Idosos)	Gestor	Colaborador Idoso (Idade)
Comércio	Comércio de Lanches	6 (1)	Gerente 1	Colaborador 1 (60)
Comércio	Comércio de Calçados	26 (2)	Gerente 2 e 3	Colaborador 2 (66) Colaborador 3 (64)
Comércio	Comércio de Comidas	(1)	-	Colaborador 4 (64)
Comércio	Comércio de Materiais para Construção	540 (2)	Gerente 4	Colaborador 5 (61) Colaborador 6 (62)
Comércio	Comércio de Produtos Agrícolas e Veterinários	(1)	-	Colaborador 7 (61)
Turismo	Hotel	79 (4)	Gerente 5	-
Turismo	Ponto Turístico de Foz do Iguaçu	200 (5)	Gerente 6	Colaborador 8 (78)

Fonte: Elaborada pela autora (2017)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PERCEPÇÃO DAS EMPRESAS

Foram entrevistados seis gestores que estão à frente do setor de Recursos Humanos de cinco, das sete empresas participantes desta pesquisa, são eles que recebem currículos, candidatos às vagas e fazem os processos de admissão e demissão nessas organizações.

Com a análise das informações coletadas percebeu-se não haver objeção das empresas à permanência dos colaboradores idosos no trabalho, mesmo depois de aposentados. A gerente 6, de uma empresa da rota turística de Foz do Iguaçu declarou que os idosos permanecem no trabalho mesmo após a aposentadoria por “opção deles. [...] então, pra nós estava tudo bem, não tinha problema nenhum”. A gerente 5, responsável pelo RH de um hotel tradicional da cidade, também confirmou que permanecer no trabalho parte “da vontade deles, porque nós não fazemos essa distinção”, e ressaltou que eles “permaneceram trabalhando e desempenham suas funções de forma total [...] como sempre desempenharam”. Gerente 4, responsável pelo RH da matriz de uma empresa de vendas de materiais de construção relatou:

Na verdade, até é a visão da diretoria, não temos nenhum problema quanto a isso, porque a gente vê que as pessoas mais velhas têm muito a contribuir com a empresa, com sua experiência. Muitas vezes a gente precisa daquela experiência em determinada atividade e que a pessoa jovem pode não ter. Tem a questão da responsabilidade...

Como citado acima pelo gerente 4, e que também foi uma observação repetida pelas gerências, foi a de que os idosos têm maior responsabilidade, compromisso com a empresa. Gerente 1, proprietária e responsável pelo setor de RH de uma hamburgueria afirmou que: “a pessoa com mais idade ela se interessa mais. Ou ela quer ou ela não quer. Agora, se ela topa trabalhar, ela faz de tudo pra que dê certo”. Gerente 5 reforçou tal ponto de vista ao expor que “uma pessoa que já tem idade, ela trabalha, ela consegue dar valor, ela enxerga o valor que o trabalho dela tem”.

O texto de Paz (2002) traz que a sociedade valoriza a juventude e inferioriza o idoso por ele não se encaixar nos padrões de vitalidade que as corporações querem, entretanto, há empresas que relatam o oposto ao contarem preferir o trabalho dos mais velhos ao dos mais novos, como revelou a gerente 2, proprietária e uma das responsáveis pelo RH de uma loja de calçados conhecida na cidade de Foz do Iguaçu: “Eu não troco nenhum dos meus idosos, porque eles dão de dez a zero em qualquer jovem [...]. Eles [os jovens] querem só salário. Não querem trabalhar.”

Gerente 6 também expôs sua opinião sobre a diferença entre o trabalho dos idosos e o dos mais jovens: “Na verdade, eles trabalham muito mais do que jovens, muito mais. Aguentam!” A proprietária da hamburgueria, gerente 1, relatou inclusive enfrentar dificuldades com os colaboradores mais novos.

Quando começa a trabalhar, que ele [o jovem] vê que não é brincadeira, tem horário a cumprir, tem todo um protocolo a seguir, não dura muito. Sabe, a pessoa que está aqui comigo desde o início é a ‘Ana’, de 61 anos. Ela está desde o início [...] e aonde eu preciso dela ela cumpre bem o papel.

Outro motivo que leva as empresas a elogiarem o trabalho dos colaboradores acima de 60 anos e que Robbins, Judge e Sobral (2010) veem como umas das vantagens do trabalho do idoso é o baixo absenteísmo e menor número de faltas por motivos evitáveis. “Não tenho problemas com os que trabalham com a gente, eles não faltam, são bem assíduos mesmo. Nem dão atestado, nem ficam doentes, não sei se são os meus que são saudáveis, mas não tenho dificuldade com eles” disse gerente 5. Ao ser questionada sobre o absenteísmo dos colaboradores gerente 2 foi enfática: “Nem por motivo de doença. A gente já teve caso de uma [colaboradora] da loja de baixo, que tem 62 anos. Ela quebrou o braço em dezembro e ela queria vir trabalhar de tudo quanto é jeito. A gente teve que obrigar ela a ficar em casa.”

Há, também, quem concorde com Lacombe (2011) quando este coloca que a produtividade tende a variar pouco com a idade, mas, depende da saúde do colaborador e da natureza do trabalho. Gerente 6, que elogiou o desempenho de seus colaboradores maiores de 60 anos, disse que a produtividade é a mesma “enquanto eles estão bem de saúde, porque a saúde influencia muito”. O gerente 4 expôs que:

Tem zeladoras novas que entram, mas as que se destacam são as mais velhas. As zeladoras novas já não aguentam o baque em comparação com pessoas que têm experiência na área. [...] Muitas vezes a gente associa a pessoa velha com falta de saúde. Muitas vezes uma pessoa velha é muito mais saudável que uma pessoa nova.

Os trechos citados acima demonstram a ciência que os gestores têm da relação entre produtividade e idade e que eles conhecem, pelas experiências vividas no trabalho, que o idoso não deve ser julgado como incapaz para o trabalho.

Ter uma força de trabalho diversificada é ter colaboradores de diferentes etnias, gêneros, nacionalidades, idades e origens, porém, é importante que os gestores vejam como positiva a diversidade para poder trabalhar a multiplicidade de características individuais de maneira a garantir um bom resultado para a empresa (DESSLER, 2014). Ao ser questionado a respeito da diversidade ser positiva à empresa, gerente 4 respondeu:

Com certeza, englobar vários tipos de pessoas, pode se dizer com experiências diferentes e o que importa na empresa [...] é produtividade. Se a pessoa está produzindo e desempenhando suas atividades normalmente, com certeza tá contribuindo com a empresa, dessa forma a gente vê como uma coisa positiva.

Gerente 1, proprietária da hamburgueria declarou sobre diversidade no ambiente de trabalho: “Eu não tenho preconceito nenhum, tanto que eu tive aqui funcionários negros, funcionário gordinho... Eu quero é que trabalhe, trabalhando, fazendo a sua parte, pra mim é o que interessa.” Assim, percebe-se que as empresas, independente de características pessoais, querem e buscam por produtividade, por colaboradores que contribuam verdadeiramente com o trabalho e com o crescimento da empresa.

PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES IDOSOS

Foram entrevistados oito colaboradores idosos, homens e mulheres entre 60 e 78 anos de idade. Eles têm cargos variados e trabalham em empresas que diferem entre si em tamanho e em ramo de negócio.

Entre os entrevistados há quem já se aposentou e continuou trabalhando e quem não conseguiu o benefício da aposentadoria ainda. De acordo com Bitencourt et al. (2011), muitos continuam no mercado de trabalho, pois, alguns não conseguem se sustentar apenas com o valor recebido de aposentadoria, ou não se prepararam para esse rompimento ficando sem atividades para preencher o tempo ocioso, e há ainda outros que não têm motivos para não trabalhar. É o caso da colaboradora 2, que tem 66 anos de idade e atualmente é vendedora numa loja de sapatos, disse que procurou novo emprego ao se aposentar: “Porque me sinto bem de saúde, me sinto bem confortável e tenho gás ainda pra trabalhar!”

O colaborador 7, de 61 anos, trabalha como motorista/ entregador em uma empresa de venda de produtos agrícolas e veterinários, continuou a trabalhar:

Por duas razões principais, a primeira porque, visto que eu aposentei, digamos assim, jovem ainda né, e eu sempre trabalhei desde pequeno, eu cheguei à conclusão que pra mim ficar sem fazer nada isso não iria me fazer bem tanto física, quanto psicologicamente, essa é a razão principal pra eu continuar trabalhando. E segundo que esse salário adiciona mais ao meu orçamento, é uma ajuda a mais né.

Ao questionar aqueles que não se aposentaram - metade dos entrevistados - se gostariam de permanecer trabalhando após conquistar tal benefício teve quem disse estar se preparando para preencher o tempo ocioso, como é o caso do colaborador 5, 61 anos, que é auxiliar de serviços gerais em uma das filiais de uma rede de lojas de materiais de construção, disse: “quero comprar uma chacinha, cuidar dela.” Mas há

quem não quer ficar sem o trabalho após a aposentadoria, como é o caso do colaborador 4, 64 anos de idade que trabalha como auxiliar de limpeza em um supermercado da cidade. Ao ser questionado se pretende continuar trabalhando foi taxativo: “Pretendo! Gosto de dinheiro né? É melhor sobrar do que faltar. Faltar é complicado e eu gosto de uma vida boa né, não gosto de vida ruim. Nunca gostei, por isso que eu trabalho.” Colaboradora 1, 60 anos e não aposentada, trabalha atualmente na cozinha de uma hamburgueria e, como o colaborador 4, não imagina aproveitar a aposentadoria fora do mercado de trabalho, ao ser questionada sobre a pretensão de continuar trabalhando respondeu: “Eu pretendo, pretendo sim. É muito bom trabalhar [...]. Porque eu gosto. Sai, você tem contado, você tá sempre ativa, interagindo, então eu acho importante.” Outro entrevistado que ainda não se aposentou é o colaborador 6 - que também trabalha em uma das filiais de uma empresa de venda de materiais para construção – tem 62 anos de idade e disse:

Quero aposentar, olha eu pretendo assim de aposentar porque, eu vou te falar a verdade, é cansativo a gente com essa idade de 62 anos, não que eu to me entregando né, mas a gente parar não pode, se a gente parar a gente morre né. Mas eu queria depois de aposentar trabalhar uns tempos ainda depois de aposentado pra poder dá uma equilibrada nas conta... Depois acho que de fichado mesmo dar uma parada. Parar assim, modo de dizer, mas exercer outras funções sem ser fichado pra levantar cedo e vim trabalhar.

O excerto dito pelo colaborador 6 levanta a questão da possibilidade do horário de trabalho diferenciado para os colaboradores mais velhos. Segundo o apontado pela PWC e FGV (2013) as empresas, para acompanharem o envelhecimento da população economicamente ativa, precisam tornar-se mais flexíveis quanto aos horários de trabalho ou praticar a redução da jornada de trabalho dos funcionários mais velhos. A empresa na qual o colaborador 8 trabalha como monitor é uma das atrações turísticas de Foz do Iguaçu e ofertou-o, há seis anos, uma jornada de trabalho semanal reduzida. Com 78 anos, o colaborador 8 diz:

A gente chega num ponto que financeiramente não tem mais pra onde ir, dentro das suas possibilidades, então pra que trabalhar mais? E aqui me ofereceu uma oportunidade, eu trabalho terça, quinta e sábado, entendeu, e tenho umas vantagens que é ótimo pra mim do que trabalhar o dia inteiro ganhando mais lá fora, mas não é mais, pra mim, conveniente. Facilita na renda e eu trabalho, não fico o tempo inteiro em casa. Eu tenho mais responsabilidades e não fico, assim, todo meu tempo ocupado depois dessa idade trabalhando.

Colaborador 6 quando questionado se ele continuaria trabalhando após a aposentadoria se a empresa oferecesse jornada reduzida de meio período respondeu: “Meio período só? Aqui na empresa? Encarava! Encarava porque não to me entregando, ainda não. E outra, eu ia ganhar um dinheirinho a mais né, porque hoje em dia se a pessoa se aposentar e ficar lá sentado [...] ele morre, sabia?” Ainda acrescentou que: “não vou dizer que eu vou levantar cedo e quero vir trabalhar fichado mais cedo, que na idade da gente tem que descansar um pouquinho mais. Mas eu não quero parar de trabalhar não.”

De acordo com pesquisa do Instituto Ethos (2016b) o baixo número de idosos trabalhando nas empresas representa a opinião dos gestores das organizações. Considerando esse dado, foi questionado aos idosos que participaram dessa pesquisa qual a postura dos gerentes ao saberem que uma pessoa com mais idade pretendia continuar trabalhando. O colaborador 7, há quatro anos e meio na empresa atual, levou seu currículo para avaliação quando já estava aposentado, relatou que “Não teve rejeição nenhuma, eles não levaram isso [a idade e o fato de já ser aposentado] em conta, visto que o meu currículo pra eles era o que

importava. Então não teria objeção nenhuma com isso.” A colaboradora 3, de 64 anos e gerente em uma loja de calçados, disse que também foi bem recebida após a aposentadoria e após chegar à terceira idade: “eu não encontrei nenhuma dificuldade, nenhuma mesmo, porque todos nós aqui fazemos um trabalho, cada um aqui tem seu trabalho, cada um tem sua parte.” Já a colaboradora 2, que está há 15 anos na mesma empresa, teve uma experiência diferente na sua contratação, disse que:

No início eles [os gerentes] acharam assim, [...] que eu não ia corresponder. [...] Então eles achavam assim, que eu não ia subir escada, que eu não ia fazer isso, não ia fazer aquilo... Mas, pelo contrário, pelo tempo que eu fiquei aqui nos 60 dias viram que eu tinha potencial.

Com equipes diversificadas deve-se tomar cuidado especial para não haver discriminação no ambiente organizacional (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010), por esse motivo procurou-se saber como são as relações entre os idosos entrevistados e seus colegas de trabalho. O colaborador 8 de 78 anos relatou como é a convivência: “Com muito respeito, me tratam muito bem. [...] porque a gente fala a mesma língua, entendeu. Nós falamos a mesma língua, nos respeitamos, quando precisa um do outro e tal e é sempre assim. Não tem discriminação.” Colaborador 4 mostra que mantém uma relação divertida com seus colegas, disse que o tratam: “Super bem. Me trata até com o diferencial, falam que eu sou o cara, eu falo ‘eu sou coroa meu!’ o cara são vocês.” A colaboradora 1 valoriza a equipe da qual faz parte atualmente, ela conta que o clima é: “Bem gostoso. Eu falei pra você, eu sou privilegiada. Eu to com 60 anos e num lugar que eu sou bem aceita.” Mas, relatou que já viveu momentos desagradáveis, em outra empresa, ocasionados pela diferença de idade: “Às vezes até preconceito. Chega a ser preconceito, o outro até fica jogando piadinha – que não seja preconceito – mas é desagradável.” Os gestores devem ficar atentos e procurar coibir atitudes como a última relatada para manter o grupo trabalhando bem e como equipe.

Também foi perguntado sobre a percepção dos idosos a respeito de seu trabalho em relação ao dos colegas mais jovens. Colaborador 6 tem uma percepção clara a esse respeito: “Eu digo pra você que essa juventude que tá entrando hoje em dia [...] ela só quer emprego, mas trabalhar mesmo não. [...] parece que a gente que é mais velho tem mais rapidez pro serviço, mais visão pro serviço, tendeu?”

Confiante no trabalho que faz, colaborador 4 respondeu: “eu sou rápido em tudo! Ninguém me ganha aqui em trabalho nenhum! Na real, na real não perco pra ninguém no trabalho. Eu falei pro chefe, ali ninguém faz mais do que eu.” Colaboradora 3 relatou que: “O idoso faz com mais consciência e responsabilidade. O jovem, como ainda está pra aprender, tá, ele muitas vezes deixa mais de lado, mas a juventude é algo onde ela ainda está aprendendo né.” Pelas respostas recebidas, os colaboradores idosos entendem e até mesmo ajudam os colaboradores mais novos no trabalho, tal fato, para Chiavenato (2010), é bom, pois demonstra que a diversificação gerou o desenvolvimento das pessoas da equipe.

O trabalho ocupa um papel importante na vida das pessoas e possui inúmeras definições, pois é relacionado à perspectiva dos indivíduos frente às suas vivências. Borges e Tamayo (2001) compilaram as principais facetas do significado do trabalho, que estão definidas no Quadro 1. Apesar de cada pessoa interpretar o trabalho à sua maneira de acordo com o contexto em que vive, todos os entrevistados relataram que o trabalho tem aspecto central em suas vidas. Para a colaboradora 1 o trabalho é “Tudo. Muito bom, porque você não fica só dentro de casa, você não depende só daquilo. Não fica só no meio de filho, de algumas pessoas, você sai, vê bastante gente, tem outra cabeça né, atividades.” Para o colaborador 5, o trabalho ocupa um espaço importante em sua vida, ele respondeu: “A minha vida hoje sem trabalho é uma árvore sem sombra.”

Para o colaborador 4 o trabalho também tem aspecto central na sua vida “Pra mim é tudo né. Pra mim é tudo, senão... Eu fico até emocionado de falar de trabalho! Eu gosto de trabalhar também.” O colaborador

8 disse que: “Hoje o que que significa o trabalho? Tudo. [...] Eu não sei viver sem o trabalho, pra mim é difícil.” A resposta do colaborador 6 não foi muito diferente dos outros entrevistados, ele respondeu: “O trabalho é tudo né, é tudo. Sem o trabalho minha fia... A pessoa que não trabalha, você não é nem bem visto.”

Com os depoimentos acima nota-se que o trabalho é papel central na vida de todos os entrevistados. Além da importância do trabalho cada pessoa trabalha por um propósito, pode ser para: complemento de renda, se sentir útil, continuar ativo, participar da vida em sociedade, ter autonomia e independência (FRANÇA; STEPANSKY, 2016; MORIN; TONELLI; PLIOPAS, 2007), enfim, cada um trabalha para satisfazer a uma vontade ou necessidade própria. Muitas das respostas concordam com o fato de que o trabalho é bom, pois os fazem se sentirem ativos, como declara colaboradora 2: “Se for pra ficar em casa eu vou ficar muito monótona e eu gosto de tá no meio de gente, eu gosto de tá misturada. Não gosto de ficar em casa assim assistindo televisão o dia inteiro. É muito parado”.

O colaborador 8 tem a mesma percepção sobre continuar ativo, disse que: “Em primeiro lugar, eu que quando o cidadão se aposenta e põe o chinelo e o pijama, esse tá condenado a morrer mais depressa. Eu não entendo nem conformo ficar o dia inteiro dentro de casa [...]. Eu quero movimento.”

Para o colaborador 4 o significado de trabalhar é um pouco mais profundo, para ele “O trabalho dignifica o homem, sem trabalho não tem honra.” Já a colaboradora 1 vê o trabalho como “Independência total. Não, incomodar filho, incomodar nada! Totalmente independente!” O colaborador 6 ao ser questionado disse: “Trabalha porque precisa né. Trabalho porque tenho muita necessidade, se eu não trabalhar, minha fia, não tem como viver né? Não paga as contas, você não come, você não bebe, não tem quem me banca, eu tenho que me virar né.”

Tais relatos de vitalidade e vontade de trabalhar desmistificam a imagem que a sociedade criou do idoso durante anos, a imagem de alguém cansado, doente e incapaz. Como Paz (2002, p. 86) afirma “o velho não se vê como velho pelas transformações promovidas em seu físico pelos anos vividos, mas se percebe como velho muito mais pela discriminação e negação que a sociedade lhe faz”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade atual é o envelhecimento demográfico, a população está ficando mais velha e como consequência a força de trabalho está envelhecendo também, assim, este trabalho procurou responder: como ocorre a inserção dos idosos no mercado de trabalho da cidade de Foz do Iguaçu – PR?

Com as entrevistas realizadas chegou-se à conclusão que, na cidade de Foz do Iguaçu – PR, a inserção dos idosos no mercado de trabalho acontece de maneira orgânica e espontânea, ou seja, não há pressões governamentais para a contratação desse nicho da mão de obra. Os idosos não aposentados que já estão trabalhando permanecem no emprego pelo bom desempenho percebido por seus gestores e pela experiência laboral que detêm. Os idosos já aposentados retornam ou continuam trabalhando, pois além dos aspectos descritos acima, há as percepções dos próprios colaboradores idosos de que é bom trabalhar para continuar ativo e em sociedade e, também, para complementar a renda.

Os motivos que levam os idosos a permanecerem, ou não, ativos no ambiente laboral são vários, porém, nessa pesquisa houve maior ocorrência das justificativas de renda e atividade. Os entrevistados justificam o motivo da renda, pois, quando somada à aposentadoria dá maior qualidade de vida aos já aposentados e garante o sustento daqueles que ainda não se aposentaram. Sobre a atividade, tanto para os que não se aposentaram quanto para os que já usufruem desse benefício, estar ativo e ter a responsabilidade de ir trabalhar os mantêm sãos.

Os gestores que permaneceram com colaboradores após eles chegarem aos 60 anos de idade relataram conhecer as capacidades e limitações desse nicho da equipe e quando demandadas as atividades certas disseram que eles continuam desempenhando um bom trabalho. Mas, apesar da vontade dos idosos de permanecerem ou retornarem ao mercado de trabalho, é importante que os gestores que receberem candidatos mais velhos para alguma vaga de trabalho não os subestime, conforme visto nos depoimentos, ser idoso é ter experiência e responsabilidade.-

O envelhecimento é algo natural e deve ser visto desta forma dentro das empresas também. O idoso pode adquirir, com o passar dos anos, algumas limitações, mas em contrapartida detém uma bagagem de conhecimento e habilidades que, muitas vezes, fazem a diferença na equipe de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Foz do Iguaçu – PR**, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/foz-do-iguacu_pr#vulnerabilidade> Acesso em: 18 abril 2017.
- BITENCOURT, B. M., GALLON, S.; BATISTA, M.K.; PICCININI, V.C. Para além do tempo de emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 30-57, set/ dez. 2011.
- BOHLANDER, G.; SNELL, S.; SHERMAN, A. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- BORGES, L.O., TAMAYO, A.. A estrutura cognitiva do significado do trabalho. **Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 1, n. 2, p. 11-44, jul. / dez. 2001.
- BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Brasília, 3 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm> Acesso em: 20 fevereiro 2017.
- CAMARANO, A. A. (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- CAMARANO, A. A. Empregabilidade do Trabalhador Mais Velho e Reforma da Previdência. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, Brasília, n. 61, nov. 2016.
- CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. A previdência Social Brasileira. In: ALCÂNTARA, Alexandre de O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- CHIAVENATO, I. **Comportamento Organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CONSTANZI, R. N.; ANSILIERO, G.. Reflexões Iniciais sobre a Reforma da Previdência: A Polêmica Questão de Gênero na Determinação da Idade Mínima para Aposentadoria. **Informações Fipe**, n. 436, p. 16-24, jan. 2017.
- DESSLER, G. **Administração de recursos humanos**. 3 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.
- FÉLIX, J. **Viver muito: outras ideias sobre envelhecer bem no séc. XXI (e como isso afeta a economia e o seu futuro)**. São Paulo: Leya, 2010.
- FLEURY, M. T. L. Gerenciando a Diversidade Cultural: experiências de empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 18-25, jul. /set. 2000.
- FRANÇA, L.H., STEPANSKY, D. V. **Educação Permanente para Trabalhadores Idosos – O Retorno à Rede Social**. 2016. Boletim Técnico do Senac. 2016
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. São Paulo: Instituto Ethos, 2016.
- LACOMBE, F.J. M. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Saraiva, 2012.

- ____. **Recursos Humanos: Princípios e Tendências.** São Paulo: Saraiva, 2011.
- MACDANIEL, C.; GATES, R.. **Pesquisa de Marketing.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico.** 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MORAES, K., F. Ações afirmativas no combate à discriminação nas relações de trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 147, ano 38, p. 251-314, jul. / set. 2012.
- MORIN, E., TONELLI, M. J., PLIOPAS, A. L. V. O trabalho e seus sentidos. **Psicologia & Sociedade**, 19, Edição Especial 1, p. 47-56, jan. 2007.
- OMS - Organização Mundial da Saúde. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.
- PAZ, S. F.; Trabalho na velhice: Uma relação possível? In: DIAS, J.; FREIRE, L. (Orgs.). **Diversidade: Avanço Conceitual para a educação profissional e o trabalho – Ensaio e Reflexões.** Brasília: OIT, 2002.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Envelhecimento da Força de Trabalho no Brasil: Como as empresas estão se preparando para conviver com equipes, que, em 2040, serão compostas principalmente por profissionais com mais de 45 anos?** Mar. 2013. Disponível em: < <https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/servicos/assets/consultoria-negocios/pesq-env-pwc-fgv-13e.pdf>> Acesso em: 09 maio 2017.
- RIBEIRO, A. L. **Gestão de Pessoas.** São Paulo: Saraiva, 2006.
- ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional.** 11 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F.. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro.** 14 ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 2010.
- SIQUEIRA, L. E. A.; ALMEIDA, M.. O Idoso e o Direito ao Trabalho: alguns lineamentos. **Revista de Direito do Trabalho**, v. 144, n. 37, p. 53-69, out./ dez. 2011.
- THOMAS, R. Roosevelt Jr. From affirmative action to affirmative diversity. **Harvard Business Review**, p. 107-118, mar./ abr. 1990.
- ZYLBERSTAJN, H.; OLIVA, B.; AFONSO, L. E.; ZYLBERSTAJN, E. Previdência Social: Reforma em três atos. **Informações Fipe**, n. 436, p. 8-15, jan. 2017.

Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Guidelines for the National Policy of Special Education in the Perspective of Inclusive Education

José Geraldo da Rocha¹, Alessandra de Souza Santos²

¹ Professor Adjunto Dr no Programa de Pós Graduação em Humanidades Culturais e Artes da UNIGRANRIO - rochageraldo@hotmail.com

² Mestre em Humanidades Culturais e Artes pela Unigranrio e professora da Rede Municipal de Educação de Nova Iguaçu

Recebido em 09 de outubro de 2017; Aceito em 30 de maio de 2018.

Resumo

O artigo faz uma abordagem sobre as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. De início, destaca a organização do atendimento aos alunos incluídos na rede regular de ensino e sobre o currículo nele proposto em território Nacional. Em seguida, parte para a instância Municipal, onde apresenta as Diretrizes para uma política municipal de Educação do portador de Deficiência em Nova Iguaçu; as Normas para Educação Especial e para Atendimento Educacional Especializado; além do Regimento Escolar e do Plano Municipal de Educação da Cidade de Nova Iguaçu. Concluindo destaca a importância de ser colocado em prática nas escolas toda a legislação conquistada.

Palavras Chave: Educação Especial; Diretrizes; Educação Inclusiva; Política Nacional; Política Municipal.

Abstract

The article addresses the National Policy on Special Education in the perspective of inclusive education. At the outset, it emphasizes the organization of the attendance to the students included in the regular network of education and on the curriculum proposed there in National territory. Then, he leaves for the Municipal instance, where he presents the Guidelines for a municipal policy of Education of the disabled person in Nova Iguaçu; The Standards for Special Education and Specialized Educational Assistance; Besides the School Regiment and the Municipal Education Plan of the City of Nova Iguaçu. Concluding emphasizes the importance of being put into practice in schools all the legislation conquered.

Key words: Special education; Guidelines; Inclusive education; National Policy; Municipal Policy

INTRODUÇÃO

Os direitos já contemplados nas principais leis brasileiras precisam ser assegurados na prática do dia a dia e o cidadão deve ser um dos principais fiscais dessa jornada. Dessa forma, é fundamental informar a sociedade sobre a existência dessas leis e, além disso, divulgar informações que acabem, de uma vez por todas, com a discriminação e a exclusão social.

A escola deve estar preparada e adequada às pessoas que necessitam de atendimento educacional especializado, assim como a todos, à diversidade, onde os professores devem estar capacitados com um referencial teórico pedagógico, a fim de atender essa demanda, pois as práticas pedagógicas apropriadas às deficiências são fundamentais para a evolução dos alunos incluídos.

O aluno com necessidade especial deve estar integrado em uma turma regular de ensino, participando das atividades, apropriando-se de valores e conhecimentos; onde o professor buscará atendê-los de forma atenciosa, minimizando as possíveis barreiras e dificuldades surgidas no processo ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, esse artigo surge para realizarmos uma abordagem sobre as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva buscando proporcionar o desenvolvimento intelectual e social, criando possibilidades para a inserção no mundo do trabalho.

1 DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Como o próprio Documento afirma, as Novas Diretrizes Curriculares da Educação Básica foram resultado de muito debate. O Documento busca promover que os sistemas educativos desenvolvam uma formação de qualidade, respeitando as diferentes condições sociais, culturais, emocionais, físicas e étnicas. Ele também dispõe promover o aperfeiçoamento da Educação Nacional tendo em vista o atendimento às novas demandas educacionais geradas pelas transformações sociais e econômicas, assim como a acelerada produção de conhecimentos.

Segundo o documento, essa política resgata o sentido da Educação Especial expresso na Constituição Federal, de 1988, interpretando-a como não substitutiva da escolarização comum. Ressalta a oferta de seu Atendimento Educacional Especializado (AEE) em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente, na rede pública de ensino.

Com a publicação, no ano de 2008, da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva, passa a orientar os sistemas educacionais em sua organização dos serviços e recursos da Educação Especial.

Diante desse amparo legal, o Atendimento Educacional Especializado deve ser realizado no contraturno ao da escolarização, garantindo o acesso aos alunos à educação comum e disponibilizando os serviços especializados.

No ano de 2001, têm-se as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, com a proposta de trabalhar nas escolas a valorização das diferenças.

A adoção do conceito de necessidades educacionais especiais e do horizonte da educação inclusiva implica mudanças significativas. Em vez de se pensar no aluno como a origem de um problema, exigindo-se dele um ajustamento a padrões de normalidade para aprender com os

demais, coloca-se para os sistemas de ensino e para as escolas o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos. (MEC, 2001:6).

O Documento se refere às mudanças que devem ser construídas por um caminho inclusivo tanto nas esferas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, como também em outros segmentos da sociedade.

Fazendo referências à Constituição Federal; Plano Nacional de Educação, de 2001; LDB, Lei nº 9394/96; Declaração de Salamanca; entre outros decretos; com a proposta de gerar um relatório sobre a forma de organização dos sistemas de ensino para o atendimento aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, com os fundamentos, política educacional e os princípios, assim como a construção da inclusão na área educacional em diferentes âmbitos.

Diante de tais questões, será aprofundada uma reflexão sobre a organização desse atendimento na rede regular de ensino e sobre o currículo nele proposto.

1.1 ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NA REDE REGULAR DE ENSINO

De acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), a escola regular, de qualquer nível ou modalidade de ensino, ao viabilizar a inclusão dos alunos com necessidades especiais, deve promover também a organização em classes comuns, assim como os serviços de apoio pedagógico especializado e, quando necessário, a organização de classes especiais para atendimento em caráter transitório.

Ressalta-se a prevenção de professores capacitados e especializados para o atendimento às necessidades especiais dos alunos. Junto a essa referência, Coll; Marchesi; Palacios (2004) alertam sobre a formação do professor e suas competências.

A formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras positivas nas escolas. É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas os professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar a todos os alunos. (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004:44).

Outro ponto abordado no Documento é sobre a distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns; o fato a ser considerado é que essa formação da turma traz benefícios. Todos aprendem com as diferenças, ampliando as experiências entre os alunos. Partindo do princípio de educar para a diversidade, com adaptações curriculares, em caso de necessidade, e também os serviços de apoio pedagógico especializado, caso necessário; uma proposta pedagógica voltada à inclusão, levando em consideração, peculiaridades individuais resulta em fonte de enriquecimento para todos.

A escola deve estar atenta em oferecer condições de igualdade a todos seus alunos, educando-os para a diversidade encontrada na sociedade atual. Apesar de toda garantia legal e cumprimento da lei, a escola deve ter seu foco voltado às possibilidades da aprendizagem, de como seus alunos irão aprender, quais estratégias, recursos, métodos irão utilizar para garantir a aprendizagem de todos seus alunos. A escola deve passar a buscar caminhos mais apropriados para trabalhar com essa diversidade, tendo uma proposta curricular adaptável às necessidades, além de uma educação para a cidadania.

1.2 O CURRÍCULO

O Documento denominado Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva dispõe sobre o currículo e a questão da funcionalidade, referindo-se que tanto o currículo como a avaliação devem ser funcionais. Tal Documento busca meios úteis e práticos para favorecer o desenvolvimento das competências sociais, o acesso ao conhecimento, à cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade e à inclusão dos alunos na sociedade.

O papel do educador, no processo curricular, é essencial na construção dos currículos que se manifestam nas escolas e salas de aula. Por isso, a necessidade de constantes discussões e reflexões, na escola, sobre o currículo, suas adaptações e sua aplicabilidade.

Segundo Coll; Marchesi; Palacios, (2004), é preciso haver um currículo comum para todos os alunos, podendo ser adequado ao contexto social e cultural de cada escola e às necessidades diferentes de seus alunos.

Alguns alunos conseguem superar suas dificuldades; em contrapartida, outros não alcançam, com facilidade, os conhecimentos que a sociedade considera como mínimo a cada cidadão. Dessa forma, é fundamental que o currículo escolar permita adaptações curriculares a realidades concretas, assim como respaldadas no Projeto Político Pedagógico da escola.

2 DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA EM NOVA IGUAÇU

O Município de Nova Iguaçu, considerado o maior município da baixada fluminense no Estado do Rio de Janeiro, possui suas diretrizes para ofertar uma política de educação ao portador de deficiência em Nova Iguaçu.

A partir de 2008, o Município é considerado Sistema Municipal de Educação, compreendendo todas as atividades educacionais desenvolvidas pelo Município no âmbito de sua autonomia legal e em regime de colaboração com o Estado e a União. Em seu artigo 1º, Parágrafo único, a Lei nº 3.881/2008 faz referências a respeito às Leis Federais, como a Constituição Federal e a LDB.

Parágrafo único – A organização e o funcionamento do Sistema Municipal de Educação de Nova Iguaçu obedecem ao disposto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na lei Orgânica do Município, no Estatuto da Criança e do Adolescente, nas leis e normas de âmbito nacional e municipal pertinentes, nesta lei e suas normas complementares. (SME, 2008:1).

O Sistema Municipal de Educação de Nova Iguaçu é constituído por normas que disciplinam a educação no Município, ressaltando os princípios e objetivos do Sistema Municipal de Educação: a organização e o funcionamento do próprio Sistema, assim como a escolar refere-se também ao plano municipal de educação, os recursos financeiros.

A referida Lei possui os artigos 24 e 25 sobre Educação Especial, dispondo sobre a definição, o atendimento, os profissionais, a terminalidade, o currículo e o acesso igualitário.

Art. 24 - Entende-se por Educação Especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede

regular de ensino, para educandos com necessidades especiais. §1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades; §2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (SME. Lei nº 3.881,05 de novembro de 2008:7).

O aluno com necessidade especial deve estar integrado em uma turma regular de ensino, participando das atividades, apropriando-se de valores e conhecimentos como os demais alunos; onde o professor buscará atender seus alunos de forma atenciosa, minimizando as possíveis barreiras e dificuldades surgidas no processo ensino-aprendizagem e, caso necessite, deverá recorrer aos serviços especializados ofertados pelos órgãos públicos.

Art. 25 O sistema de educação assegurará aos educandos com necessidades especiais: I. currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II. Terminabilidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar, para os superdotados; III. Professores com especialização adequada, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses a educandos nas classes comuns. IV. acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (SME. Lei nº 3.881,05 de novembro de 2008:7).

Porém, não basta a garantia de vagas no Ensino Regular para alunos com necessidades especiais, pois são muitos os fatores que possibilitem a inclusão escolar, como demonstrado no artigo 25.

Mesmo sendo o Sistema Municipal de Educação importante no contexto de inclusão, outros documentos foram fundamentais para nortear as diretrizes para uma política voltada à inclusão educacional no Município de Nova Iguaçu como, por exemplo, a Deliberação CME/NI, de 2014; o Regimento Escolar instituído pela SEMED/2015, assim como o Plano Municipal de Educação da Cidade de Nova Iguaçu, que estabelece metas de 2015 a 2025.

2.1 NORMAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA E PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

A Deliberação CME/NI nº 03, de 11 de dezembro de 2014, fixando Normas para a Educação Especial na perspectiva Inclusiva e para Atendimento Educacional Especializado (AEE), no âmbito do Sistema Municipal de Nova Iguaçu, define sobre a Educação Especial, dentro desse Município, considerando o público-alvo; oferta; atendimento e seus objetivos; os profissionais, assim como, a realização das disposições sobre as responsabilidades.

Alguns artigos são de grande relevância ao estudo aqui proposto, como os artigos 2º, definindo o público-alvo; o 3º, referindo-se ao atendimento; o 4º, sobre os objetivos; o 5º, sobre as responsabilidades; e o 8º, sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Art. 2º É público alvo da Educação Especial: I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; II – Deficiência Múltipla: é a ocorrência de duas ou mais deficiências simultaneamente, sejam deficiências intelectuais, físicas ou ambas combinadas; III – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; IV – Alunos com altas habilidades/ superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (SME, Deliberação CME/NI nº 03 de 11 de dezembro de 2014:2).

O artigo 2º define o público da Educação Especial, no Município de Nova Iguaçu, citando os transtornos e as deficiências que se enquadram na modalidade.

O artigo 3º ressalta que a Educação Especial será oferecida na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Divulgada a abrangência da Educação Especial, que vai desde a Educação Infantil até o Ensino de Jovens e Adultos.

O artigo 4º apresenta os objetivos da Educação Especial no Município de Nova Iguaçu. Um dos objetivos ressalta a aquisição de conhecimentos através de técnicas, métodos e avaliações específicas.

O artigo 5º institui um setor para tratar sobre a Educação Especial, dentro da Secretaria de Educação do Município. Com essa ação, a rede de ensino ganha um setor para atender às demandas recorrentes à Educação Especial dentro de Nova Iguaçu.

Com o parágrafo único do artigo 5º, fica notória a preocupação quanto ao atendimento especializado aos alunos portadores de necessidades especiais, dando assim, um suporte técnico à escola para facilitar o processo de ensino e aprendizagem a todos os alunos. Neste parágrafo destaca que cabe à SEMED promover parcerias intersetoriais na área de saúde, assistência social e direitos humanos, criando equipes multidisciplinares para melhor qualidade na oferta da Educação Especial.

O artigo 8º se refere ao atendimento do aluno da Educação Especial, devendo-se considerar todas as possibilidades de aprendizagem quanto aos progressos e às suas limitações. Coll (2004) ressalta uma educação adaptada às reais necessidades do aluno em atendimento às diferenças individuais.

Os alunos, porém, não são iguais. Inclusive afirma-se que todos os alunos são diferentes em seus ritmos de aprendizagem e em seus modos pessoais de enfrentar o processo educacional e a construção de seus conhecimentos. A atenção às diferenças individuais faz parte também de todas as estratégias educativas que se assentam no respeito à individualidade de cada aluno. Um respeito que, no caso dos alunos com necessidades educativas especiais, exige que se proporcione uma educação adaptada às suas possibilidades (COLL; MARCHESI; PALACIOS 2004:38).

Os artigos 10, 11, 12 e 14 devem ser citados, pois evidenciam a definição, a forma, que deve ser realizado e quem faz parte do público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), assim como quais deficiências são atendidas.

Segundo a Deliberação CME/NI nº 03, de 11 de dezembro de 2014, considera-se Atendimento Educacional Especializado o conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados institucionalmente prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos do público-alvo da Educação Especial, matriculados no ensino regular, com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

A referida Deliberação define o público-alvo do Atendimento Educacional Especializado alunos que apresentem: I – Altas Habilidades ou Superdotação; II – Deficiência Física; III – Deficiência Intelectual; IV – Deficiência Visual/cegueira; V – Deficiência Auditiva/surdez; VI – Deficiências Múltiplas; VII – Transtornos Globais do Desenvolvimento para o atendimento em questão.

Os artigos 15 e 17 ressaltam sobre a frequência diária do público-alvo nas escolas da rede municipal em classes regulares e, se necessário no contraturno, o Atendimento Educacional Especializado. Nesses artigos, a preocupação referente a esse atendimento nas classes regulares, tanto com a qualidade no processo de ensino e aprendizagem quanto no processo de socialização, é evidenciada.

A consideração de Santos (2006) corrobora com o artigo 17 quando diz: “Entendemos que uma classe inclusiva é aquela que promove o desenvolvimento do seu aluno, e não apenas oferece a oportunidade da convivência social.”

O artigo 17 apresenta um diferencial que é a questão do atendimento em turmas regulares. Levando em consideração que o professor precisa conhecer seus alunos para melhor atendê-los e que alunos incluídos requerem, muitas vezes, adaptações para que esse processo de ensino e aprendizagem ocorra, tem-se o Inciso nº 2, que garante a diminuição de dois alunos caso a turma tenha um incluído.

Os artigos de 22 a 25 se referem ao currículo e à avaliação dos alunos incluídos, assim como seus registros. Os artigos em questão afirmam a preocupação quanto à qualidade ao processo de ensino e aprendizagem, assegurando a possibilidade de adequação curricular, a importância dos registros do processo pedagógico, dos avanços alcançados, assim como, o respeito às limitações e às diferenças.

Sobre alunos com altas habilidades ou superdotação, a Deliberação, em seu artigo 27, afirma que eles devem ter a possibilidade de avanço nos cursos e nos anos de escolaridade mediante verificação do aprendizado, devendo ser realizada pela equipe técnico-pedagógica, com o acompanhamento da Supervisão Escolar e da equipe do setor de Educação Especial.

2.2 REGIMENTO ESCOLAR 2015 – RESOLUÇÃO SEMED 002/15

O Regimento das Unidades Escolares Municipais de Nova Iguaçu, criado a partir da Resolução SEMED 002/15, de 23 de janeiro de 2015, dispõe sobre a organização administrativa, didática, pedagógica e disciplinar, estabelecido sob princípios democráticos, normas, direitos e deveres.

Esse Documento dispõe de uma seção, com os artigos 18 e 19 sobre Educação Especial inclusiva nas escolas da rede municipal de ensino. Um dos enfoques do Regimento é sobre seu ousado objetivo, que é o de garantir, além da matrícula e permanência, a qualidade dos alunos incluídos, gerando um desafio à rede municipal de educação do Município.

A inclusão educacional é um processo conquistado perante a lei, mas a ser construído no cotidiano escolar, com seus integrantes, sendo esses: direção, professores, alunos, funcionários, pais e comunidade.

O Regimento também dispõe as atribuições e definições sobre professores da classe hospitalar, de Libras, intérpretes de Libras, professor de Braille e professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Outro ponto relevante ao Regimento é sobre o art. 82 referindo-se à estrutura curricular dentro do Município de Nova Iguaçu, respeitando-se às diretrizes da LDB. Segundo o Documento, os currículos devem envolver todas as experiências vividas pelo aluno, dentro ou fora da escola, devendo acompanhar a evolução do conhecimento ajustando-se às reais necessidades.

A Secretaria Municipal de Educação, segundo o Regimento, apresenta a incumbência de promover encontros de formação continuada aos profissionais da educação, objetivando o enriquecimento do currículo, como também, para o atendimento às dificuldades detectadas no processo educativo.

2.3 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU

O Plano Municipal de Educação, para o decênio 2015-2025, previsto na Lei 4.504, de 23 de junho de 2015, adota providências com duração de dez anos, em cumprimento à Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Elaborado com participação da sociedade, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e em conformidade com o Plano Nacional de Educação, contém a proposta educacional do Município com suas respectivas metas e estratégias.

No Plano, a Meta 4 se refere a universalizar, durante seu prazo de vigência, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

O Plano traça 28 estratégias para atendimento a essa Meta, valorizando a importância do atendimento, estabelecimento de parcerias, acompanhamento, incentivo ao estudo e às pesquisas referentes às políticas inclusivas.

A Estratégia 4.6 da Meta 4 se refere a estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia para apoiar o trabalho dos professores. Remete também à iniciativa de uma reflexão sobre os avanços dos investimentos para a prática inclusiva no Município.

A Estratégia 4.14 evidencia outro ponto marcante nesse documento: a redução do número de alunos das turmas que recebem educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na proporção de três alunos para cada aluno incluído, conforme a Deliberação do CME nº 3/2015. EMENDA. Essa estratégia levanta uma questão de forma subentendida, mas de grande relevância, sobre a qualidade no atendimento e no processo ensino-aprendizagem.

Outras duas Estratégias diferenciadas são as 4.17 e 4.18, incentivando as pesquisas na área. Essas propostas, em especial, apresentam um olhar direcionado na construção de uma Escola Inclusiva.

A Estratégia 4.17 fomenta pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Estratégia 4.18 apresenta a ideia de promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.

Tanto a capacitação dos professores quanto o incentivo e investimento às pesquisas voltadas a uma Educação Inclusiva são fatores imprescindíveis para a construção de uma cultura de inclusão, oferecendo uma educação para todos com qualidade, trabalhando e respeitando as diversidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem sobre as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, evidencia a urgência em ser colocada em prática pelas escolas, as ações estabelecidas nos documentos oficiais. Não se tem mais como negligenciar o fato de termos uma educação para todos, lidando com as diversidades oferecendo as mesmas oportunidades para uma formação de qualidade.

Um ensino de qualidade para todos os alunos exige da escola uma nova postura e é um motivo a mais para que o ensino se atualize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas para dar oportunidades para todos seus alunos, contemplando e respeitando às diversidades.

Uma educação verdadeiramente inclusiva não pode prescindir dos princípios elementares dos direitos humanos, bem como de uma proposta humanizadora em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo O. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. 4 eds. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Lei 9394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes da educação nacional.

_____. **Decreto No 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto No 5.296**, de 02 de dezembro de 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas de Inclusão**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos político- Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: 2010.

Revista Ciências Humanas - UNITAU, Taubaté/SP - Brasil, v. 11, n Extra, edição 20, p. - 72, Junho 2018

CARVALHO, R.E. **Removendo Barreiras para a aprendizagem**: educação Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

COLL, César; MARCHESI Álvaro; PALACIOS Jesús & colaboradores. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Artmed, 2004.

GONZÁLEZ, Eugenio. **Necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Lei no 3.881, de 05 de novembro de 2008. “Institui o Sistema Municipal de Educação (SME), e dá outras providências”.

Lei No 4.504 DE 23 de junho de 2015. “Dispõe o plano municipal de educação para o decênio 2015-2025, na forma a seguir especi cada, e adota outras providências. ”

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Mônica Pereira. **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.

Algumas Contribuições do Jogo Xadrez no Âmbito Escolar *Some Contributions of the Chess Game at School*

Daniel Fernandes da Silva¹, Estaner Claro Romão²

¹ Licenciado em Matemática. Mestre em Ciências. Professor da Rede Pública Municipal de Taubaté-SP - danf-subatuba@usp.br

² Departamento de Ciências Básicas e Ambientais - Escola de Engenharia de Lorena - Universidade de São Paulo

Recebido em 09 de março de 2018; Aceito em 02 de junho de 2018.

Resumo

O presente artigo objetiva analisar as contribuições no âmbito escolar de uma intervenção pedagógica usando o jogo Xadrez como recurso pedagógico, considerando o referencial adotado e uma aplicação real por meio de um projeto escolar. Os participantes dessa pesquisa são 29 alunos, com idades entre 11 e 12 anos, do 6º ano de uma escola pública municipal. Constatado, inicialmente (por meio de avaliações, observações e relatórios), graves problemas de aprendizagem, pouca motivação, falta de concentração e conseqüentemente a indisciplina, foi desenvolvido o jogo Xadrez nas aulas de matemática como tentativa de amenizar os problemas previamente verificados e contribuir para um ensino mais efetivo de matemática. O projeto foi efetivamente realizado em três etapas em um período de oito meses. A análise dos resultados levou em consideração as médias escolares dos participantes ao longo do processo e os relatórios desenvolvidos nos conselhos escolares. Dessa forma, pode-se comprovar que as atividades escolares que envolvem o jogo Xadrez apresentam resultados satisfatórios no que tange ao desenvolvimento pleno dos estudantes.

Palavras chaves: Ensino de matemática. Recursos pedagógicos. Jogos. Xadrez.

Abstract

This article aims to analyze the contributions of a intervention using the game Chess as a pedagogical resource in the school context, considering the adopted framework and a real application by means of a school project. The participants of this research are 29 students, aged 11 to 12 years, from the 6th year of a municipal public school. The Chess game was developed in mathematics classes as an attempt to soften the previously verified problems and to contribute to a more effective mathematics teaching. The project was effectively carried out in three stages over a period of eight months. The analysis of the results takes into account the school averages of the participants throughout the process and the reports developed by the school councils. In this way, it can be verified that the school activities that involve the Chess game present satisfactory results regarding the full development of the students.

Keywords: Mathematics teaching. Pedagogical resources. Games. Chess.

INTRODUÇÃO

O atual cenário da educação brasileira, no qual comprovadamente por avaliações externas como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), apontam para um baixo aprendizado dos alunos, especialmente em matemática, sendo assim, se faz necessário mudanças no modo como a matemática vem sendo ensinada, cabendo ao professor, em conjunto com a instituição escolar, buscar novos recursos pedagógicos e estratégias de ensino que auxiliem no seu trabalho docente de uma forma mais eficiente e que atenda a demanda atual.

O ensino de matemática no Brasil apresenta como característica: foco em repetições procedimentais; exercícios e situações problemas descontextualizados; pouca valorização do erro do aluno no processo de construção do conhecimento; alunos passivos e ouvintes; pouca liberdade na tomada de decisões próprias. Tal prática está em conformidade com a educação bancária amplamente criticada por Paulo Freire, pois parte da premissa que o aluno nada sabe, sendo o professor detentor máximo e único do conhecimento, cabendo ao aluno o papel de objeto que recebe o conhecimento (FREIRE, 1996).

Outro fator importante, é que os novos docentes tendem a ensinar como foram ensinados, ou seja, se o recém-licenciado, agora professor, teve uma formação pautada na prática bancária, ele tende a ensinar pautado nessa prática também. Anastasiou (1998), tecendo crítica a essa maneira de ensinar cita que é comum ouvir dos professores frases do tipo “eu ensinei, o aluno que não aprendeu”. Segundo a autora, tal citação decorre da ideia do professor que ensinar é a simples transmissão e exposição dos conteúdos curriculares.

Contudo, não queremos dizer que a abstração e os procedimentos matemáticos não tenham a sua devida importância para compreender e obter conhecimento dessa disciplina curricular, mas que o desenvolvimento de habilidades comuns a essa área de conhecimento fica comprometido se o processo somente ocorrer dessa forma. Desconsiderar o contexto do aluno e seus anseios peculiares à faixa etária é algo frequentemente observado no âmbito escolar.

Autores como Rêgo e Rêgo (2000) apontam para a urgência de se introduzir novas metodologias de ensino, que respeitem o contexto do aluno e levem em consideração os aspectos recreativos e lúdicos das motivações próprias de suas idades, seu imenso desejo de realizar atividades em grupo e curiosidade para tal, de modo que seja sujeito da aprendizagem e participante ativo.

O jogo, por ser algo corriqueiro na vida cotidiana dos educandos, satisfaz esse desejo próprio da idade, em que o foco do processo de ensino-aprendizagem está pautado no aluno cabendo ao professor o papel de mediador e facilitador desse processo, criando situações para que os alunos aprendam o conteúdo, que consista nas experiências reconstruídas por eles (MIZUKAMI, 1986).

Dentro desse contexto, o jogo pode ser considerado uma Metodologia Ativa, pois Mitre *et al.* (2008) explicam que as metodologias ativas têm como objetivo motivar e alcançar o aluno, sendo ele atuante e ativo no processo de construção do conhecimento. Diante da problemática, ele se conscientiza, reflete e toma as decisões, relacionando-a com sua história, passando a ressignificar suas descobertas.

A utilização de metodologias ativas requer flexibilidade, disposição e capacidade de articulação, pois essas são essenciais para alcançar o sujeito ativo, crítico e capaz de transformar-se e ser transformador do mundo que o rodeia, tornando sua aprendizagem efetivamente significativa para a sua vida.

Entendemos por aprendizagem significativa a teoria da aprendizagem de Ausubel (2003) nos quais os conhecimentos prévios dos alunos sejam valorizados e que o novo significado, quando confrontado com o

anterior, passa a ser incorporado às estruturas de conhecimento, adquirindo significado por meio dessa relação dialética de conhecimentos prévios/novos.

Outro aspecto dos jogos é sobre as interações que ele propicia. Abreu (1993) ao analisar um jogo chamado Jogo da Senha, constatou a relevância das interações entre as crianças para o desenvolvimento do jogo, havendo maiores interações e evoluções quando jogavam em duplas, indicando assim, a importância desse tipo de interação para o seu desenvolvimento pleno.

Haythornthwaite *et al.* (2000) ao falarem sobre o ensino à distância, dizem que as regras, comportamentos e expressões que normalmente ajudam o indivíduo a perceber e entender o seu comportamento e o dos outros, num espaço virtual, demoram maior tempo para se concretizar e não podem ser incutidas de hoje para amanhã, diferentemente das relações pessoais presenciais, onde a questão da afetividade acontece de uma maneira mais espontânea.

Numa sociedade onde as interações reais acontecem cada vez menos devido às novas tecnologias de telecomunicações e às circunstâncias sociais que exigem tempo e disponibilidade para outras formas de interações, como as virtuais, por exemplo, faz com que a escola ganhe um papel importantíssimo, pois ainda propicia essas interações pessoais tão essenciais para formação humana (SILVA; ROMÃO, 2016).

O xadrez, nessa perspectiva, atua de uma forma ampla, tanto no auxílio do processo de ensino-aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento de habilidades essenciais ao desenvolvimento do educando, como também na sociabilização que ele propicia, sendo sua inclusão no ambiente escolar amplamente defendida por Araújo (2007), pois afirma que essa prática, além de auxiliar no desenvolvimento do sentimento de autoconfiança, apresenta “uma situação na qual o aluno tem a oportunidade de descobrir uma atividade em que pode se destacar e, paralelamente, progredir em outras disciplinas” (ARAÚJO, 2007, p. 6).

Becker (1978) ao falar sobre o xadrez como jogo, diz que ele é um esporte intelectual, criativo, desafiador e extremamente divertido. Pimenta (2006) diz que o xadrez enriquece não somente o nível cultural dos alunos, mas também contribui para o desenvolvimento de outras capacidades como a memória, a agilidade no pensamento, a segurança na tomada de decisões, a capacidade de concentração e o aprendizado contínuo por meio da vitória ou da derrota em partida.

Rezende (2005) fala que dentre todos os jogos, o xadrez goza de certo prestígio por ser um esporte voltado ao desenvolvimento de áreas vitais do cérebro, tais como raciocínio lógico, concentração e atenção. Inclusive alguns países da Europa, como a Rússia, a França e a Inglaterra, tem o xadrez como parte do currículo escolar, de maneira interdisciplinar a fim de promover o desenvolvimento de habilidades. Na Romênia, 33% da nota de matemática depende do desempenho do aluno no jogo xadrez que é parte integral do currículo de ensino dessa disciplina, diferentemente do Brasil onde o jogo é utilizado, na maioria das vezes, como um mero passatempo e entretenimento (OLIVEIRA; CASTILHO, 2009).

Diante dessa perspectiva, o projeto Xadrez no Ensino Fundamental II foi desenvolvido, inicialmente nas aulas de matemática e posteriormente, expandido às outras disciplinas curriculares, numa sala regular de 6º ano, com 29 alunos, em uma escola municipal da cidade de Taubaté, SP, onde esses alunos apresentavam dificuldades de aprendizagem, defasagem de conteúdos, tais como não saber operar corretamente as quatro operações básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão), pouca concentração, falta de organização, baixo rendimento escolar e indisciplina, possivelmente gerada pelos motivos citados.

O objetivo deste estudo é aproximar a teoria e as referências bibliográficas existentes da prática em sala de aula, divulgando, assim, a importância e eficiência do jogo xadrez como uma ferramenta de ensino capaz de auxiliar o docente nos problemas de aprendizagem matemática e amenizar os problemas disciplinares, relatando uma experiência vivenciada numa escola pública de ensino fundamental.

O PANORAMA INICIAL

A mudança dos alunos de nível escolar, do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) para o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), é vista como uma transição preocupante e difícil para os professores que assumem essas salas em transição, pois se muda uma rotina na qual esses alunos estavam acostumados desde o início de vida escolar. E as avaliações diagnósticas mostram, muitas das vezes, que tais alunos apresentam defasagem de conteúdos mínimos que deveriam estar bem assimilados pelos educandos.

No que tange às dificuldades de adaptação, são de certa forma compreensíveis, pois nos anos escolares anteriores, esses alunos criavam uma rotina, quase na sua totalidade, de terem um único professor que lecionava durante o ano inteiro e todo período. Esse professor administrava o tempo para atender a demanda, flexibilizando sua disposição diária das aulas, pois tinha total controle dela, dentro do período do aluno na escola. O professor construía maior vínculo junto ao aluno e os seus responsáveis, motivado pelo tempo de convivência e disponibilidade, quase exclusiva, que disponibilizava.

Agora no Ensino Fundamental II ocorrem mudanças importantes, tais como: vários são os professores, um para cada componente curricular; há um tempo menor de convívio professor/aluno; o tempo de aula deve ser administrado rigorosamente em 50 minutos; as mudanças biológicas e comportamentais decorrentes da passagem de criança para adolescente.

Na questão da defasagem, as observações nas aulas de matemática se tornaram mais contundentes após o fim do 1º bimestre e mediante um diagnóstico inicial finalizado, concluiu-se que parte considerável dos alunos não conseguia executar cálculos que seriam pré-requisitos para o nível escolar em que se encontravam, tal como a divisão com dois números no divisor, por exemplo. Dificuldades de assimilação e interpretação em situações problemas simples envolvendo as quatro operações básicas e o não reconhecimento e classificação das figuras planas são outros exemplos de defasagens encontradas.

Ao sociabilizar essa visão durante o 1º Conselho de classe com outros professores das demais disciplinas, percebeu-se que as mesmas dificuldades de aprendizagem e comportamental, não era exclusivamente presente nas aulas de matemática, mas ocorria de forma geral, sendo relatadas pelos outros professores algumas características que prejudicavam o andamento harmonioso das aulas, como a agitação, a pouca concentração, as agressões verbais e físicas no próprio período de aula. Tal constatação refletia diretamente nos resultados quantitativos dos alunos, em que vários deles, em distintos componentes curriculares, ficaram com média bimestral abaixo do mínimo necessário (seis pontos).

Dessa forma, em consenso com a equipe pedagógica da escola, os professores chegaram à conclusão de ser necessário construir um plano de ação a fim de amenizar tais posturas e resgatar os alunos com defasagem, visto que a forma tradicional e corriqueira do trabalho docente não vinha conseguindo atingir os anseios e objetivos pretendidos.

METODOLOGIA

Visualizou-se que a estratégia de intervenção pedagógica escolhida para as aulas de matemática teria que suprir as carências apresentadas, tais como: pouca concentração, falta de organização, pouca motivação, pouco desenvolvimento do cálculo mental e raciocínio lógico e falta de estratégias pessoais para tomada de decisões.

A estratégia teria que ser um recurso de ensino que fosse um complemento importante para o conteúdo programático, mas que também atuasse de forma mais ampla no desenvolvimento de habilidades,

influisse no aspecto cognitivo e contribuísse para as questões comportamentais.

O recurso escolhido foi o jogo Xadrez e sua aplicação aconteceu com 29 alunos de um sexto ano regular do Ensino Fundamental II, de uma escola municipal na cidade de Taubaté-SP, durante oito meses, de maio a dezembro, inicialmente nas aulas de matemática.

O projeto iniciou-se no mês de maio e num primeiro momento os alunos tiveram orientações sobre o jogo, assim como sobre os objetivos que pretendíamos alcançar. Posteriormente iniciamos o ensino das movimentações permitidas de cada peça, o objetivo central do jogo, as múltiplas possibilidades e como iniciar uma partida.

Para complementar as orientações iniciais, foi utilizado o recurso de folhetos explicativos e ilustrativos, para que os alunos, em grupos de quatro ou cinco alunos, discutissem e trocassem informações a fim de construir a ideia inicial do jogo. O recurso explicativo por meio de videoaulas foi usado para complementar o processo de aprendizagem inicial, havendo posteriormente, a discussão coletiva de cada videoaula assistido.

Num segundo momento, os alunos foram estimulados a jogar, inicialmente em grupos, sendo cada movimentação previamente discutida e planejada em equipe, havendo interações construtivas que facilitavam o entendimento para os próprios alunos das possíveis jogadas a serem executadas. Momentos de rodas de conversar eram feitas a fim de favorecer o diálogo e a argumentação sobre possíveis jogadas simuladas pelo professor.

Após as aulas introdutórias e o início do jogo em grupos, os alunos começaram a jogar individualmente. Durante essa fase, pudemos observar que os próprios alunos começaram a pesquisar de forma autônoma jogadas na internet, fatos históricos sobre o jogo, jogar on-line e a reproduzir esses fatos em avaliações periódicas e autoavaliações aplicadas, estando cada vez mais motivados a aprenderem e desenvolverem suas capacidades cognitivas e comportamentais de forma lúdica.

A partir dessa empolgação e dos resultados preliminares satisfatórios, o projeto expandiu-se para as outras salas, como também nas aulas de outros professores e durante o intervalo, quando os alunos passavam boa parte desse momento jogando ao invés de correr pelo pátio escolar.

Como última etapa, foi organizado e realizado um torneio, no qual as inscrições eram espontâneas e livres de qualquer pressão, com 56 inscritos no período da tarde e 36 no período da manhã, representando aproximadamente 30% dos alunos do Ensino Fundamental II dessa Unidade Escolar, algo que para essa modalidade é significativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No final do ano letivo, as planilhas com os resultados bimestrais e finais, foram disponibilizadas pela secretaria e analisadas de quatro formas:

- Comparação das médias, de forma quantitativa, entre o 1º Bimestre (pré-projeto) e 4º Bimestre (pós-projeto), em todas as disciplinas;
- Análise quantitativa dos alunos que não conseguiram média mínima em matemática;
- Análise qualitativa, por meio de relatórios, dos professores de outras disciplinas e da gestão escolar, pontuando suas observações referentes ao uso do xadrez no ambiente de sala de aula;
- Comparação dos níveis alcançados em matemática após a intervenção pedagógica.

A Tabela 1 apresenta a quantidade de alunos que não alcançaram a média mínima necessária na rede municipal de Taubaté-SP, por disciplina, e comparando-as entre o 1º bimestre (pré-aplicação do projeto) e 4º bimestre (pós-aplicação do projeto).

Tabela 1: Comparativo da quantidade de alunos com média bimestral

abaixo de 6,0 pontos

Componente curricular	1º Bimestre	4º Bimestre
Matemática	10	5
Português	12	6
Ciências	7	5
Geografia	7	0
História	8	0
Inglês	9	1

Fonte: o autor.

Comparando os resultados, em valores absolutos, podemos perceber que em todas as disciplinas o número de alunos que anteriormente apresentavam notas abaixo dos seis pontos mínimos caiu consideravelmente, sendo que em duas disciplinas Geografia e História, não houve alunos, no 4º bimestre, com notas aquém do mínimo exigido. Em matemática especificamente, onde o jogo Xadrez foi desenvolvido com intervenção, o número de alunos com média abaixo do mínimo necessário, caiu pela metade, passando de dez alunos, no 1º bimestre, para somente cinco alunos no último bimestre.

A Tabela 2 mostra o comparativo dos alunos que não alcançaram média mínima, especificamente em Matemática, no 1º bimestre (pré-projeto), fazendo o comparativo com os resultados alcançados no 4º bimestre (pós-projeto).

Tabela 2 : Comparação dos alunos com média inferior a 6,0 pontos no 1º bimestre.

	1º Bimestre	4º Bimestre
Aluno 1	4,5	5,0
Aluno 2	4,5	6,5
Aluno 3	4,0	8,0
Aluno 4	4,5	5,0
Aluno 5	2,0	5,0
Aluno 6	4,0	5,0
Aluno 7	5,0	5,0
Aluno 8	5,5	6,0
Aluno 9	3,5	5,0
Aluno 10	5,0	6,0

Fonte: o autor.

Os resultados analisados mostraram que os alunos, especificamente em Matemática, apresentaram avanços, exceto um que estagnou, e nenhum aluno piorou sua média no comparativo com o 1º bimestre. Dessa forma, a média das notas desses alunos que apresentavam maiores dificuldades, subiu de 4,25 (1º bimestre) para 5,65 (4º bimestre) e a média geral da sala de aula, nessa disciplina, aumentou de 6,70 para 8,62.

É importante salientar que os alunos que obtiveram a média satisfatória no 1º bimestre (6,0 pontos), quase em sua totalidade, se sentiam poucos motivados e eram dispersos, até de certa forma envolvidos pelos problemas disciplinares citados, durante as aulas de matemática e mesmo que os conteúdos trabalhos já houvesse sido vistos por eles em anos anteriores, como os números naturais, quando cobrados em situações problemas tradicionais que envolviam as quatro operações básicas, apresentavam resultados aquém do desejado e esperado para o nível em que se encontravam. Após o desenvolvimento do projeto Xadrez, observou-se que não somente aqueles alunos com maiores dificuldades conseguiram superar suas médias iniciais, mas os alunos que já possuíam um rendimento dentro do considerado satisfatório (média 6,0) conseguiram elevar sua média bimestral, pois a motivação e o desenvolvimento processual propiciado pelo jogo colaboraram para que esse processo se desencadeasse, havendo maior interesse, concentração dos alunos, envolvimento pela disciplina, como também maior empatia pelo professor, melhorando a relação aluno/professor e contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem.

No terceiro aspecto analisado, os professores juntamente com a gestão escolar, durante o conselho escolar relataram as seguintes mudanças comportamentais dos alunos, fazendo um contraste com as situações da aplicação do Xadrez em sala de aula, ou seja, as citações descritas estão intrinsecamente ligadas ao uso do Xadrez, nos próprios relatos dos professores:

- Melhora no aspecto comportamental no que diz respeito à agitação e agressões seja elas físicas ou verbais;
- Maior zelo em relação à organização do material escolar;
- Diminuição das ocorrências de indisciplina na direção escolar, de 17 ocorrências no primeiro 1º bimestre para somente 6 ocorrências no 4º bimestre, ou seja, redução de aproximadamente 64,7%;
- Favorecimento das interações sociais e nos relacionamentos entre os alunos;
- Maior motivação e interesse durante as aulas;
- Melhora na questão da iniciativa própria e tomada de decisões;
- Avanços em relação à linha temporal em História;
- Avanços em relação à localização espaço/tempo e no sistema de coordenadas em Geografia;
- Melhora na interpretação e compreensão dos enunciados de situações problemas matemáticos;
- Melhora no raciocínio lógico e cálculo mental.

No último aspecto, que trata somente a questão das defasagens iniciais e os avanços alcançados, percebeu-se:

- Melhora substancial no processo que envolve cálculos das quatro operações básicas;
- Maior assimilação e interpretação das situações problemas tradicionais;
- Maior participação, motivação e organização durante as aulas de matemática;
- Desenvolvimento de localização bidimensional, por meio de sistemas de coordenadas mais simples.

CONCLUSÃO

Com base no referencial teórico e analisando os resultados obtidos, acreditamos que o emprego do Xadrez nas aulas regulares pode contribuir de forma significativa, tanto na questão cognitiva como comportamental, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento de outras habilidades, não somente específicas da Matemática, mas comum a outras disciplinas curriculares.

Constatamos que a média dos alunos especificamente em Matemática, tanto aqueles que já no bimestre apresentam baixo rendimento, como aqueles que já apresentavam rendimento satisfatório, apresentou uma elevação considerável.

Aspectos como melhora na interpretação e na assimilação de situações problemas envolvendo as operações básicas com números naturais, tomada de estratégias próprias de resoluções de problemas, leitura e interpretação de tabelas e gráficos e procedimentais em cálculos envolvendo números naturais, foram observados ao longo dos registros e avaliações aferidas.

Na questão atitudinal, destacam-se: a melhora na empatia professor/aluno; motivação pessoal dos alunos para superar suas limitações; maior sociabilização com seus pares; conseqüente queda nos registros de indisciplinas escolares;

Ressaltamos que a mediação e condução do processo pelo professor é fundamental para que os resultados sejam satisfatórios e que o objetivo do emprego do jogo durante as aulas esteja claro para os alunos para que eles sejam efetivamente participantes da construção do conhecimento.

O emprego desse tipo de atividade não pode estar pautado na pressão e na competição por um prêmio, mas no desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais que são essenciais para a vida do educando, daí que o emprego do Xadrez no âmbito de uma sala de aula é diferente do jogo como esporte, pois o método para se construir o significado do jogo é diferente do praticado esportivamente falando.

Concluimos que o jogo Xadrez é um importante recurso de ensino, sendo possível ensinar jovens independentemente de seu nível cognitivo e condição social, e sua implementação contribui significativamente para um ensino mais amplo no âmbito escolar, possibilitando ao aluno aprendiz avanços cognitivos e sociais que levarão para o resto de suas vidas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. R. **O jogo de regras no contexto escolar: uma análise na perspectiva construtivista**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 1993.
- ANASTASIOU, L. G. C. **Metodologia do Ensino Superior: da prática docente a uma possível teoria pedagógica**. Curitiba: IBPEX, 1998.
- ARAÚJO, A. A. **O xadrez como atividade lúdica na escola: uma possibilidade de utilização do jogo como instrumento pedagógico no processo ensino aprendizagem**. Disponível em: <<http://xadrezfarese.blogspot.com.br/2009/09/artigo-o-xadrez-como-atividade-ludica.html>>. Acesso em: 24 fev. 2017.
- AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Editora Plátano, 2003.
- BECKER, I. **Manual de Xadrez**. 7. ed. São Paulo: Nobel, 1978.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HAYTHORNTHWAITE, C.; KAZMER, M. M., ROBINS, J. and SHOEMAKER, S. **Community development among distance learners: temporal and technological dimensions**. JCMC, 2000.

MITRE, S. M. I.; SIQUEIRA-BATISTA, R.; GIRARDIDE MENDONÇA, J. M.; MORAISPINTO, N. M.; MEIRELLES, C.A.B.; PINTO-PORTO, C.; MOREIRA, T.; HOFFMANN, L. M. Al. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde:** debates atuais. Ciências e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/redalyc/pdf/630/63009618.pdf>. Acesso em: 11/09/2016.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino:** as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, C. A. S; CASTILHO, J. E. **O xadrez como ferramenta pedagógica complementar na educação matemática.** 2009. Disponível em: Acesso em 09 dez. 2015.

PIMENTA, C. J. C. **Xadrez:** esporte, história e sua influência na sociedade. Disponível em <http://www.cex.org.br>. Acessado em 15 mar. 2006.

RÊGO, R. G.; RÊGO, R. M. Matemática ativa. João Pessoa: Universitária/UFPB, INEP: Comped, 2000.

REZENDE, S. **Xadrez pré-escolar:** uma abordagem pedagógica. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2005.

SILVA, D. F.; ROMÃO, E. C. A importância dos jogos matemáticos como recurso metodológico de ensino. **Revista Espacios**, n. 2, jan. 2016, p. E-2. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/>. Acesso em: 10 jan. 2016.

A Cooperação Como Categoria Ideológica na Formação do Licenciado em Educação Física na Condução de Atitudes Agressivas no Ensino Fundamental
The Cooperation as an Ideological Category in the Training of Physical Education Licensed Professional for the Management of Aggressive Driving Attitudes in Elementary School

Paloma Cathilyne Justen¹, Alvorí Ahlert²

¹ Licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. - palomajusten@hotmail.com

² Pós-Doutor em Educação, Doutor em Teologia (Área: Religião e Educação), Mestre em Educação nas Ciências (Área Filosofia). Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE.

Recebido em 08 de fevereiro de 2018; Aceito em 08 de junho de 2018.

Resumo

O estudo teve como tema a cooperação e as atitudes agressivas. O objetivo geral do estudo foi verificar se durante as aulas de educação física, sustentada na ideologia cooperativa, existem atitudes agressivas, em escolas públicas municipais de Marechal Cândido Rondon - PR. A pesquisa foi descritiva e os sujeitos do estudo foram aulas de Educação Física com alunos e alunas do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. A metodologia foi um estudo de caso realizado através da observação direta durante as aulas e entrevista semiestruturada com a docente das turmas observadas. Os resultados encontrados, a partir das observações, confirmaram a diminuição significativa das atitudes agressivas durante as aulas de Educação Física a partir do trabalho da cooperação como atitude permanente durante as aulas. Concluiu-se que a ideologia da cooperação como instrumento didático-pedagógico permanente, diminui as atitudes agressivas durante as aulas de educação física.

Palavras-Chave: Ideologia. Cooperação. Licenciado em Educação Física. Formação profissional.

Abstract

The study theme was cooperation and aggressive attitudes. The overall objective of the study was to determine whether during physical education classes, held in the cooperative ideology, there are aggressive attitudes in public schools in Marechal Cândido Rondon - PR. The research was descriptive and the study subjects were Physical Education classes with boys and girls of 4th and 5th grades at elementary school. The methodology was a case study through direct observation during semi structured and interview classes. The results from the observations and interview, confirmed the significant decrease in aggressive attitudes during physical education classes from the cooperation work as a permanent attitude in class. It was concluded that the ideology of cooperation as a permanent didactic and pedagogical tool, decreases aggressive attitudes during physical education classes.

Keywords: Ideology. Cooperation. Degree in Physical Education. Professional qualification.

INTRODUÇÃO

Discutir a formação e o trabalho docente implica saber que o professor e a professora têm sua história de vida, seus anseios e necessidades, seus desejos e utopias, suas angústias e preocupações. Significa que essa história constitui uma visão de mundo com a qual o novo profissional adentra o mundo do trabalho em educação.

E o campo de atuação desse profissional traz como principal característica na atualidade a exacerbada individualização fomentada pelo pensamento neoliberal, que visa “empoderar” cada indivíduo para a competitividade individual e na desconstrução do outro e do coletivo. Por isso, a realidade escolar está marcada pelo crescimento da agressividade em todos os setores.

Isso evidencia a necessidade de revisitarmos, de estudarmos permanentemente as dimensões de ideologia e a formação docente no processo educativo. As licenciaturas precisam ter clareza sobre a relevância de seus projetos de trabalho e a coerência dos mesmos com o que se denomina de função social da universidade, questionando-se sobre a ideologia que sustenta este profissional, sobre o que vai referenciar a qualidade de trabalho desse profissional: o “mercado”? É o melhor indicador?

Marilena Chauí define ideologia como,

[...] um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” (CHAUÍ, 2013, p. 117).

E, Paulo Freire, em sua obra síntese, *Pedagogia da Autonomia*, lembra que a educação não é neutra.

Saber igualmente fundamental à prática educativa do professor ou da professora é o que diz respeito à força, às vezes maior do que pensamos, da ideologia. E o que nos adverte de suas manhas, das armadilhas em que nos faz cair. É que a ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar ou opacizar a realidade ao mesmo tempo em que nos torna “míopes”. (FREIRE, 1996, p. 125)

No contexto da Educação Física, Jorge S. P. Gallardo defende uma formação hominizada. “A hominização é um processo de complexificação irreversível, cuja originalidade está na capacidade do ser humano em agir e nessa ação poder transformar o meio” (GALLARDO, 2009, p. 87).

Essa hominização passa pela dimensão ideológica que desenvolve o

[...] compromisso social com ênfase na concepção histórico-social do trabalho, estimulando análises políticas sobre as lutas históricas pela superação da sociedade de classes, para que seja garantido o acesso aos bens a todos que dele participam em sua produção, especificamente no campo da cultura corporal. (TAFFAREL *et. al.*, 2007, p. 47)

A docência e sua formação têm o desafio da construção de uma profissionalidade com competências para produzir efeitos na escola, na sala de aula, para enfrentar as necessidades do cotidiano numa perspec-

tiva de relação dialética com os conceitos e com o desenvolvimento das ciências para re-significar as aprendizagens e, assim, manter acesa a utopia por um mundo mais justo, humano e fraterno. Conforme Marques (1995, p. 123), “É a paixão pelo homem que faz o educador. Apesar das desigualdades e angústias, o autêntico professor acredita no homem que está no aluno e busca conferir-lhe o imenso privilégio de acreditar em si”.

A Educação Física escolar vem sofrendo importantes mudanças e transformações. Uma dessas mudanças é o crescimento da consciência ideológica numa perspectiva de coletividade e cooperação entre os seres humanos, o que levou à implantação dos jogos cooperativos dentro das escolas. Conforme Soler (2005), os jogos cooperativos podem ser entendidos como um processo educativo que é baseado na resolução pacífica dos conflitos e também na cooperação, com o propósito de unir as pessoas ao redor de um mesmo objetivo.

Segundo Brotto (2002), foi a partir da preocupação com a excessiva valorização ao individualismo e a competição exacerbada que surgiram os jogos cooperativos, de forma que a partir deles os indivíduos joguem uns com os outros e não uns contra os outros. Amaral (2004) explica que os jogos cooperativos têm como proposta principal a busca de novas formas para jogar, com o intuito de diminuir as manifestações de agressividade durante os jogos.

Podemos considerar que a competitividade dentro do jogo pode ser de grande influência para as manifestações de atitudes agressivas das crianças. Pensando dessa forma, podemos levar em consideração que a partir da aplicação dos jogos cooperativos durante as aulas de Educação Física, uma das expectativas é a diminuição ou extinção das atitudes agressivas dos alunos.

Segundo Brandl Neto (2012), a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) implantou no ano de 2007 o Currículo Básico para a Escola Pública Municipal, e no ano de 2010 foi realizada uma revisão das diretrizes da Educação Física. E a partir desse ano a cooperação foi considerada como atitude permanente que transpassa todos os conteúdos e ações da aula. Em Marechal Cândido Rondon, no início de 2011, os docentes das escolas públicas municipais tiveram conhecimento dessa orientação e colocaram em ação em suas aulas (BRANDL NETO, 2012).

Um dos aspectos apontados por Orlick (1989), Brotto (2002) e Amaral (2004), diz respeito à cooperação como forma de amenizar atitudes violentas. Por isso a cooperação tem valor inestimável para as aulas de Educação Física, pois, a partir da mesma, espera-se a diminuição da agressividade, promovendo atitudes de sensibilidade, cooperação, amizade, união, além de que buscam a interação de todos (BROTTO, 2002; AMARAL, 2004; SOLER, 2005).

Portanto, esta pesquisa teve como objetivo investigar atitudes agressivas entre discentes de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental durante as aulas de Educação Física com orientações cooperativas, em escolas da rede pública municipal de Marechal Cândido Rondon – PR. Buscamos compreender os conceitos de cooperação e agressividade, e o uso da cooperação como atitude permanente durante as aulas de Educação Física. Realizamos observações para identificar a ocorrência de atitudes agressivas e as formas mais frequentes, e a análise e discussão a partir de avaliações com a professora de classe sobre a relação entre a cooperação como atitude permanente para canalizar as atitudes agressivas dos escolares nas aulas de Educação Física.

REVISÃO DE LITERATURA - A COOPERAÇÃO COMO CATEGORIA IDEOLÓGICA NA PRÁTICA DOCENTE

Segundo Ferreira (apud BRANDL NETO, 2002) o termo cooperação vem do latim *cooperatione* e significa ato ou efeito de cooperar. Brotto (2002, p.27) define cooperação “como a ação que se realiza em con-

junção com outra pessoa ou pessoas para conseguirem o mesmo fim”. Sendo assim, podemos considerar cooperação quando duas ou mais pessoas se unem, para juntas conseguirem chegar ao mesmo objetivo.

Hartmann, citado por Orlick (1989), afirma: “A cooperação é a força unificadora mais positiva, que agrupa uma variedade de indivíduos com interesses separados numa unidade coletiva.” Isso significa que a cooperação se constitui numa ideologia com poder de unir pessoas com os mais diversos interesses. Por isso Correia (2006) propõe a cooperação no ambiente escolar principalmente nas aulas de Educação Física para trabalhar diversos valores com os alunos, como por exemplo a solidariedade, a liberdade e a cooperação.

Para Inácio Brandl Neto,

A cooperação, além disso, dá suporte e apoio para que os conflitos se resolvam. Cooperando acontecem não só melhores perguntas, como também melhores respostas. Os alunos se ajudam, se corrigem mutuamente, controem novos argumentos e ideais que, de modo separado, dificilmente ocorreriam (2002, p. 52).

Amaral (*apud* BRANDL; BRANDL NETO, 2013) acredita que quando as pessoas se desenvolvem em meio à cooperação, elas passam a gostar, partilhar e se relacionar com os outros com mais solidariedade, pois entende que cada pessoa tem um papel importante para desempenhar. Os mesmos autores afirmam que esses valores cooperativos propõem a diminuição da agressividade, pois é através desses valores que acontecem a promoção de atitudes positivas como cooperação, amizade, alegria, etc. Da mesma forma Soler (*apud* BRANDL; BRANDL NETO, 2013) afirma que ao se falar em cooperação, estamos falando também em aceitação, ajuda mútua, qualidade de vida.

Podemos perceber que através da cooperação, além de acontecer a ajuda mútua para chegar ao mesmo objetivo, ou ajudar o próximo, contribuimos também na construção do nosso próprio eu.

A cooperação contínua é talvez mais importante para o homem que para qualquer outra espécie, porque a ação humana tem um efeito direto sobre todas as outras espécies. Não só tem a capacidade de enriquecer ou destruir a si mesmo, como também a todo o ambiente natural (ORLICK, 1989, p.22)

Por isso as atitudes cooperativas podem tornar-se uma importante dimensão ideológica para toda a sociedade e não somente dentro das escolas. A partir disso, também entendemos tamanha importância de trabalhar a cooperação como atitude permanente dentro das escolas desde os primeiros anos, até os anos finais, pois será a partir desse trabalho que conseguiremos diminuir cada vez mais a competitividade desnecessária no mundo.

ATIVIDADES E JOGOS COOPERATIVOS

Amaral (2004) define os jogos cooperativos como atividades que recrutam um trabalho em equipe com o objetivo de alcançar metas mutuamente aceitáveis. O mesmo autor relata que os jogos cooperativos buscam canalizar qualidades ou habilidades de cada indivíduo, e aplicá-las em um grupo, onde assim com todos trabalhando cooperativamente, cada um com sua individualidade, conseguirão alcançar um objetivo comum.

Jogos cooperativos são dinâmicas de grupo que têm por objetivo, em primeiro lugar, despertar a consciência de cooperação, isto é, mostrar

que a cooperação é uma alternativa possível e saudável no campo das relações sociais; em segundo lugar, promove efetivamente a cooperação entre as pessoas, na exata medida em que os jogos são eles próprios, experiências cooperativas (BARRETO *apud* SOLER, 2009, p. 56).

Soler (2009, p. 44) afirma que “jogar cooperativamente é deixar aflorar a beleza do jogo é imaginar fazer parte de um grande e único time, onde o esforço mútuo serve para nos impulsionar cada vez mais longe”. Dessa forma podemos entender que nos jogos cooperativos o mais importante é a colaboração de cada indivíduo para com o grupo.

Soler (*apud* BRANDL; BRANDL NETO, 2013) aponta quatro princípios que são fundamentais dos jogos cooperativos, são eles: inclusão, coletividade, igualdade de direitos e deveres e desenvolvimento humano. Entendemos assim que os jogos cooperativos refletem positivamente na construção do indivíduo, sendo de suma importância o trabalho do mesmo nas escolas.

Com relação à agressividade, Amaral (2004, p.14) afirma que “os jogos cooperativos propõem a busca de novas formas de jogar, com o intuito de diminuir as manifestações de agressividade nos jogos, promovendo atitudes de sensibilidade, cooperação, comunicação, alegria e solidariedade.” Dessa forma as manifestações agressivas serão diminuídas devido à exclusão da competição das aulas, assim o aluno joga por prazer e pelo divertimento, e não pelo simples fato de vencer.

Por isso acredita-se que o jogo cooperativo é de grande importância para Educação Física, pois além de desenvolver as habilidades motoras através dos jogos, acontece também o desenvolvimento de valores, atitudes corretas, os mais diversos aprendizados que enriquecem as crianças.

A seguir apresentamos um quadro onde é possível entender de forma clara a diferença entre os jogos competitivos e os jogos cooperativos:

Quadro 01: Diferença entre jogos competitivos e cooperativos.

JOGOS COMPETITIVOS	JOGOS COOPERATIVOS
São divertidos apenas para alguns	São divertidos para todos
A maioria tem um sentimento de derrota	Todos tem um sentimento de vitória
Alguns são excluídos por sua falta de habilidade	Há mistura de grupos que brincam juntos criando alto nível de aceitação mútua.
Aprende-se a ser desconfiado	Todos participam e ninguém é rejeitado ou excluído.
Os perdedores ficam de fora do jogo e se tornam observadores	Os jogadores aprendem a ter um senso de unidade e a compartilhar o sucesso
Os jogadores não se solidarizam e ficam felizes	Desenvolvem autoconfiança, pois todos são bem

Fonte: Brotto (2003)

Por meio dessa Tabela podemos perceber o quanto os jogos cooperativos se sobressaem ao jogo competitivo. Os jogos cooperativos auxiliam os jogadores a aprenderem a solucionar os problemas e conflitos, através da participação de todos.

AS ATITUDES AGRESSIVAS EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Antes de falarmos sobre as atitudes agressivas em crianças, é importante primeiramente, entender de forma clara o que são as atitudes.

A partir da percepção do meio social e dos outros, o indivíduo vai organizando estas informações, relacionando-as com afetos (positivos ou negativos) e desenvolvendo uma predisposição para agir (favorável ou desfavoravelmente) em relação às pessoas e aos objetos presentes no meio social. A essas informações com forte carga afetiva, que predis põe o indivíduo para uma determinada ação (comportamento), damos o nome de atitudes (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1995, p. 127).

Portanto, cada indivíduo tem o poder de modificar suas atitudes a partir de novas informações. São as nossas atitudes que irão determinar como cada indivíduo irá se relacionar com o meio. Outro fator determinante também da atitude é a situação em que o indivíduo se encontra, ou seja, em situação normal o indivíduo se comportaria de determinada maneira, mas devido ao fato de haver alguma situação especial, ele tem uma atitude diferente do esperado.

Conforme Sarabia (*apud* BRANDL NETO, 2002), a formação e mudança da atitude de cada indivíduo operam em três componentes básicos: o cognitivo, o afetivo e o de conduta.

É através das atitudes que o indivíduo evidencia seu grau de agressividade nas diferentes situações nas quais elas se confrontam como o inusitado, o repetitivo, o diferente, o contraditório. Consequentemente, estudar as atitudes agressivas em escolares demanda compreender melhor o significado da agressividade nessa fase da vida.

Existem várias definições para agressividade. Segundo Bandura (*apud* SOARES, 2004), a agressividade pode ser como um comportamento que resulta em uma injúria pessoal ou destruição de algo, evidenciando assim não a intenção que o agressor teve, mas sim a sua ação. Bock *et al.* (1995) definem a agressividade como um impulso destrutivo. Esse impulso pode ser intencional e premeditado ou involuntário.

Erich Fromm (1979) distingue as formas de agressividade. Para ele a agressividade intencional é definida como maligna, enquanto que a involuntária é compreendida como agressividade benigna. Explica que a agressão benigna é defensiva, ou seja, é instintiva, biologicamente adaptativa, pois quando o indivíduo percebe que a ameaça cessou, automaticamente a atitude agressiva também acaba. Esse tipo de agressão faz parte na natureza humana. Entretanto, a agressividade maligna existe somente na espécie humana e não serve para sua sobrevivência. Esse tipo de agressividade visa a destrutividade e a crueldade.

Desta forma podemos perceber que a agressividade de cada indivíduo depende muito dos dois fatores, o biológico e o social, e eles estão interligados. Quando abordamos os fatores sociais ligados às atitudes agressivas, a primeira coisa que pensamos é em relação ao contexto familiar, mas vai muito além disso. Em um estudo, Lippelt (2004) cita alguns fatores, além do contexto familiar, que contribuem para o aumento das atitudes agressivas, são eles: mídia, atitudes negativas do professor, drogas, depredação e indisciplina.

Relacionado aos tipos de agressividade, existem diferentes classificações. Helen Bee (1996) classificou a agressividade em duas formas. A agressão instrumental, que acontece quando o indivíduo busca uma recompensa e não o sofrimento de outra pessoa. A outra forma de agressão é a hostil, onde a principal intenção do indivíduo é atacar outra pessoa.

Além da classificação em agressividade hostil e instrumental, podemos classificar os mecanismos utilizados para a agressão. Corsini (*apud* SOARES *et al.* 2004) separa a agressividade em agressão verbal (quando o indivíduo se utiliza de palavras ou expressões verbais) e agressão física (quando o indivíduo realiza um ataque físico a outro). Costa Vale (*apud* SOUSA, 2005) fala sobre um terceiro tipo de agressão, que é denominada de agressão social. Ela pode ser caracterizada pela exclusão da criança, por ser alvo de rumores desagradáveis ou até mesmo por ninguém conversar com a criança.

A agressividade deve ser respeitada e trabalhada de forma construtiva e consciente do indivíduo; do contrário, torna-se nociva, deturpando os valores individuais e sociais, bloqueando a relação com o outro. Isso vai influenciar a personalidade do indivíduo, tornando-o mais ou menos agressivo e trazendo-lhe, assim, efeitos negativos (DIAS, 1996). Assim, entendemos que o comportamento agressivo pode ser modificado, dependendo da forma com que o intermediador trabalha, para melhor ou pior.

É importante também sabermos como agir perante as atitudes agressivas, e primeiramente devemos deixar claro que cada acontecimento conflitante diferente, exige uma intervenção diferente, essas intervenções devem apontar para três objetivos básicos: prevenção, intervenção e solução de conflito (FERNANDEZ, 2005).

METODOLOGIA

Nosso estudo caracterizou-se como pesquisa descritiva que, conforme Gil (1999, p. 44) “[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. A abordagem escolhida para verificar as situações da pesquisa foi o modo qualitativo como a coleta das informações direta do ambiente natural e o pesquisador como instrumento principal. Nesse caso, o processo implicou em estudos na literatura, observações, entrevista e análises de informações que foram elaboradas de forma descritiva, dando ênfase no processo, e não no resultado final. (ANDRÉ, 2004; OLIVEIRA, 2008). Para esses autores a descrição é a maneira mais eficaz de obter informações no cotidiano escolar.

Os sujeitos da Pesquisa foram alunos e alunas do Ensino fundamental do 4º e 5º ano do município de Marechal Cândido Rondon. A escolha da escola e turmas foi feita por acessibilidade. “O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que possam de alguma forma, representar o universo” (GIL, 1999, p.104). Para o desenvolvimento do estudo foram utilizados como instrumentos para coleta de dados observações nas turmas selecionadas e entrevista semi-estruturada com a professora de turma.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Através das observações procurou-se analisar se mesmo com a docente adotando as atitudes cooperativas como atitude permanente nas suas aulas, ainda existiam atitudes agressivas, qual o tipo e o mecanismo utilizado para a atitude agressiva.

A turma “A” era composta por 18 alunos, dos quais 10 são meninos e oito são meninas. Durante as observações o conteúdo trabalhado pela docente foram jogos e brincadeiras e jogos pré-desportivos do voleibol. As aulas aconteceram em quadra que não era coberta e no saguão da Escola. As atividades realizadas

durante esse período foram cooperativas ou semi-cooperativas, mas a docente trabalhou constantemente com a cooperação como atitude permanente. Durante minhas observações notei que a turma é participativa. Eles têm um bom entrosamento entre eles e com a docente.

A partir das observações das aulas, e a descrição da mesma, foi percebido que não houve nenhuma forma de agressão hostil, que é quando o indivíduo realiza o ato com a intenção de ferir algo/alguém. Em relação às atitudes agressivas observadas durante as aulas, do tipo instrumental. Seguem os dados:

Quadro 02:Quantidade de atitudes agressivas (instrumental) observadas durante as aulas da turma “A”.

	AULA 01	AULA 02	AULA 03	AULA 04	AULA 05
VERBAL					
FÍSICA		1			
SOCIAL					

Fonte: os autores

A partir do Quadro 2 podemos constatar que nas cinco observações realizadas nessa turma aconteceu na aula dois apenas uma atitude agressiva de um colega para com o outro. O mecanismo utilizado foi a agressão física.

Um trecho da descrição da observação relata como aconteceu a atitude agressiva:

‘[...] um discente do sexo masculino empurrou seu colega (não muito forte) durante a execução de uma atividade, para alertá-lo que estava na sua vez de jogar. A docente percebendo a atitude, imediatamente parou sua aula, e perguntou para o agressor se ele teve a atitude correta. O discente após responder que não, pediu desculpas para seu colega, sem a professora precisar pedir para fazer isso [...]’. Através disso percebemos que a intenção do aluno não foi empurrar para machucar seu colega, e sim chamar a atenção dele através do empurrão.

Nos outros dias de observações não ocorreram atitudes agressivas entre eles. Pelo que se pode perceber nas aulas, o trabalho da docente com a turma a respeito da cooperação como atitude permanente é contínuo e eficaz. Ao final de cada atividade e aula, ela reunia a turma e conversava sobre a mesma, interligando os fatos que aconteceram a valores e aprendizados.

Ao final da aula na qual ocorreu a agressão física, a docente reuniu a turma para conversar, assim como nas outras aulas. A docente com relação ao caso apenas fez os alunos pensarem na melhor solução para evitar tais atitudes.

Atitude docente ao final da aula: a docente, como de costume, reuniu os alunos para a conversa final. Todos se sentaram em círculo e a conversa foi sobre a atitude agressiva aconteceu na aula. Ela questionou todos os alunos sobre a atitude e, através da conversa, fez todos pensarem na atitude correta a ser toma-

da nessas situações. Ela também levou essa situação para fora da escola, citando exemplos para os alunos entenderem que não devem ter o comportamento correto somente na escola, e sim na sua vida. Segundo Brandl e Brandl Neto (2013), a cooperação contribui nas propostas dentro e fora da escola.

Pode-se perceber que a docente realiza um trabalho contínuo relacionado à cooperação com a turma. Em todas as conversas que observei os alunos interagiram com a docente, respondendo os questionamentos, relatando fatos relacionados ao assunto, tirando dúvidas.

A turma “B” era composta por 17 alunos, dentre os quais nove eram meninas e oito meninos. Os conteúdos trabalhados durante as aulas de observação foram jogos pré-desportivos do voleibol, jogos e brincadeiras e jogos de mesa. As aulas aconteceram em quadra e no saguão da Escola. As atividades realizadas foram cooperativas e semi-cooperativas. Durante as observações todos os alunos participaram. Somente na aula número quatro uma aluna ficou sem participar da aula, pois estava com o joelho machucado. A turma se mostrou bem participativa e com um bom entrosamento.

Na aula número um houve a ocorrência de uma atitude agressiva hostil, que para Bee (1996) é a forma de agressão onde um ou mais indivíduos visam atacar o outro. Seguem abaixo os dados:

Quadro 03:Quantidade de atitudes agressivas (hostil) observadas durante as aulas da turma “B”.

	AULA 01	AULA 02	AULA 03	AULA 04	AULA 05
VERBAL					
FÍSICA					
SOCIAL	1				

Fonte: os autores

Na primeira aula observada dessa turma, na qual as atividades foram jogos pré-desportivos de voleibol, houve uma agressão hostil social de um grupo de 3 alunos com um outro. “[...] durante o jogo de voleibol rede viva um grupo de três alunos excluíram outro colega devido aos seus trejeitos.[...]” ou seja, o aluno foi deixado de lado pelo grupo devido ao seu jeito. A professora não parou a atividade, só pediu para que os alunos parassem com isso.

Essa atitude agressiva pode ser considerada hostil, pois o grupo de alunos tinha a intenção de “provocar” o outro deixando-o de lado.

Essa atividade foi a última da aula, então quando encerrada a mesma, no momento em que toda a turma estava reunida para conversa final. A docente conversou com a turma sobre a questão do respeito, interligando com o fato que aconteceu na aula. Procurou fazer os alunos pensarem e em um trecho de sua conversa explicou que todos podem passar por isso, que para isso não acontecer todos devem respeitar uns aos outros.

Brandl e Brandl Neto (2013) falam sobre a importância da discussão em grupo após a atividade, pois desta forma o grupo tem possibilidade de estabelecer uma relação entre o que foi feito durante o jogo e a vida.

Quanto à agressividade instrumental, também constatou-se um episódio na aula de número cinco da turma “B”.

Quadro 04: Quantidade de atitudes agressivas (instrumental) observadas durante as aulas da turma “B”.

	AULA 01	AULA 02	AULA 03	AULA 04	AULA 05
VERBAL					1
FÍSICA					
SOCIAL					

Fonte: os autores

A seguir, um trecho que descreve como ela ocorreu: “[...] no decorrer do pegador, como os alunos que eram pegos deveriam abaixar bloqueando a passagem, acabaram restando poucos espaços para os alunos correrem, então um discente que estava atrás do outro o chamou de “lerdo”, querendo que dessa forma ele corresse mais rápido para ambos conseguirem fugir. A professora não ouviu, mas logo depois da atitude agressiva o aluno olhou imediatamente para a professora, dando a entender que percebeu que teve uma atitude que não devia”.

A atitude agressiva do discente foi com o intuito de seu colega correr mais rápido para melhor desempenho na atividade, ou seja, ele não visava magoar seu colega com a agressão verbal, e sim o fazê-lo perceber que deveria correr um pouco mais rápido.

Além destas duas atitudes agressivas, não ocorreram outras durante as observações realizadas nessa turma. Notamos que o trabalho da professora baseado na cooperação era constante e estava presente em todos os momentos das aulas. Apesar de algumas atividades não terem sido cooperativas ela encontrou um meio para interligá-la com a cooperação.

A turma “C” era composta por 22 discentes, sendo 10 meninos e 12 meninas. Durante as observações os conteúdos trabalhados foram jogos pré-desportivos de voleibol e jogos e brincadeiras em quadra no saguão e na sala de aula da Escola. As atividades realizadas foram cooperativas e semi-cooperativas, mas o trabalho da docente era constante e relacionado à cooperação. Todos os alunos participaram de todas as aulas. Em uma observação havia apenas 12 discentes. A turma se mostrou bem participativa e unida.

Em relação às atitudes agressivas, dentre todas as aulas observadas nessa turma, não houve nenhuma, nem hostil nem instrumental. Pode-se perceber através de todas as conversas da docente com os discentes, em todos os momentos, que a turma entendeu bem a importância das atitudes cooperativas, pois os alunos se mostraram muito presentes e participativos durante as conversas.

Amaral (2004) cita alguns valores educativos que são conquistados através dos jogos cooperativos: *construção de uma relação social positiva*, ou seja a mudança de atitudes das pessoas favorecendo um ambiente de apreço; *empatia* que é a capacidade de compreender o outro, entendendo seu ponto de vista, *apreço e auto conceito* que é desenvolver uma opinião positiva de si mesmo e também reconhecer a importância dos demais.

A turma “D” era composta por 17 alunos, com 11 meninos e seis meninas. Durante as observações realizadas nessa turma os conteúdos trabalhados foram jogos pré-desportivos de voleibol e jogos e brincadeiras. As aulas aconteceram em quadra e no saguão da Escola. As atividades podem ser consideradas cooperativas e semi-cooperativas, mas a professora trabalhava continuamente com a cooperação. Todos os alunos participaram das aulas.

Não houve nenhuma atitude agressiva considerada hostil durante a aula. Em relação à agressividade instrumental houve um registro.

Quadro 05: Quantidade de atitudes agressivas (instrumental) observadas durante as aulas da turma “D”.

	AULA 01	AULA 02	AULA 03	AULA 04	AULA 05
VERBAL		1			
FÍSICA					
SOCIAL					

Fonte: os autores

Por meio do quadro pode-se perceber que ocorreu uma agressão verbal na segunda aula. A agressão partiu do interesse do discente em jogar a bola, que estava com outro aluno. “[...] um discente querendo a bola para jogar pediu para seu colega e o mesmo não passou a bola, então o discente que desejava a bola chamou o outro discente de idiota. No mesmo momento a professora observou a situação e foi conversar com os dois, onde ela explicou que os dois estavam errados, pois o discente que estava com a bola poderia ter jogado junto com o outro aluno, e o discente que teve a atitude agressiva poderia ter tentado conversar com o que estava com a bola, explicando que jogando juntos poderia ser mais divertido. Os alunos concordaram com a professora e se desculparam um com o outro. Logo após a situação os alunos jogaram juntos. [...]”.

Através das observações pudemos perceber que as atitudes agressivas durante as aulas podem ser consideradas poucas, sendo que na turma “C” não aconteceu nenhuma atitude agressiva e na turma “A” e “D” aconteceram apenas uma. Somente na turma “B” aconteceram duas atitudes agressivas, sendo uma hostil e outra instrumental.

Destaca-se que a professora, em todas as aulas, trabalhou com a cooperação de alguma forma, não somente através dos jogos cooperativos, mas através de conversas com os alunos fazendo-os pensar nas mais diversas situações, nas quais eles refletiam sobre a melhor forma de agir diante de determinadas situações. Papalia e Olds (2000) relatam que as experiências em que as crianças passam dentro da escola influenciam muito no seu desenvolvimento. Então, através desse trabalho com as crianças, a docente vai atingindo o objetivo com os discentes. Vale destacar que esse trabalho acontece a longo prazo e é contínuo.

Soler (*apud* BRANDL; BRANDL NETO 2013) propõe para se trabalhar a cooperação utilizando um ciclo com três elementos. O primeiro elemento é a vivência (ação), o segundo elemento é a reflexão no qual os alunos são instigados a refletir sobre a ação, pensando em modificação com o intuito de melhorar a participação, e o último momento do ciclo é a transformação, em que acontece a ação melhorada. Enquanto observei as aulas da docente, percebi que o mesmo se utilizou desse método.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal investigar se ainda ocorrem atitudes agressivas durante as aulas de Educação Física nas quais se utiliza a dimensão ideológica da cooperação como atitude permanente.

Os resultados encontrados nas observações correlacionadas com a entrevista mostraram que ainda ocorrem atitudes agressivas, porém a diminuição da mesma a partir do trabalho com a cooperação como atitude permanente foi significativa. Também constatamos que a forma mais frequente de agressão é a verbal. A docente através da entrevista confirma o que se esperava, a cooperação é um meio didático poderoso de grande importância para lidar com as atitudes agressivas.

Por isso, a partir deste estudo podemos compreender o valor que a cooperação tem na Educação Física para formação de cidadãos. Por meio de um trabalho organizado e pautado na cooperação é possível reduzir as atitudes agressivas entre escolares nas aulas, e até mesmo dentro da escola e em sua vida.

Nesse sentido, levando em conta que a Educação Física desperta grande interesse na maioria das crianças, torna-se de grande importância um trabalho organizado e pautado na cooperação como meio de lidar com a agressividade. Mas esse compromisso deve ir além das aulas de Educação Física. O compromisso deve vir da escola como um todo, expandindo esse trabalho inclusive para fora da escola, mediante o envolvimento dos pais e comunidade escolar. A partir disso, o trabalho será mais completo e conseguirá atingir melhores resultados, pois não é somente na escola que acontece a formação de cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, J. D. **Jogos cooperativos**. São Paulo: Phorte, 2004.

AMOP – **Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Currículo básico para a escola pública municipal**. Cascavel: Assoeste, 2007.

ANDRÉ, M. D. A., **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 2004.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. I. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 8. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

BRANDL, C. E. H; BRANDL NETO, I. **Uma proposta pedagógica pautada na cooperação**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

BRANDL NETO, I. **Educação física escolar e o desenvolvimento da atitude cooperativa nos anos iniciais do ensino fundamental**. São Paulo, 2012.

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos**. O jogo e o esporte como um exercício de convivência. Editora Projeto cooperação: Santos, 2001.

_____. **Jogos cooperativos** – o jogo e o esporte como um exercício de convivência. 2. Ed. São Paulo: Projeto cooperação, 2002.

_____. **Jogos cooperativos**. Santos: Projeto cooperação, 2003.

CHAUÍ, M. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, 294 p.

DIAS, K. P. **Educação Física x violência: uma abordagem com os meninos de rua**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

FERNANDEZ, I. **Prevenção da violência e solução de conflitos: o clima escolar como fator de qualidade**. São

Paulo: Madras, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FROMM, E. **Anatomia da destrutividade humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

GALLARDO, J. S. P. **Educação física**: contribuições à formação profissional. Ijuí: Unijuí, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARQUES, M. O. **A aprendizagem na mediação social do aprendizado e da docência**. Ijuí: UNIJUÍ, 1995.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ORLICK, T. **Vencendo a competição**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

PAPALIA, D.E; OLDS, S.W. **Desenvolvimento humano**. 7. ed. São Paulo: Artmed, 2000.

SOARES, J. G. MENDES, J. V. ANTÃO, S. M. MOURA, R. W. S. SILVA, V. P. **Causas atribuídas a agressividade pelos educadores: um estudo na Escola Municipal Brisa Nunes Braz**. 2004. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=609> Acesso em: 15/09/2014.

SOLER, R. **Brincando e aprendendo com os jogos cooperativos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

_____. **Brincando e aprendendo com os jogos cooperativos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Sprint, 200

_____. **Esporte cooperativo**: uma proposta para além das quadras e campos e pátios. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

SOUSA, P. M. L. **Agressividade em contexto escolar**. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0261.pdf> Acesso em: 15/09/2014.

TAFFAREL, C. Z. *et. al.* Uma proposição de diretriz curricular para a formação de professores de educação física. In: HILDEBRANT-STRAMANN, R.; TAFFAREL, C. Z. (Org.). **Currículo e educação física**: formação de professores e prática pedagógica nas escolas. Ijuí: Unijuí, 2007, p. 41-90.

Gestão de Fatores que Contribuem para o Desenvolvimento Sustentável em uma Instituição Federal de Ensino Superior (Ensino, Pesquisa, Extensão E Gestão) *Management of Factors Contributing to Sustainable Development in a College Federal (Education, Research, Extension And Management)*

Narcelio Jose Marques dos Santos¹, Maxweel Veras Rodrigues², Sueli Maria de Araújo Cavalcante³

¹ Graduado em Secretariado Executivo pela Universidade Federal do Ceará (2007), especialista em Administração de Recursos Humanos (UFC 2011), e mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (UFC 2017). - narcelio@ufc.br

² Doutor, UFC-Docente do Departamento de Eng de Produção.

³ Doutor, UFC-Docente do Departamento de Eng de Produção.

Recebido em 10 de maio de 2018; Aceito em 12 de junho de 2018.

Resumo

As emergentes questões ligadas ao desenvolvimento sustentável tiveram suas origens nos movimentos de preservação do meio ambiente. Com a evolução da temática para formação de uma base sustentável, acrescentou-se, ao meio ambiente, as questões econômicas e sociais, os três itens formam juntos o tripé da sustentabilidade. A educação é tida como a principal fonte de conscientização da sociedade e propagação das ideologias do desenvolvimento sustentável, e as universidades colaboram nesse processo, disseminando o pensar e o agir sustentável, devendo elas próprias serem modelos de sustentabilidade, por meio de seus eixos de atuação (ensino, pesquisa, extensão e gestão). Este estudo objetivou desenvolver um método para analisar ações, aspectos e estratégias existentes dentro de uma Instituição Federal de Ensino Superior, que contribuem para a prática do Desenvolvimento Sustentável. De natureza qualitativa, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, um estudo de caso que se complementa com a pesquisa documental. O presente trabalho permitiu dimensionar o desenvolvimento sustentável dentro de uma IFES, em suas diversas frentes de atuação. Após a aplicação do método proposto, e apesar da fase embrionária, verificou-se o interesse da Instituição em evoluir nas questões sustentáveis. Há um extenso caminho a ser percorrido, tendo em vista que, a preocupação com as futuras gerações perpassa os limites físicos da universidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Educação. Ensino Superior.

Abstract

The emergent issues related to sustainable development had their origins in the movements of preservation of the environment. The theme evolution to create a sustainable base, the economic and social issues were added to the environment, the three items together form the tripod of sustainability. Education is the main source of awareness of society and propagation of sustainable development ideologies, and universities collaborate in this process by disseminating sustainable thinking and action, and they must themselves be models of sustainability, through their lines of action (education, research, extension and management). This study aimed to develop a method to analyze actions, aspects and strategies existing in a Public College Federal, which contribute to the practice of Sustainable Development. It is a qualitative nature study, exploratory and descriptive research, a case study that is complemented with the documentary research. The present work allowed to dimension the sustainable development in a public college federal, in its several fronts of action. After applying the proposed method, and despite the embryonic phase, the college's interest in evolving in sustainable issues was verified. There is an extensive way to be covered, since the concern with future generations permeates the physical limits of the college.

Keywords: Sustainable development. Education. College.

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Sustentável (DS) tem sua origem marcada por movimentos ambientalistas, iniciados a partir de meados do século XIX, geralmente liderados por cientistas e artistas, com objetivo inicial de criar áreas protegidas das ações humanas onde a vida selvagem pudesse ser preservada. A partir de 1960, contrapondo a corrente de pensamento do crescimento econômico sem medidas, o DS incorpora aspectos sociais e econômicos, além dos ambientais ao seu conceito.

Estabelecendo uma linha do tempo dos principais marcos do movimento DS tem-se: a publicação do livro Primavera Silenciosa de Rachel Carson em 1962, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, a resolução de 1986 da Assembleia da ONU, a divulgação do Relatório Brundtland em 1987, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, e a assinatura do Protocolo de Kyoto no Japão em 1997.

Aconteceram, em paralelo aos citados marcos, determinados eventos voltados à compreensão da necessidade e aplicação do DS no campo da educação, constatando-se que o ensino tem grande importância para a promoção e evolução das temáticas, levando a sociedade a aumentar a capacidade de entender e abordar questões de meio ambiente e do desenvolvimento.

O movimento interdisciplinar apregoado por Morin afirma que, em uma realidade multidimensional (simultaneamente econômica, psicológica, mitológica, sociológica), estas dimensões são estudadas de forma separada. A educação nos habitua a uma concepção linear da causalidade. A complexidade exige uma reforma de pensamento, o que pressupõe mudar a universidade. Uma reforma muito mais profunda/ampla do que a de uma democratização do ensino universitário e da generalização da condição de aluno. Trata-se de uma reforma paradigmática, que diz respeito à atitude em relação à organização do conhecimento. A universidade deve ultrapassar-se para se reencontrar.

Muito se especula sobre a relação teoria x empiria das questões ligadas ao DS. Justifica-se a presente pesquisa como uma contribuição acadêmica na tentativa de buscar entender as ações e aspectos dentro de uma instituição promotora de ensino. Busca-se verificar se na prática uma determinada IFES contribui para o Desenvolvimento Sustentável. A pesquisa intenta responder ao problema: como uma IFES, efetiva o Desenvolvimento Sustentável em seus eixos de atuação: ensino, pesquisa, extensão e gestão? O objetivo geral da pesquisa é desenvolver um método para analisar ações, aspectos e estratégias, existentes dentro de uma IFES, que contribuem para a prática do DS. O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, sendo o primeiro de introdução, o segundo constando o referencial teórico da pesquisa, o terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada e a análise dos dados, e, no último capítulo, a conclusão do estudo e considerações finais.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ENSINO SUPERIOR

Em busca de significados, o desenvolvimento é, conforme apregoado por muitos economistas e cientistas sociais, igual ao crescimento sem medida em detrimento do social. Brunstein, Godoy e Silva (2014) afirmam que, o termo desenvolvimento sempre esteve ligado ao crescimento econômico, onde ganha força uma visão quantitativa do mundo sem considerar os processos qualitativos históricos, culturais e ambientais, ou seja, desconsiderando os aspectos sociais. Silva (2006) complementa, afirmando que, o crescimento torna-se um fim em si mesmo. A qualidade de vida é sacrificada em nome de uma noção vagamente definida de progresso, na qual as decisões tomadas relacionadas ao uso dos recursos beneficiam alguns em curto prazo, em detrimento do benefício de todos em longo prazo.

Segundo Silva, Gondim Filho e Gondim (2008), após a década de 1960, prevaleceu entre a comunidade científica e política uma linguagem cheia de otimismo com os poderes do crescimento econômico, com a crença de que esse crescimento traria a redução da pobreza e melhorias na qualidade de vida de todos, entretanto o resultado obtido tem sido a criação e o aumento das desigualdades espaciais e interpessoais em todo mundo. Na corrida do crescimento econômico, que não parece ser a mais justa e honesta, há o que se poderia chamar de impossibilidade aritmética, em que não há chance de que todos os povos tenham uma razão *per capita* similar àquela praticada pelos países ricos.

Enquanto os poderes do crescimento econômico geraram otimismo para alguns, paralelamente houve a evolução de uma nova visão sobre o assunto, conforme Moraes (2009) a expansão da temática economia ambiental, também se deu a partir dos anos de 1960, com a “revolução verde” (onde novas práticas agrícolas foram adotadas com vistas à redução do custo de manejo e melhoria no gerenciamento da produção), entretanto pensadores mais antigos, como Malthus (1798), Ricardo (1817) e Marx (1867), já abordavam problemas ambientais no século XVIII.

Para Barbieri (2007) o meio ambiente e o desenvolvimento devem ser tratados em conjunto, são indissociáveis, como as duas faces de uma mesma moeda. Essa nova percepção de soluções para os problemas globais, que não se reduzem apenas à degradação do ambiente físico e biológico, mas que incorporam dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social, isso é o que vem sendo chamado de desenvolvimento sustentável.

Para Veiga (2010) tudo indica que o termo DS foi inaugurado publicamente em agosto de 1979, no simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo. Almeida (2002) e Foladori (2001), entre outros autores, concordam com a definição mais disseminada, é que o termo Desenvolvimento Sustentável foi divulgado inicialmente em 1987, com a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, como aquele que responde às necessidades do presente de forma igualitária, mas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras.

Quanto à crítica contrária ao movimento do DS, conforme Savitz e Weber (2006), as opiniões dividem-se em dois grupos, de um lado estão os cínicos, os quais em geral são simpatizantes de ideologias de esquerda, que zombam da sustentabilidade, como mera ferramenta de propaganda ou de relações públicas, e do outro lado encontram-se os cétricos, não raro com inclinações de direita, que atacam o conceito de empresas sustentáveis, com base no argumento de que não compete aos líderes de negócios envolverem-se com temas ambientais ou sociais, cabendo apenas a estes maximizar os lucros, acreditando que, com a obstinação nesse propósito, o mundo estaria melhor a longo prazo.

A educação, conforme Marcomin e Silva (2009), é considerada um importante desafio da humanidade para o século XXI. A inclusão das questões ligadas ao ambiente no processo educativo constitui um desafio ainda maior, e o ensino superior não constitui exceção. Para os autores, a universidade alarga suas responsabilidades em um esforço de transformação das mentalidades e de melhoria das condições materiais e culturais relacionadas ao tema.

É do conhecimento de todos que as IES são órgãos de propagação do conhecimento através do ensino, propagação da pesquisa e responsáveis pela formação de um percentual significativo de pessoas que assumem cargos relevantes na sociedade. As IES possuem um papel preponderante no DS e devem ser, elas próprias, modelos de sustentabilidade (MADEIRA, 2008).

Conforme Petrola e Nascimento (2013) verifica-se que a maior parte das iniciativas para uma “universidade sustentável” no Brasil incide, até agora, na ambientalização das estruturas curriculares e no incremento

da pesquisa no campo das temáticas ambientais. A partir de 2005 a proposta destina-se à uma reorientação da educação superior para o desenvolvimento sustentável, incluindo o tema nas estruturas curriculares de educação superior, na pesquisa, nas ações materiais, na vida estudantil universitária e nas suas atividades de extensão voltadas para as comunidades locais, regionais e globais.

Com base em Madeira (2008), Malheiros et al. (2013) e Viegas e Cabral (2014), são alguns dos importantes eventos para a implementação da sustentabilidade no Ensino Superior: 1977 - Declaração de Tbilisi (Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental); 1989 - Fundação do Programa de Ecologia da National Wildlife Federation; 1992 - Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento; 1993 - Carta de Copernicus – Carta Universitária para o DS; 1998 - Conferência Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI: Visão e Ação, Paris, França; 2005 – Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável –UNESCO; e 2012 – Rio + 20, Documento O Futuro que Queremos.

Para subsídio metodológico, segue-se o detalhamento dos dois últimos eventos: conforme Brasil (2005), em dezembro de 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução no 57/254 na qual proclama a Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, no período de 2005 a 2014 e a UNESCO foi escolhida para liderar a Década e elaborar um plano internacional de implementação.

Para Viegas e Cabral (2015) com a Década, a educação para a sustentabilidade ganhou novo ânimo, provocando as Instituições de Ensino a cumprirem o seu papel no processo para o Desenvolvimento Sustentável.

Conforme Brasil (2005), a Educação para o Desenvolvimento Sustentável incluirá todos os âmbitos do desenvolvimento humano, abrangendo importantes dimensões oferecidas pelos direitos humanos, pela paz e segurança humana, igualdade de gênero, diversidade cultural e compreensão intercultural, saúde, HIV/Aids, governabilidade, recursos naturais, mudanças climáticas, desenvolvimento rural, urbanização sustentável, prevenção e atenuação de desastres naturais, redução da pobreza, responsabilidade e deveres das empresas e, enfim, a economia de mercado. A EDS requer a reorientação das abordagens educacionais – estruturas curriculares e conteúdo, pedagogia e avaliações, e dos espaços de aprendizagem.

Segundo Malheiros et al. (2013), em 2012, o Brasil foi novamente sede da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que resultou em um documento final focado em políticas e práticas para a implementação do desenvolvimento sustentável.

Para Viegas e Cabral (2014), a convocação da ONU à reflexão sobre desenvolvimento sustentável buscou desenvolver ações de controle e estímulo às práticas sustentáveis em vários níveis e setores. Aproximadamente 300 instituições de ensino superior, de cerca de 50 países, assinaram a Iniciativa de Sustentabilidade na Educação Superior, por meio da inclusão do tema nas disciplinas universitárias. Das ações propostas neste documento destacam-se: ensinar o conceito de desenvolvimento sustentável; incentivar a investigação sobre questões de desenvolvimento sustentável, para melhorar a compreensão científica; tornar nossos campi mais verdes; apoiar os esforços de sustentabilidade nas comunidades onde estamos instalados.

A educação superior no nosso país é tardia, Nunes (2007) afirma que com pouco menos de dois séculos, a chegada da família real ao Rio de Janeiro, e a necessidade de organizar o quadro administrativo na corte deram início à criação dos primeiros cursos superiores. Para o autor, foi opção inicial a estruturação da educação a partir de faculdades e escolas isoladas. Iniciando-se o seu desenvolvimento apenas a partir da década de 1930, sendo fortalecida nos anos 1960, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 e a reforma de 1968. Na segunda metade do século XX, iniciou-se ainda, a se desenhar uma primeira divisão de trabalho institucional, predominando nos setores públicos federal e estaduais o formato universitário, e no setor privado as faculdades isoladas e integradas.

Roth et al (2013) complementa que, por muito tempo, o Brasil restringiu às metrópoles o ensino superior, com foco elitista e priorizando o ensino em detrimento da pesquisa, e que a reforma universitária de 1968 trouxe um novo momento para a educação universitária.

A Universidade, objeto deste estudo, está situada no Nordeste do Brasil, e conforme números publicados em 2016, é composta estruturalmente por 17 unidades acadêmicas, sendo 4 campi, 4 Centros, 5 Faculdades e 4 Institutos. Compõem ainda sua estrutura, 2 hospitais, 17 bibliotecas, e 8 refeitórios. Seu corpo funcional conta com 5.568 servidores ativos. No eixo ensino, tem-se 26.225 alunos matriculados em 126 cursos de graduação, 2.770 alunos matriculados em 71 cursos de mestrado, e 2.416 alunos matriculados em 45 cursos de doutorado. Eixo pesquisa a Instituição publicou 2.339 artigos em periódicos, 750 capítulos/livros publicados. A Extensão conta com 831 projetos, e 3.522.219 pessoas beneficiadas. 1.512.077 é o número de beneficiados por meio dos serviços prestados nos hospitais universitários.

Conforme Rabelo et al (2013), é importante ressaltar que na relação educação x desenvolvimento sustentável, a Universidade(objeto deste estudo) encontra-se localizada no Nordeste do Brasil, região historicamente percebida por suas desigualdades socioeconômicas e com um dos biomas mais frágeis do mundo, a Caatinga. Essas características intensificam a necessidade de a Instituição ser referência de um modelo de desenvolvimento que desperte na sociedade a importância de suas escolhas e consequências de seus impactos, seja no meio ambiente ou na economia, por uma qualidade de vida, que não pode objetivar apenas o hoje, mas principalmente as próximas gerações.

Quanto a interdisciplinaridade da causa, Morin (2003) afirma que vivemos em um processo de mundialização no qual os nossos grandes problemas deixaram de ser particulares para se tornarem mundiais. Assim deveríamos ser animados por um princípio de pensamento que nos permitisse ligar as coisas que nos parecem estar separadas. Nosso sistema educativo privilegia a separação em vez de praticar a ligação. Vivemos numa realidade multidimensional, simultânea, mas estudamos essas dimensões separadamente, e não umas em relação com as outras. Somos lúcidos em relação a uma parte, mas míopes sobre a relação entre as partes e seu contexto. A nossa educação nos habituou a uma concepção linear da causalidade, causa e efeito.

Produzimos a sociedade que nos produz, em retroalimentação. Não podemos esquecer que somos uma pequena parte de um todo, e que o todo está contido nas partes. Esta concepção dá-nos uma lição de prudência, de método e de modéstia. É preciso reconhecer o valor da unidade e preservar a riqueza da diversidade. Ainda na concepção do autor, a cultura científica e técnica ressalta a disciplina, compartimentalização e especialização, e até a metade do século XX, a maioria das ciências apregoava o reducionismo e o determinismo. “A especialização abstrai, extrai um objeto de seu contexto e de seu conjunto, rejeita os laços e a intercomunicação do objeto com o seu meio, insere-o no compartimento da disciplina”.

Leff (2000) concorda que a questão ambiental, com a sua complexidade, e a interdisciplinaridade emergem do final dos anos 60 e começo da década de 70, guiadas pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado, culminando em uma crise de civilização, manifesta pelo fracionamento do conhecimento e pela degradação do ambiente. Do desenvolvimento do conhecimento e do desenvolvimento econômico surgem respectivamente a crise do saber e a crise ambiental. Para o autor, a dimensão ambiental, por meio de um método interdisciplinar, será capaz de reintegrar o conhecimento para apreender a realidade complexa.

Ainda para o autor, a interdisciplinaridade implica inter-relação de processos, conhecimentos e práticas, que transborda, transcende e perpassa o campo da pesquisa e do ensino, o termo vem sendo usado como sinônimo de interconexão/colaboração entre diversos campos do conhecimento dentro de projetos que envolvem tanto as diferentes disciplinas acadêmicas, como as práticas não científicas que incluem as instituições e atores sociais diversos.

Morin (2003) complementa que a complexidade dos novos fatos exige uma reforma de pensamento, uma nova postura, o que pressupõe ainda mudar a universidade: “A universidade é conservadora, regeneradora, geradora. Conserva, memoriza, integra, ritualiza um patrimônio cognitivo; regenera-o pelo reexame, atualizando-o, transmitindo-o; gera saber e cultura que entram nessa herança”. O caráter conservador da universidade pode ser vital ou estéril. Vital se ela significa salvaguarda e preservação, pois só se pode preparar um futuro salvando um passado, mas é estéril se dogmática, congelada e rígida. Trata-se de uma reforma muito mais profunda e ampla, maior do que a de uma democratização do ensino universitário, trata-se de uma reforma não programática, mas paradigmática, que diz respeito à nossa atitude em relação à organização do conhecimento. Uma reforma dessa magnitude suscita um paradoxo: não se pode reformar a instituição universitária sem a reforma anterior das mentes, mas não é possível reformar as mentes sem antes reformar a instituição. Caberá à própria universidade realizar essa reforma.

METODOLOGIA

De abordagem qualitativa. quanto aos propósitos é de caráter exploratório e descritivo. Por ser o recorte espacial do estudo uma IFES, a pesquisa é considerada ainda um estudo de caso, complementando-se com a pesquisa documental.

Buscando facilitar a aplicação, o método proposto foi dividido em quatro blocos ou etapas, que serão apresentadas a seguir. É importante lembrar que, na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável DEDS/UNESCO, estão explícitas, de forma abrangente e detalhada, as importantes temáticas incorporadas pelo DS, que devem ser aplicadas e trabalhadas nas instituições de ensino. No Quadro 1 os referidos temas foram divididos, conforme contribuição de Rabelo et al (2013), em três perspectivas: perspectivas socioculturais, perspectivas ambientais e perspectivas sociopolíticas e econômicas:

Quadro 1. Aspectos tratados pela educação para o Desenvolvimento Sustentável

Perspectivas Socioculturais	Perspectivas Ambientais	Perspectivas Sociopolíticas e Econômicas
<ul style="list-style-type: none"> • Direitos humanos • Paz e Segurança Humana • Igualdade de Gênero • Diversidade Cultural e Compreensão Intercultural • Saúde • Governança 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos Naturais (água, energia, agricultura e biodiversidade) • Mudanças Climáticas • Desenvolvimento Rural • Urbanização Sustentável • Prevenção e Diminuição de Desastres 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da Pobreza • Responsabilidade das Empresas • Economia de Mercado

Fonte: Rabelo et al (2013).

Na primeira etapa da aplicação do método proposto, os dados foram coletados por meio de consulta aos componentes curriculares ativos e disponíveis, na graduação e pós-graduação. A consulta foi realizada, por meio de funcionalidade pública, disponível aos alunos e docentes da Universidade, no sistema de controle acadêmico da Instituição.

Após as consultas, estabelecendo relação do número de componentes curriculares distribuídas com as temáticas DESDS/UNESCO, constata-se: dos 18.316 componentes curriculares existentes no sistema de controle acadêmico, com status de “ativo”, ou seja, disponíveis para oferta, 5.251 pertencem ao *stricto sensu*, e 13.065 à graduação. Do total geral, 276 componentes curriculares, constantes em estruturas curriculares ativas, contêm em sua nomenclatura pelo menos uma das temáticas da DESD/UNESCO.

Quadro 2. Relação de componentes curriculares com os temas da DESD/UNESCO.

Perspectivas Socioculturais		Perspectivas Ambientais		Perspectivas Sociopolíticas e Econômicas	
Direitos Humanos	15 em 106	Água	17 em 13	Redução pobreza	0 em 0
Paz	3 em 3	Energia	31 em 9	Responsabilidade empresas	2 em 1
Segurança humana	1 em 1	Agricultura	15 em 7	Economia mercado	17 em 14
Igualdade gênero	7 em 9	Biodiversidade	3 em 3		
Diversidade cultural	0 em 0	Mudanças climáticas	1 em 1		
Compreensão Intelectual	0 em 0	Desenvolvimento rural	7 em 8		
Saúde	152 em 25	Urbanização sustentável	1 em 1		
Governança	4 em 2	Prevenção diminuição desastres	0 em 0		

Fonte: elaborado pelo autor.

No Quadro 2, a relação está entre o número de componentes e as matrizes curriculares. Quanto às 3 perspectivas, percebe-se que a maior concentração encontra-se na perspectiva sociocultural, totalizando 182 componentes curriculares em 146 currículos, enquanto a perspectiva ambiental apresenta 75 componentes curriculares em 42 currículos, e a perspectiva sociopolítica econômica apresenta apenas 19 componentes curriculares em 15 currículos. Quanto aos temas abordados, há uma maior incidência de algumas temáticas, em detrimento de outras, citando direitos humanos como exemplo, que atende 106 matrizes curriculares, entre cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, já a temática saúde consta em 152 componentes curriculares distintos, outros termos sequer aparecem no quadro (diversidade cultural, compreensão intelectual, prevenção e diminuição de desastres e redução da pobreza). Credita-se o grande volume de componentes curriculares com a temática direitos humanos, a Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação, a referida resolução, torna obrigatória a inclusão do conteúdo em estruturas curriculares da educação básica e superior, não importando a área de atuação ou outras especificações.

O maior número de componentes curriculares, com temas DEDS/UNESCO, encontra-se nos cursos de graduação, 208 componentes curriculares, distribuídas em 182 estruturas curriculares, em detrimento aos 68 componentes curriculares, constantes em 21 estruturas curriculares da pós-graduação.

Quando se dividem os componentes curriculares que contemplam temáticas do DS, de acordo com a DEDS/UNESCO, por unidade acadêmica, e levando em consideração que, Centros, Institutos, Campis, ou Unidades Administrativas, podem ser unidades acadêmicas, por possuir cursos vinculados aos seus organogramas, tem-se a seguinte distribuição, conforme Quadro 3:

Quadro 3. Componentes curriculares, por unidade acadêmica, com os temas da DEDS/UNESCO.

Unidade	Cursos	Componente
Faculdade de Medicina	5	64
Campus no interior do estado 1	9	63
Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade	11	47
Centro de Tecnologia	11	41
Centro de Ciências	20	37
Centro de Ciências Agrárias	9	31
Centro de Humanidades	15	37
Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem	3	25
Instituto de Cultura e Arte	12	19
Instituto de Educação Física	4	10
Faculdade de Direito	3	8
Campus no interior do estado 2	6	7
Faculdade de Educação	3	7
Pro-Reitoria de Gestão de Pessoas	2	7
Campus no interior do estado 3	5	6
Instituto de Ciências do Mar	2	5
Campus no interior do estado 4	4	4
Instituto Virtual	2	3

Fonte: elaborado pelo autor.

A discrepância entre as unidades acadêmicas é nítida, devendo-se levar em consideração que, as unidades que possuem cursos na área da saúde ou que apresentam componentes curriculares com a referida temática, percentualmente, levam vantagem sobre os demais. Nota-se ainda a fase embrionária do desenvolvimento sustentável e abordagem dos temas em muitas unidades.

Na segunda etapa do método proposto, diagnosticar em projetos PIBIC a abordagem de temas da DEDS/UNESCO, os dados foram coletados por meio de consulta aos projetos PIBIC, aprovados em 2016, junto à Coordenadoria de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Apesar do cadastro ser realizado junto a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, os projetos PIBIC são vinculados à cursos de graduação. Para consulta, foi utilizada a busca por termos, de acordo com as temáticas listadas no Quadro 1.

Atualmente, existem 752 projetos de pesquisa PIBIC aprovados e devidamente cadastrados junto à Coordenadoria de Pesquisa, na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, vinculados a alunos da graduação

e docentes. 52 projetos carregam em seus títulos abordagens do DS. Relacionando as temáticas da DEDS/UNESCO com os referidos projetos, tem-se a seguinte distribuição:

Quadro 4. Relação de projetos PIBIC com os temas da DEDS/UNESCO.

Perspectivas Socioculturais		Perspectivas Ambientais		Perspectivas Sociopolíticas e Econômicas	
Direitos Humanos	0	Água	12	Redução da pobreza	0
Paz	1	Energia	6	Responsabilidade das empresas	2
Segurança humana	0	Agricultura	3	Economia de mercado	3
Igualdade de gênero	2	Biodiversidade	3		
Diversidade cultural	0	Mudanças climáticas	0		
Compreensão Intelectual	3	Desenvolvimento rural	0		
Saúde	15	Urbanização sustentável	0		
Governança	2	Prevenção e diminuição de desastres	0		

Fonte: elaborado pelo autor.

Nota-se, por meio do Quadro 4, que a maior incidência ocorre, a despeito da primeira etapa do método, na perspectiva ambiental, com 24 projetos, a perspectiva sociocultural apresenta um número bem próximo, 23 projetos cadastrados, e a perspectiva sociopolítica e econômica possui apenas 5 projetos. Quanto as temáticas, percebe-se a carência de projetos em várias áreas do desenvolvimento sustentável, ou seja não existem projetos cadastrados para os seguintes temas: direitos humanos, segurança humana, diversidade cultural, mudanças climáticas, desenvolvimento rural, urbanização sustentável, prevenção e diminuição de desastres e redução da pobreza. Nota-se, ainda, um pequeno percentual, na relação projetos cadastrados x projetos com as temáticas DEDS/UNESCO, dos 752 projetos, apenas 52 fazem referência às temáticas, 6,9% do total de projetos. O tema Direitos humanos, que predominava entre os componentes curriculares, não figura na tabela de projetos PIBIC, já a temática saúde permanece com a maior concentração, 15 projetos, seguida pelo termo água, com 12 projetos PIBIC cadastrados. Distribuindo-se os temas em percentuais, tem-se o seguinte gráfico:

Quando divide-se estes projetos PIBIC, por centro/instituto/campi, ou seja por unidade acadêmica, tem-se distribuição contante no Quadro 5:

Quadro 5. Projetos PIBIC, graduação, por unidade acadêmica, com os temas da DEDS/UNESCO.

Unidade	Projetos	Cursos
Centro de Ciências Agrárias	10	2
Faculdade de Farmácia Odontologia e Enfermagem	8	3
Centro de Ciências	7	5
Centro de Tecnologia	7	3
Faculdade de Economia Administração, Atuairias e Contabilidade	6	4
Centro de Humanidades	4	3
Faculdade de Educação	4	1
Faculdade de Direito	2	2
Faculdade de Medicina	2	2
Campus no interior do estado 1	1	1
Instituto Virtual	1	1

Fonte: elaborado pelo autor.

Percebe-se que os cursos, conseqüentemente unidades acadêmicas, que abordam em seus projetos PIBIC as temáticas saúde e água, em termos percentuais, estão em vantagem em relação aos demais, tendo em vista serem esses os termos do DS de maior incidência nos projetos cadastrados (51,93%).

Na terceira etapa do método, as ações de extensão, foram verificadas no sentido de encontrar relação com os temas emergentes da DEDS/UNESCO. Os dados foram coletados por meio de consulta as ações, aprovadas em 2016, junto à Pró-Reitoria de Extensão. Para consulta, foi utilizada a busca por termos, de acordo com as temáticas DEDS/UNESCO listadas na Quadro 1.

No ano de 2016, foram cadastradas, na Pró-Reitoria de Extensão, 375 ações. Entende-se por ação: projetos, cursos, eventos e programas com a supervisão da Pró-Reitoria de Extensão. Destas, 29 possuem relação com os temas ligados à DEDS/UNESCO, conforme Quadro 6:

Quadro 6. Ações de extensão com os temas da DEDS/UNESCO.

Perspectivas Socioculturais		Perspectivas Ambientais		Perspectivas Sociopolíticas e Econômicas	
Direitos Humanos	3	Água	1	Redução da pobreza	1
Paz	3	Energia	2	Responsabilidade das empresas	0
Segurança humana	0	Agricultura	0	Economia de mercado	0
Igualdade de gênero	1	Biodiversidade	0		
Diversidade cultural	1	Mudanças climáticas	0		
Compreensão Intelectual	0	Desenvolvimento rural	1		
Saúde	16	Urbanização sustentável	0		
Governança	0	Prevenção e diminuição de desastres	0		

Fonte: elaborado pelo autor.

A relação é percentualmente pequena, entre as ações de extensão e as que possuem as temáticas DEDS/UNESCO, como visto, das 375 ações cadastradas, apenas 29 tem relação com as temáticas, ou seja um número menor que 10%. Conforme o Quadro 10, quanto as perspectivas, 22 pertencem a perspectiva socio-cultural, sendo esta a que detém a maior concentração ações, 4 ações pertencem a perspectiva ambiental, e apenas 1 pertence a perspectiva sociopolíticas econômicas. Quanto aos temas, muitos não são abordados: segurança humana, compreensão intelectual, governança, agricultura, biodiversidade, mudanças climáticas, urbanização sustentável, prevenção e diminuição de desastres, responsabilidade das empresas e economia de mercado. O termo saúde, mais uma vez, se sobressai em relação aos demais, com 16 ações.

Quando divide-se as ações de extensão que contemplam temáticas do DS, de acordo com a DEDS/UNESCO, por Centro/Instituto/Campus, ou seja por unidade acadêmica, tem-se a distribuição constante no Quadro 7.

Quadro 7. Ações de extensão, por unidade acadêmica, com os temas da DEDS/UNESCO.

Unidade	Ações
Faculdade de Medicina	9
Centro de Humanidade	5
Faculdade de Educação	4
Campus no interior do estado 1	2
Faculdade de Direito	2
Faculdade de Farmácia, Odonto e Enfermagem	2
Virtual	2
Centro de Ciências	1
Centro de Tecnologia	1
Campus no interior do estado 4	1

Fonte: elaborado pelo autor.

A Faculdade de Medicina lidera o quadro, tendo em vista, como já citado, que as ações de extensão ligadas ao tema saúde se sobressaem em relação às demais.

Na última etapa do método proposto, buscou-se identificar as ações, coordenadas pela Gestão da referida Universidade, diretamente relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Nesta etapa, todas as ações foram analisadas, independentemente da vinculação com as perspectivas constantes no Quadro 1. Tomou-se essa iniciativa, tendo em vista o reduzido número de ações. Os dados primários foram coletados em consulta ao PDI da Instituição, anuários estatísticos e outros documentos oficiais, sendo o principal deles o Plano de Logística Sustentável, com validade de dois anos, publicado em dezembro de 2013. O PLS elencou diretrizes, ações e práticas sustentáveis atualmente adotadas, e os projetos, metas e políticas que a Universidade intenta implementar, em um futuro próximo, rumo ao desenvolvimento sustentável. O levantamento dos dados secundários foi realizado por meio de entrevista, ocorrida em janeiro de 2017, ao servidor lotado no setor de Gestão Ambiental. No roteiro constavam duas questões, a saber: Quais as ações desenvolvidas pela Gestão relacionadas ao DS? Qual a atual situação de cada uma delas e os possíveis gargalos?

Relaciona-se no Quadro 8, as ações gerenciadas pela Gestão, constantes no PLS, que adotam práticas do DS. O fato das ações estarem contidas no Plano, não significa a realização total ou parcial destas.

Quadro 8. Ações e práticas sustentáveis.

a) Bibliotecas e adote um livro
b) Coleta seletiva solidária
c) Deslocamento Sustentável
d) Energia Elétrica, Água, Esgoto, Limpeza e Telefonia
e) Material de consumo (licitação sustentável e redução de consumo)
f) Obras sustentáveis e manutenção predial
g) Paisagismo e Revitalização
h) Processamento de Dados
i) Programa de Gerenciamento de Resíduos
j) Qualidade de Vida no Trabalho
k) Semana do Meio Ambiente
l) Sistema de Gestão Ambiental
m) Terceirizados
n) Tratamento de Reciclados

Fonte: Plano de Logística Sustentável (2013).

Em seguida, far-se-á um breve resumo de cada ação:

a) Em parceria com as bibliotecas - I) programa de conscientização, conservação e restauro dos livros; II) investimento significativo na aquisição de livros digitais; III) “Adote um livro”, para cada capa doada aos livros, o aluno recebe uma squeeze ou ecobag;

b) Quanto à coleta seletiva - incentivar e ampliar a coleta seletiva solidária, realizar a gestão dos resíduos, implantar coletores específicos nos campi, entre outras ações;

c) Deslocamento sustentável – instalar sete bicicletários, com ciclofaixas. Acompanhar a frequência dos ônibus intercampi para reduzir circulação de linhas que sejam verificadas como pouco utilizadas, entre outras ações;

d) Energia elétrica, água, esgoto e telefonia - adquirir equipamentos com melhor classificação disponível de consumo. Criar projeto piloto de medição individualizada de consumo de energia/água para as unidades acadêmicas. Desenvolver projetos que utilizem energias renováveis. Realizar campanhas para conscientização do uso de energia/água. Revisar contratos para torná-los mais eficientes, entre outras medidas;

e) Material de consumo - dar preferência para aquisição de bens reciclados ou recicláveis. Reduzir a confecção de agendas. Utilizar apenas mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação de ofícios circulares e convites internos para servidores. Trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses, deverão ser enviadas à biblioteca apenas em meio digital, entre outras medidas;

f) Obras sustentáveis e manutenção predial – revisar plano de gestão de resíduo da construção civil e fiscalizar sua adequada execução em todas as obras. Garantir uma ocupação racional dos campi com critérios sustentáveis. Indicar diretrizes de projetos que aproveitem ao máximo a iluminação natural, entre outras medidas;

g) Paisagismo e revitalização – garantir a seguridade das árvores presentes em todos os campi da Instituição bem como recompor as extensões geográficas afetadas. Elaborar o georreferenciamento das espécies,

e institucionalizar as praças e bosques de todos os campi;

h) Processamento de dados – eliminar a aquisição de estabilizadores. Adotar as certificações de T&I verde para licitações de computadores. Substituir as impressoras individuais por impressão compartilhada, entre outras;

i) Programa de gerenciamento de resíduos - foi criado em setembro de 2005 o Programa de Gerenciamento de Resíduos, que reúne um conjunto de procedimentos e ações para a implantação de um sistema integrado de redução, reutilização e reciclagem dos diversos tipos de resíduos gerados nas unidades da Instituição;

j) Qualidade de vida no trabalho – as ações direcionadas à qualidade de vida no trabalho, são planejadas, promovidas e gerenciadas por uma coordenadoria específica, dentro da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;

k) Semana do meio ambiente - realizada anualmente, desde 2003. Tendo como envolvidos: alunos e servidores. A Semana conta com oficinas de cultivo de hortas em pequenos espaços, distribuição de mudas de essências arbóreas nativas para arborização urbana e debates voltados para os públicos interno e externo à universidade;

l) Sistema de gestão ambiental - após a aprovação do PLS, a Pró-Reitoria de Planejamento irá submeter ao Conselho Universitário a criação da Divisão de Gestão Ambiental. Esta Divisão terá como finalidade acompanhar a execução do PLS, realizar as revisões e elaborar os próximos Planos;

m) Terceirizados – inserir requisitos de treinamento para os novos editais e contratação de terceirizados, a fim de que os trabalhos sejam realizados com maior produtividade e qualidade, entre outras;

n) Tratamento de reciclados – aumentar a rotatividade de coleta das unidades, realizar doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores; realizar treinamento dos funcionários responsáveis pela coleta, entre outros;

Quanto aos gargalos que impossibilitaram a execução das ações da gestão, citam-se:

- a alteração na execução das ações propostas pelo PLS, tendo em vista haver uma descentralização, cada unidade responsável pela tarefa possui autonomia sobre a ação;
- escassez de orçamento e recursos específicos para a execução das referidas ações;
- existência, em determinados setores da Universidade, de uma cultura que não prioriza ou não considera importantes as questões ligadas à gestão ambiental/desenvolvimento sustentável; e
- a não adesão da comunidade acadêmica.

CONCLUSÃO

Quanto as perspectivas, em termos percentuais, a maior concentração de componentes curriculares, encontra-se na perspectiva sociocultural, totalizando 65,9%. A maior parte (208) consta nas estruturas curriculares da graduação, enquanto a menor parte (68) consta nos cursos *stricto sensu*. Quanto as temáticas, os componentes curriculares que envolvem a temática Saúde possuem uma fatia de 55,1% do total geral, enquanto termos sequer constam na relação dos componentes curriculares, e carecem de atenção especial,

caso a universidade queira evoluir nas questões ligadas à sustentabilidade. Quanto aos centros/campis, unidades acadêmicas, a maior concentração encontra-se na Faculdade de Medicina, 64 componentes curriculares. O Campus no interior do estado 1 está em segundo lugar com 63, e a FEAAC está em terceiro constando 47 componentes curriculares.

Quanto as perspectivas, em termos percentuais, a maior concentração de projetos PIBIC encontra-se na perspectiva ambiental, totalizando 47,2%. Quanto aos temas, o tratamento, manuseio e tecnologia da água possui uma fatia de 22,6% do total, e os projetos relacionados à saúde possuem 28,2%, juntos, são os dois maiores tópicos apresentados em forma de projetos PIBIC com 50,8% do total. Enquanto termos sequer constam na relação dos projetos de pesquisa, e carecem de atenção especial, caso a universidade queira evoluir nas questões ligadas à sustentabilidade. Quanto aos centros/unidades acadêmicas, a maior concentração de projetos de pesquisa PIBIC aprovados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, está no Centro de Ciência Agrárias, com 10 projetos cadastrados. Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem consta em segundo lugar com 8 projetos, em terceira posição, empatados, o Centro de Ciências e o Centro de Tecnologia com 7, e a Faculdade de Economia, Administração Atuarias, Contabilidade ocupa a quarta posição com 6 projetos. Há muito para ser percorrido, em termos de envolvimento dos demais cursos e unidades acadêmicas com a problemática da sustentabilidade, e como visto no referencial teórico deste trabalho, o envolvimento deve permear toda a universidade.

Atualmente a Universidade conta com 375 ações de extensão, supervisionadas via Pró-Reitoria de Extensão, destas 29 tratam das temáticas relativas ao desenvolvimento sustentável. Quanto as perspectivas, em termos percentuais, a maior concentração encontra-se na perspectiva sociocultural, totalizando 82,75%. Há apenas uma ação cadastrada, relacionada a perspectiva sociopolíticas econômicas, que diz respeito a redução da pobreza. Quanto aos temas, as ações de extensão relacionadas a saúde dominam, em termos percentuais, com 30,2%, 16 das 29 ações, enquanto termos sequer constam na relação dos projetos de pesquisa, e carecem de atenção especial, caso a universidade queira evoluir nas questões ligadas a sustentabilidade. Para os centros/faculdades/institutos/campi, a maior concentração de ações aprovadas, está na faculdade de medicina, 9 das 16 ações, representando 55,17%. O Centro de Humanidades consta em segundo lugar com 5 ações, em terceira posição encontra-se a Faculdade de Educação com 4 ações de extensão. Aproximadamente apenas 7% das ações de extensão possuem relação com o desenvolvimento sustentável, de acordo com os temas constantes na DESD/UNESCO. Das etapas do método esta é a que apresenta menos percentuais e ações.

A análise das ações promovidas/gerenciadas pela Gestão, e seus respectivos gargalos, foi realizada de acordo com a coleta de dados, conforme descrito no método proposto, e em conformidade com o levantamento que está sendo providenciado via Divisão de Gestão Ambiental, unidade responsável gestora do PLS. O Plano de Logística Sustentável, conforme dito anteriormente, está expirado, e as ações propostas estão em processo de consolidação, pela referida Divisão, visando à elaboração do novo Plano, não há ainda uma avaliação entre o proposto x realizado.

O método proposto foi executado, na análise dos dados, verifica-se a fase embrionária, em que a Instituição se encontra, quanto à evolução da inclusão das emergentes necessidades do Desenvolvimento Sustentável, em seus eixos de atuação: ensino, pesquisa, extensão e gestão. É nítido o interesse da Instituição em evoluir nas questões sustentáveis, mas há um extenso caminho a ser percorrido, e a universidade deve ser exemplo de disseminação e prática dessas temáticas. A preocupação com as futuras gerações perpassa os limites físicos de uma universidade, mas encontra no movimento educacional, de transmissão de valores, seu alicerce. Vivemos em uma sociedade de realidade multidimensional, e os múltiplos conhecimentos, os diversos setores e departamentos devem se unir em busca de uma universidade multidisciplinar e sustentável.

A universidade é referência em diversos aspectos, deve primar, ainda, por ser referência na sustentabilidade de suas ações, em todos os eixos, e melhor definir ou redefinir, um modelo de ações estratégicas que deem suporte a essa nova realidade com brevidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BARBIERI, J. C.. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRASIL. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/imagenes/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2015;
- BRUNSTEIN, J.; GODOY, A. S.; SILVA, H. C. **Educação para sustentabilidade nas escolas de administração**. São Carlos: Rima, 2014.
- FOLADORI, G. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas: Editora Unicamp, 2001.
- LEFF, E. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI JR, A. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000. p. 19-51.
- MADEIRA, A. C. F. D. **Indicadores de sustentabilidade para instituições de ensino superior**. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente) – Universidade do Porto, Porto, 2008;
- MALHEIROS, T. F.; PÉREZ, M. A.; SAMPAIO, C. A. C.; ZUÑIGA, C. H. **Os desafios do tema sustentabilidade no ensino da pós-graduação**. Brasília, DF, v. 10, n. 21, p. 537-552, 2013. Disponível em <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/597>>. Acesso em 05 set. 2016.
- MORAES, O. J. **Economia ambiental**: instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Centauro, 2009.
- MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. In: Martins, F.M.; SILVA, J.M. (Org.). **Para Navegar no Século XXI**. 3.Ed. Porto Alegre: Sulina, Edipucrs, 2003. p.13-36;
- NUNES, E. **Desafio estratégico da política pública**: o ensino superior brasileiro. Rio de Janeiro, RJ, v. 41, n. especial, p. 103-147, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a08v41sp.pdf>>. Acesso em 07 set. 2016.
- PETROLA, D. A. F.; NASCIMENTO, V. S. Da transição de uma educação ambiental para a ideia de educação para a sustentabilidade. In: VIII Colóquio Internacional Paulo Freire, 8. 2013, Recife. **Anais eletrônicos 2013**. Recife: UFPe, 2013. Disponível em: <<http://coloquio.paulofreire.org.br/participacao/index.php/coloquio/viii-coloquio/paper/view/99>>. Acesso em 05 set. 2016.
- RABELO, L. S.; RABELO, M. S.; SANTOS, N. J M; OLIVEIRA, V. P. V. **Os caminhos da Universidade Federal do Ceará na educação superior para o desenvolvimento sustentável**. In: Seminário Reggen. 2013, Fortaleza: UFC, 2013. Disponível em <http://www.seminarioreggen.ufc.br/revista/educacao-atual/5-trabalhos-apresentados/5-1-artigos/gt-c/os-caminhos-da-universidade-federal-do-ceara-na-educacao-superior-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 15 set. 2016.
- RABELO, L. S.; RABELO, M. S.; FREIRE, G. S. S. F.; OLIVEIRA, V. Ponto Vidal; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. **A experiência do Prodeema na pós-graduação brasileira**: ciência para a sustentabilidade na UFC. Brasília, DF, v. 10, n. 21, p. 633 - 660, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2013.416>> Acesso em 29 set 2016.
- ROTH, L.; ESPÍNDOLA, A. M. S.; SANTOS, V. O.; DORION, E. C. H.; FACHINELLI, A. C.; SEVERO, E. A. **A estrutura do ensino superior no Brasil**. Florianópolis, SC, v. 6, n. 3, p. 111-126, 2013. Disponível em DOI: <<http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n3p111>>. Acesso em 07 set 2016.
- SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- SILVA, J. H. G.; GONDIM FILHO, J. H.; GONDIM, D. M. **O futuro foi ontem?**: uma leitura econômica sobre a insustentabilidade.

bilidade do desenvolvimento sustentável. Brasília: Qualidade, 2008.

SILVA, C. L. **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, S. M. M. B. **Histórias da universidade**: trajetórias e experiências de docentes da universidade federal do ceará. 2014. 207 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

UFC – Universidade Federal do Ceará. **Plano de Logística Sustentável 2013**. Disponível em: < http://www.ufc.br/imagens/_files/gestao_ambiental/plano_de_logistica_sustentavel_ufc.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

UFC – Universidade Federal do Ceará. **Anuário Estatístico 2015** - Base 2014. Disponível em: <http://www.ufc.br/imagens/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2015_base_2014.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

UFC – Universidade Federal do Ceará. **Sistema de Controle Acadêmico-SIGAA**. Disponível em: < <https://si3.ufc.br/sigaa/portais/discente/discente.jsf>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIEGAS, S. F. S.; CABRAL, E. R.. **Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional**. Florianópolis, SC, v. 8, n.1, p. 236-259, 2015.

Arquitetura da Santa Casa de Caraguatatuba/SP *Architecture of Santa Casa de Caraguatatuba/SP*

Maria Carolina Guilhem de Camargo¹

¹ Universidade de Mogi das Cruzes - carol_guilhem@hotmail.com

Recebido em 17 de março de 2018; Aceito em 08 de junho de 2018.

Resumo

Esta pesquisa apresenta o edifício do Hospital Stella Maris de Caraguatatuba, inaugurado no dia 25 de Março de 1965 e sua arquitetura clássica da década de sua fundação. As relações existentes entre a arquitetura do hospital e a semiótica de Charles S. Peirce (1839-1914), mais particularmente, a sua classificação dos modos de raciocínio e as ideias de “ícone” e de “diagrama”. A arquitetura, tem uma manifestação de linguagem não-verbal deve ser entendida não apenas como abrigo, tratando-se de um signo que provoca e desperta uma reação crítica no intérprete, seja ela negativa ou seja positiva.

Palavras-chave: Arquitetura, Semiótica, Hospital.

Abstract

This research presents the building of the Stella Maris Hospital of Caraguatatuba, inaugurated on March 25, 1965 and its classic architecture of the decade of its foundation. The relations between hospital architecture and the semiotics of Charles S. Peirce (1839-1914), more particularly, his classification of modes of reasoning and ideas of “icon” and “diagram.” Architecture, which has a manifestation of non-verbal language, must be understood not only as a shelter, but a sign that provokes and arouses a critical reaction in the interpreter, whether negative or positive.

Key-words: Architecture, Semiotics, Hospital.

INTRODUÇÃO

UMA REFLEXÃO EM TORNO DA SEMIÓTICA E DA ARQUITETURA

Para realizarmos uma avaliação mais profunda sobre a semiótica na arquitetura, devemos primeiramente entender o significado da palavra semiótica.

Em meados do século XVII, a palavra grega *semeiotiké* foi introduzida na filosofia por John Locke (1632-1704) filósofo inglês, como a designação para a doutrina dos signos em geral; doutrina postulada em seu *Essay on Human Understanding*, datado de 1690.

No início do século XX, o filósofo-lógico-matemático e norte americano Charles Sanders Peirce (1839-1914) retoma este termo com seu sentido original a partir da Lógica concebida como uma filosofia científica da linguagem, e dedicou toda a sua vida a fundamentar as teorias deste conceito, ou seja, a elaboração da Semiótica, a ciência dos signos. De acordo com a definição de Peirce, o conceito de semiose, a atividade do signo, é caracterizado como uma atividade eminentemente evolutiva. Os argumentos de seu pragmatismo, o postulado das relações lógicas existentes que se interrelacionam na entidade signo: os três elementos sígnicos: o *representamen*, o *objeto* e o *interpretante*.

Santaella (1992) analisa as questões lógicas implícitas nesse conceito peirceano, aprofunda as considerações de Peirce, e define o conceito de engendramento lógico, como a função primordial do complexo de relações que existe entre os três elementos da tricotomia sígnica.

De acordo com Brier (2003), a **Semiótica** começa com o processo de conhecimento, perguntando como a significação está ocorrendo em sistemas vivos e tornando possível a percepção e a cognição.

Já por outro lado, Greimas, russo (1917-1992); fundador da escola de Semiótica de Paris assume-se que o termo é empregado em múltiplos sentidos, ora como objeto, ora como teoria, ora como sistema, alterando-se de um para outro a relação englobante/englobado em relação à linguística.

A Semiótica de Peirce não é considerada um ramo do conhecimento aplicado, mas sim um saber abstrato e formal, generalizado. No âmbito da arquitetura filosófica de Peirce, a fenomenologia relaciona-se a categoria de primeiridade. A Fenomenologia trata das qualidades universais dos fenômenos em seu caráter fenomenal imediato, neles mesmo enquanto fenômenos.

Peirce associa às ciências normativas, que “descobrem leis que relacionam os fins aos sentimentos [...] à ação, no caso da ética, e ao pensamento, na lógica”. (SANTAELLA, 2000). Já o papel da fenomenologia é proporcionar o fundamento de observação à lógica e à metafísica, posto que elas estão relacionadas à experiência com o que se exterioriza, ou seja, como o ser humano vai reagir diante do real, o que, por sua vez, se dá por meio da mediação de signos.

À percepção interessa tudo aquilo que está no aqui e agora, nos diz Peirce, mas “só percebemos aquilo que estamos equipados para interpretar”. (SANTAELLA, 2000). A definição do termo “perceber” e todos os demais conceitos da obra de Peirce possuem uma ordem lógica e não podem ser tratados independentemente de outros conceitos. Perceber algo não requer apenas ver, mas estar diante de algo que se apresenta como um todo, que deve ser apreendido através de todos os sentidos, tanto do sensorial como do cognitivo.

A fenomenologia peirciana realiza a proeza de integrar o geral no particular, o concreto no abstrato, dentro de uma lógica ternária que não busca se livrar do fato bruto, de um lado, além de incluir o acaso, do

outro. Em um dicionário da Língua Portuguesa encontramos uma definição de ARQUITETURA, do latim ARCHITECTURA, como:

1. Arte de criar espaços organizados e animados, por meio do agenciamento urbano e da edificação, para abrigar os diferentes tipos de atividades humanas. 2. O conjunto de obras de arquitetura realizada em cada país ou continente, cada civilização, cada época, etc. 3. Disposição das partes ou elementos de um edifício ou espaço urbano. 4. Os princípios, as normas, os materiais e as técnicas utilizados para criar o espaço arquitetônico.

Fonte: *arquitetura* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consulta 2016-11-28 21:15:00].

Na primeira definição, a palavra arquitetura está voltada à arte, organização de espaços, para abrigar diferentes tipos de atividades humanas; na terceira, a noção de disposição de partes, que associamos à ideia de organização contida na primeira; já na quarta definição, a de que essa arte se baseia em princípios, normas, materiais e técnicas. Assim, a arquitetura apresenta uma maneira própria de expressão e de representação, que é vivida e interpretada pelas pessoas diante das obras.

Como afirma Lankhorst (2013), para gerir a complexidade de uma grande organização ou sistema precisamos de uma arquitetura, ou seja, na conjugação de diversos componentes com o objetivo de formar um todo integrado que satisfaça um determinado fim.

ARQUITETURA DO HOSPITAL STELLA MARIS EM CARAGUATATUBA: ALGUMAS REFLEXÕES

O nome Stella Maris é uma homenagem em latim à Mãe de Deus, Maria, à verdadeira “Estrela do Mar”. O hospital foi fundado no dia 25 de março de 1965 pela Madre Maria Teresa de Jesus Eucarístico, verdadeira alma apaixonada por Nossa Senhora, graças aos esforços das Irmãs do Sodalício Stella Maris e de seus colaboradores, contava naquela época com serviços de enfermagem para adultos e crianças, maternidade, sala de cirurgia consultório medico e bloco alimentar. Exatos três anos após abrir as portas, inaugura o novo pavilhão, um berçário com seis leitos.

Desta forma, consolidou-se no século XIX o sistema pavilhonar: grandes pavilhões de enfermarias, constituídos por pé direito generoso, ventilação cruzada e amplas janelas que possibilitavam a entrada de luz e sol. Na mesma época, na América do Norte, o modelo passou a ser substituído pelo partido arquitetônico de monobloco vertical: bloco compacto com vários pisos, que foi impulsionado pelo desenvolvimento acelerado da construção (TOLEDO, 2004).



Figura 1: Hospital no ano 1967.

Fonte: Foto exposta no Hospital Stella Maris de Caraguatatuba em quadro.

Para Toledo (2004), com a adoção do monobloco vertical ocorreu uma certa ruptura entre a relação, até então parecia existir, entre práticas médico-hospitalares e o espaço arquitetônico, pois sua adoção coincidiu com o aumento de procedimentos tecnológicos no tratamento médico, colocando em segundo plano aspectos do ambiente e transformando o espaço em mero suporte físico das práticas curativas.

Após seis anos de abertura (1971), inaugurou-se a sala de entrada, sala de exames, sala de curativos, hall de entrada, sala de Raio X e câmara escura.

Voltando no tempo é interessante pontuar a tragédia que teve grande impacto na cidade e consequentemente para o hospital.

No dia 18 de março de 1967, a cidade localizada no Litoral Norte foi arrasada por um deslizamento da Serra do Mar. Número de mortos pode ter passado de 500. Era sábado, tarde da noite, 18 de março de 1967. O repórter Hamilton de Almeida foi enviado a Caraguá pelo mar. E eu, por terra, as estradas da Serra do Mar sepultadas. Após dois dias de chuvas constantes, a manhã daquele sábado ficaria marcada para sempre na história de Caraguatatuba, Litoral Norte de São Paulo, quando uma avalanche de pedras, árvores e lama desceu da Serra do Mar e destruiu a cidade. O episódio, conhecido na época como hecatombe, provocou muitas mortes. Segundo as autoridades, teriam passado de 500, embora nunca tenha sido contabilizado um número oficial. A cidade ficou isolada e 3 mil dos 15 mil moradores perderam suas casas. Um balanço feito em 21 de março apontava que 30 mil árvores haviam descido as encostas e se espalhado pela cidade. O rio Santo Antônio, que corta a cidade, passou de 40 para 200 metros de largura. Para qualquer lado que se olhasse, a Serra do Mar apresentava deslizamentos como os que afetaram Angra dos Reis e Ilha Grande, no litoral sul do Rio de Janeiro, no ano passado. Fonte: <http://www.taiadaweb.com.br/a-catastrofe-de-caraguatatuba-em-1967/>; [consulta 2016-12-01 10:43:00].

Durante todos esses anos, mesmo com a catástrofe de 1967, as várias crises financeiras e as inúmeras dificuldades para continuar funcionando, o Hospital Stella Maris se matem ativo e firme e no propósito de atender aos mais necessitados.

Apesar das dificuldades financeiras enfrentadas, o Hospital Stella Maris tem investido fortemente na melhoria de sua infraestrutura e na formação de sua equipe técnica, utilizando recursos provenientes de verbas públicas, de captação de recurso através da Campanha da Nota Fiscal Paulista, e outros. O setor de Captação de Recursos do Hospital mantém também contato com políticos, ONGs, Governo Federal, Estadual, Municipal em busca de mais recursos e investimentos.



Figura 2: Hospital no ano 1992.

Fonte: Foto exposta no Hospital Stella Maris de Caraguatatuba em quadro.

Nos últimos seis anos inaugurou uma área anexa ao Pronto Socorro com 20 leitos de observação e emergência, foi ampliada a sala de emergência e reformada o Pronto Socorro, e também inaugurada a nova Maternidade e a Primeira UTI Neonatal do Litoral Norte Paulista.



Figura 3: Hospital no ano 2002

Fonte: Foto exposta no Hospital Stella Maris de Caraguatatuba em quadro.



Figura 4: Hospital no ano 2016.

Fonte: <http://migre.me/vG55U> - [consulta 2016-11-02 08:52:30]

Na descrição deste tópico 3 e na observação das figuras de 1 a 4 pode-se observar que a arquitetura que aqui o hospital adotou busca uma maior humanização do usuário, pois a preocupação a princípio não parece ser otimização do espaço seja vertical ou horizontal, e sim por projetar espaços devidamente ventilados e com pé-direito alto, assim buscando melhor ambientação e conforto climático, como também essa amplitude vertical sem obstrução propiciando um contato com a infinitude do espaço.

Dessa forma, poderíamos dizer que a percepção desse usuário o remete a uma experiência sensorial, segundo Peirce, a primeiridade, aquilo que se pode obter do universo dos sentimentos, das sensações.

Pode se ousar a se referir a uma experiência extra-sensorial, pois a amplitude pode remeter ao espiritual, um lugar em que será cuidado no físico e no espírito.

Fica nos claro que a arquitetura em suas concepções de organização do espaço está diretamente relacionada com o produzir reações, e embora cada indivíduo possa traduzir de forma particular segundo o escopo de conhecimentos e experiências acumuladas, há um conjunto de fatores que podem produzir um determinado efeito no coletivo, confirmando a assertiva de Lankhorst.

A observação que se faz do tempo inicial da construção e as novas construções de ampliação pouco se mudou, no entanto, a verticalização já se caracteriza como preocupação da otimização do espaço e a percepção de amplitude perde a sua força.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto quando pensamos em uma arquitetura, tentamos colocar significados nas obras haja vista que esta arquitetura queria se livrar do modernismo e seu estilo neutro, universal e onde não tinha espaço para os símbolos e seus significados logo pensamos em semiologia, ou seja, mostram que o significado e seus signos são importantes para o nosso dia a dia, pois trazem sentido e significado.

Uma arquitetura sem uma proposta, um significado que a justifica, será uma arquitetura sem personalidade. Vale lembra que também não é só um significado ou uma boa ideia que justifica um projeto, tem também a técnica proposta para a execução do programa.

A arquitetura tem que ter um significado, sem se esquecer que cada pessoa que vê esta obra dará um outro significado mais pessoal.

REFERÊNCIAS

BASTOS, D.; FERNANDES, J.P. **Fafe – História, Memória e Patrimônio**. Fafe, Converso – editores e livreiros, 2013.

COSTEIRA, E. M. A. O hospital do futuro: uma nova abordagem para projetos de ambientes de saúde. In SANTOS, M.; BURSTYN, I (orgs.) **Saúde e arquitetura – Caminhos para a humanização dos ambientes hospitalares**. SENAS Rio, Rio de Janeiro 2004.

IBRI, I. **Kósmos Noetos: A arquitetura metafísica de Charles S. Peirce**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

LANKHORST, M. . **Enterprise Architecture at Work: Modelling, Communication and Analysis**, 3rd Edition, Springer-Verlag. 2013.

TOLEDO, L. C. M. Do hospital terapêutico ao hospital tecnológico: encontros e desencontros na arquitetura hospitalar. In: SANTOS, M; BURSZTYN, I (Org.). **Saúde e arquitetura: caminhos para a humanização dos ambientes hospitalares**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2004.

PEIRCE, C. S.. **Semiótica**. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1995

PEIRCE, C. S. **Semiótica e filosofia**. Trad. Octanny da Mota e L. Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1972.

SANTAELLA, L.. **Peirce's Semioses and the Logic of Evolution**. Signs of humanity l'homme et ses signens. Mouton de Gruyter, 1992.

———. **Difficulties and Strategies in Applying Peirce's Semiotics**. Semiotica. Walter de Gruyter, n.97, p. 401-410, 1993. 8

———. **A teoria geral dos signos: Semiose e autogeração**. São Paulo: Ática, 1995.

LINK: <http://hospitalstellamaris.com.br/about-2/>; [consulta 2016-11-28 21:36:00]

LINK:<http://www.taiadaweb.com.br/a-catastrofe-de-caraguatatuba-em-1967/>; [consulta 2016-12-01 10:43:00].

DESENVOLVIMENTO E ALIANÇA: uma análise do projeto de incentivos à
conservação das pastagens naturais
*DEVELOPMENT AND ALLIANCE: an analysis of the project of incentives for the conservation of
natural pastures*

Lucas Woltmann Figueiró¹

¹ Graduado em Políticas Públicas, graduando em Letras (português e literaturas) e mestrando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). - lucas.woltmann@ufrgs.br

Recebido em 28 de novembro de 2017; Aceito em 17 de maio de 2018.

Resumo

Este trabalho reside no estudo do Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais, estratégia de desenvolvimento proposta por Estados e grupos sociais variados do cone sul da América do Sul em defesa da “sustentabilidade” da atividade pecuária em campo nativo. O objetivo é compreender e analisar os processos de constituição e da racionalidade operacional do referido projeto, especialmente sua fase considerada “técnica”, momento da construção dos dispositivos que instrumentalizam a iniciativa. Para tal, foi analisada a documentação ofertada publicamente pela Alianza del Pastizal, organização transnacional diretamente envolvida na idealização deste projeto, interpretando estas informações à luz de conceitos e problemas relacionados à mediação política e cultural e em perspectivas teóricas críticas ao desenvolvimento. As conclusões sugerem um processo constitutivo “de-cima-para-baixo”, baseado exclusivamente em conhecimentos técnico-científicos e operado pelos agentes que, justamente, os detém, ou seja, técnicos vinculados a organizações nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Mediação política e cultural; Políticas públicas.

Abstract

This paper is based on the study of the Incentives Project for the Conservation of Natural Pastures, a development strategy proposed by the State and various social groups from the Southern Cone of South America in defense of the “sustainability” of the livestock activity in the native field. The objective is to understand and analyze the processes of constitution and operational rationality of that project, specially on the “technical” stage, that is the moment of construction of the devices that instrumentalize the initiative. In order to do so, we analyzed the public documentation of Alianza del Pastizal, a transnational organization directly involved in the idealization of this project. The information gathered was interpreted in the light of concepts and problems related to political and cultural mediation and theoretical critical perspectives to development. The conclusions suggest a “top-down” constitutional process, based exclusively on technical-scientific knowledge and operated by the rightful agents, i.e. technicians linked to national and international development organizations.

Keywords: Development; Political and cultural mediation; Public policies

INTRODUÇÃO

As amplas discussões acerca do desenvolvimento e, mais especificamente, do desenvolvimento rural e suas diferentes faces (sustentável, local e etc.), têm balizado e motivado importantes reflexões em diversos campos de conhecimento. Para Escobar (2007), a narrativa do “desenvolvimento” como um vasto ideário discursivo e programático tiveram suas raízes em processos históricos ligados à modernidade e ao capitalismo, se estruturando sobretudo nos momentos pós-Segunda Guerra Mundial, representando uma “experiência histórica singular”. Escobar busca compreender a criação do “terceiro mundo” através dos discursos e das práticas relacionadas ao desenvolvimento, atentando às formas de conhecimento subjacentes a sua construção discursiva, os sistemas de poder que regulariam as práticas e as múltiplas formas de subjetividade criadas e difundidas por esse discurso, capazes de estruturar uma virtual diferença entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” (ESCOBAR, 2007). Para ele, os efeitos desta formação discursiva estariam relacionados à “[...] origen [de] un aparato eficiente que relaciona sistemáticamente las formas de conocimiento con las técnicas de poder” (ESCOBAR, 2007 p. 30).

Em paralelo, tem-se a origem do atual sistema de cooperação internacional. O momento marca o abandono de uma lógica pontual de ajuda a países específicos em prol de uma dinâmica cada vez mais permanente e institucionalizada de cooperação, visando a transformação das estruturas produtivas, administrativas e sociais das sociedades “beneficiárias” dos financiamentos e projetos de assistência técnica (MILANI, 2012). Independentemente das origens ou das vinculações, as agendas das organizações de cooperação internacional possuem como pano de fundo o discurso desenvolvimentista e, em seus cenários específicos, o contexto econômico, político e sociocultural dos países cooperantes (CARDOSO e COSTA, 2014).

Especialmente no caso da região campestre do cone sul da América do Sul, cenário socioespacial da pesquisa que originou este artigo, o desenvolvimento tem se processado através de representações diversas: ora, referenciado em pressupostos modernizantes, vide o largo processo de reestruturação produtiva que se processa na região, ou seja, a gradual substituição da tradicional atividade da pecuária em campo nativo pela produção de monocultivos industriais como a soja e a silvicultura; e, ora, calcado em argumentos sustentáveis e conservacionistas, caso das políticas públicas voltadas a promoção e/ou fortalecimento da pecuária em campo nativo. Neste artigo, o interesse recai na análise do Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais, ação de cooperação técnica enraizada em pressupostos desenvolvimentistas e sustentáveis.

Idealizado e instrumentalizado através de múltiplas práticas de “mediação” operadas pela ONG Alianza del Pastizal, e compartilhadas pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, do Brasil, as províncias de Santa Fé, Formosa e Entre Ríos, da Argentina e os governos de Uruguai e Paraguai, este projeto regional é fruto de um convênio de cooperação técnica firmado entre a ONG Aves Uruguay e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de desenvolver novos instrumentos que viabilizem o direcionamento de incentivos aos pecuaristas que possuam, no mínimo, 50% de pastagens naturais no total de seu estabelecimento produtivo.

Desenhado e operacionalizado através de duas diferentes fases, “técnica” e “política”, esse projeto opera em relativo “curto-circuito”: cumprindo os critérios estabelecidos para adesão e em posterior avaliação da propriedade, o que é realizado através de dois “dispositivos” (utilizando o termo trabalhado por Agamben, 2009) construídos ao longo da fase classificada como “técnica”, os organismos políticos envolvidos poderiam, conforme interesses e condições sociopolíticas, elaborar e/ou direcionar incentivos aos pecuaristas aderentes, representando produtos da fase dita “política”.

Considerando o fato de, tanto os processos decisórios quanto os dispositivos gerados nesta fase “técnica” serem fruto de um processo de formação/construção compartilhado entre os países, estados e provín-

cias envolvidos, diferentemente da fase “política”, ainda que absorvido e utilizado de forma diversa entre estes, e ainda, representar a consecução do objetivo central do convênio de cooperação técnica estabelecido, limita-se esta análise a tal fase. Trata-se do momento de uma série de processos decisórios que expressam os embates políticos por traz de sua estrutura de sentido, isto é, do conjunto de decisões sistematizadas num quadro geral de ação que orientaria o projeto: (i) estabelecimento dos requisitos básicos para adesão ao projeto mediante a construção de um dispositivo denominado de chave dicotômica; e (ii) formulação, consolidação e difusão de um dispositivo denominado de Índice de Conservação das Pastagens (ICP), com o objetivo de avaliar os estabelecimentos produtivos aderentes e validar sua certificação (selo Carnes del Pastizal), agora aptos para o direcionamento de “incentivos” gestados politicamente nos órgãos aderentes; e ademais, a (iii) elaboração de um Manual de Práticas Rurais, dispositivo orientado à difusão das condutas de manejo consagradas como ideais na perspectiva de seus propositores.

Neste cenário, se, ao longo da conversão de um plano mais “discursivo-programático” ao plano prático-operacional, divergências, controvérsias e dilemas tendem a emergir em torno do significado, princípios e das condições objetivas de realização da sustentabilidade, e em última instância, do modelo de desenvolvimento sustentável e das iniciativas mobilizadas em seu nome (BARROS, 2006), julga-se relevante problematizar quanto à trajetória deste projeto, os atores e as formas de conhecimento mobilizados para seu funcionamento e a racionalidade das ações operacionalizadas.

Partindo dessas percepções, três questionamentos orientam os esforços investigativos neste artigo: qual foi a trajetória trilhada na constituição e operacionalização deste projeto, mais precisamente sua fase técnica? Quem, ativamente, participou desse processo? Quais os dilemas e/ou controvérsias ao longo de sua consecução? Buscando responder a essas questões, o objetivo deste estudo consiste na compreensão e na análise dos processos de constituição e da racionalidade operacional do Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais, especialmente sua fase técnica, tendo como intuito compreender como o desenvolvimento se processa enquanto discurso e prática, mais especificamente, quem participa deste e quais as controvérsias existentes ao longo de sua consecução.

No que tange aos procedimentos metodológicos, a dimensão empírica deste estudo possui como fonte o vasto material documental do Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais, isto é, documentos institucionais da organização responsável pela articulação e operação do projeto, documentos conclusivos de encontros regionais de pecuaristas, de reuniões preparatórias e executivas deste projeto, relatórios de consultorias técnicas contratadas para execução deste, informes semestrais de avaliação continuada do projeto (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2015a; 2015b), e ainda, publicações realizadas como produtos deste (sistematização das atividades dos consultores técnicos que atuaram em sua consecução) (PARERA et al, 2012; 2014; PARERA e CARRIQUIRY, 2014). Tais informações são interpretados à luz dos conceitos e problemas relacionados à mediação política e cultural e em perspectivas teóricas críticas ao desenvolvimento.

Por fim, este artigo está estruturado em quatro seções, incluindo essa introdução. Primeiramente, apresento uma análise das práticas de mediação operadas ao longo da construção e atuação do consórcio Alianza del Pastizal, processos que precederam e viabilizaram a formalização do Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens. A seguir, analiso a dinâmica constitutiva e a racionalidade dos três dispositivos forjados ao longo da fase técnica deste projeto, ou seja, (i) a Chave Dicotômica, (ii) o Índice de Conservação das Pastagens, e (iii) o Manual de Práticas Rurais. Ao fim, faz-se reflexões e propostas e breves considerações finais, espaço para uma retomada das principais controvérsias percebidas ao decorrer deste trajeto.

DESENVOLVIMENTO E CONSORCIAÇÃO: O PAPEL DA ALIANÇA

Visando compreender as primeiras ações praticadas sob a áurea do que, após mobilizações diversas, se constituiria no Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais, esta reflexão toma como base a interpretação proposta na perspectiva analítica de Ribeiro (2008). Para ele, buscando uma melhor compreensão do campo do desenvolvimento seria fundamental acompanhar o processo de consorciação, tendo em vista que este seria o processo galvanizante que transformaria redes de instituições em consórcios destinados a cumprir papéis delimitados conforme firmado em um determinado projeto. Uma definição precisa desta perspectiva compreenderia:

(...) um processo político comandado por grupos de poder que operam em níveis mais elevados de integração. É um encadeamento que — mediante a organização de novas entidades orientadas a tarefas econômicas e administrativas — une, de fato, dentro de um projeto, instituições e capitais internacionais, nacionais e regionais (...), [ou seja], uma forma de reforçar relacionamentos capitalistas de modo piramidal, em que níveis mais elevados hegemonomizam níveis mais baixos (RIBEIRO, 2008 p. 115)

Partindo desta concepção, direciono minha atenção para a atuação da Bird Life International. Em 2004, esta organização não governamental multilateral identifica e problematiza a necessidade de proteção do habitat de aves migratórias que compartilham as pradarias norte-americanas (como área reprodutiva) e a região campestre do cone sul da América do Sul (PARERA et al, 2014). Com base neste mote, relacionado à crescente degradação ambiental no cone sul da América do Sul, devido em parte ao processo de reestruturação produtiva que se desenrola nesta região, ao decorrer de 2005 a Bird Life International promoveu um processo de engajamento e mobilização entre quatro organizações não governamentais da região, especificamente, Aves Uruguay, Aves Argentinas, Guyra Paraguay e SAVE Brasil (vinculadas à própria Bird Life International), e, capitais internacionais (canadenses, norte-americanos, suíços, entre outros), incluindo patrocinadores como o AAGE V. Jensens Fonde, U.S. Fish & Wildlife Service, U.S. Forest Service, International Program (US Forest Service – Agriculture Department), Government of Canada, Global Environment Fund (GEF) e o World Bank (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2015b), na construção de um consórcio denominado Alianza del Pastizal.

Como resultado deste processo, desencadeado e regido por esta organização internacional, o ano de 2006 marca o início de uma aliança pelas pastagens naturais da região:

(...) la Alianza del Pastizal nace a partir de una iniciativa de Birdlife International con la misión de conservar los pastizales naturales y su biodiversidad en el Cono Sur de América del Sur a través de acciones coordinadas entre los cuatro países (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay), y entre los sectores de la sociedad (productores, organizaciones civiles, academias y gobiernos) en el marco de un desarrollo armónico y sustentable de la región (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2015a, Página do V Encontro).

[A meta institucional seria converter-se] (...) en una plataforma amplia y confiable para organizaciones conservacionistas, casas académicas, sindicatos y asociaciones ruralistas, gobiernos y sociedad en general, para el desarrollo de proyectos, creación de políticas, estímulo a la investigación científica [grifo meu] (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2013 p. 1-2)

Estes fragmentos sintetizam o processo pelo meio do qual a Bird Life International, ao estabelecer um “desenvolvimento harmônico e sustentável” como ideia-força referencial, passou a atribuir papel central para a Alianza del Pastizal nas ações de mediação, isto é, coordenação e articulação entre distintos atores sociais na região campestre do cone sul da América do Sul. Para Schmitt (2011), justamente na articulação entre diferentes elementos (atores, recursos e etc.) se dariam as origens de distintas trajetórias em busca do desenvolvimento, e precisamente na confluência destas múltiplas realidades, mediante processos de luta, negociação e acomodação em diferentes cenários de aproximação, o desenvolvimento se processaria.

Atuando como agentes do desenvolvimento, os mediadores vinculados a Alianza del Pastizal, através de práticas diversas de mediação (não necessariamente conscientes ou intencionadas) passaram a produzir e possibilitar processos diversos de negociação da realidade, confrontando diferentes sistemas simbólicos, crenças e valores, interesses e objetivos. Almejando determinados graus de confluência, este consórcio promoveu três processos centrais de mediação: (i) uma gradual estruturação de redes entre grupos sociais distintos e os Estados da região campestre; (ii) a construção de meios de integração e consentimento entre os governos da região para a solicitação de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando à formalização de um projeto de cooperação técnica (2009-2010) (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2015b); e, ainda, (iii) a proposição de espaços de discussões (como, por exemplo, dias de campo, seminários, congressos, entre outros.), com maior destaque aos Encontros de Pecuaristas de Pastagens Naturais do cone sul (2007-2015) (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2015a).

No que tange ao processo “i”, associando uma vasta rede de interessados, isto é, entidades diversas em sintonia para com os valores, orientações e objetivos da Bird Life International, este consórcio se consolidou como “representante” desta rede de atores, ampliando seus raios de atuação e, acima de tudo, sua legitimidade, viabilizando o encadeamento de sistemas de poder local como módulos de circuitos mais amplos de poder, comandados, através da Alianza del Pastizal, pela Bird Life International.

Dentre as organizações e agências que, sistematicamente, passaram a compor a rede Alianza del Pastizal, podem ser destacados os sindicatos rurais de Bagé e Lavras do Sul, a Federação da Agricultura do Estado do RS (FARSUL), a Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (APROPAMPA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Pecuária Sul), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Fundação Zoobotânica (FZB) no Estado do RS; a Fundación Vida Silvestre Argentina (FVSA), o Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária (INTA), a Asociación Cultural para el Desarrollo Integral (ACDI) e outras na Argentina; e, ademais, o Instituto Nacional de Investigación agropecuária (INIA), o Sistema Nacional de Areas Protegidas de Uruguay (SNAP) e outras no Uruguai (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2015b).

Já o processo “ii” trata-se da atuação de representantes da Alianza del Pastizal, precisamente do coordenador geral do consórcio e dos diretores das ONGs Aves Uruguay, Aves Argentinas, Guyra Paraguay e SAVE Brasil, cada qual em seu respectivo país, na condição de intermediadores frente aos representantes dos governos da região campestre, agentes das secretarias/ministérios vinculadas ao setor ambiental e/ou rural. A missão destes representantes foi aproximar os interesses governamentais aos interesses e objetivos do consórcio, visando, sobretudo, consentimento para a solicitação de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a consecução de um projeto de cooperação técnica.

Dentre as reuniões realizadas, e em procedimentos semelhantes, foram apresentadas as ideias iniciais deste possível projeto, concedendo ênfase à proposta de governabilidade, às possíveis ações em que as agências governamentais teriam gerência e poderiam contribuir e às condições (contrapartidas) para participação. Ainda que idealizado por este grupo de organizações e proposto ao BID especificamente pela Aves Uruguay, as adesões governamentais a esta proposta de projeto se mostraram requisito fundamental para

sua formalização, representando uma maior legitimidade para esta intencionada ação política. Submetido em 2010, este projeto de cooperação técnica foi aprovado pelo BID em 2012, tendo início o Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2015b).

O processo “iii”, por sua vez, corrente a estes dois processos citados, tratou-se da proposição de espaços de discussões diversificados, sobretudo acerca dos problemas ocasionados pelo processo de reestruturação produtiva da região campestre do cone sul, e, ainda, quanto a proposição de possíveis soluções comuns, isto é, ações e projetos compartilhados. O destaque recai, sobretudo, nos Encontros de Pecuaristas de Pastagens Naturais do Cone Sul, eventos de maior relevância política e social segundo lideranças deste consórcio. Estes eventos são realizados anualmente, variando tanto o local onde o mesmo é organizado, quanto as organizações apoiadoras, haja vista que o papel referencial de organização ser papel da própria Alianza del Pastizal (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2015a).

No decorrer destes eventos, questões estratégicas da proposta de projeto submetida ao BID foram discutidas e, para seus propositores, convencionadas. Dentre estas convenções destaca-se o (a) declarado interesse de entidades patronais de representação de pecuaristas da região na criação e implantação de uma certificação da produção, visando a obtenção de incentivos de mercado, e, diretamente relacionado, alguns critérios¹ a serem exigidos nesta avaliação, que deveria ser instrumentalizado mediante um “índice” que congregue os requisitos idealizados; e (b) o interesse pela formulação e difusão de condutas de manejo da produção, quando entendidas como conservacionistas segundo os critérios posteriormente consolidados por técnicos vinculados ao consórcio Alianza del Pastizal (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2015a). Ambas convenções são estruturais na constituição do Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais, melhor abordadas na seção seguinte.

Os frequentadores destes encontros, no entanto, não constituem um perfil muito heterogêneo. Participaram, em sua grande maioria, técnicos vinculados ao estudo de aves silvestres, bem como ao manejo das pastagens nativas, agregado a poucos produtores, especialmente lideranças de entidades patronais de representação de pecuaristas da região, juntamente a poucos representantes políticos dos governos do cone sul, apoiadores e/ou associados ao consórcio Alianza del Pastizal. Sendo assim, a principal controvérsia destes eventos parece ser a desconsideração de uma série de “outros horizontes”, em outras palavras, atores não associados ao consórcio que, por sua vez, não teriam participado destes eventos, o que compromete por consequência uma dinâmica participativa que, paradoxalmente, justificou a proposição deste espaço para diálogos (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2015a).

Neste cenário, em virtude dos três processos aqui citados, tornou-se viável a consolidação do Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais. Entretanto, o trajeto percorrido não é isento de críticas: as ações de consorciação, desencadeadas e coordenadas pela Bird Life International, e mais precisamente, sua entidade resultante, o consórcio Alianza del Pastizal, se mostrou fundamental para a viabilização deste projeto regional, uma vez que o seu desenvolvimento esteve condicionado às práticas de mediação operadas pelo consórcio - as três estratégias de confluência referidas nesta seção. Contudo, mobilizando, de um nível mais elevado de integração, quase que estritamente técnicos, pesquisadores e representantes de entidades patronais de produtores, ambos associados a este consórcio, em detrimento de um processo de sensibilização mais amplo e participativo de pecuaristas da região não vinculados ao consórcio ou a estas entidades de representação, como por exemplo, pecuaristas familiares, tal dinâmica constitutiva demonstrou considerável sentido “de-cima-para-baixo”, ou seja, uma mobilização e operacionalização mais “verticalizada”. Portanto, torna-se possível questionar: em que medida tal lógica pode se repetir ao longo da constituição e operacionalização deste projeto? Tal é o questionamento que orienta a seção que segue.

1 Após as discussões, seus consensos foram submetidos à consulta e validação do Conselho Assessor da *Alianza del Pastizal*. Portanto, a palavra final coube a esta cúpula de 24 cientistas.

MEDIAÇÃO E DISPOSITIVOS: O DESENVOLVIMENTO DA FASE TÉCNICA DO PROJETO DE INCENTIVOS À CONSERVAÇÃO DAS PASTAGENS NATURAIS

Buscando compreender a dinâmica constitutiva e executiva do Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais, nesta seção procurou-se, após estabelecer o tema das mediações como perspectiva teórico-metodológica, descrever brevemente a estruturação da fase técnica, analisando os atores envolvidos (os mediadores), as estratégias executivas realizadas, bem como racionalidade mantida a partir destas ações, com destaque aos dispositivos gerados – (i) Chave dicotômica, (ii) Índice de Conservação das Pastagens, (iii) Manual de Práticas Rurais – e as formas de conhecimento subjacentes a estas práticas.

Como afirma Schmitt (2011), ao mobilizar diferentes relações, recursos e significados, estratégias de desenvolvimento propiciariam formas de conexão entre “diferentes mundos” e formas de conhecimento. Segundo Neves (2008), tanto a elaboração de um projeto quanto sua operacionalização pressupõem a interconexão entre mundos diferenciados, que, por sua vez, não se interligariam imediatamente, dependendo de múltiplas formas de mediação. Neste artigo, a mediação é entendida enquanto processos diversos de articulação ativa em que uma ou mais pessoas (ou organizações) assumem o papel de facilitar, conectar, comunicar e efetivar ações. Tais processos, no caso estudado sob os auspícios da Alianza del Pastizal, se assentariam sobretudo na “elaboração de certas equivalências fundamentais à produção de determinados consensos e códigos comuns” (NEVES, 2008 p. 35).

Quanto à estrutura do projeto, sua fase técnica foi desenhada e executada em dois componentes: (1) o Índice de Conservação de Pastagens Naturais em Propriedades Privadas (ICP), cujo objetivo seria desenvolver um instrumento de medição (índice) que permitisse hierarquizar de maneira comparada a contribuição individual de cada propriedade rural à conservação das pastagens naturais do cone sul, servindo de instrumento para a certificação da produção com o selo Carnes del Pastizal e, em mesma medida, para o direcionamento de incentivos aos pecuaristas aderentes; e, (2) boas práticas e padrões de qualidade no manejo das pastagens naturais, objetivando construir um Manual de Práticas Rurais, mecanismos para o estabelecimento e difusão das condutas de manejo consagradas como “ideais” por seus propositores.

A primeira ação engendrada na formulação e operacionalização do Índice de Conservação das Pastagens (ICP) tratou-se de um convite a especialistas da região para concursar a uma consultoria técnica visando ao desenvolvimento das bases científicas e matemáticas deste índice. Após a contratação de um consultor e a formulação da estrutura matemática do ICP, o mesmo foi submetido a etapas de ajustes por uma equipe de cinco consultores técnicos, sob a supervisão deste mesmo consultor e, ainda, do coordenador do projeto. Da equipe de cinco consultores contratados, três deles atuaram: (a) na definição conceitual-operacional de pastagem natural; (b) na definição das características e do papel metodológico de indicadores para espécies de valor forrageiro (nativas e exóticas); e, finalmente, na (c) definição das características e do papel metodológico de indicadores para compreender a incidência de mudança de uso do solo em áreas de pastagens naturais, as duas últimas repercutindo em nível de cálculo no ICP² (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2012a).

Buscando a consecução de seus objetivos, ambos consultores utilizaram os mesmos recursos metodológicos, mais precisamente: foram elaborados alguns critérios a partir de consultas bibliográficas variadas, ou seja, artigos acadêmicos, livros e revistas científicas, e textos técnicos de extensão, principalmente os formulados e difundidos pela Alianza del Pastizal (PARERA et al, 2014). Buscando uma maior legitimidade

2 Outros dois consultores atuaram na (d) execução de um mapeamento de áreas de “valor ecológico especial”, buscando, mediante reconhecimento via sistema de informação geográfica, proporcionar um acréscimo na pontuação obtida via ICP; e, (e) na construção de um software para aplicação da fórmula ICP, ou seja, um centro de cálculo capaz de congrega todas as informações colhidas/obtidas nas avaliações, resultando, por fim, em um valor percentual final de conservação (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2012a).

destes critérios, um “consenso científico” nas palavras de seus propositores, os consultores técnicos atuantes encabeçaram um processo de busca pelos posicionamentos de especialistas da região campestre. A opinião destes:

(...) fue recabada mediante tres reuniones de trabajo realizados en las ciudades de Cayastá (Argentina), Montevideo (Uruguay) y Porto Alegre (Brasil), com integrantes del Grupo Técnico del proyecto y expertos locales. Estas opiniones fueron ampliadas mediante una consulta formal con un cuestionario semi-estructurado a un grupo más amplio de expertos (PARERA et al 2014, p. 58).

Participaram destas reuniões, em sua larga maioria, representantes da Alianza del Pastizal (lideranças), consultores técnicos do projeto e representantes do grupo técnico do projeto (colaboradores indicados pelos governos da região, essencialmente vinculados a instituições de pesquisa e extensão rural). As pautas se limitaram a questões técnicas e operacionais relativas à viabilização do ICP, bem como acerca da elaboração do citado questionário.

Nestas reuniões acordou-se que este instrumento metodológico seria distribuído não apenas entre os participantes destas, mas também a “otras personas no vinculadas al proyecto y que al parecer de los tres consultores eran calificadas para abordar al menos una de las preguntas allí formulada” (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2012b p. 4). Tal informação permite destacar o poder auferido aos participantes destes eventos, e, principalmente, aos consultores responsáveis pela formulação e proposição deste questionário, haja vista que além de delimitar os questionamentos a serem propostos, limitando às respostas aos itens de seu interesse, estes também teriam o poder de determinar quem seria capaz de responder tal questionário e, portanto, participar deste idealizado consenso científico.

Quanto a sua disseminação, este questionário foi enviado a 155 especialistas da região campestre, incluindo 51 uruguaios, 49 brasileiros, 45 argentinos e 10 paraguaios, obtendo-se resposta, entretanto, de apenas 45 destes (29%): 13 uruguaios, 08 brasileiros, 23 argentinos e 01 paraguaio (PARERA et al, 2014). Destes respondentes, 03 seriam representantes de organismos governamentais, 05 de organizações não governamentais (interessadas na conservação da biodiversidade campestre), 24 ligados a universidades, 10 a instituições de pesquisa e extensão rural e, por fim, 05 vinculados a associações de produtores.

Como resultado deste suposto consenso científico, um padrão geral das respostas sugeriu que: (i) os anos do último trabalho agrícola, (ii) a cobertura de espécies lenhosas arbóreas e arbustivas, e (iii) a frequência de espécies nativas dominantes e exóticas foram qualificados como atributos importantes a serem considerados para a definição operacional entre pastagem natural ou não natural. A partir destes resultados, portanto, é proposta a utilização de um dispositivo denominado Chave Dicotômica (PARERA et al, 2014).

Este dispositivo, *checklist* estruturado nas opções “sim” ou “não”, conduziria o mediador técnico responsável pelas avaliações a considerar se a propriedade cumpre ou não os critérios³ de admissibilidade para ingressar no Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais. Ou seja, deste consenso derivam os parâmetros, restritos a questões de ordem natural, que limitam as possibilidades de enquadramento e adesão do possível público alvo ao projeto. Após o ingresso, o próximo passo seria a avaliação do estabelecimento produtivo via o dispositivo ICP, fixando assim a linha de base inicial no projeto, sujeita a alterações segundo avaliações anuais (PARERA et al, 2012).

3 A saber, as exigências mínimas para adesão: Não menos de 40 anos de um episódio de remoção da massa florestal nativa; não mais de 30% de cobertura aérea de árvores; não mais de 70% de cobertura aérea de lenhosas arbustivas; maioria de cobertura por espécies nativas (tolerância de 50% de cobertura por espécies exóticas) (PARERA et al, 2014; PARERA e CARRIQUIRY, 2014)

Além de fomentar a construção da Chave dicotômica, estas três consultorias foram determinantes na construção do ICP, contribuindo diretamente para sua estruturação matemática, mais precisamente, subsidiando e consolidando os critérios dos indicadores escolhidos para considerar e valorizar os campos naturais, e na atribuição de uma escala numérica com o intuito de mensurar e representar, a nível de cálculo, os possíveis impactos danosos de atividades realizadas mediante a substituição dos campos naturais.

Ao longo das atividades de consolidação deste índice, ou seja, formulação e revisão, processaram-se inúmeras etapas de ajustes técnicos, todas de circulação interna do projeto, resultando em sucessivas versões deste. Tal dispositivo foi finalmente validado após a ocorrência de dois exercícios pilotos de sua aplicação, realizados entre o ano de 2012 e 2013 (PARERA et al, 2014), totalizando cerca de 500 propriedades avaliadas (PARERA e CARRIQUIRY, 2014).

Estas avaliações foram e tendem a ser realizadas por mediadores técnicos licenciados pelo consórcio Alianza del Pastizal, como engenheiros agrônomos, biólogos e outros profissionais de nível superior de áreas correlatas, desde que dotados de experiência e conhecimento técnico-científico em torno de campos naturais (PARERA e CARRIQUIRY, 2014). Tal mediação técnica tratar-se-ia de um mecanismo burocrático de ateste do estabelecimento produtivo, levando a campo as considerações técnicas antes validadas e instrumentalizando desta forma o processo de certificação do selo Carnes del Pastizal. Considerando que os procedimentos de certificação se fundamentariam em três diferentes pilares, ou seja, diferenciações variadas com base no produto, lugar e/ou nos processos produtivos (associados ou não) (ILBERY, 2005), e, sobretudo, atuariam enquanto substituto dos sentidos e do conhecimento de primeira mão dos consumidores, tal distinção possuiria, portanto, uma transparência medida (BOSTRÖM e KLINTMAN, 2008 Apud RADOMSKY, 2010). Este dispositivo, requisito para a certificação Carnes del Pastizal, tratar-se-ia de:

(...) una herramienta objetiva y pragmática para medir la contribución de los productores rurales a la conservación de los cada día más escasos pastizales naturales (PARERA et al, 2014 p. 19). [Tal é o ICP], (...) una herramienta tecnológica basada em el conocimiento científico y la experiencia de reconocidos expertos (PARERA e CARRIQUIRY, 2014 p. 5). (...) Es confiable porque se procuraron variables objetivas y bien conocidas, como ciertas mediciones de satélite, datos duros y contrastables de la realidad, como superficies medidas en hectáreas y una selección de mediciones en terreno que evitaron la subjetividad en todo lo posible [grifo meu] (PARERA e CARRIQUIRY, 2014 p. 157).

Dado o fato do ICP ser, declaradamente, visto como instrumento científico e, essencialmente fundamentado no consenso e nos critérios estabelecidos por esta rede de “reconhecidos especialistas” (PARERA e CARRIQUIRY, 2014 p. 157), o fragmento que segue, retirado do estudo de Radomsky (2010), permite contextualizar o caso do projeto aqui analisado:

Que mediação é esta? Resumindo substancialmente, a principal é a mediação que se exerce pela ciência. Neste ponto, a crença simples no selo se transforma perigosamente num “absolutismo epistemológico”, porque, de fato, a certificação não é estritamente científica, pontuam os sociólogos suecos. (E se fosse, a suspeita estaria encerrada?). A política global da insegurança (Abélès, 2010:107-114) pensa encontrar na ciência fundamento seguro nos sistema de certificação por terceira parte. Ao contrário dos autores que veem o instrumento de marketing como o básico, Boström e Klintman sustentam que seguidamente se esquecem dos fundamentos políticos que norteiam tanto a produção e as normas

como aquilo que os selos habilitam: uma diferenciação simbólica com efeitos econômicos expressivos legitimados por um saber [grifo meu] (RADOMSKY, 2010 p. 49).

Na perspectiva de Radomsky (2010), Boström e Klintman (2008) não negariam o argumento de que estes selos tenderiam a “empoderar” produtores, conseqüentemente fornecendo informação e confiança aos seus consumidores. No entanto, ressalta que estes mecanismos não seriam inocentes, haja vista que neste espaço onde se espera a construção de procedimentos, simplesmente, eficientes, “a própria construção é permeada de relações de dominação” (RADOMSKY, 2010 p. 50). Por si, a própria escolha, e exaltação, do conhecimento técnico-científico enquanto único saber a ser considerado como fundamento político para nortear as normas deste ateste, em detrimento da busca por considerações mais amplas e participativas, como assimilar contribuições de conhecimentos particulares das populações que ali residem, possível público-alvo do projeto, sedimenta esta relação de dominação. Tal consideração, ademais, também se apoia nas afirmações realizadas pelos propositores deste projeto acerca de outros conhecimentos que não o científico:

(...) la información científica de alta calidad, necesaria en un análisis global de la biodiversidad y en incentivos y deberá contribuir al diseño de las medidas más apropiadas y de sus estrategias de implementación, reduciendo los costos de aplicación, cumplimiento y monitoreo de las mismas, así como el riesgo potencial de aplicación de medidas inapropiadas (PARERA et al, 2012 p. 43). Es importante considerar los límites del conocimiento y de las prácticas locales. Los ecosistemas encierran posibilidades de valoración adicionales a las proporcionadas por el conocimiento tradicional. Por otra parte, el saber tradicional há pasado frecuentemente por un proceso de deterioro, o ya no es completamente funcional a una naturaleza degradada, porque no ha podido evolucionar y adecuarse a las nuevas exigências. [Grifo meu] (PARERA et al, 2012 p. 45)

Segundo o fragmento acima, a referência feita pelos propositores deste projeto acerca de conhecimentos e práticas locais e tradicionais dos pecuaristas da região campestre parece sugerir uma visão estática e limitada em ambos. Tais considerações parecem desconsiderar o fato de que os diversos grupos sociais renovariam seus conhecimentos constantemente em função das novas experiências e desafios levantados em circunstâncias históricas novas (SANTOS et al, 2005). Ainda, conforme fragmento de publicação-produto deste projeto:

La cultura de las poblaciones locales es el punto de acceso a su valoración de los recursos naturales y permite identificar otras valoraciones distintas de lo ambiental, que pueden redefinir o, al menos, complementar las percepciones externas (PARERA et al, 2012 p. 45).

Percebe-se que a adjunção da expressão “redefinir, ou ao menos, complementar as percepções externas” parece enfraquecer consideravelmente a capacidade de decisão das populações locais da região, isto é, destes *insiders* frente aos *outsiders* responsáveis pela articulação e coordenação deste projeto desenvolvimentista (RIBEIRO, 2008). Nota-se que a utilização de informação científica é substancialmente ressaltada, enquanto, no esforço de consideração, o conhecimento dos pecuaristas locais parece ser visto como um conhecimento secundário e/ou complementar. Estas considerações encontram paralelo nas ponderações de Escobar (2010), tendo em vista que, segundo este autor, o desenvolvimento tem se baseado exclusivamente

em conhecimentos ditos científicos, correspondentes ao Ocidente moderno, disseminando a marginalização e desqualificação de outros sistemas de conhecimento.

Mas, em que pilar de diferenciação (ILBERY, 2005) se assenta este selo? O ICP corresponde à integração de três diferentes escalas espaciais: (i) sistema de campo nativo, que avalia a condição dos campos (seja nativos ou exóticos); (ii) sistema de propriedade, que considera a composição do resto da propriedade, isto é, a fração que não corresponde a campos (florestas, banhados, cultivos, etc.); e, por fim, (iii) sistema externo, que propõe uma valorização diferencial conforme à zona onde se encontra o estabelecimento produtivo (PARERA e CARRIQUIRY, 2014; PARERA et al, 2014). Tal índice atenta, portanto, exclusivamente à condição das pastagens, às atividades realizadas em paralelo à pecuária e à localização do estabelecimento produtivo, desconsiderando, dessa forma, as ligações entre a forma social e o processo técnico realizado, calcado em diferentes racionalidades e práticas produtivas.

Ao não considerar os vínculos socioculturais locais com seu meio biofísico, compreende-se tão somente a relação do ser humano enquanto unidade não contraditória perante um mundo material externo (FOLADORI, 1999). Portanto, o fato de os pecuaristas estarem envolvidos com a pecuária em campo natural se mostrou algo dado, entretanto, questões relacionadas com a forma como eles praticariam a pecuária, e se essa forma é ou não distintiva em relação a outros modos de a praticar, não parece figurar na racionalidade deste projeto. Como consequência, convertendo fenômenos contextualmente variados – a forma social dos produtores, o processo técnico empregado na produção, as diferentes condições naturais e os limites produtivos de cada localização – em medidas impessoais e genéricas para toda a região campestre, processa-se, por conseguinte, uma simplificação (redução) das heterogeneidades sociais e produtivas dos pecuaristas que nela residem.

Neste contexto, no esteio desta certificação estaria uma diferenciação limitada ao imaginário relacionado aos pampas (ou seja, ao local), e, em um mínimo percentual de pastagens concebidas como naturais. A racionalidade por trás desse selo, aliás, parece complementar e reforçar a desconsideração do fator processo, termo de Ilbery (2005), compreendido segundo seu sentido mais amplo: produção, transformação e acesso. Vide fragmento abaixo:

(...) nace para crear demanda, y no necesariamente como una respuesta a la misma (...). El mecanismo no se ocuparía de desarrollar los negocios (ni de completar otros aspectos de calidad del producto). Los negocios deben hacerlos los consorcios y grupos de ganaderos, o los empresarios intermedios, haciendo uso de esta nueva herramienta (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2009 p. 2).

Conforme este fragmento, questões mais amplas referentes à operação deste selo, tal como, por exemplo, alternativas de inserção desta produção em possíveis mercados diferenciais, relações com intermediadores/atravessadores (que atuam na relação entre produtores e frigoríficos), e etc., sequer são consideradas na consolidação de sua lógica operativa. É defendida uma dinâmica onde, após a criação das condições para seu funcionamento, requeresse, por conseguinte, que os diversos atores interessados passassem a competir em torno deste selo, ou seja, parece haver a presunção de que produtores, intermediários e compradores devam funcionar por si mesmos, sem grandes interferências e/ou intervenções diretas, suscitando, desta forma, uma lógica operativa de cunho liberal. Tal questão é pertinente, dada a desconsideração de uma série de processos em meio a comercialização da produção, onde, por vezes, grande parte das relações de poder e subordinação podem ocorrer.

Ademais, com base nesse índice, é formulado o último dispositivo que estrutura e viabiliza a operacionalização desta fase técnica, precisamente, o Manual de Práticas Rurais, objetivo maior do componente 2 deste projeto (PARERA e CARRIQUIRY, 2014). A ideia central deste componente remete à necessidade de ajudar os pecuaristas da região a “melhorarem” seu manejo através da “transferência de conhecimentos” por parte de uma “escola de técnicos” (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2013a p. 2). Para tal, foi idealizada a formulação e difusão de um manual de orientações técnicas visando a realização de “boas práticas”⁴ de manejo, ou mais precisamente, condutas convencionadas por seus propositores.

No decorrer da execução do Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais, as atividades de construção deste Manual de práticas rurais foram sistematicamente postergadas, tendo em vista que a intenção seria esperar a formulação do ICP e as duas aplicações piloto previstas, acumulando a maior quantidade de experiências possíveis. Após tais ocorrências, diversos produtos técnicos do projeto, essencialmente relatórios de consultorias técnicas voltadas à formulação do próprio ICP, foram sistematizados pelo coordenador do consórcio e o consultor técnico responsável pela formulação da estrutura matemáticas deste índice, resultando em sua versão final (PARERA e CARRIQUIRY, 2014).

Considerando o fato deste manual se pautar, acima de tudo, no próprio ICP, sua construção parece reproduzir as controvérsias suscitadas nos processos constitutivos deste índice, isto é, a desconsideração dos conhecimentos particulares dos pecuaristas da região campestre em defesa da restrita utilização de preceitos técnico-científicos, mediante um processo constitutivo pouco participativo, exclusivamente limitado aos atores técnicos diretamente envolvidos no projeto.

Desse modo, a dinâmica desse manual sugere uma racionalidade, no qual o aprendiz, simbolizado na figura do público-alvo deste projeto, funcionou exclusivamente enquanto paciente da transferência do objeto (manual) e seu conteúdo (condutas de manejo), não enquanto sujeito crítico, com capacidade para construir o conhecimento deste objeto ou participar de sua construção (FREIRE, 1996). Consequentemente, este manual parece representar parte das dicotomias constituintes de gramáticas desenvolvimentistas, como sugerem Santos et al (2005) e Ribeiro (2008), especificamente, em dualidades como “recomendar/seguir” (Alianza del Pastizal recomenda e pecuaristas seguem), “ensinar/aprender” (Alianza del Pastizal ensina e pecuaristas aprendem).

Em suma, considerando a trajetória percorrida no decorrer da execução desta fase técnica, torna-se possível ressaltar enquanto problemática maior a recorrente e limitada possibilidade de participação e voz de decisão a um grupo seletivo de agentes, mais precisamente, lideranças da Alianza del Pastizal, o grupo técnico do projeto, consultores técnicos contratados e uma rede de técnicos associados a este consórcio. Desconsiderando interesses, objetivos e conhecimentos particulares dos pecuaristas que residem na região campestre, foram forjados dispositivos, como sugere Agamben (2009), que: limitam o enquadramento e adesão ao projeto (Chave Dicotômica); orientam, determinam e difundem condutas de conservação do ambiente campestre (ICP) e práticas de manejo consagradas como conservacionistas (Manual de Práticas Rurais). Tal dinâmica, centrada na atuação dos mediadores citados, calcada estritamente em conhecimentos técnico-científicos, indica uma considerável tecnicização dos processos de constituição e operacionalização do Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais do cone sul da América do Sul.

4 A qualificação destas práticas enquanto “boas” parece se ancorar na crença dos propositores deste projeto na superioridade do conhecimento técnico-científico sobre os conhecimentos particulares dos pecuaristas da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito deste projeto, especificamente nos momentos que precedem sua formalização e execução de sua fase técnica, algumas controvérsias centrais podem ser ressaltadas: (i) estruturação de diferentes redes nas quais, mediante práticas diversas de mediação, os sistemas de poder local passam a ser módulos de circuitos mais amplos de poder comandados por instituições de níveis mais elevados (Alianza del Pastizal e Bird Life International); (ii) construção e difusão de mecanismos operacionais, ou seja, dispositivos genéricos para toda região campestre do cone sul, desconsiderando heterogeneidades socioculturais e materiais dos pecuaristas desta região; (iii) a declarada opção por conhecimentos técnico-científicos ao longo dos processos de construção destes dispositivos, em detrimento da captação de distintos conhecimentos particulares, e; finalmente, (iv) um corrente processo de desconsideração do possível público alvo deste projeto no decorrer de sua consecução.

Ao longo das análises realizadas, percebeu-se um processo onde os agentes do desenvolvimento, isto é, os mediadores, não atuaram como elo de união entre mundos diferenciados, tendo em vista que eles próprios pareceram construir as representações dos mundos que pretendiam interligar e o campo de relações que viabilizou a consecução dos objetivos traçados, negligenciando a captação de interesses e conhecimentos dos mediados. Em outras palavras, verificou-se um significativo viés unilateral nas estratégias de intervenção idealizadas e operacionalizadas. A questão imperativa, desse modo, parece se referir às implicações vinculadas a ideia de “representação”, concretizada através da utilização de critérios e procedimentos técnico-científicos como legitimação da autoridade (reivindicada) para representar os atores locais.

Além de indicar uma crescente tecnicização nos processos de constituição e operacionalização de políticas públicas, tal consideração corrobora para desmitificar as concepções que reduzem a mediação a uma simples ligação entre polos desconectados. As percepções da mediação como fenômeno sociocultural possivelmente unilateral, também pontuada por Neves (2008), seguidamente são negligenciadas nas frequentes construções conceituais do termo, ainda que, segundo a autora, bem como na perspectiva tomada neste artigo, a mediação deva ser compreendida e articulada enquanto perspectiva teórico-metodológica.

Considerando estas reflexões, infere-se que o desenvolvimento, na forma como tem se processado ao longo do Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais, precisamente em sua fase dita técnica, mesmo calcado em argumentos sustentáveis e participativos, se mostrou um processo invariavelmente “de-cima-para-baixo”, baseado estritamente em conhecimentos técnico-científicos, e operado pelos atores que justamente os detém, ou seja, técnicos vinculados a organizações nacionais e internacionais de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. p. 25-55.
- ALIANZA DEL PASTIZAL. **III Encontro de Pecuaristas de Pastagens Naturais do Cone Sul**. Paraguai, 2009. Disponível em: <<http://www.alianzadelpastizal.org/media/Conclusiones-III-Encuentro.pdf>>. Acesso em: 07 de julho, 2015, 20:29.
- _____. **Informe Semestral de Avaliação Continuada (Abril/2012 a Setembro/2012)**. 2012a. Disponível em: <https://pastizalesdelsur.files.wordpress.com/2012/11/informe-primer-semester_atn-oc-12514-rg.pdf>. Acesso em: 14 de julho, 2015, 19:00.
- _____. **Relatório Final Consultoria Mariano Oyarzabal**. 2012b. Disponível em: <https://pastizalesdelsur.files.wordpress.com/2013/01/informe-final_oyarzabal.pdf>. Acesso em: 16 de julho, 2015, 17:47.
- _____. **Reglamento da Alianza del Pastizal**. 2013. Disponível em: <<http://www.alianzadelpastizal.org/media/Reglamento-Alianza-del-Pastizal.docx>>. Acesso em: 06 de julho, 2015, 21:52.
- _____. **Portal de acesso à documentação dos Encontros de Pecuaristas de Campo Natural do Cone Sul**. 2015a. Disponível em: <<http://www.alianzadelpastizal.org/en/encuentro-de-ganaderos/>>. Acesso em: 24 de dezembro, 2015, 14:11.
- _____. **Portal de acesso à documentação Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais do cone sul da América do Sul**. 2015b. Disponível em: <<https://pastizalesdelsur.wordpress.com/el-proyecto/documentos/>>. Acesso em: 24 de dezembro, 2015, 14:12.
- BARROS, F. Banco Mundial e ONGs Ambientistas Internacionais: Interações sobre Desenvolvimento, Governança e Participação. Paper apresentado no **III Encontro da ANPPAS**, 2006
- CARDOSO, M. L. M.; COSTA, D. M. O que a perspectiva antropológica tem a dizer sobre a avaliação de projetos sociais apoiados pela cooperação internacional? **Horizontes antropológicos**. 2014, vol. 20, n. 41, pp. 117-140.
- ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: Daniel Mato (Org), **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2007, p. 17-31.
- _____. El desarrollo y la antropología de la modernidade. In: **Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales**. Lima: Programa Democracia y Transformación Global - Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Facultad de Ciencias Sociales, Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2010 p. 33-57.
- FOLADORI, G. Sustentabilidad ambiental y contradicciones sociales. **Ambiente & Sociedade** [online] 1999: Disponível em: <<http://redalyc.org/articulo.oa?id=31713413003>>. Acesso em: 20 de dezembro, 2015, 19:30.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- ILBERY, Brian. et al. Product, process and place: an examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. **European Urban and Regional Studies**, v. 12, n. 2, p. 116-132, 2005.
- MILANI, C. R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, Maio/Ago. 2012. p. 211-231.
- NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: _____. (Org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PARERA, A; CARRIQUIRY, E. **Manual de Práticas Rurales asociadas Índice de Conservación de Pastizales Naturales (ICP)**. Uruguai: Aves Uruguay, 2014.
- PARERA, A.; PAULLIER, I.; BOSSO, A (Eds.). **Incentivos para conservar los pastizales naturales del Cono Sur: Una oportunidad para gobiernos y productores rurales**. Uruguai: Aves Uruguay, 2012.
- PARERA, A.; PAULLIER, I.; WEYLAND (Eds.). **Índice de Contribución a la Conservación de Pastizales Naturales**

-
- del Cono Sur: Una herramienta para incentivar a los productores rurales.** Uruguai: Aves Uruguay, 2014.
- RADOMSKY, G. F. W. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2010.
- RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 80, 2008.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-121.
- SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 82-112.

BRAÇO FORTE NA OCUPAÇÃO DA MARÉ E A “MÃO AMIGA” A SERVIÇO DO CAPITAL: o paradigma da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro
“STRONG ARM” IN THE OCCUPATION OF MARÉ AND “FRIENDLY HAND” AT CAPITAL SERVICE: the public safety paradigm in Rio de Janeiro

Rafael Silva dos Santos¹

¹ Bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (fev/2017). Experiência na área de Segurança Pública tendo atuado em operações de pacificação em comunidades na cidade do Rio de Janeiro, enquanto integrante das tropas do Exército Brasileiro. - adv.rafaelss@gmail.com

Recebido em 06 de novembro de 2017; Aceito em 26 de abril de 2018.

Resumo

Construção do espaço criminalizado, militarização da segurança pública, eleição de inimigos, são formas que o capital encontra para legitimar e instrumentalizar a violência contra os ameaçadores da ordem político-econômica, controlada pelos detentores dos meios de produção. O Estado, associado aos interesses das classes dominantes, acionando seu aparelho de repressão, define os diversos usos do solo urbano. O quilombo é o primeiro espaço criminalizado no Rio de Janeiro, onde escravos negros resistiam à ordem vigente no Brasil Império. Após a abolição da escravatura, esse espaço é transmutado em favela que, assim como os cortiços, surge no cenário urbano carioca para suprir o déficit habitacional, abrigando uma massa de pobres que procuravam habitar próximo aos locais de trabalho. O Complexo da Maré enquadra-se nesse contexto de transmutação do espaço criminalizado, passando a ser densamente povoada após a construção do complexo industrial de Inhaúma. Esse território criminalizado e constantemente vigiado pelo braço forte do Estado atingiu o ápice da militarização do cotidiano de seus moradores com a ocupação das Forças Armadas, sob um discurso de Lei e Ordem, que oculta interesses imperialistas norte-americanos. UPP representa um modelo repressivo de controle adotado pela segurança pública anti-democrática e militarizada. A guerra às drogas promove genocídio, o traficante assume o papel outrora do comunista, e a teoria da diferenciação, sob um discurso médico-jurídico, acabam delimitando o novo inimigo atingido pela seletividade penal. Todo crime é político, e a Criminologia deve analisar a demanda por ordem numa perspectiva de luta de classes.

Palavras-chave: militarização, UPP, seletividade penal, guerra às drogas.

Abstract

The building of a criminalized territory, the militarization of public security and the election of an enemy: all these are forms figured out by the capital to legitimate and instrumentalize violence against those who threaten the current political and economical order, which is controlled by the owners of the means of production. The State (associated to the dominant classes interests), by operating its repressive machine, defines the multiple uses of urban ground. Communities of fugitive black slaves (quilombos) are the first criminalized territories in Rio de Janeiro, where black slaved people used to resist against the current system of Brazilian Empire. After the abolition of slavery, these territories were transmuted into slums (favelas), which - as the beehives (cortiços) - show up in the urban scenario to supply housing shortage, sheltering a large amount of poor that were trying to find a place to live close to their jobs. The Maré Complex fits into this context of transmutation of criminalized territories - quilombo in the past, favela in the present -, becoming densely populated after the building of Inhaúma industrial complex. This criminalized territory is constantly over watch by the State's "strong arm" - police and army - and it has reached the top of a militarization process on the citizen's daily live through the Nacional Forces occupation, which has been made under a "Law and Order" discourse that hides North-American imperialist interests. The UPP represents a repressive model of control adopted by an anti-democratic and militarized public security. The war on drugs promotes genocide, the drug dealer assumes the role played once by the communist and the differentiation theory - under a legal-medical discourse - ends up delimiting a new enemy to be reached by the punishing selectivity. All the crimes are political and criminology must analyze the demand through the class struggle perspective.

Keywords: militarization, UPP (initials for Unities of Peacemaker Police), selective punishment, war on drugs.

1. INTRODUÇÃO

A inspiração para a produção deste trabalho redonda da inquietude deste autor ao defrontar-se com uma situação de intensa conflitividade social em uma operação de pacificação no Complexo de Favelas da Maré, na condição de militar das Forças Armadas. A partir de tal experiência senti-me motivado a investigar as condições de emergência, e a reprodução dos saberes no âmbito da Política Criminal, sobretudo as estratégias de Segurança Pública no Brasil, com o objetivo de formar um arcabouço teórico capaz de responder a questionamentos levantados, sobretudo, por militares no calor das emoções de uma situação conflituosa.

Para atingir o objetivo proposto primeiramente procurou-se investigar como o racismo e as políticas higienistas deram contornos à construção do espaço criminalizado na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida buscou-se demonstrar que uma segurança pública militarizada jamais poderá servir à missão de garantir direitos, e que a violência produzida por essa política atende somente aos interesses de uma classe dominante.

Cabe destacar a imensurável relevância do tema para o Direito, pois não é possível compreender a construção das normas de Direito através de um olhar perfunctório e cândido para a letra fria da lei, como se esta fosse fruto de uma ciência imaculada. O Direito Penal está positivado no Ordenamento Jurídico brasileiro, e suas normas somente podem ser inferidas enquanto adstritas em um sistema penal, padecendo fatalmente de rigor metodológico, qualquer análise de tal regramento jurídico de modo isolado e fora desse sistema¹. Nesse sentido, é de suma importância que o operador do Direito tenha consciência do contexto histórico, social e econômico no qual a norma positivada se insere, para que possa ser desenvolvida uma Política Criminal de modo responsável e comprometido com toda a sociedade. Sendo assim, buscar-se-á uma compreensão mais profunda das causas que tornaram o Complexo de Favelas da Maré um território criminalizado e, alvo de uma Política de Segurança Pública militarizada integrada a uma Política Criminal implacável, tomando por referência o aporte teórico da Criminologia Crítica.

2. FAVELA: UMA MARÉ DE EXCLUSÃO E REPRESSÃO

No “vai e vem da maré” da urbanização na cidade do Rio de Janeiro, para os pobres, especialmente aqueles moradores de favelas e demais regiões da periferia da cidade, o “mar nunca esteve para peixe”. Higienização social, segregação, gentrificação e truculência policial deram rumos à total ausência de diálogo entre o poder público e a favela. Nesse contexto construiu-se o espaço criminalizado na cidade:

O Estado, associado aos interesses das classes dominantes e acionando seu aparelho de repressão, definiu os diversos usos do solo urbano, excluindo parcelas significativas da população².

1 “O saber penal não se nutre unicamente do conhecimento da lei penal, porque ninguém pode interpretar o objeto que uma ordem do saber põe dentro de seu horizonte de projeção, sem valer-se de dados e sem submeter-se a condicionamentos de seu saber, os quais provêm de âmbitos que não só estão fora desses limites, como também dele se encontram inegavelmente afastados. A limitação arbitrária das fontes do conhecimento do saber jurídico-penal é resultado das teorias idealistas e tecnocráticas do conhecimento” (ZAFARONI, 2011. p. 119).

2 CAMPOS, Andreilino. *Do Quilombo à Favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p 77.

Essa construção do espaço urbano, baseada em políticas discriminatórias, estabeleceu barreiras intransponíveis para o acesso universal a direitos fundamentais na cidade, pois além de promover uma limpeza étnica, impôs aos pobres uma condição de mera sobrevivência, cabendo a estes, o uso de sua própria força para organizar-se, tendo em vista a total ausência de políticas públicas que façam da cidade um espaço³ viável para todos. Nesse sentido, é possível compreender que

o processo de construção espacial da cidade, em geral, não vem, ao longo da história, contemplando os grupos denominados “minorias”. O fazer a cidade pertence aos grupos socialmente mais representativos, que participam do processo como sujeitos históricos, enquanto aos demais resta acompanhá-lo como massa, sem nenhuma determinação, seja qual for a instância analisada: política, econômica, ou social. A violência⁴, que grassa no tecido sócioespacial urbano de algumas metrópoles brasileiras, tem como uma de suas origens a estrutura fundiária estabelecida desde o período imperial. Tal estrutura é consequência da legislação discricionária elaborada pelas elites rurais que dominavam o Legislativo e os cargos-chave do Império, e favoreceu em muito a concentração da propriedade tanto no campo quanto na cidade, proporcionando o aumento das distâncias sociais entre os grupos mais pobres e aqueles mais ricos⁵.

A partir desse cenário, é possível ter uma ideia do que foi o movimento de urbanização no Rio de Janeiro a partir do século XIX, tomando por base uma visão dicotômica entre espaço urbano criminalizado e não-criminalizado da cidade. Toma-se este momento histórico como marco, pois a partir do século XIX ocorre um grande crescimento demográfico na cidade do Rio de Janeiro em razão da chegada da Família Real Portuguesa em 1808, em consequência, aumentando a demanda por serviços. De acordo com estudos sobre o tema, a população do Rio de Janeiro teve um aumento espetacular passando de 60.000 habitantes, em 1808, para 250.000 em 1870⁶.

3 "É importante considerar os três modos pelos quais o espaço pode ser conceitualizado. Em primeiro lugar, o espaço pode ser visto num sentido absoluto, como uma coisa em si, com existência específica, determinada de maneira única. É o espaço do agrimensor e do cartógrafo, identificado mediante um quadro de referências convencional, especialmente as latitudes e as longitudes. Em segundo lugar, há o espaço relativo, que põe em relevo as relações entre objetos e que existe somente pelo fato de esses objetos existirem e estarem em relação uns com os outros. Assim, se tivermos três localidades A, B, C, estando os dois primeiros fisicamente próximos, ao passo que C está longe mas dispõe de melhores meios de transporte para A, é possível dizer, em termos relativos espaciais, que as localidades A e C estão mais próximas entre si do que A de B. Em terceiro lugar, há o espaço relacional, onde o espaço é percebido como conteúdo e representando no interior de si mesmo outros tipos de relação que existem entre objetos". A. L. Mabogunje, 1980, p. 52. A terceira acepção de espaço de Mabogunje pode ser aproximada da definição de geografia pelo geógrafo japonês K. Takeuchi (1974, pp. 2-3): "Pensamos que a geografia humana atual deve s/er considerada como o estudo dos princípios da organização espacial das atividades humanas, ou ainda como a análise dos mecanismos e dos processos que regulam o sistema espacial de atividades humanas integradas"(SANTOS, 1988. p. 10).

4 "O termo "violência" admite uma grande gama de interpretações e entendimentos. Aqui, optamos pela acepção dada por MICHAUD (1989:1-10), que defende o princípio, explicando que "Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, sejam em sua integridade física, em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais" (CAMPOS, 2011, p. 19).

5 CAMPOS, 2011, p. 19.

6 Ibidem, p. 52.

.1 O TERRITÓRIO CRIMINALIZADO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: DO REGIME ESCRAVO-CRATA AO NEOLIBERALISMO.

Os primeiros estudos históricos acerca da construção de um espaço criminalizado na cidade do Rio de Janeiro referem-se aos quilombos. Segundo Campos, os quilombos eram espaços de resistência dos negros à ordem imperial, e lutavam pelo não-aprisionamento⁷. Vale ressaltar que a designação “quilombo” não era a preferencial dos negros resistentes, como destaca Campos: “o quilombo era uma designação de fora: os negros preferiam chamar seus agrupamentos de ‘cerca’ ou ‘mocambo’”⁸. No estudo sobre os quilombos periurbanos, há registros de diversos desses espaços de resistência nos arredores da cidade do Rio de Janeiro:

Além das florestas do Andaraí e da Tijuca, que eram conhecidas por abrigarem grupos de quilombolas desde o final do século XVIII, outros estudos apontaram outras freguesias. Em um relato de 1826, diz-se que 137 escravos foram presos no distrito da Lagoa (atual Lagoa Rodrigo de Freitas), sendo provavelmente o local de considerável quilombo, dadas as condições físicas da região. Inhaúma, Irajá e Engenho Velho também eram zonas de quilombos⁹.

Os quilombos foram alvo de muitas operações policiais que visavam capturá-los e devolvê-los aos campos de trabalho do sistema escravagista, porém resistiam bravamente e de forma astuta, com técnicas que se assemelham às empregadas em combate de guerrilha. Ressalta-se ainda que, a escolha do local para se estabelecer os quilombos primava pela dificuldade de acesso, além de propiciar uma fácil evasão dos quilombolas em caso de incursões da Polícia. Um relatório a respeito de uma diligência, realizada pelas autoridades policiais da Corte nos anos 1850 junto às matas da Tijuca e do Andaraí, endereçada ao Chefe de polícia da Corte, trazida por Campos, propicia a percepção do *modus operandis* desses grupos quilombolas:

Cumpre-me notar a V. S^a que em todos os trilhos encontramos, de espaço em espaço, buracos profundos cobertos de folhas e cheios de estrepes, de maneira que nos retardavam a marcha a cada instante. Estes buracos rodeavam também ranchos. Por todas estas razões parece-me poder afirmar a existência de um quilombo nas matas, o qual não teve a felicidade, digo, a infelicidade de encontrar por haverem eles mudado de lugar¹⁰.

O estereótipo do “inimigo da sociedade” e do “cidadão de bem” está presente em todas as formas de repressão estatal. A imagem do feio e do belo, certo e errado, e, obviamente, do criminoso, tomou contornos racistas quase “Lombrosianos¹¹” após a abolição da escravatura e no alvorecer do período Republicano na sociedade carioca. Tais construções sociais geraram reflexos na formação do espaço urbano. Cada processo

7 Ibidem, p. 31.

8 Ibidem, p.32.

9 CAMPOS, 2011, p. 35.

10 Ibidem, p. 34.

11 Referente ao autor Cesare Lombroso, entusiasta da Teoria do Criminoso Nato. Lombroso era um criminologista italiano cujas teorias buscavam relacionar traços físicos das pessoas a seus aspectos mentais e de comportamento. Inspirado em estudos genéticos e evolutivos no final do século XIX, afirmava que os criminosos possuíam evidências físicas de um "atavismo" (reaparição de características de ascendentes distantes) hereditário, reminescente de estágios mais primitivos da evolução humana, anomalias em termos de formas do crânio e mandíbula, face e outras partes do corpo. Para compreender melhor, pesquisar sobre a obra “O Homem Delinquente”, 1876.

de urbanização tem suas próprias características, em razão de sua cultura, de sua história, topografia, dentre outros inúmeros fatores impossíveis de serem elencados taxativamente, e que dão significação ao lugar¹². O processo de urbanização no Rio de Janeiro tem um forte cunho racista. Leia-se:

“(…) os negros escravos ou alforriados foram excluídos da prática política e marginalizados economicamente, apontados pela sociedade da época – e permanecendo até os dias atuais, agora de maneira mais subjetivas – como “vadios”, “vagabundos”, “desocupados”, (BASBAUM, 1976:179-83) e outros termos depreciativos sociais, que na base, tinham como pano de fundo o preconceito racial, fruto do estigma legado pela Coroa portuguesa ainda no século XVII”¹³.

Esse processo de urbanização no Rio de Janeiro se funda em um par dialético de opressores e oprimidos. Os opressores, pertencentes à classe dominante, elegeram o espaço a ser criminalizado conforme a representação ameaçadora que esse ofereça ao modo de produção posto, seja fundado na mão-de-obra escrava, seja na mão-de-obra assalariada. Sendo assim, a partir da abolição¹⁴ ocorre a transfiguração do espaço criminalizado do *Quilombo à Favela*, em um movimento espacial e temporal que o autor Campos (2011) esmiúça em sua obra homônima ao movimento citado.

Com a abolição, os negros ganharam a liberdade e o refrigério do açoite do chicote, mas essa liberdade transformou-se em exclusão. A Lei de Terras que fora publicada em 1850, e que ainda estava em vigor no ato da abolição, foi importante instrumento segregador para impedir a distribuição de terras para os negros recém-libertos. A referida Lei trata das terras devolutas¹⁵, que são aquelas terras sobre as quais não há nenhum título de propriedade, proibia a aquisição de tais terras, se não fosse através da compra junto ao Governo. Assim dizia o art. 1º da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras: “*Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra*”¹⁶. Sob esse dispositivo legal os negros recém-libertos não conseguiram ocupar terras para produzir seu próprio sustento. Toda terra tinha dono, e toda vez que se buscava ocupar um espaço os fazendeiros vizinhos convocavam forças policiais para expulsá-los, assim se “*o acesso à terra foi legalmente vedado a um determinado segmento social, a questão fundiária sempre foi tratada como uma questão policial*”¹⁷. Nesse sentido, é mister salientar ainda que a referida Lei de Terras impedira que negros escravos pudessem ser proprietários da terra, continuou a vigor em algumas províncias do império mesmo após a abolição. Conforme Campos (2011, p. 69), a “*Lei de Terras, editada em 1850, impedia a propriedade de qualquer parcela de solo por negro escravo, continuou a valer em muitos lugares do país, inclusive na província do Rio de Janeiro*”. Logo, ir para as cidades se tornou a opção mais viável, nelas restava aos negros ocupar inicialmente os cortiços, no caso do Rio de Janeiro, ou se tornarem quilombolas em regiões periurbanas¹⁸. Há de se destacar ainda que, algumas regiões quilombolas,

12 “O lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas de um conjunto de sentidos e usos. Assim, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos que ocorrem ou ocorreram no mundo.” (CARLOS, 1996, p. 21 apud HESPANHOL & MOREIRA, 2007, p. 54)

13 CAMPOS, 2011, p. 22

14 Refere-se à abolição da escravatura assinada em 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel.

15 Hely Lopes Meirelles entende que terras devolutas são: “todas aquelas que, pertencentes ao domínio público de qualquer das entidades estatais, não se acham utilizadas pelo Poder Público, nem destinadas a fins administrativos específicos” (MEIRELLES, 2015, p.544).

16 BRASIL, LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm, acessado em 08 nov 2016.

17 CAMPOS, 2011, p.42.

18 Ibidem, p. 42.

a partir da abolição, transmutaram-se em favelas e acabaram sendo incorporadas pela cidade, o atual Complexo de favelas da Maré supostamente é uma dessas regiões, sendo possível inferir que as favelas de Vigário Geral, Parada de Lucas e Maré estariam nesta situação quando a cidade as incorporou e a região da Baía de Guanabara, em áreas de manguezais, era propícia para a instalação de quilombos¹⁹.

Nas primeiras décadas do Brasil republicano, os governantes da cidade do Rio de Janeiro ocuparam-se em promover políticas urbanas higienistas²⁰ que visavam à remoção de favelas das áreas centrais para regiões cada vez mais periféricas, sob o argumento de que os cortiços e os morros na região central da cidade comprometiam a saúde pública em razão das condições insalubres de higiene desses espaços. A reforma Pereira Passos (1903)²¹ e o arrasamento do Morro do Castelo (1922)²² são exemplos.

Na cidade do Rio de Janeiro a truculência policial foi instrumento útil na operacionalização da política de remoção de favelas, e criou um ambiente de tensão entre comunidade e polícia. O sociólogo português, Sousa Santos (1973), em sua pesquisa empírica na favela do Jacarezinho (codinome Pasárgada), buscou compreender como a situação de irregularidade habitacional refletiu nas relações jurídico-sociais dessa comunidade, desde a sua ocupação por trabalhadores nos anos 1930, em função das contratações de mão-de-obra pelas fábricas recém-estabelecidas na região. Nesse sentido o autor destaca em sua obra:

(...) a sobrevivência da comunidade nunca esteve garantida, uma vez que se conheciam casos de remoção de favelas construídas em terrenos do Estado. Chamar a polícia aumentaria a visibilidade de Pasárgada como comunidade ilegal e poderia eventualmente criar pretextos para remoção²³.

A partir da década de 1930, houve um *boom* industrial no Brasil, com o fim da *Política do Café com Leite*²⁴. Tal cenário propiciou o surgimento da classe operária nas grandes cidades brasileiras, inclusive no Rio de Janeiro. Nas décadas seguintes houve um forte ciclo migratório de saída do campo em direção às cidades, em razão da necessidade de grandes contingentes de mão de obra, sendo a década de 1940 considerada o período de maior proliferação de favelas no antigo Distrito Federal. Nesse período a região de manguezal na Baía de Guanabara, onde hoje se localiza o complexo de favelas da Maré, começa a ser densamente povoada pelos trabalhadores do Parque industrial da baixada de Inhaúma:

19 Ibidem, p. 70.

20 O higienismo brasileiro esteve muito influenciado pela teoria dos miasmas, essa defendia que a inalação e o contato com o ar proveniente da putrefação de cadáveres e da matéria pútrida dos lixos, pântanos, mangues, matadouros, chiqueiros, curtumes, esgotos, entre outros, eram os grandes responsáveis pelas doenças nas cidades (MIRANDA, 1998:3 *apud* MACHADO, 2011. p. 7).

21 Uma grande renovação urbana modificou o cenário carioca, de 1903 a 1906, na administração do prefeito Pereira Passos, nomeado pelo presidente Rodrigues Alves com plenos poderes. Apelidado de Haussmann Tropical, pela semelhança de seus planos com os da remodelação de Paris no século XIX, Pereira Passos foi também chamado de "Bota-Abaixo", pela realização de inúmeras intervenções, como alargamento e abertura de ruas, que exigiram a demolição de cerca de 1700 imóveis, em nome da transformação do Rio de Janeiro numa metrópole moderna. O "Bota-Abaixo" incluiu o cortiço Cabeça de Porco (RIO DE JANEIRO, 2002, p. 11)

22 "Embora fosse um sítio histórico, o morro havia se transformado em local de residência de inúmeras famílias pobres, que se beneficiavam dos aluguéis baratos das antigas construções ali existentes. Situava-se, entretanto, na área de maior valorização do solo da cidade, a dois passos da Avenida Rio Branco. Daí porque era preciso eliminá-lo, não apenas em nome da higiene e estética, mas também da reprodução do capital (NONATO & SANTOS, 2000, p. 220).

23 SOUZA SANTOS, Boaventura. *Notas Sobre a História Jurídico-social de Pasárgada*. In: Sociologia Jurídica, Cláudio Souto e Joaquim Falcão (orgs.), Sociologia e Direito. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980. p. 112.

24 A política do café-com-leite foi um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal durante a **República Velha** para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, ora o presidente seria paulista, ora mineiro.

Com a implantação do parque industrial, por exemplo, na baixada de Inhaúma, no período de substituição das importações, a cidade também viu crescer um adensamento populacional nos terrenos próximos e nos manguezais da Baía de Guanabara. A perspectiva de novas indústrias atraiu antecipadamente novas favelas, que funcionam como estoque de mão-de-obra barata²⁵.

Até a década de 1970, ocorreu ainda um ciclo imigratório para o Rio de Janeiro, mas a partir da década de 1980 ocorre uma estagnação econômica e declínio desse ciclo imigratório. A participação do Rio de Janeiro no PIB (Produto Interno Bruto) diminui bastante nesse período, e faz com que a Capital deixasse de ser um polo atrativo para a mão de obra: “o crescimento negativo de 3,5% no PIB, entre outras causas, foi o responsável pelo crescimento populacional menor do que 1% ao ano, caracterizando a denominada década perdida”²⁶.

A partir dos anos 1990, a velha política de remoção de favelas através do uso do poder de polícia cede espaço para novas formas de intervenção do Estado no espaço urbano. Campos cita como exemplo dessa mudança do modo de operar do Estado, o Programa Favela-Bairro na cidade do Rio de Janeiro durante o governo do prefeito César Maia. Sendo assim, cumpre reafirmar que o programa não significa uma mudança do paradigma de higienização, e sim uma simples mudança no modo de operar o reaproveitamento do espaço urbano e de lhe dar uma nova significação, ocorrendo assim a gentrificação. Nessa seara assevera Campos:

o Estado, apesar de se isentar do processo de remoção das populações mais pobres de seus locais de moradia através das formas compulsórias, estará buscando soluções de mercado para a questão do deslocamento espacial dessas mesmas populações pobres²⁷.

A gentrificação visa atender classes “hierarquicamente superiores” – em relação às que ocupam as favelas contempladas pelo programa Favela-Bairro – dentro do modo de produção capitalista, pois não se busca uma integração das características culturais daqueles espaços com a totalidade, portanto, não passando de mera aniquilação de suas técnicas²⁸. Tal fenômeno se relaciona com o fato de que quando

todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Donde uma reorganização das funções entre as diferentes frações de território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas²⁹.

O modelo do programa Favela-Bairro fora substituído por um que alia a força policial – largamente aplicada no passado – com soluções mercadológicas. A intervenção policial demonstrou ser uma forma imediata de interferir nas formas de sobrevivência das comunidades cariocas, e é isso que ocorre com o atual

25

Ibidem, p. 89.

26

Ibidem, p. 82.

27

CAMPOS, 2011, p. 89.

28 “É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada” (SANTOS, Milton, 2006, p. 16).

29 SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*: fundamento Teórico e metodológico da geografia. Hucitec: São Paulo, 1988.

Programa de UPP (Unidade de Polícia Pacificadora)³⁰. Nesse sentido, Batista, V. (2012) destaca:

Agora essa economia local é ocupada a serviço das grandes empresas “sócias” do governo. Na pacificação da Mangueira foram derrubados todos os quiosques das tias que abasteciam os frequentadores da quadra da escola de samba com seus quitutes populares³¹.

Assim, a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) não representa nenhuma inovação em relação às políticas públicas praticadas até o momento. Na verdade trata-se do velho controle policial da vida do pobre em seu espaço de sobrevivência. As UPP's tratam como singular uma questão que é estrutural, e, portanto, demanda uma série de políticas públicas capazes para mudar tal estrutura. Batista, V. (2012), ao se referir a respeito do mais novo projeto de Polícia Pacificadora implantado na cidade do Rio de Janeiro, destaca que:

Em suma, a depender do sistema econômico, seja escravocrata, seja capitalista, há basicamente dois pontos a serem destacados: primeiro, as violências cotidianas de uma cidade são atravessadas pelos grandes movimentos do capital mundial que incidem sobre uma determinada história e memória que são “do lugar”. Não podem ser transferidas automaticamente em conjunturas absolutamente singulares. Segundo, a segurança pública só existe quando ela decorre de um conjunto de projetos públicos e coletivos que foram capazes de gerar serviços, ações e atividades no sentido de romper com a geografia das desigualdades no território usado. Sem isso não há segurança, mas controle truculento dos pobres e resistentes na cidade³².

Observa-se que a luta de classes no Rio de Janeiro, aquecida pelo racismo, fomentou a construção de espaços urbanos criminalizados e a forte repressão a esses espaços e a população que nele habita. Nesse cenário, a pobreza e suas condutas de sobrevivência, em meio a um sistema que busca sua aniquilação, são meras causalidades para a estigmatização da condição de criminoso. Essa lógica da luta de classes na urbanização da cidade pouco se alterou desde os tempos do Brasil Império. No século XIX lutava-se pela libertação, atualmente luta-se pelo direito à moradia e inserção no mercado de trabalho e consumidor, e o “campo de batalha” dessas lutas sempre se deu no lugar de representação da resistência, no passado o quilombo, hoje a favela. A mesma polícia que fora criada para perseguir escravos fugidos, hoje invade a casa do favelado em busca de drogas. Desde então nem sequer o logotipo da instituição mudou. O brasão da PMERJ (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro) ostenta duas armas cruzadas cercadas por um ramo de café e outro de cana de açúcar, deixando bem claro quem deveria ser protegido pelo braço forte do Estado.

30 “O programa de segurança pública que deu origem às UPP's começou a funcionar em 19 de dezembro de 2008, quando foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no Morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro”. Ver: <http://www.upprj.com/index.php/historico>, acesso em: 18/09/2016.

31 BATISTA, Vera Malaguti. *O Alemão é muito mais complexo*. In: Seminário Internacional de Ciências Criminais em São Paulo, 17, 2012, São Paulo. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. p. 15.

32 BATISTA, V. 2012, p. 3.



33

O fato de essa imagem ainda ser o brasão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista o conteúdo histórico que ela carrega, sugere que o braço forte do Estado permanece a serviço das classes dominantes, promovendo “limpeza” social com violência.

2.2 HIGIENIZAÇÃO SOCIAL E SELETIVIDADE PENAL: AS DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA.

A política urbanística baseada na higienização social da cidade do Rio de Janeiro sempre esteve intimamente relacionada com a seletividade operada pelo sistema penal e pela Política Criminal brasileira. Nesse sentido, Souza Santos (1973) assevera que,

a favela é um espaço territorial, cuja relativa autonomia decorre, entre outros fatores, da ilegalidade coletiva da habitação à luz do direito oficial brasileiro. Esta ilegalidade coletiva condiciona de modo estrutural o relacionamento da comunidade enquanto tal com o aparelho jurídico-político do Estado brasileiro³⁴.

Para esse autor, que durante suas pesquisas empíricas sobre o tema morou por 6 meses na Favela do Jacarezinho (codinome Pasárgada), as relações sociais dessa comunidade com o sistema jurídico oficial e como a situação de ilegalidade atuou como agente perpetrador da legitimidade da violência policial operada nessas comunidades. Segundo ele,

A expressão “nós éramos e somos ilegais”, utilizada por um dos moradores que, no seu contexto semântico, liga “o status de ilegalidade” com a própria condição humana dos habitantes de Pasárgada, pode ser interpretada como indicação de que nas atitudes destes para com o sistema jurídico nacional tudo se passa como se a legalidade da posse da terra repercutisse sobre todas as outras relações sociais, mesmo sobre aquelas que nada têm a ver com a terra ou com a habitação³⁵.

Foi sob esse manto do autoritarismo, de vida militarizada e constantemente vigiada, que essas comunidades sobreviveram. Em um primeiro momento, o principal argumento legitimador da truculência policial nesses lugares foi a ausência do título de propriedade, pois a ilegalidade da posse deveria ser combatida mesmo que relegando direitos de personalidade que não eram sequer reconhecidos. Atualmente, as Unidades de Polícia Pacificadora atuam sob o pretenso discurso de promoção da cidadania, entretanto, a polícia só pode se ocupar da manutenção da ordem aparente em um território tomado pela desordem provocada pelas desigualdades sociais, portanto, não será a polícia, a instituição do Estado que poderá iniciar um proje-

33

34

35

Figura 1 – Brasão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
 SOUZA SANTOS, 1980, p. 109.
 SOUZA SANTOS, 1973, p. 115.

to de promoção de cidadania, pois para tanto há a necessidade de rompimento com as práticas e as políticas públicas, e a polícia é, essencialmente, uma força reacionária. Como bem observou Foucault³⁶, “*tudo o que pode proporcionar ornamento, forma e esplendor à cidade – é disso que a polícia deve se ocupar*”.

Assim, opera-se a criminalização do espaço estabelecendo o estigma da constante ilegalidade da propriedade e sobre toda e qualquer prática típica do lugar (ou, segundo Santos (2006), técnicas), e assim promove-se um discurso legitimador da truculência policial nesse espaço e daqueles que nele habitam.

3. “PACIFICAÇÃO” NA MARÉ: O CONTROLE MILITARIZADO DA POBREZA

Diante da forma em que o pobre, sobretudo negro, está inserido nessa construção histórica e social na cidade do Rio de Janeiro, criou-se uma simbiose maldita entre o espaço criminalizado e o estereótipo do criminoso. Tal simbiose ganha vida através da Política Criminal, que é operacionalizada por meio do controle policial, e militarizado, das regiões habitadas pela multidão de inservíveis ao capital, e pela criminalização das práticas de sobrevivência dessas pessoas. A construção do criminoso em qualquer tempo e lugar na história guarda relação com as práticas que contrariam o modo de produção na sociedade em análise. Sendo assim, o aporte teórico da Criminologia Crítica é fundamental para que se compreenda a questão trazida por Batista, V. (2011), para quem o “*problema comum da Criminologia está na necessidade de ordem numa perspectiva de luta de classes*”³⁷.

3.1 AS DROGAS INIMIGAS E O GRANDE ENCARCERAMENTO: UMA “SOLUÇÃO” MERCADO-LÓGICA PARA O CAPITAL IMPERIALISTA.

A partir do colapso do mundo bipolarizado, e o epílogo da *guerra fria*³⁸ retratado na queda do muro de Berlim ambos ruindo unissonamente, o comunismo³⁹ já não configurava ameaça ao Imperialismo norte-americano⁴⁰. Em consequência, assevera Batista, V. (2011), “*o tão festejado fim do socialismo (talvez estejamos*

36 BATISTA, V., 2012, p. 4.

37 BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução Crítica à Criminologia Brasileira*. 1ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 22.

38 A segunda guerra mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar razoavelmente, como Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o filósofo Thomas Hobbes, “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. (HOBBSAW, 2008 p. 224)

39 O Comunismo enquanto conceito é atingido pela impossibilidade de se encontrar uma definição concreta e objetiva, que em poucas palavras traduza toda a complexidade da abstração que se pode depreender do que hoje significa essa expressão. Diante dessa impossibilidade, buscar-se-á de modo singelo explicar e destrinchar as etapas do movimento, a partir de uma expressão, que sumariamente indica o objetivo final do comunismo, sendo assim, leia-se: “Comunismo expressa uma luta política determinada, rumo a uma sociedade compreendida por Marx como superior ao capitalismo. A medida desta superioridade está em eliminar a exploração” (SOBRAL, 2008, p.27). Agora, em apertada síntese, explorar-se-á, por etapas, os caminhos para se eliminar a exploração e atingir o objetivo final, que é uma sociedade comunista. Primeiramente, o capitalismo deverá ser superado pela revolução proletária, leia-se: “A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo “definhamento”” (LÊNIN, 1917, p. 12). Em seguida, é mister que ocorra um período de ditadura proletária: “A doutrina da luta de classes, aplicada por Marx ao Estado e à revolução socialista, conduz fatalmente a reconhecer a supremacia política, a ditadura do proletariado, isto é, um poder proletário exercido sem partilha e apoiado diretamente na força das massas em armas. O derrubamento da burguesia só é realizável pela transformação do proletariado em classe dominante, capaz de dominar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar todas as massas laboriosas exploradas para um novo regime econômico.” (LÊNIN, 1919, p. 14). Por fim, Marx explica o papel do Estado, durante a ditadura proletária, no caminho a ser trilhado rumo a uma sociedade livre da exploração, que é a sociedade comunista: “Sendo o Estado uma Instituição meramente transitória, que é utilizada na luta, na revolução, para submeter os adversários pela violência, é um absurdo falar de Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda necessitar do Estado, não o necessitará no interesse da liberdade, mas para submeter os seus adversários, e tão logo que possível falar-se de liberdade, o Estado como tal deixará de existir”. (MARX, 1875, p. 60). Então, o Estado deixará de existir quando a última etapa estiver consolidada.

40 O imperialismo no contexto trazido no texto, Marx define muito bem: “Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar o que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra,

*apenas começando) abriu espaço para uma hegemonia do capital e do mercado que ampliou a pobreza, a desigualdade e a violência no mundo*⁴¹. A autora aponta, ainda, os impactos da hegemonia do capital para a redefinição de orientações político-criminais na conjuntura neoliberal:

Para conter as massas empobrecidas, sem trabalho e jogadas à própria sorte, o neoliberalismo precisa de estratégias globais de criminalização e de políticas cada vez mais duras de controle social: mais tortura, menos garantias, penas mais longas, empadramento em vida... A mídia, no seu processo de inculcação e utilização do medo, produz cada vez mais subjetividades punitivas. A pena torna-se eixo discursivo da direita e de grande parte da esquerda, para dar conta da conflitividade social que o modelo gera. Loïc Wacquant demonstrou como o estado providenciário nos Estados Unidos foi substituído pelo estado penal. O vento punitivo que sopra dos EUA se difunde junto com a verdade única do mercado. O capital precisa cada vez mais da prisão, conjugada às estratégias de criminalização de condutas cotidianas (Juizados Especiais, penas alternativas, justiça terapêutica, etc) e mais a transformação das favelas e periferias do mundo em “campos de concentração”. O criminal e o bélico se amalgamam no que Raúl Zaffaroni analisa como direito penal do inimigo. Os territórios não controlados são classificados como Eixo do Mal, territórios a serem ocupados a partir da legitimação produzida por duas categorias fantasmáticas: o traficante e o terrorista⁴².

No Brasil, em um contexto de redemocratização, após longo período de arbítrio, ocorre um aumento vertiginoso da população carcerária. No período de 1990 a 2013, a partir de dados do InfoPen⁴³, nota-se o crescimento de 507% em 23 anos no Brasil. O país passou de 90 mil para 574.027 presos, enquanto que a população brasileira cresceu 36% no mesmo período. Ainda, apesar de tanto aprisionamento, a demanda midiática é por mais prisão, utilizando-se de discursos perigosistas que disseminam o medo na sociedade, gerando uma sensação de insegurança que roga por mais policialização da vida. Nesse sentido, a

lenta reconstrução do inimigo interno se deu na produção do grande medo e do encobrimento da discussão sobre a questão criminal, substituída pelas receitas fáceis vendidas pela indústria do controle do crime como pacotes fechados e distantes da realidade nacional: modelos de polícia, tecnologias de vigilância, prisões *high tech*, armas letais e não letais, enfim, o lixo da “guerra fria”, agora reciclado para o grande e sustentável “combate ao crime”. O formato de guerra permaneceu incólume, redirecionado aos novos alvos, os escombros da mão de obra rejeitados pelo capital vídeo-financeiro que realmente se enraíza no Brasil a partir dos anos 90. Passadas duas décadas “perdidas”, os trabalhadores sem trabalho se atiraram aos difíceis ganhos fáceis dos circuitos ilegais e perigosos. A política criminal de drogas, imposta pelos Estados Unidos na conjuntura do golpe, vai cobrando vidas, recursos econômicos e espaço na mídia, o que vai minando as redes de resistência à truculência policial, forjadas nas lutas contra a ditadura. O traficante se converte no inimigo público número um, essa espécie de herege que quer a alma das nossas crianças. A guerra contra as drogas é localizada: nas favelas,

cria um mundo à sua imagem e semelhança” (MARX, 1999, p. 14).

BATISTA, V., 2011, p. 28

Ibidem, p. 28.

41

42

43

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias promovido pelo DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), órgão do poder executivo vinculado ao Ministério da Justiça.

periferias e nos campos de nosso país. Suas mortes são celebradas pela opinião pública com declarações que passam a naturalizá-las: fulano foi morto pela polícia, ele era trabalhador, não era traficante... O medo do crime e da letalidade dos mercados proibidos vai produzindo uma colossal demanda por mais pena, mais prisões, mais polícia⁴⁴.

Porquanto, é possível depreender que a militarização da segurança pública e o próprio emprego de tropas do Exército em função de polícia, típicos do movimento de “Lei e Ordem”, servem aos interesses imperialistas norte-americano da política de combate às drogas. Atualmente, as drogas⁴⁵ são conclamadas para servir ao papel de inimiga do “cidadão de bem”; logo elas, que, outrora (para ser mais exato em meados do século XIX), representaram o personagem principal de uma guerra que reivindicava o livre comércio do Ópio⁴⁶, sagrando-se como vitoriosa a Inglaterra, que subjugou a China para comercializar tal substância no território deste país. A política proibicionista atual, liderada pelas nações altamente industrializadas, edifica sua fundação sobre os países produtores de drogas não-industrializadas, limpando o terreno para as substâncias sintéticas da indústria farmacêutica, além de manter um relativo controle que afeta profundamente a soberania destes países (principalmente os Latino-americanos), sob o subterfúgio de uma tutela paternal, que, ironicamente, sugere uma incapacidade destes em combater as substâncias declaradas ilícitas por aqueles.

O discurso médico-jurídico referendado pela *teoria da diferenciação*, que defende a aplicação do Direito Penal para traficantes e tratamento médico para usuários, ganha contornos globais e cria uma visão maniqueísta entre nações boas e más, as consumidoras e as exportadoras, respectivamente⁴⁷. Essa visão dará ensejo ao movimento de “Lei e Ordem”, uma política aplicada internamente sob o argumento da defesa social, e, para além das fronteiras, o argumento é a segurança nacional, resultando em guerra total contra a figura que, agora representa a personificação do mal, qual seja: o traficante de drogas. Como explica Zaccone (2007), a imposição de uma política criminal que se manifesta na declaração de guerra às drogas é “*estabelecida a partir da conjunção das ideologias da Defesa Social e da Segurança Nacional, que irão preparar o terreno para os movimentos de “Lei e Ordem”*”⁴⁸.

A conjunção das ideologias de Defesa Social e Segurança nacional produz um argumento legitimador que conduz ao emprego das Forças Armadas em “territórios hostis” dominados pelo tráfico de drogas. A “*permanente confusão entre operações militares de pacificação e massacre de povos originários*”⁴⁹, tão característicos dos países latino-americanos do período colonial, faz-se presente nas intervenções do Exército

44 BATISTA, Vera Malaguti. Memórias de Milícias. *Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. ano 21. nº 244. Mar 2013. p. 2-3.

45 “Na linguagem científica, pela Organização Mundial de Saúde, a palavra droga “toda substância que, introduzida em um organismo vivo, pode modificar uma ou mais funções deste. É um conceito intencionalmente amplo, pois abarca não apenas os medicamentos destinados sobretudo ao tratamento de enfermos, mas também outras substâncias ativas do ponto de vista farmacológico”. (...): a palavra droga não pode ser definida corretamente porque é utilizada de maneira genérica para incluir toda uma série de substâncias muito distintas entre si, inclusive em “sua capacidade de alterar as condições psíquicas e/ou físicas”, que têm em comum exclusivamente o fato de haverem sido proibidas. Por outro lado, a confusão aumenta quando se compara uma série de substâncias permitidas, com igual capacidade de alterar essas condições psíquicas e/ou físicas, mas que não se incluem na definição de droga por razões alheias à sua capacidade de alterar essas condições, como por exemplo o caso do álcool. O importante, portanto, não parece ser n/em a substância nem sua definição, e muito menos sua capacidade ou não de alterar de algum modo o ser humano, mas muito mais o discurso que se constrói em torno dela” (OLMO, 1990, p. 22).

46 Sobre a guerra do ópio, Zaccone destaca: “O imperador chinês Lin Tso-Siu decidiu, provavelmente em nome da saúde pública chinesa, apreender e destruir um carregamento de 1.360 toneladas de ópio, que resultou na primeira declaração de guerra da Inglaterra à China, sob o fundamento do “livre comércio”. A rainha da Inglaterra considerou uma “injustiça” contra os seus súditos e o Parlamento inglês autorizou o envio de tropas para obter “reparações”, culminando com a guerra vencida pela Inglaterra. (ZACCONI, 2007, p. 76)

47 ZACCONI, Orlando D’elia Filho. *Acionistas do Nada*: Quem são os traficantes de drogas. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 101.

48 Ibidem, p. 95.

49 BATISTA, V., 2012, p. 7.

em função policial nos dias de hoje. O indígena ou o escravo do passado, hoje vestem a carapuça de favelado e traficante; e do outro lado desse combate, o bandeirante ou o Duque de Caxias – “o pacificador” -, hoje “desbravam” territórios hostis e “pacificam” comunidades. Essas são marcas da história genocida do Brasil e seu paradigma colonial. Essas operações militares podem ser compreendidas como

“(...)ações suicidas, esgotadas na globalização, feitas para sociedades estratificadas e oligopólicas. É por isso que a saída do ciclo das ditaduras militares produziu o deslocamento do paradigma da segurança nacional para o da segurança urbana que tanta letalidade causou em nossas democracias”⁵⁰.

Dessa forma, a intervenção do Estado nos corpos de seus cidadãos através de seu poderio militar continua sendo empregado largamente com o fito de buscar a perversa docilização⁵¹ desses corpos. O temerário discurso de diferenciação entre crimes políticos - cometidos por opositoristas ao governo ditatorial - e o tráfico de drogas, apenas contribui para legitimação do genocídio efetuado nas favelas do Rio de Janeiro atualmente, pois, ao fim e ao cabo, como acentua Batista, N. (2003), “todo crime é político”⁵². Nesse sentido, cumpre destacar que, a ditadura militar no Brasil acabou apenas para a classe média, pois para o favelado os anos de chumbo nunca acabaram.

3.2 OS RESQUÍCIOS DE DITADURA MILITAR DEIXADOS NA SEGURANÇA PÚBLICA APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL.

Até o olhar mais desatento vislumbra um laivo rutilante do passado ditatorial que deixa a mácula da militarização na segurança pública brasileira, evidenciando uma cortina que impede o avanço fulgurante em direção à consolidação de uma democracia, que ainda claudica no Brasil. Eleição direta é apenas um dos institutos que irradiam, impreterivelmente, de um sistema democrático, entretanto, indubitavelmente, é o instituto mais primário desse sistema de governo. Uma democracia será tão consolidada quanto mais houver participação popular na tomada de decisões no seio das instituições da *res pública*. Paradoxalmente, sendo a segurança pública um dos temas mais sensíveis em uma comunidade, não há qualquer participação do povo no que tange a esse assunto na democracia brasileira. O planejamento, as diretrizes e as decisões são definidas em gabinetes muito distantes da comunidade, de modo global, uniforme e atendendo a grandes territórios que, em muitos casos, guardam pouquíssimas semelhanças entre si; além de ser um claro exemplo de ator político não eleito decidindo assuntos da esfera política civil. Assim, “apesar de copiarmos tanto dos Estados Unidos, não incorporamos o seu modelo de polícia comunitária, mas o paradigma borbônico de ocupação territorial militarizada do engenho colonialista”⁵³.

Em um processo de redemocratização de um Estado é imprescindível que haja uma clara distinção entre atividades civis e militares, todavia a Constituição de 1988 se mostrou vacilante nesse aspecto. O alto escalão da hierarquia militar exerceu um *lobby* fortíssimo junto ao Constituinte originário com vistas a manter a prerrogativa da função de garantidor da lei e da ordem para as Forças Armadas, chegando a ter tom ameaçador quando o General Leônidas Pires Gonçalves disse que iria zerar toda a redação, caso tal função não fosse mantida, bem como já ocorria na Constituição autoritária de 1967, pois na primeira redação da

50 BATISTA, V., 2012, p. 7

51 “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOCAULT, 1999, p. 118)

52 “Quando você criminaliza um conflito, faz uma opção política. Não existe crime natural. Todo Crime é Político” (BATISTA, N., 2003, p. 28 - 33).

53 BATISTA, V., 2012, p. 7

Constituição de 1988, as Forças Armadas havia perdido essa prerrogativa:

Na primeira versão do artigo 142, os militares perderam o papel de guardiões da lei e da ordem. Isto irritou tanto os militares que o ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, ameaçou zerar todo o processo de redação constitucional⁵⁴.

Ou seja, de modo absurdamente invulgar, é o garantidor da Constituição quem deveria se submeter a ela. Nesse sentido, questiona-se como, logicamente,

é possível se submeter e garantir algo simultaneamente? Lógica à parte, são os militares quem têm o poder constitucional de garantir o funcionamento do Executivo, Legislativo e Judiciário, a lei e a ordem quando deveria ser o reverso. Ou seja, as Forças Armadas são baluartes da lei e da ordem definidas por elas mesmas, não importando a opinião do presidente da República ou do Congresso Nacional. Portanto, cabe às Forças Armadas o poder soberano e constitucional de suspender a validade do ordenamento jurídico, colocando-se legalmente fora da lei⁵⁵.

Em relação ao assunto de segurança pública a Magna Carta, em seu artigo 144, manteve o velho modelo de Polícia Militar Estadual, e o *status* de força auxiliar como reserva do Exército para esta instituição, bem como também vigia na Constituição anterior. Manteve-se, dessa forma, certo controle, ainda que limitado, sobre o comando das Polícias Militares. Segundo a Constituição,

as polícias militares são forças auxiliares e reserva do Exército (art. 144, parágrafo 6º) e sua identidade tem expressão institucional por intermédio do Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, do Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.406, de 24 de junho de 1975, e do Decreto-Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983. Em resumo, isso significa o seguinte: o Exército é responsável pelo “controle e a coordenação” das polícias militares, enquanto as secretarias de Segurança dos estados têm autoridade sobre sua “orientação e planejamento”. Em outras palavras, os comandantes gerais das PMs devem reportar-se a dois senhores. Indicá-los é prerrogativa do Exército (art. 1 do Decreto-Lei 2.010, de 12 de janeiro de 1983, que modifica o art. 6 do Decreto-Lei 667/69), ao qual se subordinam, pela mediação da Inspeção-Geral das Polícias Militares (que passou a integrar o Estado-Maior do Exército em 1969), as segundas seções (as PM2), dedicadas ao serviço de inteligência, assim como as decisões sobre estruturas organizacionais, efetivos, ensino e instrução, entre outras. As PMs obrigam-se a obedecer regulamentos disciplinares inspirados no regimento vigente no Exército (art.18 do Decreto-Lei 667/69) e a seguir o Regulamento de Administração do Exército (art. 47 do Decreto 88.777/83), desde que este não colida com normas estaduais⁵⁶.

O que se nota é que perdura, inexoravelmente, um pacto de transição que consiste na aceitação de uma democracia política por parte dos militares em troca da manutenção de enclaves autoritários no interior

54 ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson. et al. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2010. p. 48

55 Ibidem, p. 48

56 SOARES, Luiz Eduardo. *A arquitetura Institucional de Segurança Pública no Brasil: três propostas de reforma constitucional*. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com/?p=997>> Acesso em: 6nov 2016.

do aparato estatal, mesmo depois de passado mais de 30 anos do fim do estado de exceção. Além de toda esta ingerência na Constituição, há de se destacar que diversos governantes, no Estado do Rio de Janeiro, desde a abertura política, nomearam Generais para chefiar a Secretaria de Segurança Pública com a intenção de operacionalizar militarmente a política de segurança no Estado.

A estrutura militar das polícias é sinal evidente de que o Estado se ocupa mais com a defesa de seus interesses do que com promoção e manutenção da cidadania. A hierarquia rígida dessas instituições cria uma mão-de-obra apta a cumprir ordens prontamente e sem questionamentos, mas inviabiliza a aproximação e o diálogo com a comunidade, fundamental para a promoção e manutenção da cidadania. Destaca-se ainda que, os institutos criados para servir de instrumento à caça ao inimigo comunista, hoje se adequou muito bem ao combate contra o traficante. Nesse sentido, cumpre salientar ainda que, nos manuais e instruções militares os movimentos sociais, são classificados como “forças adversas”. Diante desse cenário, a ótica do inimigo interno permanece viva.

3.3 OCUPAÇÃO MILITAR E PACIFICAÇÃO: OS PERIGOS DO EMPREGO DE TROPAS FEDERAIS E DA MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO.

Em tese, a participação das Forças Armadas como protagonistas na segurança pública não deveria sequer existir, sendo tolerável apenas em situações extremamente excepcionais, na condição de apoio à Polícia Militar, em razão da falta de efetivo desta instituição para uma operação de grande vulto, por exemplo. Quando as forças armadas protagonizam um papel de policiamento, nós estamos em um Estado de exceção - onde são suspensos os direitos e garantias constitucionais-; todavia, em um antagonismo abissal, a exceção transformou-se em uma regra aterradora, e a ocupação e pacificação em algumas comunidades cariocas se deu sob o mesmo *modus operandis* de uma verdadeira guerra, e tendo a participação direta de militares do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais, empregando, inclusive, as Tropas de Operações Especiais com as suas técnicas letais para resolução de conflitos.

A inteligência das Forças Armadas aceita a ideia de participar na pacificação das comunidades do Rio de Janeiro com profundo “mal estar”, pois sabem dos perigos do envolvimento em uma operação como essa. Leia-se:

Enquanto isso um novo blindado, superando o Caveirão, torna-se a estrela da Operação: “a reportagem do Globo embarca no veículo que caiu nas graças da PM”. A reportagem escamoteou ao máximo o mal estar produzido entre as Forças Armadas ao serem atiradas a essa aventura. Essa é uma discussão profunda e consistente que circula na inteligência militar brasileira. Eles conhecem mais que ninguém os riscos advindos dessa passagem ao ato. A Folha de São Paulo noticiou o mal estar⁵⁷.

O alto escalão da hierarquia militar não se sente confortável com os holofotes das missões de pacificação, pois jogam luzes sobre a instituição que visa manter as mesmas prerrogativas do período de arbítrio. Se a tropa perdeu alguns benefícios salariais e previdenciários durante o segundo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o alto escalão continua com seus cargos comissionados garantidos no governo a partir do momento em que pedem a reserva, com salários elevadíssimos, e que na maioria das vezes representa mais que o dobro de seus salários de Oficial-General.

O problema da militarização da segurança pública se acentua no contexto da sociedade brasileira, marcada pelo racismo e pela desigualdade, podendo ser analisado a partir de dois elementos problemáticos:

57

BATISTA, V., 2012, p. 9

o primeiro é o corporativismo típico das instituições militares, que acaba por estabelecer uma ideologia do “nós contra eles”, tendo em vista que uma fração militar deve ser extremamente coesa para atender aos seus fins, isso incide na eleição de inimigos e dá sustentação a uma situação de guerra, e, em um contexto de guerra, mortes ocorrem, logo, no cenário da guerra urbana, travada contra os “inimigos da sociedade”, a morte seria um processo naturalizado. O segundo elemento diz respeito à formação organizacional baseada na hierarquia e disciplina rígidas (SOARES, 2013). A escolha da formação organizacional de uma instituição se dá em razão de sua finalidade, e a Polícia Militar no Brasil tem a mesma formação organizacional do Exército, logo, é possível compreender que aquela teria a mesma finalidade deste; todavia, esse esforço interpretativo conduz a equívocos, pois o Exército deve atuar na defesa da soberania nacional e, deve estar apto a locomover-se rapidamente em situações extremadas, estando em condição constante de pronto emprego, o que justificaria uma hierarquia rígida e inflexível para que as determinações fossem cumpridas da forma mais rápida possível, sem discussões ou titubeios. Por outro lado, a polícia militar tem a função de garantir direitos, ou seja, se uma pessoa tem um direito que está prestes a ser violado ou lesionado, a polícia militar deve impedir. Segundo SOARES (2013), as atividades de confronto armado representam menos de 1% das atividades militares no Brasil, portanto, a maioria das atividades policiais exige diálogo e capacidade de compreensão para decidir da melhor maneira. Sendo assim, defende-se que: não há qualquer necessidade do pronto emprego na Polícia Militar. Para que haja um bom exercício da atividade policial é mister idealizar situações que visem planos preventivos, através do diálogo e atendendo o pleito da comunidade⁵⁸. O soldado, na ponta da linha, não deve ser um reles executante que não pode pensar, refletir e decidir por si, entretanto, de modo oposto, o policial deve ser valorizado profissionalmente e deter autonomia. Tal situação é intangível em uma organização que prima pelo modelo hierárquico, com centralização decisória e sempre distante da sociedade, o que é incompatível com a finalidade de garantir direitos.

Ademais, o sistema de segurança pública dividido entre Polícias Civis e Militares, dando a cada uma delas uma função, e concomitantemente atuando de forma conjunta, não funciona, pois, na verdade, gera tensões e cria rivalidade entre as polícias. A PEC 51 (Proposta de Emenda à Constituição)⁵⁹ propõe a alteração no art. 144 da Constituição Federal (dispositivo que prevê a organização da segurança pública). A referida PEC acaba com a ruptura do ciclo do trabalho policial (Polícias repressiva e preventiva) e instaura o ciclo completo; põe fim a dualidade no interior de cada polícia (Oficiais e Praças/Delegado e Agentes), e impõe a instauração da carreira única; atribui mais responsabilidades à União e ao Município; organiza a desmilitarização das polícias ostensivas e cria situações para que as instituições que surgissem diante desse novo modelo decorressem de debates com a população no interior de cada ente da federação, para que se adéque às características que são próprias de cada região, mas partindo sempre de princípios que definam o limite de sua variabilidade (por exemplo: suas ações não poderiam se pautar em critérios racistas).

As Forças Armadas padecem do mal da carreira dúbia, divida entre oficiais e praças, detendo estas oportunidades limitadíssimas de ascender ao oficialato. São raízes de um passado colonial, onde o praça era o escravo e simples mão-de-obra apta para a morte, e o oficial tinha origem nobre, como o próprio patrono do Exército, Duque de Caxias, também conhecido como o “Pacificador” (qualquer semelhança com o nome dado para as missões em favelas cariocas não é mera coincidência). No seio das Forças Armadas as raízes escravocratas permanecem muito vivas, e retira-se do soldado qualquer possibilidade de organização, quanto

58

SOARES, 2013

59 A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pode ser apresentada pelo presidente da República, por um terço dos deputados federais ou dos senadores ou por mais da metade das assembleias legislativas, desde que cada uma delas se manifeste pela maioria relativa de seus componentes. Não podem ser apresentadas PEC's para suprimir as chamadas cláusulas pétreas da Constituição (forma federativa de Estado; voto direto, secreto, universal e periódico; separação dos poderes e direitos e garantias individuais). A PEC é discutida e votada em dois turnos, em cada Casa do Congresso, e será aprovada se obtiver, na Câmara e no Senado, três quintos dos votos dos deputados (308) e dos senadores (49). Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emenda-constitucional>, acessado em 11/09/2016 às 20:40.

mais a expectativa de alçar a uma carreira, o que é impossível no Exército e na Aeronáutica. Nota-se que o medo da insurgência das praças permanece vivo na instituição, como ocorreu na Revolta da Chibata (1910) e na Revolta dos Marinheiros (1964).

A carreira dúbia nas forças militares, além de refletir uma lógica altamente estratificada de classes, bem como é visto na sociedade, ainda reproduz uma incômoda situação que faz dos praças uma espécie de “Esquadrão Suicida”, como o que dá nome ao filme Hollywoodiano dirigido por David Ayer lançado em 2016, ou seja: há uma guerra “suja” e um inimigo declarado, mas a guerra não fora declarada pelos praças, e quando parte do “serviço sujo” que a classe média não quer ver, mas deseja que seja feito, aparece para os olhos de todos, esses praças são ridiculamente estigmatizados e retalhados com punições que não se preocupam, de forma alguma, em diminuir os danos causados por seus atos, e apenas entregam a “cabeça” desse militar a prêmio para nossa *classe média fascista*^{60 61}.

Novamente, insta destacar que as forças policiais não podem possuir a mesma estrutura organizacional das Forças Armadas de forma alguma. Tal afirmação é posta com veemência, pois é nítido que o policial reflete o modelo rígido da instituição a qual pertence em suas atividades junto à população. A estrutura organizacional militarizada das Polícias e das Forças Armadas impede que a praça pondere e questione sobre a missão que lhe fora dado, pois, como mesmo diz o jargão utilizado no militarismo: “missão dada, é missão cumprida!”. Nesse sentido, uma questão de ordem prática muito curiosa e paradoxal é o ato de fechar bailes *funk*, que ocorreu amplamente durante a ocupação no Complexo do Alemão, e conduz a uma reflexão quanto aos efeitos da formação militar na atuação desse servidor público no exercício de suas funções junto à população, diante de tudo o que fora exposto neste subcapítulo desse trabalho. O referido ato de fechamento é realizado de forma espantosamente consensual entre os militares que o realizam sem nenhum questionamento, e pior, ainda “vibram”⁶² quando utilizam de suas armas menos letais (bala de borracha, granada de gás lacrimogêneo, spray de pimenta) para dispersar a população. Em sua maioria, esses militares são praças, que em suas horas de folga gostam de se divertirem em bailes *funk* na região periférica da cidade em que moram. A hierarquia e disciplina rígidas, que desde a formação os adestram, e não permite que reflitam a respeito das ordens que recebem, tem grande influência sobre essa postura; e, ainda, a lógica de treinamento militar que pressupõe enfrentamento com o inimigo não contribui para que eles enxerguem que aquelas pessoas são seus irmãos e cidadãos co-patriotas em seu momento de lazer. Na verdade, o início desse processo que obscurece a visão do militar começa bem antes de sua formação institucional, pois antes dele ingressar nas forças militares já é capaz de identificar o “inimigo da sociedade” e o herói que usa farda, por meio de uma lógica maniqueísta orquestrada pela grande mídia e por filmes *hollywoodianos*.

Por tudo o que fora exposto, resta claro que a estrutura militar não coaduna com a missão das Polícias, uma instituição que, acima de tudo, deve proteger e garantir direitos. Inclusive, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) já manifestou sua preocupação com as atividades de grupos dos quais o Conselho classificou como “Esquadrões da Morte” através de um relatório divulgado em 2012, onde a Dinamarca sugeriu a total abolição da Polícia Militar. Outros países se manifestaram exigindo medidas mais enérgicas nesse sentido, como a Coreia do Sul, Austrália, Espanha, Canadá, Paraguai, Argenti-

60 A obra “*A Psicologia de Massas do Fascismo*” é categórico ao retratar o fascismo, leia-se: “o “fascismo” não é mais do que a expressão politicamente organizada da estrutura do caráter do homem médio, uma estrutura que não é o apanágio de determinadas raças ou nações, ou de determinados partidos, mas que é geral e internacional. Neste sentido caracterial, o “fascismo” é a atitude emocional básica do homem oprimido da civilização autoritária da máquina, com sua maneira mística e mecanicista de encarar a vida” (REICH, 1998, p. 11). “o fascismo é, pelo ponto de vista de sua base de massas um movimento de Classe média” (REICH, 1998, p. 53)

61 Neste texto pretendeu se tratar do Fascismo Social, na sua modalidade Fascismo de Insegurança trazido por Boaventura: “as ilusões retrospectivas consistem em salientar a memória da insegurança neste domínio e a ineficiência da burocracia estatal no que toca à prestação de serviços de segurança social. Por seu turno, as expectativas prospectivas visam criar expectativas de segurança e bem-estar produzidos no âmbito do sector privados e inflacionadas por via da ocultação de alguns dos riscos e das condições inerentes à prestação desse tipo de serviços” (SOUZA SANTOS, 2003, p. 23).

62 Jargão militar utilizado quando se quer dizer que o militar está muito entusiasmado.

na, entre outros, resultando um total de 170 recomendações ao Brasil⁶³.

3.4 ANÁLISE CONTEXTUAL DA OCUPAÇÃO DAS TROPAS DO EXÉRCITO NO COMPLEXO DA MARÉ A PARTIR DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE⁶⁴

A portaria Normativa nº 3461, Publicada no D.O.U. nº 247 de 20 de dezembro de 2013, atualizou as orientações para o planejamento e o emprego das Forças Armadas (FFAA) em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), previstas no Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001 (Manual de Garantia da Lei e da Ordem). Tal portaria se fundamenta na Constituição Federal, art. 142, *caput*⁶⁵, e na Lei Complementar 97/99, artigo 15, §2º ao §6º⁶⁶. Tais normas autorizam e orientam a utilização das Forças Armadas em operações de segurança pública, por decisão de competência exclusiva da Presidência da República. Por meio de um Decreto datado de 28 de março de 2014, a Presidenta Dilma Rousseff autorizou o início do Patrulhamento na Favela da Maré pelas tropas do Exército e pelo Corpo de Fuzileiros Navais⁶⁷.

A ocupação marcou a característica da escolha pelo modelo repressivo e de controle adotado pela segurança pública brasileira. Em 15 meses, o governo federal gastou R\$ 599,6 milhões com essa operação. O valor é o dobro do que foi destinado pela prefeitura com projetos sociais em seis anos⁶⁸. Esse dado por si só já é revelador das prioridades do governo.

As comunidades da Zona Oeste não sofreram o mesmo processo de ocupação. Observando-se o mapa das comunidades ocupadas pela UPP, nota-se que está se formando um “cinturão” de isolamento ao em torno da Zona Sul da cidade. E ainda, é possível notar que das 42 comunidades ocupadas, apenas 1 (uma) era anteriormente dominada pelas milícias. Essas informações passam, ao menos, duas mensagens: a primeira é que, para o Governo do Estado do Rio de Janeiro essa forma de crime organizado não representa um perigo imediato para a sociedade da capital fluminense; e a segunda é a de que a zona sul da cidade representa uma prioridade de intervenção.

63 Informações encontradas em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-da-onu-sugere-fim-de-policia-militar-no-brasil,880073>, acesso em 12/09/2016.

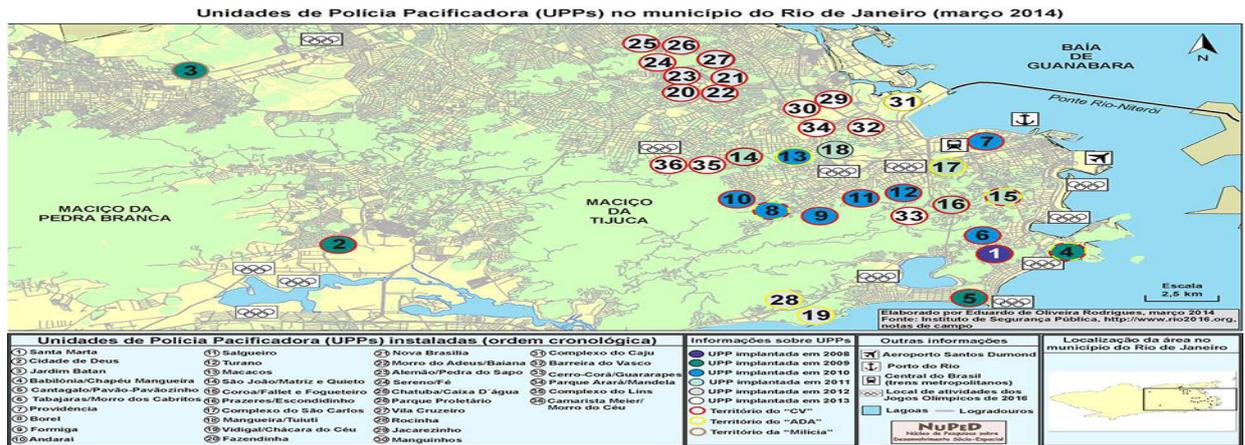
64 Integrei o 3º Contingente da Força de Pacificação da Operação São Francisco no Complexo de Favelas da Maré. Neste subcapítulo pretendo expor sobre o que foi a operação sob o olhar da criminologia crítica a partir da minha perspectiva das experiências vivenciadas, buscando sempre contextualizar.

65 BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1988. Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm, acesso em 08 nov 2016.

66 _____, LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 9 DE JUNHO DE 1999, **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1999. Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm, acesso em 06/11/2016

67 Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-assina-decreto-que-autoriza-exercito-a-patrolhar-complexo-da-mare,1146698>, acesso em 06/11/2016.

68 Megaeventos e violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, novembro – 2015. Olimpíada Rio 2016, os jogos da Exclução, p. 109.



69

A respeito das evidências trazidas por esse mapa, Batista, V. (2012) destaca o que fato de as UPP's estarem "restritas ao espaço de favelas, e de algumas favelas, já seria um indício luminoso para desvendar o que o projeto esconde: a ocupação militar e verticalizada das áreas de pobreza que se localizam em regiões estratégicas aos eventos desportivos do capitalismo vídeo-financeiro"⁷⁰.

O Complexo de Favelas da Maré encontra-se em uma posição geográfica muito "desconfortável" para o poder público na Cidade do Rio de Janeiro. O Complexo está encravado entre o Aeroporto Internacional Tom Jobim, a Linha Amarela, Linha Vermelha e a Avenida Brasil. Todas as vias citadas eram importantes canais escoamento para locais de competição das olimpíadas e pontos turísticos para quem chega pelo Aeroporto, além de ser basicamente a primeira visão da cidade para os turistas. Tendo em vista essa posição geográfica incômoda da Maré, o governo municipal tentou minorar os danos dessa "má impressão", "escondendo" a favela e cercando-a de placas coloridas que foram instaladas em 2010, e custaram cerca de 20 milhões de reais para os cofres da prefeitura, e atende a no máximo 200 famílias que moram próximas às vias expressas, em um total de 140 mil habitantes⁷¹ que vivem na comunidade. Com valores bem mais modestos do que esses, alguns problemas emergenciais, e que contraditoriamente encontram-se sem solução há décadas, seriam tranquilamente resolvidos, como, por exemplo, o paradigmático caso das famílias que vivem em situação de miséria extrema no Beco da *Mc Laren*, localizado nesse mesmo complexo de favelas, embaixo do pontilhão na linha amarela que cruza por cima da linha vermelha. Outro ponto interessante no que se refere à essa barreira acústica, é que ela é totalmente ineficaz em sua função declarada, qual seja: proteger a comunidade dos ruídos. E ainda, os desenhos que ornamentam as placas estão voltados para o lado externo à comunidade, deixando evidente que o público alvo dessa medida é quem está fora, e não dentro da comunidade. Em 2015, os desenhos das placas foram retirados no trecho em que estavam ocorrendo obras do poder público dentro da comunidade, deixando as placas transparentes, e somente nesse trecho, restando muito claro o que se pretende esconder⁷². No período de olimpíadas os desenhos receberam uma repaginada, e as placas foram decoradas com adesivos de temas olímpicos, o que custou R\$ 750 mil para os cofres da Prefeitura do Rio.

Para selar essa política excludente - que fora intensificada nos últimos anos, desde que o país fora eleito como sede de vários eventos esportivos de grande vulto - procedeu-se à ocupação das tropas do Exército

69 FIGURA 2 - A imagem retrata o mapa das UPP's no Rio de Janeiro até março de 2014, quando ainda havia 36 Unidades na cidade. Atualmente o programa conta com 42 unidades. Disponível em: <https://capitalismoemdesencanto.files.wordpress.com/2014/04/eduardo-21.jpg> e acessado em 26/10/2016.

70 BATISTA, V., 2012, p.2

71 Disponível em: <http://of.org.br/noticias-analises/muros-da-segregacao/>, acessado em 24/09/2016

72 Informações obtidas através de filmagens feitas por um morador e registrado em: <https://www.facebook.com/Mare-vive/videos/913028388732614/#>, acessado em 18/09/2016.

e dos Fuzileiros Navais na Maré, e a posterior implantação da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora)⁷³. Nessa empreitada, tendente a fortalecer os interesses do Capital, a política de implantação das UPP's viabilizou os interesses dos agentes de poder, e baseou-se em táticas de guerra utilizadas no Iraque e no Afeganistão:

O Wikileaks teve acesso a telegramas sigilosos que o Cônsul dos EUA declara que as UPP's se inspiram nas táticas de contrainsurgência aplicadas pelos americanos nas guerras do Iraque e do Afeganistão. Para Denis Hearne, 'a abordagem do programa de pacificação é uma reminiscência do *limpar, manter e construir*, a doutrina americana de contrainsurgência'⁷⁴.

Durante a tomada das comunidades de Roquete Pinto e Parque União (ambas dominadas pela milícia) por parte do Estado, não foi observado o emprego das tropas de operações especiais e de choque da Polícia Militar, todavia não é o que foi observado em outras comunidades "dominadas" pelo Comando Vermelho (CV) e Terceiro Comando Puro (TCP):

Na segunda-feira, 31 de março de 2014, o tenente-coronel, Paulo Henrique de Moraes, chefe do Estado Maior Operacional da PM, explicou: "O patrulhamento é mais reduzido nas áreas de milícia porque não faz parte do modo de atuação desses grupos resistir à ocupação policial. De qualquer forma continuamos à procura de foragidos ligados ao tráfico e à milícia"⁷⁵.

É interessante observar que das 15 comunidades do complexo de favelas da Maré, aquelas que eram reconhecidamente por todos, dominadas pelas milícias (sendo elas: Roquete Pinto e Parque União), durante o processo de pacificação foram as que tiveram ações menos incisivas das tropas federais e foram as primeiras a serem instaladas a UPP⁷⁶, retirando as tropas do Exército e "devolvendo o cuidado do cordeiro ao lobo". Fica evidenciado mais uma vez que a milícia, de fato, não é prioridade para o plano de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, e mais, é como se houvesse, por parte do Estado, uma intenção de não intervir nas atividades desenvolvidas pelos milicianos, assim sendo, não empregou o Exército amplamente em tais localidades.

No fundo, todo praça, seja da Polícia Militar ou das Forças Armadas, que está atuando em um patrulhamento ostensivo na rua, sobretudo nas favelas do Rio de Janeiro, tem a noção de que seu serviço é um eterno "enxugar gelo", ou seja, totalmente ineficaz. Em relação à missão do Complexo de Favelas da Maré era nítida a descrença de todos no discurso de que o objetivo da missão era "pacificar e acabar com o tráfico", pois todos se questionavam quanto ao porquê de se ocupar por um prazo determinado, justamente em um período de grandes eventos esportivos, ainda que a maioria dos militares não conseguisse vislumbrar outra solução para os problemas enfrentados naquela comunidade, senão pelo enfrentamento. Há de se destacar

⁷³ Cumpre salientar as conclusões de Batista, V. (2012) a respeito das UPP's: "A pacificação e a ocupação de algumas favelas do Rio deu-se em forma de guerra, com o apoio das Forças Armadas nacionais instituindo uma gestão policial e policialesca da vida cotidiana dos pobres que lá habitam" (BATISTA, V., 2012, p. 6). "O território é a base conceitual da ocupação. "Cariocas passam a agir onde moram. Se antes a sigla era URV (unidade real de valor), usada na estabilização do real, agora a sigla da vez é UPP (unidade de polícia pacificadora), aplicada na segurança e no social. São programas de base territorial, mas como os planos macroeconômicos de outrora, com vocação para exportação made in Rio" (BATISTA, V., 2012, p. 8).

⁷⁴ BATISTA, V., 2012, p. 12
⁷⁵ GOMES, Marcelo. *Milicianos Continuam no Controle das Favelas da Maré. Estadão*, Rio de Janeiro, 01 jan 2014. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,milicianos-continuam-no-controle-de-favelas-da-mare,1147914,> acessado em 07 nov 2016.

⁷⁶ Conforme plano de substituição da força de pacificação disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/tropas-federais-deixam-complexo-da-mare-apos-83-mil-aco-es-em-15-meses.html>, acessado em 24/09/2016.

a baixa probabilidade desses militares vislumbrarem outra situação possível, pois seu treinamento é voltado para o embate mediante situações de tensão. Nesse cenário, os moradores acabam se vendo como reféns de um Estado de polícia, que em nada se coaduna ao Estado de Direito, pois este

é concebido como o que submete todos os habitantes à lei e opõe-se ao Estado de polícia, onde todos os habitantes estão subordinados ao poder daqueles que mandam”. É por isso que me causa indignação ler sociólogos chamarem as UPPs de policiamento comunitário ou de proximidade⁷⁷.

Compartilho da mesma indignação que Batista, V. (2012) quando o tema é UPP. Pacificar pelas armas e pela violência é uma contradição em si mesmo. O que é mais perverso nessa contradição é que apesar dessa política se mostrar ineficaz para a produção da paz social, e gerar apenas segregacionismo e limpeza étnica, ela esconde o lado vitorioso do capital e que muitas vezes passa despercebido aos olhos disciplinados do militar, fazendo-os lutar contra seu próprio povo, sua própria gente.

A militarização no gerenciamento do cotidiano dessas comunidades é o primeiro paradigma que deve ser derrubado ao se realizar qualquer pacificação, portanto, assevero que é impossível falar em uma polícia militarmente hierarquizada que seja comunitária. Uma instituição fundada sob o pilar da hierarquia e disciplina rígida inviabiliza qualquer possibilidade de diálogo que as relações conflituosas no seio de uma sociedade demandam. A partir da minha experiência, vivida durante três meses, enquanto comandante de um Grupo de Combate⁷⁸ no Complexo da Maré, estou convicto quanto ao poder do diálogo. Reconheço que a dificuldade para se estabelecer qualquer diálogo é enorme, e não tenho a ilusão de que algumas poucas palavras iram reparar mais de um século de uma política truculenta praticada pelo Estado, pois é natural que o morador de uma favela demonstre hostilidade a qualquer representante do braço armado do Governo. Todavia, a minha convicção surge exatamente desse paradoxo, pois apesar de todas as condições desfavoráveis, e por não representar, naquele momento, a pessoa mais adequada para qualquer conversa, consegui dirimir praticamente todos os conflitos de forma bem sucedida através do diálogo, apesar da grande agitação, pressão e tensão que algumas situações conflituosas me impuseram. Exatamente por essas características, que as situações ocorridas no seio da dinâmica social apresentam, é que o agente designado para resolvê-la não pode ser alguém fortemente disciplinado sob o manto de uma hierarquia altamente rígida e treinado para o enfrentamento com um inimigo. Não há como uma polícia ser militar, essa polícia não atenderá aos seus fins de resguardar direitos. Apesar de haver um forçoso empenho em diferenciar o *modus operandis* da Polícia em relação ao do Exército, a verdade é que as semelhanças são muito maiores do que as diferenças. Os dados da violência policial no Brasil são dados característicos de uma guerra. O relatório da Anistia Internacional aponta que o Brasil tem a polícia que mais mata no mundo⁷⁹ o que tem promovido um verdadeiro genocídio de jovens negros e pobres. No Rio de Janeiro, 99,5% das pessoas assassinadas por policiais entre 2010 e 2013 eram homens, dos quais 80% negros e 75% tinham idades entre 15 e 29 anos⁸⁰. Somente uma polícia que foi criada com o intuito de proteger o patrimônio dos mais poderosos, e que conserva essa primazia pela defesa do patrimônio acima de outros bens jurídicos, ostentando simbolicamente essa permanência no passado no Brasão da corporação, pode proceder em ações desastrosas, do ponto de vista dos Direitos Humanos, como a que matou 5 jovens com mais de 100 de tiros, sendo a maioria de fuzil, no dia 28 de novembro de 2015 no bairro de Costa Barros na cidade do Rio de Janeiro⁸¹.

77

BATISTA, V., 2012, p. 6

78

Pequena fração militar de infantaria, composta no Exército Brasileiro por um 3º sargento, 2 cabos e 6 soldados.

79

Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/policia-brasileira-e-a-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio/> acessado em 26/10/2016.

80

Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/policia-brasileira-e-a-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio/> acessado em 26/10/2016.

81

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/aquilo-foi-uma-execucao-diz-pai-de-rapaz-morto-em-costa-barros-no-rio.html>

Infelizmente, situações como essas ocorrem com uma frequência lastimável na cidade maravilhosa, e, indubitavelmente, a lógica do enfrentamento, característica de uma instituição militarizada, concorre para a ocorrência dessas execuções. Por isso é inadmissível que as Forças Armadas atuem em patrulhamento ostensivo junto à população, pois esse é o ápice da militarização da segurança pública e põe em risco a vida dos cidadãos que estão expostos a tal situação.

Lembro-me que os meus soldados me questionavam frequentemente sobre o que fazer caso um condutor não obedeça à sinalização do militar de parar o veículo e acelere o carro se evadindo de um bloqueio (famosa Blitz). Em geral, nesse tipo de situação, o militar se sente desrespeitado e a ação reflexa para impedir tal conduta baseia-se no uso da força, em raríssimos casos este pensaria de forma reflexa em anotar a placa do veículo para posterior averiguação da situação, por exemplo. Sendo assim, é possível destacar dois fatores que influenciam nesse ato reflexo dos militares: a estrutura orgânica da instituição e o inimigo bem definido. Em relação à “estrutura orgânica”, destaca-se que, no caso específico de operações de posto de bloqueio e controle de vias urbanas (popularmente conhecidas como blitz, e nos manuais de Garantia da Lei e da Ordem do Exército abreviado como PBCVU), cujo seu próprio formato, como previstos nos manuais das Forças Armadas, tem características de operações de guerra e são amplamente realizadas nas missões de pacificação nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro, com pequenas adaptações que, na verdade, nada alteram em relação ao modo de operar da tropa. No que tange ao “inimigo bem definido”, destaca-se o traficante, e contra ele se emprega a ideologia do enfrentamento. Dessa forma, para os militares, direitos e garantias fundamentais inviabilizam o efetivo enfrentamento a tal inimigo, sendo assim, eles acreditam que devem utilizar todo e qualquer meio necessário para reprimir este inimigo, indigno de possuir direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho procurei, com apoio da pesquisa acadêmica, sobretudo no âmbito da Criminologia Crítica, oferecer novas categorias de pensamento que pudessem contribuir para possíveis respostas às principais indagações de companheiros meus, militares, durante a Missão de Pacificação do Complexo de Favelas da Maré. Nessa missão observei que, apesar da boa intenção da maioria dos militares, eles estavam intoxicados pelo senso comum produzido no seio da sociedade burguesa, sobretudo, por meio do aparato da grande mídia.

Portanto, por todo o exposto, é possível concluir que, a construção do espaço criminalizado delimitou-se aos locais de resistência dos mais pobres por meio de políticas excludentes e higienistas operacionalizadas pelo aparato da violência estatal na cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, a militarização da segurança pública serve como instrumento de poder violento e eficaz para controle e opressão das massas de excluídos, em uma marcha inexoravelmente lúgubre da sociedade burguesa em defesa de seus vis interesses ególotras tencionando a manutenção de sua hegemonia classista, sendo a criminalização das drogas o carro chefe dessa Política Criminal insana e genocida, e o principal argumento legitimador da barbárie.

Espero que a partir das reflexões apresentadas ao longo do presente trabalho seja possível promover um debate, sobretudo, acerca do modelo de militarizado de Segurança Pública, que tantas mortes têm causado na cidade do Rio de Janeiro e em outros municípios brasileiros. Militarização pressupõe enfrentamento, já desmilitarização pressupõe diálogo. Somente através do diálogo pode se estabelecer uma política de segurança pública democrática, e pôr fim ao genocídio de jovens negros em curso no país e às mortes de profissionais da segurança pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Thiago de.** Polícia brasileira é a que mais mata no mundo, diz relatório. **Revista Exame.** São Paulo, 8 set 2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/policia-brasileira-e-a-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio/> acessado em 26/10/2016.
- BATISTA, Nilo. Todo crime é político. **Revista Caros Amigos.** Ano VII. nº. 77. p. 28 a 33, 2003.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira.** 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- _____. O Alemão é muito mais complexo. In: **Seminário Internacional de Ciências Criminais em São Paulo**, 17, 2012, São Paulo. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.
- _____. **Memórias de Milícias.** São Paulo. ano 21. nº 244. p. 2-3, Mar 2013. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.
- BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm, acesso em 08 nov 2016.
- _____. Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1999.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm, acesso em 06/11/2016
- _____. **Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1850.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm, acessado em 08 nov 2016.
- _____. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN. Brasília, DF, 2014. p. 15; 22; 33. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf/@download/file. Acesso em: 05 nov 2016.
- _____. Senado Federal. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emenda-constitucional>
- CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo à Favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CARVALHO, Janaína.** *‘Aquilo foi uma execução’, diz pai de rapaz morto em Costa Barros, no Rio.* **g1.com.** Rio de Janeiro, 30 nov 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/aquilo-foi-uma-execucao-diz-pai-de-razap-morto-em-costa-barros-no-rio.html> Acessado em: 7 nov 2016.
- CHADE, Jamil. Conselho da ONU sugere fim de Polícia Militar no Brasil. Estadão, Rio de Janeiro, 30 maio 2012. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-da-onu-sugere-fim-de-policia-militar-no-brasil,880073>, acessado em 24 jul 2017.
- FOCAULT, Michel. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1999. p. 118
- GOMES, Marcelo. Dilma assina decreto que autoriza Exército a patrulhar Complexo da Maré. **O Estado de São Paulo,** Rio de Janeiro, 19 mar 2014. Disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-assina-decreto-que-autoriza-exercito-a-patrulhar-complexo-da-mare,1146698> acessado em: 16 nov 2016
- _____. *Milicianos Continuam no Controle das Favelas da Maré.* **O Estado de São Paulo,** Rio de Janeiro, 01 jan 2014. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,milicianos-continuam-no-controle-de-favelas-da-mare,1147914>, acessado em 07 nov 2016.
- HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros; MOREIRA, Erika Vanessa. O Lugar como construção social. In: **Revista Formação**, nº14, v 2. p. 48-60, 2007. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6_moreira_e_hespanhol.pdf. acesso em 08 nov 2016.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 224.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução.** 2. ed. Moscou: 1918. p. 12 Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/>

docs/oestadoearevolucao.pdf acesso em: 08 nov 2016.

MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A Difusão do Pensamento Higienista na Cidade do Rio de Janeiro e suas Conseqüências Espaciais. In.: **XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH., 26. São Paulo, 2011. p. 7. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308340710_ARQUIVO_GiseleCardosodeAlmeidaMachado-ANPUH.pdf, acesso em 06 nov 2016.

MARX, Karl Heinrich. **Crítica ao programa de Gotha**. Ed. RidendoCastigat Moraes, 2000. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/gotha.pdf>> acesso em: 08 nov 2016

_____. **O Manifesto Comunista**. Ed. Ridendo Castigat Moraes, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>> acesso em 08 nov 2016

MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Olimpíadas Rio 2016, os Jogos da Exclusão. 2015. p 108-112. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015_-_portugues.pdf> Acesso em: 05 nov 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2015. p.544.

NONATO, José Antônio; SANTOS, Nubia Melhen. **Era Uma Vez: o Morro do Castelo**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPHAN, 2000.

OLMO, Rosa Del. **A Face Oculta da Droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 08-70.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria das Culturas Memória da Destruição: Rio, uma história que se perdeu (1889-1965), 2002. Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204430/4101439/memoria_da_destruicao.pdf> Acesso em: 6 nov 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamento Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec: São Paulo, 1988.

SOARES, Luiz Eduardo. **A arquitetura Institucional de Segurança Pública no Brasil: três propostas de reforma constitucional**. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com/?p=997>> Acesso em: 6 nov 2016.

SOBRAL, Fabio Maia. **Os Grundrisse de 1857-8 como Manifesto Social**. Campina: Universidade Estadual de Campinas, jul 2008. p. 27. Dissertação (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.vies.ufc.br/wa_files/Tese_20Doutorado_20Fabio_20Maia_20Sobral.pdf>acesso em 08 nov 2016.

SOUZA SANTOS, Boaventura. Notas Sobre a História Jurídico-social de Pasárgada. In: Sociologia Jurídica, Cláudio Souto e Joaquim Falcão (orgs.), **Sociologia e Direito**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980. p. 107-117.

_____. Poderá o Direito ser Emancipatório?. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 65, n 1, p. 3-76, maio, 2003. Cap. 4, p. 12 – 27.

TROPAS federais deixam Complexo da Maré após 83 mil ações em 15 meses. **G1.com**. Rio de Janeiro [s.n.], jun 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/tropas-federais-deixam-complexo-da-mare-apos-83-mil-aco-es-em-15-meses.html>, acessado em 24/09/2016

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de Direito Penal brasileiro**. V. 1 - Parte Geral. 9. ed.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

ZACCONI, Orlando D'élia Filho. **Acionistas do Nada: Quem são os traficantes de drogas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAVERUCHA, Jorge. **Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988**. In: TELES, Edson. et al. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2010. p. 41-76.

INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ERA MULTIPOLAR: o papel do foro de São Paulo na construção das democracias populares na América do Sul
*REGIONAL INTEGRATION IN THE MULTIPOLAR ERA:
the role of the São Paulo's forum in the construction of popular democracies in South America*
Anselmo Alves de Souza e Cabral¹

¹ Formado em Geografia, Mestre em Planejamento Urbano e Regional - Prof. Geografia na PMSJC - geoeducador01@gmail.com

Recebido em 25 de dezembro de 2017; Aceito em 26 de abril de 2018.

Resumo

A América Latina viu ascender ao poder vários governos progressistas, em especial no cone sul, com destaques para países como Argentina, Bolívia, Venezuela e Brasil, dentre outros. Tanto os novos governos, quanto sua nova de forma de integração regional, marcada pela ideia de autonomia política e econômica, significando isso a não submissão aos interesses das potências mundiais, foram possíveis em grande medida pela presença e atuação do Foro de São Paulo, organização supranacional, criada no início dos anos de 1990. Consoante ao colocado, o artigo objetiva abordar o processo de integração regional, mediado pela agenda do Foro de São Paulo. Para tal, utiliza-se de pesquisa bibliográfica, e metodologicamente, busca-se descrever, comparar, relacionar e tratar o surgimento de vários governos na América do Sul como fenômeno ligado à atuação do Foro de São Paulo, de uma agenda pensada, discutida, planejada e aplicada no continente, como modo de reação, inserção e participação da Nova Ordem Mundial.

Palavras-chave: Integração Regional, América do Sul, Foro de São Paulo.

Abstract

The Latin America saw rise to power various progressive governments, particularly in the southern cone, with emphasis in countries such as Argentina, Bolivia, Venezuela and Brazil, among others. Both new Governments, as your new form of regional integration, marked by the idea of political and economic autonomy, meaning that submission to the interests of the world powers, were made possible largely by the presence and activities of the Forum Sao Paulo, supranational organization, created at the beginning of the year 1990. According to the article aims to discuss the regional integration process, mediated by the agenda of the Forum of Sao Paulo. For such use of bibliographical research and methodologically search, describe, compare, relate and treat the emergence of several governments in South America as a phenomenon linked to performance of the Foro de São Paulo, an agenda designed, discussed, planned and applied on the continent, as reaction mode, insertion and participation of New World Order.

Keywords: Regional Itegration, South America, Sao Paulo Forum.

INTRODUÇÃO

Saint Just, jovem participante da Revolução de 1789, certa vez afirmou: _ “Le dix-huitième siècle doit être mis au Panthéon¹.” Considerando sua sentença para efeito de reflexão, como pensar o século XX, seus eventos, e como abordá-los a fim de compreender o presente século XXI? Utilizando como fio condutor para sanar tais questionamentos, partilhamos metodologicamente da visão do historiador Eric Hobsbawm, ao considerar o século XX como breve, destacando como marcos fundadores os eventos que se iniciam em 1914, e se encerrando por volta de 1991. Do mesmo modo entendemos que os acontecimentos anteriores ao século XX, como a Revolução Industrial, o Neocolonialismo, Imperialismo e Expansionismo europeu para a África e Ásia são marcas inerentes ao conteúdo e forma do breve século XX.

Como iremos compreender o Breve Século XX, ou seja, os anos que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS, que, como agora podemos ver retrospectivamente, formam um período histórico coerente já encerrado? Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX. Contudo, não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 uma era se encerrou e outra nova começou, (HOBBSAWM, 1995, 15).

Seguindo ainda os mesmos passos, entendemos os eventos que marcaram o século XX, como o surgimento das grandes alianças político-militares, as grandes guerras, a Guerra Fria e sua ordem bipolar, de fundamental importância para os acontecimentos que moldam o recém século XXI, com destaques para a reorganização e reestruturação de forças políticas, após o advento do colapso do mundo soviético e de seu socialismo. Assim, buscamos identificar os moldes do passado, na nova condição em que o mundo vive, marcado pelas características do novo tempo expresso no século XXI, pelo domínio da economia liberal, pela velocidade da informação, pela globalização econômica, política, cultural e social.

Diante do colocado buscamos compreender e relacionar o processo de integração regional na América do Sul, como um continuum da reestruturação de forças políticas abaladas pelo fim da Guerra Fria, e em termos de método, na contraposição à visão e ao discurso sobre o período, opondo-se com destaque à ideia de fim da história, de seus marcos simbólicos e fundadores, preteridos pelo êxito do Bloco Capitalista, ressaltando que tal visão pode, em certa medida, dificultar a apreensão dos acontecimentos no mundo atual, como se pode observar.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, funciona como o marco simbólico para um mundo que entra em extinção. Isso porque do final da Segunda Guerra Mundial até esta data, o sistema político internacional esteve organizado em torno de dois grandes blocos, controlados, respectivamente, pelos Estados Unidos e União Soviética. (BARBOSA, 2006, p. 82).

A consideração de um mundo extinto, na nossa visão, pode vir a obscurecer as inúmeras relações entre os Estados, sua organização e articulação próprias, em virtude de considerarmos que o porvir foi moldado pelos agentes e acontecimentos do passado, e que muitas formas políticas mudaram, mas não seu conteúdo total, sua essência. Assim não entendemos o período atual da história como uma página em branco, tela a ser pintada na “desordem capitalista”, como expresso por Francis Fukuyama, funcionário do Departamento do Estado, num artigo intitulado “O Fim da História”. Esse artigo provocou grande controvérsia, pois pretendia que a história do pensamento sobre os princípios fundamentais que governam a organização política e social estaria terminada através da vitória do liberalismo político e econômico. Isso marcaria não só o fim

da Guerra Fria, mas a prevalência de um formato político-social com características de “sustentabilidade” e “universalidade”. (CAMPOS, 1991 *apud* MERQUIOR, 1991, p.23). De maneira oposta a estas visões, pensamos o processo de reestruturação das potências solapadas pelo desmonte soviético, seja do caso russo, chinês ou dos países latino americanos, os progressistas em especial, como parte de um grande movimento de forças vinculadas ao passado recente, e não terminado, dando ênfase no Foro de São Paulo como um agente continuador, à sua maneira, dos processos paralisados inicialmente pelo fim da Guerra Fria. E daí ainda considerar que o presente está todo impregnado do passado, como um continuum², e não como um recomeço a partir de uma cisão, considerando, então, a presença dos agentes do século XX, no que tange à Guerra Fria, ao progressismo mundial, no século XXI, como parte da ‘re-estruturação’ de velhas e novas forças.

Diante disso, esse artigo busca prospectar relações, objetivando expor os agentes construtores da nova engenharia política, destacando sua ação na escala do lugar, no contexto regional, através da observação dos fenômenos políticos que seguindo agenda bem definida assumiu o poder na América do Sul, a fim de realizar seu programa político e ideológico, marcado pela redução das assimetrias e aumento das autonomias no campo político, das disputas mundiais pelo poder, como tratado por Campos (1991, *apud* Merquior, 1991, p. 25), quando diz que as duas potências buscaram a seu modo sua forma política e social estável para seu projeto individual, e é no âmbito desse projeto que se desenrola a reorganização das forças dominantes. Dentro desta ótica inscreve-se este breve estudo sobre a América do Sul e os governos que se instalaram no continente nos últimos anos, em especial a partir dos anos 2000, em países como Brasil, Argentina, Venezuela e Bolívia, observando o desenrolar das políticas externas no cone do sul, destacando que as transformações possibilitadas pelo novo momento histórico marcado pela globalização e o fim da Guerra Fria construiu um jeito “novo” de se pensar as relações com os países do continente, e também da própria maneira de cada nação de se pensar como tal e se apresentar diante do novo quadro que se vislumbrou, fundado na redução das assimetrias políticas e no fortalecimento da chamada autonomia.

Avançando o entendimento do conceito [de autonomia]. Fonseca Júnior (1998) argumenta que a diplomacia brasileira no período da Guerra Fria se caracteriza pela autonomia pela distância. Já na década de 1980, esta mesma diplomacia ganharia uma nova roupagem em virtude da democratização brasileira, ao final da Guerra Fria, da aceleração do processo chamado de globalização e da entrada de “novos temas” na agenda internacional (questões ambientais, direitos humanos, reforma do sistema internacional de comércio). Em suma a própria ideia de autonomia ganharia nova conotação. Segundo o autor, a primeira expressão seria a de manter distância em relação às ações e aos valores do Bloco Ocidental; significaria uma atitude crítica em relação as superpotências. Por outro lado, a autonomia, no mundo contemporâneo, não significaria mais “distância” dos temas polêmicos para resguardar o país de alinhamentos indesejáveis. Ao contrário, segundo Fonseca Júnior (1998), a autonomia se traduziria por “participação”, por um desejo de influenciar a agenda participando dos processos decisórios. (VIGEVANI; RAMANZINI, 2014, p. 523).

Frente ao que foi exposto, os objetivos do presente artigo são abordar o processo de integração regional, diante de uma nova possibilidade de ação, observando a relação e aproximação política dos países que compõem o cone sul a partir do fim da Guerra Fria, da disseminação do capitalismo, da globalização, do neoliberalismo nos países de economia periférica. Destacando também o papel do chamado Foro de São Paulo, considerando este como fator determinante na reestruturação e organização dos países da América do Sul, como estratégia política, econômica de inserção e redistribuição de poder no cenário regional, fazendo uma

breve descrição tanto dos governos, quanto do próprio Foro de São Paulo no continente, se imiscuindo de qualquer análise crítica, assim objetivando tão somente retratar de modo breve o espectro político na América do Sul.

O estudo justifica-se pela necessidade de melhor caracterização do novo projeto de integração regional no cone sul, e por trazer à luz o Foro de São Paulo, ressaltando-o como ator principal e articulador das forças políticas no continente, por meio de seus vários congressos e formas de articulação. Baseando no tipo de pesquisa utilizada (bibliográfica), o trabalho desenvolver-se-á buscando identificar a relação existente entre os vários governos empossados na América do Sul, dando destaque às suas características comuns, seja na forma de governar, ou de suas plataformas políticas. Para isso o artigo será composto de duas seções principais/centrais, antecedidas por uma introdução destacando a visão histórica adotada e na primeira, item discussão, será feito um apanhado dos governos na América do Sul, destacando seu caráter progressista. Assim observar-se-á países como Argentina, Bolívia, Venezuela e Brasil elaborando uma descrição breve de cada um, para em seguida os comparar, destacando suas semelhanças. Na segunda seção buscar-se-á desenhar o papel do Foro de São Paulo como agente central no processo de integração regional, frente as possibilidades abertas pelo século XXI com o desmonte da União Soviética, representada pelo fim da Guerra Fria, expressa pela queda do Muro de Berlim.

DISCUSSÃO

Democracias populares³ na América do Sul: a emergência do progressismo e o fortalecimento dos Estados no continente através do novo formato de integração regional

Na última década, a América do Sul, viu ascender ao poder inúmeros governos progressistas, assistiu este evento impressionada pela “coincidência” na forma destes governarem, nas pautas e programas comuns⁴. O discurso durante esse período, de renovação na política sul-americana, foi marcado por temas ligados a questões sociais, como desemprego, moradia, fortalecimento das instituições democráticas e justiça social por intermédio da maior atuação e presença do Estado. A motivação para tais ações esteve ligada a vários processos que se encerraram no final da década de 1980, como a retomada da democracia no continente, com o fim dos regimes militares; o fim do aparato soviético, com seu símbolo maior a queda do muro de Berlim; o vácuo de poder e a ascendência nos países, da onda neoliberal, do chamado Estado mínimo, da força do capital, tudo acelerado pelo processo global, que colocava os países na grande disputa mundial, agora, pela via do mercado. Assim, fortaleceram-se modelos de cooperação regional, através dos denominados blocos econômicos, cujo objetivo era inicialmente estreitar vínculos regionais, para que cada nação pudesse se ‘re-estabelecer’ e participar ativamente da nova ordem mundial que emergia.

Dessa maneira os países do cone sul, cada um a seu modo, iniciou a implantação de seu projeto político, social e econômico, que culminou no início do século XXI com a ascensão das chamadas novas democracias populares. O exemplo primeiro a ser tratado aqui é a nação mais austral do continente, a Argentina, o seu Kirchnerismo, período em que o país foi comandado por Néstor Kirchner e em seguida por sua esposa, Cristina Fernandez Kirchner, indo de 2003 com a eleição dele, até a saída dela no início de 2016, depois de ser eleita em 2007, sendo ao todo 15 anos de liderança.

As condições para tomada de poder pelo kirchnerismo no plano internacional e regional, eram as já mencionadas, agora no plano interno, o país erra arrastado pela crise econômica e social, pelo distanciamento dos setores políticos, das demandas tidas como mais populares. *“El gobierno de Kirchner se desarrolló en un marco social heredado de las crisis de 2001, en donde algunos actores sociales conservaron las modalidades de acción coletiva que les permitió – esa es su lectura – hacer visibles sus demandas.”* (RAUS, 2008 *apud*

MOREIRA; BARBOSA, 2010). Depois de inúmeros problemas, como a bancarrota do país, assume o governo sem total apoio da população Néstor Kirchner. *“El nuevo gobierno fue resultado de la desarticulación de la alianza social, de la ruptura simbólica entre el Estado y la sociedad, de la fragmentación política de las formaciones tracionales y de una elección sin grandes mayorías claras”*. (MOREIRA; BARBOSA, 2010).

A solução encontrada para a retomada da aliança nacional e a capacidade de governança foi a criação de um grande pacto com vários setores da sociedade argentina, projeto que culminou com a transformação da figura do presidente diante da opinião pública, recorrendo a medidas populistas e aos velhos símbolos nacionais, expresso principalmente pelo neoperonismo. Assim Néstor Kirchner prepara o terreno político para transformações mais profundas, do ponto de vista sociopolítico, que culminará com a eleição de sua esposa, Cristina Fernandez Kirchner, em 2007.

En 2007, al final de su mandato, Néstor Kirchner lucía como un presidente popular y legítimo, con el apoyo de casi todos los gobernadores, y con una mayoría propia en el parlamento, a partir de la presentación y triunfo de las listas K en las elecciones legislativas del 2005. Además, controló a su partido y organizó por fuera del mismo una fuerza propia (el Frente para la Victoria), a partir de la idea de transversalidad, esto es, el alineamiento junto a sectores peronistas propios, del progresismo y hasta figuras de la izquierda social y política. (MOREIRA; BARBOSA, 2010, p. 194)

Ainda do ponto de vista da governança, o sistema político baseado na chamada “transversalidad”, significando isso a aliança entre partidos políticos, com domínio do parlamento, e a redução do poder de seus adversários políticos, em especial aqueles pela influência de Duhalde. Desse ponto em diante a sociedade argentina passa a sentir a presença maior do governo estilo kirchnerista, e as orientações que este tomou no sentido da cooperação regional demonstra a agenda que o governo e o país iriam tomar ao longo da segunda fase do kirchnerismo, com as eleições de 2000. Reynoso (2008 *apud* Moreira; Barbosa (2010), ao analisar o governo dos Kirchner, “dizia que o kirchnerismo, se encontrava em uma posição intermediária, ambígua, entre obedecer, seguir as regras estabelecidas, vigentes, constitucionais, e seu projeto político, sua intenção de governar à margem das regras, das leis do país”. Pondo termo a essa posição, cabe destacar que a marca do kirchnerismo foi, gradualmente, a concentração de poder nas mãos do Estado, orientação que ganhou força no continente, pelo movimento progressista no cone sul.

En tercer lugar, esta afirmación del liderazgo de Néstor Kirchner frente a Duhalde desenboco, en su aspecto más discursivo, en una idea nueva o renovada sobre las políticas públicas, luego de una década dominada por el decálogo del Consenso de Washington. Se hizo énfasis en recuperar el papel del Estado, en reafirmar los derechos humanos, y hubo una lectura del contexto regional a partir dos triunfos de Chávez e Lula em 1999 y 2002. De esta manera, el kirchnerismo decidió sumarse a la ola de gobiernos de una nueva izquierda que cumbría el continente. (MOREIRA; BARBOSA, 2010, p. 35).

A orientação política e social demonstra que as ações do governo no plano interno, obedeceu uma agenda implantada na América do Sul, reforçando a ideia da cooperação, que estava além dos fatores puramente econômicos, tornando os países do continente parte de um projeto de reestruturação da forma de fazer política, de se enxergarem e participarem no cenário regional e global, observando o novo momento em que viviam as sociedades diante da nova ordem que se estabelecia. A resposta do governo argentino encontrou eco e apoio nos demais países sul-americanos.

Além do kirchnerismo, outro fenômeno importante no conjunto regional foi o chamado evismo, denominação dada às séries de medidas sociopolíticas implantadas por Evo Morales na Bolívia [...] “ el Evo quien logro articular organizaciones y reivindicaciones dispersa”, (QUIROGA; PAGLIARIONE, 2014). O evismo, tal qual o que ocorreu na Argentina, tem sua gênese numa série de manifestações, que culminaria com a eleição deste presidente, oriunda das classes populares, indígenas e mineiras do país.

Esta situación también es destacada por el analista y vicepresidente del Estado Plurinacional de Bolívia, Álvaro García Linera, quien acuñó la noción de “evismo” para referirse a uma estratégia de poder que buscarían la renovación de la política. La misma es encabezada por Evo Morales em su doble papel de presidente y jefe de la “nueva izquierda indígena (LINERA, 2006 *apud* QUIROGA; PAGLIARIONE, 2014).

Seguindo lógica semelhante ao projeto argentino, a Bolívia entra no século XXI tentando reestruturar sua sociedade, e para não ficar entre a margem do processo legal e a legalidade, como na Argentina (MORAIS; BARBOSA, 2010), o povo boliviano contemplado pelo novo processo político passa a conviver com uma nova constituição que vinha atender as necessidades do governo e população que se instala no poder (QUIROGA; PAGLIARIONE, 2014). Destacando as circunstâncias históricas, o ocorrido em território boliviano segue, observadas suas particularidades, a agenda que se concentrava no vazio de poder gerado pelo fim formal da Guerra Fria, e o então predomínio do capitalismo neoliberal, potencializado pela globalização. No mesmo trajeto dos projetos argentino e boliviano, o mais radical, a fratura exposta no curso das transformações políticas na América do Sul está, sem sombra de dúvidas, as ações empreendidas pelo chavismo e ou bolivarianismo, na Venezuela. Mas antes de detalhar melhor esse fenômeno cabe caracterizá-lo, expor sua origem e mentalidade. Em primeiro momento, vale ressaltar que há um consenso sobre o bolivarianismo no que toca à sua origem, remontando ao culto oficial⁵ de Simon Bolívar, no século XIX. O Bolivarianismo, ou seja, o culto à figura de Simón Bolívar, foi historicamente construído na Venezuela. Desde 1842, quando restos mortais do libertador foram repatriados à Caracas (ARCE; SILVA, 2015). É revisitado nas décadas de sessenta-setenta, através da busca ou ‘re-construção’ do símbolo nacional, que sustentasse um projeto ideológico de futuro para o povo venezuelano.[...] do bolivarianismo, cuja elaboração tem início nos anos 1960, quando o movimento guerrilheiro venezuelano começa a se afastar da ortodoxia soviética e inicia o reexame do papel histórico e social de Simon Bolívar, releitura continuada pelo MBR-200 (GOTT, 2004 *apud* SEABRA, 2010, p.212).

Diante do que foi exposto cabe destacar que o chavismo pode ser considerado uma incorporação/ apropriação do seu antecessor, e graças a isso, associado ao personalismo do governo na figura de Hugo Chávez, o novo regime vai se consolidar e durar por volta de quinze anos, quando este é eleito presidente, depois de, anos antes, ter tentado um golpe de Estado, frustrado pelos grupos locais. [...] Chávez se colocou no cenário político como um continuador do ideário bolivariano. Para melhor evidenciar tal fato, é importante destacar que historicamente houve duas representações de Simón Bolívar: o letrado, pertencente ao Estado e considerado o ‘oficial’; e o de raiz popular, presente na memória do povo venezuelano, (SEABRA, 2010, p.134). Em outras palavras, Chávez vai se tornar o Estado e este o próprio Chávez, observando ainda seu grande apelo popular como grande comandante, líder da revolução e da luta contra os ideais neoliberais, o imperialismo dos países do Norte e as elites locais⁶ (MARINGONI, 2009 *apud* SEABRA, 2010. Chávez é não só um líder, mas o principal e praticamente único garantidor do processo político em curso no país. É porta voz central de seu governo, assim como é grande intelectual, formador e estrategista das ações do Estado. Estas características, de grande líder, moralizador, catalizador de todo o processo revolucionário teve forte vínculo com sua origem militar, habituado a tomar medidas contundentes e assumir a frente de muitas situações, assim liderou o país durante toda a sua era, que se iniciou oficialmente em 1999, quando

eleito presidente. E durante seu período à frente do governo, mudou a constituição, ampliou a presença do Estado, expropriou inúmeras propriedades por meio do processo de estatização dos meios de comunicação e produção de petróleo. Talvez neste aspecto se diferencie do estilo K⁷ de 'kirchiners' de governar, não tanto no conteúdo, mas na forma. Além disso é importante destacar que sua forma de atuar não se restringiu somente ao seu próprio país. No âmbito regional, na sua política externa, observou-se uma maior aproximação com os países vizinhos, no sentido de reforçar alianças políticas e fazer frente ao imperialismo ocidental. Daí o papel da UNASUL, da ALBA, blocos que ultrapassaram o papel de cooperadores econômicos, e acabaram por se tornar blocos de poder, de cooperação ideológica, antes de tudo.

Durante a era Chávez (1999-2013), a Venezuela desempenhou um papel crítico no tocante a distribuição de poder nos âmbitos regional e internacional, convivendo com um sistema político polarizado. Em quatorze anos na presidência, Chávez se tornou a representação física do regime, pois sua liderança foi essencial em momentos decisivos, sobretudo quando sua permanência no cargo mais questionada. Não há como negar que sua imagem foi difundida como o único capaz de manter o processo revolucionário, o que em termos concretos significava continuar a obra iniciada por Simón Bolívar, (SEABRA, 2010, p. 132).

O modelo de governo implantado na Venezuela, de caráter personalista, segue seu curso, mesmo com a morte do seu ator principal, Hugo Chávez, tendo em vista que o mesmo conseguiu eleger seu sucessor, Nicolas Maduro, que tenta manter a mesma forma de governar do seu antecessor. E no continente a onda progressista tem um grande expoente representado pelo Brasil, e por um governo que vai se caracterizar pela fusão de um partido com o Estado, mediado pela figura de um grande líder de grande aceitação popular, e que teve em seu período o fortalecimento do Estado, mas com ampla participação popular no processo democrático. Olhando para trás, podemos ver que em nossa região a luta social, eleitoral, a ação de governo e a atuação partidária interagiram na luta contra o neoliberalismo de maneira muito mais intensa e eficaz que em outras regiões do mundo. O Partido dos Trabalhadores (PT) deu importante contribuição para isto, tanto prática quanto teoricamente, (POMAR, 2014, p.139). É com tais características que nasce o Lula-Petismo, com a eleição do Presidente Luis Inácio "Lula" da Silva, gerado no movimento sindicalista, sendo ele um operário, metalúrgico, de grande força no movimento sindical do país, com destaque na região sudeste, na unidade federativa de São Paulo, no denominado ABC, que compreende as cidades de Santo André e São Bernardo do Campos, grandes polos industriais, automobilísticos. Assim, em 2012 com sua eleição, o Brasil passa a integrar e liderar o movimento progressista no Cone Sul, e no mundo mediada pela relação umbilical entre Lula-PT-Governo brasileiro.

Tanto o PT, quanto o governo Lula consideram que a integração é um objetivo central de nossa política externa. Nesse sentido, o governo tem buscado acelerar a institucionalização da integração regional, reduzindo a ingerência externa, as desigualdades & assimetrias, seja para atuar internacionalmente como bloco, seja para aproveitar melhor as potencialidades da América do Sul. Esta compreensão de uma integração de amplo escopo constitui o pano de fundo da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (2004), cujo nome foi posteriormente alterado para UNASUL (2007); (POMAR, 2014, p. 141).

Ainda do ponto de vista da política externa brasileira, o governo brasileiro empregou grandes esforços para consolidar uma política de aliança ideológica-econômica com os países vizinhos. O que reforça tal fato está na reorientação do modo e forma de se vincular aos países do cone sul em detrimento aos países do Norte. Um exemplo está na "guinada", que passou de uma política externa de credibilidade⁸/subordinação

aos interesses do grande capital, para uma relação de autonomia, de estreitamento dos vínculos regionais, como forma de superar as dificuldades impostas pela dependência econômica e política, significando isso não se submeter totalmente às pressões externas, tentando se tornar protagonista de uma nova história. Vigevani e Ramanzini (2014), ao tratar o tema da autonomia, mostram que: Nas produções acadêmicas latino-americana e brasileira sobre Relações Internacionais, a autonomia é uma noção que se refere a uma política externa livre de constrangimentos impostos pelos países poderosos, tanto como objetivo a ser perseguido na ação externa, quanto como conceito explicativo das opções internacionais. Nesse sentido a institucionalização do projeto de integração regional, tem de certa forma um marco com a orientação do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL.

Criado em 2004, e em vigor desde 2006 com Decisão CMC Nº 18/05, esse mecanismo político para o desenvolvimento regional baseia-se nas experiências dos fundos europeus, notadamente nos Fundos Estruturais (Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Fundo Social Europeu e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e no Fundo de Coesão. No caso do Mercosul, o FOCEM também foi organizado voltado ao combate das assimetrias, porém com a disponibilização de recursos a fundo perdido. Nesse sentido, o FOCEM busca atuar em quatro grandes áreas: a melhoria da infraestrutura e da logística, com os Programa de Convergência Estrutural; a integração e o desenvolvimento das cadeias produtivas, com o Programa de Desenvolvimento da Competitividade; a qualificação dos indicadores sociais, com o Programa de Coesão Social; e o aprimoramento da gestão e das normas regionais, com o Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração. Já com relação aos recursos, o FOCEM foi organizado para que estes sejam doados e distribuídos numa lógica inversa à dos aportes. Ou seja, o Brasil deposita 70% e a Argentina 27%, mas ambos só podem sacar 10%, já o Uruguai deposita 2% e pode retirar até 32% e o Paraguai deposita 1% e tem direito a 48% dos recursos. O fundo já tem cerca de 4 dezenas de projetos aprovados, em valores que se aproximam a 1 bilhão de dólares. (PAUTASSO, 2014, p. 14.)

Como pode ser observado, o projeto de integração regional buscou reduzir as desigualdades sociais e econômicas, através do aporte financeiro empregado no FOCEM, assim as assimetrias entre os países membros seriam diminuídas e o Cone Sul se tornaria mais autônomo, podendo então fazer frente ao grande capital, e suportar melhor as oscilações políticas e econômicas dos países do centro. Nesse sentido, o papel do Brasil foi central, tendo em vista o peso de sua economia na região. Assim, o Lula-Petismo gestou o Brasil e suas relações internacionais. No âmbito interno, o país viu o Estado crescer e criar inúmeros projetos de caráter social, o fortalecimento dos sindicatos, da participação de grupos de caráter popular. Análogo ao que ocorreu na Argentina, com a era Kirchner, na Bolívia com o Evismo, na Venezuela com o Chavismo, tivemos a era Lula-PT, que conseguiu também a reeleição e construção da permanência através de eleição de uma sucessora, a Presidenta Dilma Roussef, dando continuidade ao projeto de integração regional, contabilizando de governo 14 anos (Lula 2003-2011/Dilma 2016).

Os Meandros do Poder e a cartola socialista, com seus coelhos liberais, uma ventana aberta⁹: O Foro de São Paulo como articulador do movimento progressista na América do Sul para a conquista do poder

“O século XXI, será o século de bestas conhecidas”. Tal frase sintetiza bem o desenrolar dos acontecimentos ao longo dos anos. Passadas mais de duas décadas do fim da Guerra Fria e a conseqüente derrocada

do comunismo soviético, os países periféricos viram-se frente-a-frente à avalanche do mercado, representada pela locomotiva neoliberal. Nas regiões subdesenvolvidas, os grupos de orientação progressista ficaram sem seu referencial e suporte principal, o que as levou a pensar uma estratégia para lidar com os novos desafios que se apresentariam e que poderiam significar sua própria sobrevivência, e é nesse contexto que surge o Foro de São Paulo, uma organização supranacional, de representação internacional e ação local-regional, político-partidária e progressista. Segundo Pomar (2013, p. 268) “O Foro de São Paulo foi e segue sendo um dos laboratórios onde se desenha a institucionalidade da integração. Nossa integração é autônoma. Por isso combatemos a integração desejada pelos Estados Unidos, uma integração cujo símbolo é a OEA, subalterna aos gringos.” As palavras expressas demonstram o caráter da organização e mostram seu objetivo que é de superação dos limites impostos pelas condições de economias periféricas, de centros de poder coadjuvantes, assim se observa o anseio de mudar radicalmente a forma e conteúdo no campo das relações internacionais, investindo fortemente no processo de integração pelo viés da autonomia, como já tratado anteriormente.

Assim, no de 1990, nos dias 2 a 4 de julho, em seminário internacional convocado pelo Partidos dos Trabalhadores, reuniram-se na cidade de São Paulo, 48 organizações, partidos e frentes de esquerda da América Latina e Caribe com os seguintes objetivos: “Analisarmos a situação do sistema capitalista mundial, e a ofensiva imperialista recoberta por um discurso neoliberal, lançada contra os nossos países e nossos povos; avaliamos a crise da Europa Oriental e do modelo de transição ao socialismo impostos. (POMAR, 2000, p.11). Dessa maneira, se inscreve o surgimento do nascedouro do Foro de São Paulo, com seu programa de reflexão e políticas de ação. Podemos concluir que os planos de ação foram encontrando viabilidade ao que passo que membros do Foro de São Paulo foram ascendendo ao poder, e constata-se isto quando se lê as Declarações dos encontros que tratam de processos eleitorais, como por exemplo a Declaração do IV Encontro em Havana, ano de 1993 – Cuba, à época contando com 112 organizações, destacando: “ Diante destes desafios, e no que diz respeito a processos eleitorais no que resta de 1993 e em 1994, várias forças integrantes do Foro disputarão a presidência ou os governos dos seus países, em eleições nacionais, como casos do Brasil, Colômbia, Chile, El Salvador, México, Panamá, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. (POMAR, 2013, p. 47).

Ainda do ponto de vista eleitoral e do êxito nos pleitos, a Declaração Final do XI Encontro, realizada nos dias 2 a 4 de dezembro de 2002 vai expressar:

Soma-se ao triunfo de Lula a vitória de Lucio Gutiérrez, Equador, candidato da aliança Sociedade Patriótica 21 de Janeiro e Movimento Pachakutik, com o apoio do Movimento Popular Democrático, de partidos de esquerda e movimentos sociais. Somam-se também o resultado eleitoral sem precedentes alcançado pelo movimento indígena, camponês, popular e de esquerda boliviano através da candidatura de Evo Morales, o desenvolvimento de novas formas de organização e luta popular na Argentina e o auge do movimento social salvadoreño, peruano e uruguaio contra as privatizações, assim como a luta do povo porto-riquenho para retirar a marinha estadunidense da ilha de Vieques, anunciada para maio de 2003. Aprofundar a integração latino-americana e caribenha significa, antes de mais nada, priorizar a dimensão política e social, mediante a construção de instituições – parlamentos regionais diretamente eleitos, comissões representativas da pluralidade de interesses sub-regionais e de interesses dos povos, etc. – e mecanismos que permitam a formulação e implementação de políticas públicas regionais para enfrentar os problemas causados pelas graves desigualdades estruturais anteriormente mencionadas. (POMAR, p.115, 2013).

Como se pode observar, o papel do Foro de São Paulo é de extrema importância para todo o movimento de esquerda/progressista, não só na América Latina, mas no mundo, e sua forma de atuação através do processo de integração regional, da tomada de poder e ocupação dos parlamentos pelo mundo afora, se fez como parte de uma grande estratégia, a fim de garantir a aplicabilidade de uma série de programas do progressismo no mundo, e nesse sentido a via eleitoral logrou grande êxito. O mesmo Foro de São Paulo completará trinta anos de luta em 2020, tendo em 2017 realizado seu XXIII Encontro anual, com seus mais de 500 partidos, mais de uma centena de organizações que se espalham por todos os continentes do mundo, debatendo e definindo políticas públicas, econômicas e sociais, parte do ideário dos antigos países soviéticos que se tornaram economicamente capitalistas no final do breve século XX, reforçando a tese de continuum histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final dos anos oitenta representou para a América Latina uma janela aberta de possibilidades, com o fim da União Soviética e da Guerra Fria. Abriu-se a muitos países uma nova chance de ação e inserção no campo dos debates, das disputas políticas e econômicas internacionais. Assim o novo mundo, multipolar, que emergia, contribuiu para a reestruturação de grupos, partidos e organizações, em especial as de orientação progressista, dando a elas a oportunidade de rever seu plano estratégico, partindo de um ponto de vista mais próprio, e que atendesse às suas necessidades. Nesse sentido, a eleição na Argentina dos Kirchner, de Chávez, na Venezuela, de Morales, na Bolívia e Lula no Brasil representaram um ponto de inflexão no cenário regional e mundial, o que possibilitou a construção de um novo formato no processo de integração regional, enfrentando o modelo vigente, até aquele momento, marcado pela submissão às potências econômicas, políticas e militares, dando lugar ao modelo de redução das assimetrias e construção da autonomia, no campo do poder político, de fortalecimento dos países do continente, por meio do que ficou conhecido como democracias populares, de viés progressista, sendo possível graças a instrumentos de cooperação política e econômica, como por exemplo o FOCEM, a UNASUL, cujos objetivos eram apoiar financeiramente e ideologicamente os países da região.

Tudo isso foi possível graças, em grande parte a atuação do Foro de São Paulo, organização criada para este fim, no início dos anos 1990, que foi ganhando espaço, e a seu tempo, definindo os programas que foram sendo aplicados a todos os países que faziam parte da organização. Essa instituição, olhada mais de perto, pode ser considerada como supranacional, estruturada em células, distribuídas por todos os países da América Latina, por alguns da África, Ásia e Europa, organizada por comitês centrais e locais, com amplo espectro político no que toca a participação e ação, cujas pautas foram e são debatidas em congressos realizados anualmente em países distintos. Desse modo, observou-se que sua atuação logrou grande êxito, quando se verificou que muitas das lideranças políticas que alcançaram o poder, em especial no continente eram seus membros, e que o processo de integração regional, tomava um novo caráter, seja a redução das chamadas assimetrias e aumento da autonomia, de superação da condição de subordinado aos interesses das potências do Norte, em especial a estadunidense e europeia, daí a forte rejeição ao modelo imposto pela OEA, símbolo da força estadunidense nas relações no continente. Desse modo, podemos concluir por ora, que não houve na América Latina uma coincidência histórica e que os governos dos países no cone sul, como Argentina, Bolívia, Venezuela, Brasil e tantos outros, não subiram ao poder de maneira independente, daí o caráter semelhante dos governos locais, marcados pelo personalismo e grandes partidos, e sim que todos intercambiaram esforços, através do Foro de São Paulo, para mudar os rumos do continente, através de uma nova forma de integração regional.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. HOBBSBAWN, Eric. A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848. Saint Just Oeuvres complètes; “O século XVIII deve ser colocado no Panteão”.

2. POMAR, Valter. A esperança é vermelha 2005 – 2013; Cartola socialista, coelho liberal. É óbvio que a disputa das eleições e o exercício de governos constituem parte fundamental de uma estratégia socialista, na América Latina atual. Mas constituem parte, e não “a” estratégia. Compreender esta diferença entre o todo e as partes é fundamental. E para esta compreensão, faz-se necessária uma autocrítica partidária acerca do rumo seguido nos anos 1990, (página 235).

3. POMAR, Valter. A esperança é vermelha. “Segundo o autor, isto significa um tipo de arranjo que tem no papel do Estado o centro das transformações sociais, econômicas e políticas, e distribuição do poder, por intermédio da desconcentração de instrumento de controles sociais como mídia e etc.” A expressão democrático-popular pode ter vários significados. Se for no sentido empregado pelas resoluções do PT nos anos 1980, a resposta é: nada. Pois governo democrático-popular, no sentido empregado por aquelas resoluções, seria aquele governo que faz reformas estruturais no país, reformas de sentido antilatifundiário, antimonopolista, anti-imperialista. Se adotarmos um ponto de vista mais amplo, segundo o qual governo democrático-popular seria aquele que adota um modelo de desenvolvimento oposto ao desenvolvimentismo conservador que vigorou no Brasil entre 1930 e 1980, poderíamos dizer que nestes dez anos ensaiamos algo nesse sentido. Mas acho que o mais adequado é reconhecer que nestes dez anos fizemos um governo de centro-esquerda, no interior do qual trabalhamos para superar a herança neoliberal, página 424.

4. MORAES, Wallace dos Santos de. Petismo e Chavismo: Variedades de Capitalismo e de Regulação Trabalhista no Brasil e na Venezuela. No início do século XXI, a América Latina (AL), vive uma profunda transformação política. Chegaram ao Poder Executivo, na maior parte dos países da região, governos identificados com um histórico de base popular, ou operária, ou camponesa, ou étnica, apresentando-se como representantes de maiorias excluídas de participação ativa da política e da economia desses países por mais de 500 anos. Assim, vimos um indígena presidente da Bolívia, um ex-operário presidente do Brasil e mulheres governando nações como Chile, Argentina e Brasil. Somados Esses fatos, os casos de Uruguai, Paraguai, Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua e Guatemala são exemplos do que a literatura chama de “terceira onda de democratização na América Latina” (Halogan e Mainwaring, 2005; Lanzaro, 2006) ou maré rosa (Panizza, 2005).

5. SEABRA, Raphael. A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. Esse prócer foi o personagem mais destacado durante as guerras pela independência das colônias espanholas na América, ocorridas entre 1810 e 1824 quando houve a derradeira Batalha de Ayacucho, e sua influência se estende a vários países na América Latina, em especial na região andina. No entanto, somente em 1883, na presidência de Guzmán Blanco (1870-1888), o culto a Bolívar se tornou algo oficial com um “batismo institucional da religião bolivariana” (Caballero, 2007, p. 23), passando a ser utilizado pelos presidentes venezuelanos no intuito de atribuir a eles as qualidades presentes no libertador (força, moral e liderança), simbolizadas pelo uso da espada de Simón Bolívar. Desde então, o culto a Bolívar esteve presente na vida política da Venezuela e sobreviveu por gerações, pois “sucessivos presidentes e generais [...] prestaram uma obediente homenagem ao libertador” (Gott, 2004, p.136).

6. Ibidem. Chávez alimentava a polarização outorgando uma finalidade radical às suas atitudes e visava legitimar o processo político enquanto algo verdadeiramente revolucionário. Dessa forma, em discurso proferido em abril de 2005 em Havana na ocasião de um encontro contra a ALCA, o presidente da Venezuela refutou a tese da existência de um ‘chavismo’ light; [...] no hay chavismo light, el chavismo es radical, sino nos es chavismo (Chávez, 2005), p. 138.

7. SILVA, Vera Lúcia Correa da, O estilo K na política externa argentina e o governo de Cristina Fernández Kirchner (2007-2011). O projeto político e econômico de Néstor Kirchner (e seguido por Cristina Fernández de Kirchner) teve forte influência do modelo peronista dos anos 1970 (o 'setentismo')² e do pensamento autonomista puiguiano (SIMONOFF, 2010, p. 409) que se fundamentou na análise da política externa argentina em relação à potência dominante (PUIG, 1988). Com um discurso eminentemente nacionalista, de fortalecimento do Estado e com base industrialista, o governo de Néstor Kirchner buscou diferenciar-se do modelo neoliberal da era menemista. Na política externa não foi diferente. Os pressupostos da Terceira Posição³ como a autonomia heterodoxa, o pragmatismo e o ideário continental (SILVA, 2011) estiveram presentes no discurso e na prática do governo de Néstor Kirchner.

8. PAUTASSO, Diego. Reorientação na diplomacia brasileira e o FOCEM: outra perspectiva sobre a integração regional. O modelo da credibilidade, que caracterizou a atuação durante o governo Fernando Henrique, priorizou as reformas liberalizantes como forma de ingresso do país na globalização a partir da assimilação dos compromissos internacionais. Este modelo baseou-se na concepção de que as insuficiências de poder do país podem ser atenuadas pelo envolvimento nos mecanismos multilaterais. O modelo da autonomia, por sua vez, expressou nitidamente as formas de inserção internacional do governo Lula, cuja prioridade foi deslocada para o desenvolvimento e o fortalecimento da soberania. Para tanto, buscou-se uma ativa inserção internacional voltada a alterar a correlação de forças no mundo, incluindo resistir às pressões das potências mundiais e à promoção de novas coalizões com países periféricos e emergentes (SOUZA, 2009, p. 21-23).

9. POMAR, Valter. As expressões cartola socialista, e coelho liberal e ventana aberta foram cunhadas pelo autor no livro A estrela na janela: ensaios sobre o PT e a situação internacional, e no livro A esperança vermelha 2005-2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCE, Anatólio Medeiros; SILVA, Marcos Antônio da, Revolução e Bolivarianismo na Venezuela na Era Chávez. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v.3.n.1,132-135.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado: Política, sociedade e economia**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2006. (Coleção Repensando a história).

BOTELHO, João Carlos Amoroso, A democracia na Venezuela da Era Chavista. **Revista Aurora**, ano II, n. 2, junho 2008.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo econômico – Antigo e Moderno**. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.

MORAES, Wallace dos Santos de. Petismo e Chavismo: Variedades de Capitalismo e de Regulação Trabalhista no Brasil e na Venezuela. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, abril-junio, 2014, p.359-397.

MOREIRA, Carlos; BARBOSA, Sebastián. El Kirchnerismo en Argentina: origen, apogeo y crisis, su construcción de poder y forma de gobernar. **Sociedade e Cultura**, v.13, n.2, julio-diciembre,2010, pp.193-200.

PAUTASSO, Diego. Reorientação na diplomacia brasileira e o FOCEM: outra perspectiva sobre integração regional. **Revista Meridiano 47, Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, v. 13, n.129, jan/fev. 2012.

POMAR, Valter. **A esperança é vermelha**. São Paulo: Treze, 2013.

_____. **A estrela janelada**: ensaios sobre o PT e a situação internacional, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014, 280 p.

_____. **Declaração Final dos Encontros do Foro de São Paulo (1990-2012)**. Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, 2013, Brasil, www.pt.org.br

SEABRA, Raphael. A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 13, n.2, p. 211-220, jul. /dez.2010.

SILVA, Vera Lúcia Correa da. O estilo K na política externa argentina e o governo de Cristina Fernández Kirchner (2007-2011). **Revista Meridiano 47, Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, v. 13, n.129, jan/fev. 2012.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo, Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v.57, n.2, abril-junio, 2014, p. 517-552. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil.